

NELMIRES FERREIRA DA SILVA
CATARINA NASCIMENTO DE OLIVEIRA
(Organizadoras)

SUJEITOS COLETIVOS NA CENA POLÍTICA E AS LUTAS SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO



Criação Editora

SUJEITOS COLETIVOS NA CENA POLÍTICA E AS LUTAS SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

ORGANIZADORAS
Nelmires Ferreira da Silva
Catarina Nascimento de Oliveira

ISBN: 978-85-8413-611-7
DOI: doi.org/10.62665/cried-978-85-8413-611-7



Criação Editora

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Gilvan Rodrigues dos Santos
Ítalo de Melo Ramalho
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

The background of the cover is a monochromatic, light pink image showing several raised fists, a common symbol of protest and solidarity. The image has a torn paper effect along the right edge.

SUJEITOS COLETIVOS NA CENA POLÍTICA E AS **LUTAS SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

**NELMIRES FERREIRA DA SILVA
CATARINA NASCIMENTO DE OLIVEIRA
(Organizadoras)**



Criação Editora
Aracaju | 2025

Copyright © 2025,
by organizadoras

É proibido reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código penal.

Editoração eletrônica
Adilma Menezes

Revisão dos autores

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Isadora Pelosi CRB-5/2059

S948 Sujeitos Coletivos na Cena Política e as Lutas Sociais
no Brasil Contemporâneo / Organizadores: Nelmi-
res Ferreira da Silva e Catarina Nascimento de Oliveira. –
Aracaju: Criação Editora, 2025.

308 p.

ISBN 978-85-8413-611-7

doi.org/10.62665/cried-978-85-8413-611-7

1. Lutas Sociais. 2. Política Sociais - Brasil. 3. Classes
Trabalhadoras. I. Silva, Nelmi-
res Ferreira da (org.) II.
Oliveira, Catarina Nascimento de (org.). III. Título.

CDU: 323.4

Prefácio

A atualidade e relevância desta obra confirmam-se frente ao aprofundamento das diversas formas de exploração, dominação e desigualdades onde frequentemente questiona-se o sentido e o potencial transformador das lutas da classe trabalhadora.

A produção social da riqueza e sua apropriação por uma minoria, em contexto de hegemonia do capital financeiro, tem impelido a classe trabalhadora para situações de piores condições de vida, canceladas pelo neoconservadorismo e ultraneoliberalismo, que impõe uma agenda neoliberal ainda agressiva para o Brasil¹. As expressões da questão social, cada vez mais agudizadas, demonstram que há projetos de sociedade muito distintos em disputa.

Assistimos na atualidade guerras noticiadas em todo o mundo, ceifando milhares de vidas, todos os dias. Há ainda ao nível mundial, a explicitação do que alguns têm chamado de acirramento da polarização política, dando sinais claros e contundentes da banalização da vida em detrimento das vantagens ao capital. Ações explícitas são levadas a efeito com ataques a importantes organizações, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) que, como nos aponta Ventura (2025, s/p)² “longe de ser

¹ Cislaghi, Juliana Fiuza. Do neoliberalismo de cooptação ao ultraneoliberalismo: respostas do capital à crise. Esquerda online, São Paulo, 08 junho 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/08/do-neoliberalismo-de-cooptacao-ao-ultraneoliberalismo-respostas-do-capital-a-crise/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

² Ventura, Deisy. O sentido e o impacto da retirada dos Estados Unidos da OMS. Jornal da USP, São Paulo, 21 jan. 2025. Disponível em: <https://jornal.usp.br/articulistas/deisy-ventura/o-sentido-e-o-impacto-da-retirada-dos-estados-unidos-da-oms/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

perfeita, porém, a OMS é imprescindível. Por meio de seus comitês de especialistas, órgãos e parcerias, ela fomenta, produz e difunde evidências científicas”. Ataques racistas e xenófobos se espalham e têm sido naturalizados, com o apoio de parte da mídia que presta um desserviço à sociedade em um contexto mundial de violência contra migrantes e refugiados.

No Brasil, “conflitos armados”, sob a justificativa de “bandido bom é bandido morto”, matam todos os dias brasileiros e brasileiras despossuídos/as de condições dignas de vida, em sua maioria pretos/as, pobres e periféricos/as. Desastres ambientais estão em curso, anunciando a tragédia das opções escolhidas, calcadas na ganância capitalista. Atualmente, em 2025, temos o julgamento de políticos e militares acusados de conspirar um golpe de Estado no Brasil, onde a ponta do *iceberg* foram às invasões e depredações do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e da sede do Supremo Tribunal Federal³, assistidas através dos meios de comunicação, e, em que pese à imperfeição desses espaços, há de se considerar um elemento central: a disputa acirrada diante de diferentes projetos de sociedade. Ainda mais recentemente, brasileiros imigrantes foram deportados pelos Estados Unidos com algemas nas mãos e nos pés⁴, com demonstrações nítidas de um tratamento desrespeitoso e humilhante.

Por outro lado, vem ganhando força no Brasil o debate sobre a redução da jornada de trabalho, que se fez presente no Congresso Nacional com diversas propostas em confronto. Vimos

³ Ricupero, Bernardo. O que foi o 8 de janeiro? Jornal da USP, São Paulo, 08 jan. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-que-foi-o-8-de-janeiro/>. Acesso em 05 fev. 2025.

⁴ ‘NÃO há justificativas para que sejam algemados’ diz diretor da PF sobre brasileiros deportados dos EUA. **Carta Capital**, jan. 2025. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/nao-ha-justificativas-para-que-sejam-algemados-diz-diretor-da-pf-sobre-brasileiros-deportados-dos-eua/>. Acesso em 08 fev. 2025.

lutas importantes do movimento estudantil e docentes contra a “reforma” do ensino médio. O Brasil acompanha de perto e emocionado as indicações e vitórias do filme “Ainda Estou aqui” que retrata a história da família Paiva, perseguida durante a ditadura civil-militar brasileira que culminou no desaparecimento do ex-deputado federal Rubens Paiva.

Estas são apenas algumas demonstrações de que o antagonismo de classes e de projetos opostos de sociedade produzem resistências e lutas sociais que merecem toda a atenção e destaque. Como nos aponta Iamamoto (2022)⁵ a classe trabalhadora tem se manifestado publicamente por meio de lutas pela terra, pela defesa do meio ambiente, por melhores condições de trabalho e salário, contra o racismo estrutural, dos quilombolas por seu território e direitos, das comunidades indígenas na defesa de sua cultura e terras, dos jovens pelo direito à educação de qualidade, das mulheres contra o patriarcalismo e a violência, dentre várias lutas que renovam a esperança pelo porvir.

É com base nestas lutas e no compromisso com a construção coletiva que Nelmires Ferreira da Silva, amiga de longa data, ao qual admiro a coragem e Catarina Nascimento de Oliveira organizaram esta coletânea intitulada **“Sujeitos Coletivos na Cena Política e as Lutas Sociais no Brasil Contemporâneo”**, ao qual tenho a felicidade de prefaciar, obra esta que se distancia do mito da neutralidade, e, inclusive a questiona, colocando à ciência a serviço da classe trabalhadora.

A coletânea está organizada em duas partes. A Parte I intitulada “A Centralidade do Debate de Classes e as Lutas Sociais” é composta de artigos que debatem a intensificação das investidas

⁵ Iamamoto, Marilda Villela. Nas trilhas coletivas da resistência: Serviço Social e lutas sociais na América Latina. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 22, n. 44, p. 18-42, 2022.

contra a classe trabalhadora, mas, demonstram que também estão em movimento as lutas sociais e a organização coletiva desta classe no Brasil. Levando em consideração os recortes de classe, gênero, raça/ etnia, territórios, os artigos destacam as lutas em defesa da socialização da riqueza, da universalização dos direitos e do enfrentamento de todas as formas de violência e exploração.

A parte II, denominada “Debates Transversalizados: movimentos sociais, questão social e suas expressões” discute os movimentos sociais no Brasil e as formas de organização e mobilização de trabalhadores e trabalhadoras frente às diversas expressões da questão social e a busca incessante pela defesa dos direitos humanos e construção de uma nova ordem societária.

Ao percorrer estas páginas o leitor encontrará artigos valiosos, instigantes e compromissados com reflexões profundas sobre a realidade e um chamado para a ação, pois como nos aponta Paulo Freire (2005, p. 58)⁶ “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”.

Minas Gerais, 10 de fevereiro de 2025.

Profa Dra Daniella Borges Ribeiro

Universidade Federal de Viçosa/UFV-MG

⁶ Freire, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 47.^a edição. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra, 2005.

Apresentação

Esta coletânea, intitulada “ Sujeitos Coletivos na Cena Política e as Lutas Sociais no Brasil Contemporâneo” emerge do esforço coletivo de docentes, discentes da graduação e pós-graduação, egressos/as da Universidade Federal de Sergipe/UFS, que a partir dos seus estudos e pesquisas vêm contribuindo com a produção do conhecimento na área de serviço social. Também contamos com importantes contribuições de pesquisadores dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Alagoas/UFAL, Universidade Federal da Bahia/UFBA e Instituto Federal de Sergipe/IFS.

É importar destacar que, para a conformação dessa obra foi fundamental acessar o aporte financeiro do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP), o qual se destina a proporcionar melhores condições para a formação de recursos humanos, pesquisa e produção do conhecimento originados nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, mantidos por instituições públicas de ensino superior no Brasil. Outrossim, sinalizamos que esta obra é parte do compromisso acadêmico de estudiosos/as que se dedicam a apreender criticamente aspectos das relações sociais, tendo em vista apontar estratégias que fortaleçam as lutas de classes por uma sociedade justa, com igualdade de gênero, antirracista e anticapitalista.

Os\As autores/as trazem em seus estudos reflexões que perpassam pelo debate acerca das categorias Trabalho, Lutas de Classes, Questão Social, Gênero, Estado, Movimentos Sociais, Mulheres, Questão Etnicorracial, Reforma Agrária, Trabalho, Serviço Social e Educação. À luz da abordagem crítica, os/as autores/as

tencionaram suas análises para a teórica social com centralidade na perspectiva da totalidade da vida social, ao qual sistematizamos a estrutura da obra em duas partes intituladas: **Parte I - A Centralidade do Debate de Classes e as Lutas Sociais: Capítulo 1 - “O Estado e a Revolução: contribuições teórico-práticas do pensamento de Lênin para a luta da classe trabalhadora feminina”** de autoria de Kamilla Alves Duarte e Fernanda Ferreira da Silva, objetiva estudar a natureza do Estado na obra *O Estado e a Revolução*, de Lênin, e seu papel como agente reprodutor dos mecanismos de dominação e opressão que incidem sobre os corpos femininos. **Capítulo 2, intitulado “Mulheres Atravessadas pelas Questões de Gênero na Sociedade de Classes”** de autoria de Mylena da Silva que discute aspectos relacionados as questões das desigualdades de gênero, perpassando as lutas de mulheres pelo acesso a moradia no campo do direito social.

No **Capítulo 3 - “A Luta Política das Trabalhadoras Domésticas em Sergipe”**, as autoras Larissa Feitosa da Rocha e Flávia Augusta Santos de Melo Lopes apresentam uma análise da luta política travada pelo conjunto das trabalhadoras domésticas em Sergipe, a partir da representação de seu sindicato. **O Capítulo 4- “Mercado de Trabalho no Cenário Sergipano e o Panorama de Mulheres Negras e PCD’s (2020 a 2023)”** de autoria de Gabriel Araújo Santos e Nelmiros Ferreira da Silva, analisa o quadro que configura a inserção de Pessoas Com Deficiências PCD’s e negras no mercado de trabalho em Sergipe, tendo destaque o segmento mulher.

O Capítulo 5 - “Marcha das Margaridas: espaço de resistência, lutas e de vivência, afetos e emoções” de autoria de Magaly Nunes de Gois e Márcia Santana Tavares, sinaliza uma importante reflexão acerca das vivências e as experiências das mulheres do campo, da floresta, das águas e da cidade na construção

da Marcha das Margaridas 2023. O **Capítulo 6 - “Produção do Conhecimento sob as Particularidades LGBTQIAPN + no Serviço Social”: interseccionalidade, decolonialidade e consubstancialidade**” cuja autores/as Silmere Alves Santos e Matheus Andrade de Moraes situam o debate a partir do questionamento acerca das implicações para as pesquisas no campo do Serviço Social, as quais produzem conhecimento científico à luz de uma abordagem que consideram as estruturas sociais enquanto formas de exploração, dominação e opressão que recaem sobre sujeitos pessoas LGBTQIAPN+.

Na sequência apresentamos a **Parte II- Debates Transversalizado: movimentos sociais, questão social e suas expressões**, o qual se encontra organizado em cinco capítulos a saber: **Capítulo 7 - “Movimentos Sociais Urbanos: algumas abordagens teóricas”** de autoria de Ana Flavia Alves de Oliveira Almeida e Josefa de Lisboa Santos, apresenta um importante debate teórico que dialoga com os aspectos teóricos-conceituais paradigmáticos envolta das categorias Movimentos Sociais e Urbanos. **O Capítulo 8 “Questão Social, Questão Racial e as Determinações Estruturais da Criminalização da População Negra no Brasil”** produzido pelos/as autores/as Fabiane Ferreira Nascimento Santos e Paulo Roberto Felix dos Santos, traz uma análise que intercruza o debate entre a questão social e a questão étnico-racial destacando aspectos da criminalização de negros/as no Brasil.

Na sequência, o **Capítulo 9 - “Reforma Agrária Popular e Questão Étnica-Racial nas Pesquisas e Produção do Conhecimento do Serviço Social”** a autora Taiane Almeida do Nascimento se propôs discutir aspectos que tratam da reforma agrária interrelacionando a questão racial nas produções científicas do serviço social brasileiro. **O Capítulo 10 - “A Exploração do Trabalho na Agroindústria Canavieira no contexto da rees-**

truturação Produtiva” de autoria de Olivia Irene Reis Santos e Nelmires Ferreira da Silva traz para o centro das discussões aspectos da nova gestão do mundo do trabalho a partir do processo de reestruturação produtiva nas particularidades do setor canavieiro no cenário atual do Brasil. Por fim, o **Capítulo 11 - “Educação e Disputas de Classes - Projeto de Vida e a Reforma do Ensino Médio”** da autora Aline Ferreira da Silva, trata de discutir uma experiência vivenciada com base nos aspectos críticos que apontam que para além da reforma do ensino médio proposta, precisamos de uma educação intensiva ao afirmar que é papel da escola estimular os/as estudantes a aprender a se reconhecer como sujeitos políticos, pertencentes a classe trabalhadora.

A partir do exposto, consideramos que a qualidade dos artigos produzidos nesta coletânea trazem aspectos provocativos a leitura crítica de modo a possibilitar ao/a leitor/a reflexões analíticas que favorecem as discussões e interlocuções entre categorias centrais ao debate que perpassam a sociedade de classes na contemporaneidade brasileira. Outrossim, esperamos que esta obra possa trazer ao/a leitor/a um importante canal de interlocução à luz da abordagem da totalidade da vida social nos rumos do compromisso ético-político engajado com a pesquisa e produção do conhecimento no serviço social brasileiro, assim como contribuições a outras áreas do conhecimento.

Aracaju-Se, 22 de fevereiro de 2025

Nelmires Ferreira da Silva

Profa da Graduação e Pós-Graduação
em Serviço Social PROSS/UFS

Sumário

PREFÁCIO	5
APRESENTAÇÃO	9
PARTE I - A CENTRALIDADE DO DEBATE DE CLASSES E AS LUTAS SOCIAIS	15
>> CAPÍTULO 1	16
O Estado e a Revolução: Contribuições Teórico-Práticas do Pensamento de Lênin para a Luta da Classe Trabalhadora Feminina <i>Kamilla Alves Duarte; Fernanda Ferreira da Silva</i>	
>> CAPÍTULO 2	45
Mulheres Atravessadas pelas Questões de Gênero na Sociedade de Classes <i>Mylena da Silva</i>	
>> CAPÍTULO 3	71
A Luta Política das Trabalhadoras Domésticas em Sergipe <i>Larissa Feitosa da Rocha; Flávia Augusta Santos de Melo Lopes</i>	
>> CAPÍTULO 4	95
Mercado de Trabalho no Cenário Sergipano: A Realidade de Mulheres Negras e PCD'S (2020 a 2023) <i>Gabriel Araújo Santos; Nelmiros Ferreira da Silva</i>	
>> CAPÍTULO 5	118
Marcha das Margaridas: Espaço de Resistência, Luta e de Vivência de Afetos e Emoções <i>Magaly Nunes de Gois; Márcia Santana Tavares</i>	

>> CAPÍTULO 6	146
Produção do Conhecimento sob as Particularidades LGBTQIAPN+ no Serviço Social: Interseccionalidade, Decolonialidade e Consustancialidade <i>Silmere Alves Santos; Matheus Andrade de Moraes</i>	
PARTE II - DEBATES TRANSVERSALIZADOS PELA QUESTÃO SOCIAL E OS DETERMINANTES DE CLASSES	180
>> CAPÍTULO 7	181
Movimentos Sociais Urbanos: Algumas Abordagens Teóricas <i>Ana Flavia Alves de Oliveira Almeida; Josefa de Lisboa Santos</i>	
>> CAPÍTULO 8	202
Questão Social, Questão Racial e as Determinações Estruturais da Criminalização da População Negra no Brasil <i>Fabiane F. Nascimento Santos; Paulo Roberto Felix dos Santos</i>	
>> CAPÍTULO 9	233
Reforma Agrária Popular e Questão Étnica Racial nas Pesquisas e Produção do Conhecimento do Serviço Social <i>Taiane Almeida do Nascimento</i>	
>> CAPÍTULO 10	257
A Exploração do Trabalho na Agroindústria Canavieira no Contexto da Reestruturação Produtiva <i>Olivia Irene Reis Santos; Nelmiros Ferreira da Silva</i>	
>> CAPÍTULO 11	279
Educação e Disputas de Classes - Projeto de Vida e a Reforma do Ensino Médio <i>Aline Ferreira da Silva</i>	
AUTORES/AS	301

PARTE I
A CENTRALIDADE
DO DEBATE
DE CLASSES E
AS LUTAS SOCIAIS



O Estado e a Revolução: Contribuições Teórico-Práticas do Pensamento de Lênin para a Luta da Classe Trabalhadora Feminina

Kamilla Alves Duarte

Fernanda Ferreira da Silva

1 INTRODUÇÃO

O *Estado e a Revolução*, de Vladimir Lênin, é um clássico do pensamento marxista e obra fundamental para elucidar a tarefa revolucionária da classe trabalhadora na supressão da democracia burguesa e construção de uma nova racionalidade comunista. O autor trava um debate teórico crítico com parcela da intelectualidade socialista e burguesa mediante a acusação de deformações oportunistas do legado de Marx e Engels, devido à guinada reformista de autores e partidos socialistas, as quais vão desde a anulação de pressupostos fundamentais como o caráter inconciliável das classes sociais, corrigidos por uma suposta política de conciliação, à anulação total do sentido de revolução e do fim do Estado.

O marxista russo ressalta que o Estado capitalista é constituído por um poder público com o monopólio da força repressiva garantidora da ordem burguesa, associado ao sistema administrativo que engloba o funcionalismo público, emergindo de for-

ma conjunta, como se fossem um poder estranhado, alienado e acima da sociedade. Em vista disso, o autor defende que a burocracia e o exército permanente como instituições mais características da máquina estatal devem ser destruídas pela ditadura do proletariado. Os pressupostos marxistas-leninistas têm como fundamento material a experiência concreta da Comuna de Paris (1871), que proporcionou riqueza teórica de determinações práticas acerca da constituição de uma sociedade livre, emancipada e comunista.

No escopo das formulações leninistas, buscou-se elementos para refletir sumariamente acerca da opressão de gênero e da rapina dos direitos fundamentais das mulheres pelo estado brasileiro, fortemente marcado pelo autoritarismo e conservadorismo político-ideológico no âmbito legislativo. Com efeito, ressalta-se que este artigo objetivou estudar a natureza do Estado na obra *O Estado e a Revolução* de Lênin e seu papel como agente reprodutor dos mecanismos de dominação e opressão que incidem sobre os corpos femininos. Para tanto, recorreu-se à pesquisa bibliográfica e consulta documental às propostas legislativas relativas aos direitos das mulheres, a partir de uma abordagem crítica fundamentada no materialismo histórico dialético. O artigo está dividido em três partes: a primeira aborda lições fundamentais sobre o Estado e a Revolução de Lênin, Marx e Engels; a segunda trata da experiência concreta da Comuna de Paris; e a terceira resgata a contribuição de Lênin para a luta da classe trabalhadora feminina a partir da recuperação do sentido de classe social. Por fim, uma breve conclusão traz como resultado a necessidade de extinção das bases materiais do capitalismo (as classes sociais antagônicas, a propriedade privada e o Estado) como determinante para o fim da sociedade patriarcal e da opressão sobre os corpos femininos.

2 O ESTADO E A REVOLUÇÃO: NOTAS SOBRE AS LIÇÕES FUNDAMENTAIS DE VLADIMIR LENIN

A Rússia czarista vivia um momento de efervescência social caracterizado por sucessivas revoltas populares desde 1905, em decorrência do seu atraso econômico e da miséria crônica da população, bem como de desgaste político e perdas militares de território para o Japão (Viana, 2010). Somando as particularidades internas da Rússia às condições externas da geopolítica, ressalta-se que a guerra imperialista havia estourado na Europa anos depois e submergido a classe trabalhadora num circuito monstruoso de opressão pelos Estados-nacionais, cuja tendência se evidenciava nos países mais avançados devido a sua transformação em “[...] presídios militares para os operários” (Lênin, 1977, p. 2). Os elementos da conjuntura colocavam, na realidade objetiva, as condições para o desenvolvimento internacional da revolução proletária e sua interface com a questão do Estado era flagrante.

Quando Lênin escreveu *O Estado e a Revolução* (1977; 2011), já havia eclodido no país a Revolução de Fevereiro de 1917, cuja tarefa histórica foi destituir a monarquia czarista e implantar governo provisório, chefiado por uma minoria menchevique (fração socialista reformista dentro do Partido Social-democrata Russo) e se estava às vésperas da Revolução de outubro daquele mesmo ano, quando os bolcheviques (maioria revolucionária no interior do partido supracitado e da qual Lênin fazia parte) tomariam o poder e colocariam em marcha a Revolução Proletária, em associação ao campesinato russo. Nessa atmosfera teórico-prática acerca das tarefas da revolução e do lugar do Estado na transição socialista, Lênin propôs uma espécie de acerto de contas com parcelas das intelectualidades socialista e burguesa, que operaram verdadeiras deformações oportunistas do legado

de Marx e Engels, tendo como principal interlocutor principal a figura de Karl Kautsky, que liderou a II Internacional (1889-1914) e foi de fundamental importância para o caminho reformista seguido por diversos partidos socialistas – por isso sua crítica atinge diretamente os socialistas-revolucionários e mencheviques russos, além dos sociais-democratas alemães, os quais denominou de “sociais-chauvinistas”. Lênin se dispôs a recuperar aspectos da teoria de Marx e Engels que foram esquecidos ou deturpados, com a finalidade prática de jogar um feixe de luz sobre as tarefas que os/as trabalhadores/as deveriam realizar para se libertarem do jugo do capital (Lênin, 1977).

Com o objetivo de restabelecer a ‘alma revolucionária’ do marxismo, o autor russo resgatou livros, citações, cartas e prefácios de Marx e Engels onde constam observações seminais da tradição teórica por eles fundada acerca do Estado – as quais não foram sistematizadas em uma teoria sobre a temática, mas cujas questões fundamentais são transversais em diferentes obras. Lênin começa apreciando o Estado como produto do antagonismo irreconciliável entre as classes sociais, que emergiram em dada fase do desenvolvimento histórico das forças produtivas, quando a sociedade cindiu-se entre classes sociais opostas. Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Engels (1979) detalha o aparecimento do Estado como ente ‘organizador’ da sociedade atrelado ao amadurecimento das relações sociais de produção e reprodução material da vida cotidiana, contexto em que ocorreram a complexificação das sociedades gentílicas e a implosão do seu regime econômico e social.

Embora Lênin não tenha se debruçado diretamente sobre as transformações no interior da família e do surgimento da propriedade como fundamento do Estado, considera-se importante resgatar alguns aspectos para subsidiar o debate sobre a dominação da mulher na sociedade de classes, destacando que a divisão

do trabalho – primeiro sexual, depois entre agricultura e artesanato e, por fim, a emergência da figura do comerciante dedicado ao desenvolvimento do comércio – deslocou o centro de gravidade da organização social do coletivo familiar para o indivíduo e, finalmente, para o Estado. Conforme Marx e Engels (2009), é nessa sociedade gentilícia que emergem as contradições no seio familiar, com a separação da sociedade em famílias individuais, distintas umas das outras. Segundo os autores,

Com a divisão do trabalho estão dadas [as] contradições, [assentadas] na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em famílias individuais e opostas umas às outras, está ao mesmo tempo dada também a repartição, e precisamente a repartição *desigual*, tanto quantitativa, do trabalho e dos seus produtos e, portanto, a propriedade, a qual tem seu embrião, a sua primeira forma, na família, na qual a mulher e os filhos são os escravos do homem (Marx; Engels, 2009, p. 47, grifo dos autores).

O trecho possibilita o entendimento do porquê a primeira divisão do trabalho se deu pela divisão natural do trabalho do homem e da mulher e, conseqüentemente, da diferença de força física entre ambos. E, posteriormente, com a divisão do campo e da cidade, a divisão natural passou a ocupar o segundo plano, de modo que se consolidam as condições sociais para o desenvolvimento da propriedade privada dos meios de produção nas sociedades de classe¹. A desigualdade que se constitui entre os mem-

¹ A divisão do trabalho foi elevada a alto grau de desagregação quando da separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Cabe ressaltar que o trabalho intelectual fica, inicialmente, sob o controle da classe dominante, enquanto o trabalho manual circunscrito às atividades produtivas no campo, realizadas pela classe dominada.

bros da comunidade – separação entre o interesse particular e o interesse comum – culminou na formação das classes sociais. Assim, o aumento da produtividade do trabalho, o surgimento de classes e de força de trabalho transformaram prisioneiros de guerra em escravos, contribuindo para a elevação da produção material do excedente, tornando possível o intercâmbio regular de produtos. Com o desenvolvimento das tribos², os rebanhos passaram a ser propriedade privada, gestando as condições necessárias para que a troca fosse a única forma de intercâmbio entre tribos vizinhas.

O advento da propriedade privada significou um duro golpe na sociedade erguida pelo matrimônio sindiásmico e nas gens assentada no matriarcado. Segundo Engels (1979), o matrimônio sindiásmico havia introduzido as figuras do pai e da mãe como elemento novo à família. Outro aspecto a ser observado é a divisão do trabalho na família, quando ao homem coube a responsabilidade da alimentação e dos instrumentos necessários à produção. Os escravos passaram a ser um novo instrumento de trabalho e, em caso de separação, o homem os levava consigo.

Dadas às condições materiais do sistema de produção que se fundou, o sistema social patriarcal estabeleceu uma relação de poder, opressão e sujeição da mulher. O declínio do direito materno, para Engels (1979), foi considerado como uma grande derrota histórica das mulheres em todo o mundo. Além disso, o traço do patriarcado sobre as mulheres foi a transformação em simples instrumento de reprodução. “Os traços essenciais são a incorporação dos escravos e o domínio paterno” (Engels, 1979, p. 61). Da

² Engels (1979) observa o desenvolvimento das forças produtivas de determinadas tribos que, ao introduzirem a criação e domesticação do gado, o trabalho com os metais, a arte do tecido e, por fim, a agricultura, imprimiram outras expressões às atividades produtivas e às relações sociais.

evolução e crise da família sindiásmica decorreu a ascensão da monogamia, estrutura familiar na qual a mulher ficou subordinada ao domínio masculino.

Nessa direção, as transformações no interior da família, o surgimento da propriedade privada, a intensificação das trocas e a possibilidade do acúmulo de riqueza criaram a base material para a formação de um antagonismo social irreconciliável, devido à formação de diferentes classes em potencial conflito, sendo necessário recorrer a uma espécie de poder 'conciliador', acima e fora das classes em luta, para ordenar o convívio social – qual seja, o Estado. Sobre isso, Engels (1979, p. 190) é claro:

Acabava de surgir, no entanto, uma sociedade que, por força das condições econômicas gerais de sua existência, tivera que se dividir em homens livre e escravos, em exploradores ricos e explorados pobres; uma sociedade em que os referidos antagonismos não só não podiam ser conciliados como ainda tinham que ser levados a seus limites extremos. Uma sociedade desse gênero não podia subsistir senão em meio a luta aberta e incessante de classes entre si, ou sob domínio de um terceiro poder que, situado aparentemente por cima das classes em luta, suprimisse os conflitos abertos destas e só permitisse a luta de classes no campo econômico, numa forma dita legal. O regime gentilício já estava caduco. Foi destruído pela divisão do trabalho que dividiu a sociedade em classes, e substituído pelo Estado.

Lenin certamente tinha ciência de toda a complexidade que envolveu o processo de constituição das classes sociais e do Estado, embora não tenha nela se aprofundado. Apesar disso, sua obra *Estado e Revolução* foi crucial no reforço da questão elementar do Estado na tradição marxista, que é justamente seu signi-

ficado e papel histórico como produto de relações inconciliáveis entre as classes sociais antípodas. O revolucionário russo extrai uma característica fundante acerca do Estado, que é sua indissociabilidade para com a existência de classes distintas e do conflito entre elas, sendo taxativo ao afirmar que

[...] o Estado é o produto e a manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe. O Estado surge onde, quando e na medida em que as contradições de classe não podem objetivamente ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis (Lênin, 1977, p. 4).

Com base nisso, destaca que é exatamente a partir desse princípio básico que surgem duas linhas de deturpação do marxismo: a primeira operada pelos ideólogos burgueses, como os socialistas revolucionários russos e mencheviques, que “corrigiram” Marx de tal maneira que o Estado passou a ser encarado como agente conciliador de classes. O que manifesta profunda incompatibilidade com o marxismo, haja vista que a partir dessa tradição de pensamento teórico-metodológico, o “[...] Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de opressão de uma classe por outra, é a criação da “ordem” que legaliza e consolida esta opressão moderando o conflito de classes” (Lênin, 1977, p. 4). Dito de outro modo, o que o Estado faz é mitigar os conflitos abertos entre as classes antípodas, mas jamais eliminá-los.

A segunda linha de deturpação da teoria do Estado, encabeçada por Kautsky, apresenta maior sutileza, pois não nega que a natureza do ente estatal se volte à dominação de classe, bem como não minimiza a questão do antagonismo entre elas, todavia altera o sentido de que a emancipação das classes subal-

ternizadas apenas pode ocorrer mediante revolução armada e destruição do aparelho estatal criado para dominá-las. Daí resalta-se uma segunda premissa importante sobre a natureza do Estado orientado como órgão de dominação e opressão de uma classe dominante sobre as demais classes dominadas. Em vista disso, a emancipação das classes oprimidas pressupõe o fim do Estado, dado que o líder bolchevique possuía clareza do caráter não resolutivo, limitado e parcial deste ente diante de qualquer tentativa de resolver contradições pela via estatal – ou seja, a emancipação da maioria depende diretamente do extermínio da máquina estatal, que fora constituída a serviço de uma minoria (Maciel, 2022).

Determinação importante do Estado capitalista explorada pelo marxista russo explorou, a partir de Engels, foi a constituição de um poder público com o monopólio da força cada vez mais alienado e apartado da sociedade, sendo radicalmente diferente da população organizada como força armada e autônoma, conforme ocorreu na Comuna. Esse poder público estranhado e alienado da sociedade funciona como força repressiva garantidora da ordem, de modo que não se limita à constituição de homens armados, mas congrega uma estrutura de “[...] apêndices materiais, prisões e instituições de coacção de toda a ordem” (Lênin, 1977, p. 5). Logo, o exército permanente, as polícias e os sistemas carcerários compõem os principais instrumentos de força do poder estatal. Lenin reflete sobre o agigantamento das funções militares dos países imperialistas mediante a concorrência de conquista pela partilha do mundo durante a Primeira Guerra Mundial para ilustrar o caráter repressivo dos estados-nacionais e suas burguesias beligerantes, as quais devoraram as forças de toda a sociedade, num nível que beirou o completo colapso.

Para Maciel (2022), a obra de Lênin introduz o debate da alienação encarnada no Estado burguês, pois quando fala de um poder que se aliena da sociedade, trata sobre estranhamento e, portanto, do ente estatal como potência estranhada em relação à sociedade. Assim sendo, a existência de instituições como o exército, a polícia e as prisões, dentre outras, está atrelada a um poder apartado da sociedade – se assim não o fosse, sua antítese seria o próprio povo espontaneamente armado. Além do aparato repressor, compõem esse poder público especial os impostos e as dívidas públicas, o que engloba seus funcionários, consoante infere a passagem a seguir: “[...] na posse do poder público e do direito de recolher os impostos – escreve Engels –, os funcionários ficam, como órgãos da sociedade, acima da sociedade” (Lênin, 1977, p. 7). As burocracias e seus burocratas aparecem como se independentes da sociedade e acima dela pela investidura de leis que lhes garantem certas ‘imunidades’ e ‘santidades’ que as promovem a posições de privilégio, em comparação com o resto da sociedade. Portanto, a burocracia e o exército permanente como instituições mais características da máquina estatal devem ser destruídas pela revolução, ou seja, pela ditadura do proletariado. Concorde-se aqui com Maciel (2022), ao advogar a tese de que Lênin não foi reducionista em sua análise acerca do Estado, pois trabalhou bem três dimensões fundamentais da sua natureza e função social, a saber: 1) a assertiva de que o Estado pressupõe as classes sociais antagônicas, de modo que a abolição destas é também a abolição daquele; 2) o Estado é um aparato de repressão/dominação de classe; e 3) o Estado é um ente estranhado, apartado da sociedade.

Outra questão interconectada com o debate anterior das instituições típicas do Estado burguês e sua necessária destruição revolucionária diz respeito à forma política assumida pelo

ente estatal. Dito de outro modo, o Estado, como instrumento de dominação de classe, carece de forma política específica e que tende a obliterar o caráter inconciliável dos distintos interesses entre as classes antípodas, consolidando seu papel de mediador. Ancorado em Engels, Lênin (1977, p. 7) reivindica que essa forma política é a República Democrática ou o Moderno Estado Parlamentar, a qual em períodos excepcionais, em que “[...] as classes em luta se mantêm uma à outra tão perto do equilíbrio que o poder de Estado, como mediador aparente, alcança momentaneamente uma certa autonomia face a ambas”, conforme ocorreu com o Bonapartismo Francês, na Alemanha Bismarckiana e na Rússia de Kerenski. Embora o Estado aparente certa autonomia, de maneira alguma deixa de ser instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital, pois a riqueza continua a exercer o seu poder de maneira indireta, porém ainda mais segura, seja por meio da corrupção de funcionários ou das alianças com o próprio governo. Consequentemente, Lenin afirma que “[...] a república democrática é o melhor invólucro político possível para o capitalismo”, ela constitui um alicerce tão seguro para o capital e sua burguesia que “nenhuma substituição, nem de pessoas, nem de instituições, nem de partidos na república democrática burguesa abala este poder” (Lênin, 1977, p. 8). Assim também o sufrágio universal não passa de mera ficção, em contraposição à visão oportunista dos sociais-chauvinistas e seus partidos, com os quais Lênin dialogou, pois o sufrágio nada mais é do que um instrumento de dominação de classe no âmbito da democracia burguesa, uma vez que, em hipótese alguma, revela a vontade da maioria dos/as trabalhadores/as e assegura o seu cumprimento na prática. Com efeito, a emancipação social através da libertação do trabalho e sua reorganização em base associada, livre e autodeterminada deve remeter toda a máquina

do Estado para “[...] o museu das antiguidades, para junto da roda de fiar e do machado de bronze” (Engels *apud* Lênin, 1977, p. 8). Para tanto, explica Lênin, entre a sociedade de classes capitalista e uma sociedade comunista há um período de transição caracterizado pelo definhamento do Estado.

A questão polêmica contra a qual Lênin se colocava em relação aos “deformadores” e “oportunistas” do marxismo situava-se justamente na tarefa da revolução perante o Estado. O autor confrontava a posição de uma transição para o socialismo de maneira lenta, gradual e uniforme, o que enfraquecia e até negava a perspectiva da revolução. Mediante isso, recuperou as reflexões de Engels, no livro *Anti-Dühring* (2016), para fundamentar o que entende por ‘supressão’ e ‘extinção/definhamento’ do Estado como momentos diferentes do processo revolucionário até a conformação da sociedade comunista, evidenciando tanto a armadilha na qual caíram os anarquistas, com a defesa da abolição do Estado e, ao mesmo tempo, a que fez sucumbir os oportunistas sociais-chauvinistas, a defesa da reforma do Estado. Recuperando a passagem diretamente de Engels (2016, p. 357), tem-se que, ao assumir o poder do Estado e transformar os meios de produção em propriedade do Estado, o proletariado “[...] se extingue como proletariado, desse modo ele extingue todas as diferenças e antagonismos de classes e, desse modo, ele também extingue o Estado enquanto Estado”. Sem classe social não há Estado, portanto, não há necessidade de reprimir violentamente a classe explorada em face das condições de opressão do modo de produção vigente.

A rigor, ao se tornar o representante de toda a sociedade quando não mais houver uma classe a ser reprimida, o Estado enquanto tal se torna supérfluo. Engels (2016, p. 357) enfatiza que “[...] o primeiro ato no qual o Estado realmente atua como representante de toda a sociedade – a tomada de posse dos meios

de produção em nome da sociedade – é, ao mesmo tempo, seu último ato {autônomo} enquanto Estado”. Percebe-se que há, neste momento, uma ruptura/supressão com a democracia burguesa através da mudança qualitativa na natureza do Estado, metamorfose que o levará à extinção. Desta feita, “[...] o governo sobre pessoas é substituído pela administração de coisas e pela condução de processos de produção. A sociedade livre não pode utilizar ou tolerar nenhum “Estado” entre ela e seus membros. {O Estado não é “abolido”, mas define e morre.}” (Engels, 2016, p. 357). Lênin reforça que a supressão do Estado burguês ocorre mediante revolução proletária na qual a repressão se inverte e a burguesa passa a ser dominada após sua expropriação. Já a extinção do Estado refere-se aos resíduos do Estado Proletário pós-revolucionário, que também fenecerá.

Nesse raciocínio inclui-se a democracia burguesa, dado que é uma forma de Estado, que serve a manutenção da escravidão assalariada sob o capitalista e, após a revolução, é transformada em forma superior de democracia operária, a qual definirá completamente à medida que o comunismo atingir sua fase superior. Adjacente a esta afirmação, o líder bolchevique trabalha a relação entre ditadura e democracia na teoria marxista, a partir da tese de que a democracia é uma forma de governo típica do capitalismo desenvolvido. Destarte, é uma espécie de democracia restrita e limitada à minoria das classes possuidoras, ou seja, aos ricos. São realmente livres as classes dos senhores, fundadas na escravidão assalariada, enquanto os dominados não têm tempo para se ocuparem da democracia – isto é, da política –, de modo a ficarem alijados da vida política e social. Ilustração palpável do fenômeno excludente da democracia no capitalismo é a legislação restritiva à participação política de mulheres, negros, analfabetos, etc.; já aqueles/as que alcançam o direito ao

sufrágio universal, o fazem periodicamente, mas não conseguem vivenciar do cotidiano da política ou participar das decisões. Essas limitações podem parecer pouca coisa para os ricos, mas, na prática, eliminam os pobres da política e da participação ativa na democracia. Com efeito, a transição de uma democracia restrita para uma democracia popular não se realiza de maneira cômoda e pacífica, faz-se apenas mediante a ditadura do proletariado – que nada mais é do que o proletariado de vanguarda organizado como classe dominante para quebrar, ou seja, pôr fim ao domínio e resistência das classes expropriadoras, que subordinar-se-ão à imensa maioria do povo, num tipo de democracia que, de tão plena, será desnecessária:

Só na sociedade comunista, quando a resistência dos capitalistas estiver perfeitamente quebrada, quando os capitalistas tiverem desaparecido e já não houver classes, isto é, quando não houver mais distinções entre os membros da sociedade em relação à produção, só então é que "o Estado deixará de existir e se poderá falar de liberdade". Só então se tornará possível e será realizada uma democracia verdadeiramente completa e cuja regra não sofrerá exceção alguma. Só então a democracia começará a definhar [...] (Lenin, 2011, p. 137).

Conectado a esse debate, o marxista russo explora a importância da revolução violenta protagonizada pelos/as trabalhadores/as, considerando que a violência, embora parteira do capitalismo, poderá ainda ter função revolucionária, no sentido de quebrar as formas políticas petrificadas e mortas do Estado burguês. Com efeito, se a democracia burguesa se caracteriza pela subordinação da maioria do povo a uma elite minoritária, na democracia proletária o quadro se inverte e a subordinação

passa a ser da minoria à maioria popular. Contudo, mesmo sendo uma democracia completa, é ainda uma forma de dominação de uma classe sobre a outra. Com a elevação do comunismo à fase superior, será desnecessária qualquer espécie de violência sobre os homens em geral, pois estes tenderão a observar as condições elementares da convivência social, dos conhecimentos repetidos e repassados por diferentes gerações, os quais serão seguidos pelo impulso do hábito, sem necessidade de recorrer à violência, ao constrangimento ou a qualquer tipo de subordinação. Logo, no comunismo o Estado se tornará supérfluo, pois já não haverá necessidade de coação (Lenin, 2011). As reflexões teóricas acerca do Estado e da transição socialista foram significativamente enriquecidas após a experiência da Comuna de Paris; a partir dela reforçava-se a necessidade de supressão do Estado burguês e de suas instituições burocráticas e de coerção, discussão a ser aprofundada a seguir.

3 A COMUNA DE PARIS E O BALANÇO DA EXPERIÊNCIA CONCRETA: ENSINAMENTOS TEÓRICO-PRÁTICOS PARA OS CAMINHOS DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA

Segundo o revolucionário bolchevique, as obras marxianas pré-revolução de 1848, sobretudo o Manifesto Comunista, trazem exposições gerais acerca do desaparecimento do Estado e da imposição da ditadura do proletariado. A elaboração de Marx conduz necessariamente às interpretações de que o domínio político dos/as trabalhadores/as não deve ser compartilhado com ninguém e de que deve se apoiar na força armada das massas unificadas em torno do proletariado organizado como classe dominante. Contudo, a experiência concreta da classe trabalhadora pós-revoluções de 1848-1851 refletia uma visão ainda limitada

sobre a substituição da máquina do Estado por um equivalente proletário. No *18 Brumário*, Marx concluiu que “todas as revoluções somente aperfeiçoaram a máquina em vez de quebrá-la. Os partidos que lutaram alternadamente pelo poder consideraram a tomada de posse desse monstruoso edifício estatal como a parte do leão dos despojos do vencedor” (Marx, 2011, p.141). Somente a experiência da Comuna de Paris (1871) traria elementos concretos da tarefa prática da revolução socialista inconclusa naquela ocasião histórica, mas que, ainda assim, foi um movimento muito mais rico que qualquer elucubração teórica ou programática, na medida que avançou no entendimento do processo de organização do proletariado, no tocante à substituição da máquina do Estado suprimida pela revolução.

Partindo das reflexões marxianas na obra *A guerra civil na França* (1999), em face do desenvolvimento histórico das classes antagônicas, Lenin (2011) ratificou a premissa de que o poder centralizado do Estado – incluindo todo o seu aparato onipresente, como o exército permanente, a polícia, a burocracia, o clero e a magistratura – assumiu cada vez mais o caráter de instrumento de despotismo das classes dominantes, bastante evidente na França pós insurrecional (pós-1848). Em vista disso, “[...] o primeiro decreto da Comuna foi no sentido de suprimir o exército permanente e substituí-lo pelo povo armado” (Marx, 1999, p. 89). Lênin tece críticas ao conjunto dos socialistas revolucionários e mencheviques que, embora incluíam essa premissa nos programas de seus partidos, recusaram sua concretização após a explosão da Revolução de fevereiro, limitando-se a se apossar da máquina do Estado tal como se apresenta. Além de suprimir as forças repressivas, a Comuna se organizou a partir da composição de conselhos municipais nos diferentes distritos da cidade, os quais eram eleitos mediante sufrágio universal. Se na democracia

burguesa esse mecanismo de participação servia apenas para decidir, a cada três ou seis anos, que membro da classe dominante deveria esmagar o povo no Parlamento, o sufrágio passaria a ser um instrumento nas mãos do povo organizado nos Conselhos (Marx, 1999).

Destarte, a Comuna era algo divergente de um órgão parlamentar, uma corporação de trabalho que reunia, a um só tempo, as funções executiva e legislativa. Logo, o sistema parlamentar foi substituído pela Comuna e suas instituições de representação (conselhos municipais), nas quais a liberdade de opinião e as discussões não regrediriam à charlatanice pois os próprios agentes deveriam trabalhar, executar suas leis e responder diretamente aos seus eleitores. Com isso, Lênin (1977) se opõe principalmente a Plekhánov e Kautsky, por terem omitido a crítica marxista do parlamentarismo, defendendo a assertiva de que “[...] não podemos conceber uma democracia, mesmo uma democracia proletária, sem instituições representativas, mas podemos e **devemos** concebê-la sem parlamentarismo” (Idem, 1977, p. 26, grifo do autor).

É preciso abrir parêntesis para ressaltar que as mulheres tiveram significativa participação em distintas manifestações populares que antecederam a Comuna de Paris, também foram importantes na proteção de armas e canhões da guarda nacional (trabalhadores revolucionários) perante o governo francês (que passou a ser sediado em Versalhes, após a vitória da Comuna) e os Prussianos (Guerra Franco-Prussiana), os quais pretendiam desarmar os/as trabalhadores/as e reestabelecer o domínio sobre Paris. Apesar disso, as mulheres não tiveram direito ao voto no Conselho da Comuna, apenas os homens votavam e eram votados, como era comum na França da época. Nos Conselhos havia os comitês de vigilância e os clubes, que funcionavam

como assembleias populares onde as mulheres participavam ativamente, com destaque para personalidades feministas como Louise Michel, André Léo e Sophie Poirier – conhecidas oradoras de reuniões e encontros públicos. Elas atuaram ainda em outras frentes de trabalho no interior da Comuna, seja pegando diretamente em armas, nas barricadas, no acolhimento aos feridos, na organização do serviço de ambulância ou nos serviços de organização do trabalho nas oficinas, dentre outras (Valle, 2017).

Sob a constituição da Comuna como órgão de trabalho, é adjacente o debate do estranhamento em relação à sociedade, pois se os/as trabalhadores/as, no exercício das funções administrativas e laborativas, estão submetidos a todos os outros/as trabalhadores/as que o elegeram, então não há mais separação entre eles, pois respondem diretamente à sociedade. Maciel explica (2022, p. 620):

Desse modo, os representantes, na Comuna, se encontram, de fato, subordinados ao povo que os colocou no poder pela via do sufrágio, sem que, com isso, se elimine a esfera representativa. O estranhamento existia na forma do parlamento na medida em que, enquanto instância em que não se “trabalha”, ela existia enquanto “situação privilegiada para os deputados”, “privilégio” esse que expressa justamente que o parlamento se coloca acima da sociedade. Esse “privilégio” tem fim porque agora os representantes se encontram em relação de subordinação com os representados. Como o líder bolchevique deixa claro, isso se dá sem a extinção, no que toca a Comuna, do âmbito representativo, e a conversão do parlamento em órgão “de trabalho” se dá pela fusão de Executivo e Legislativo, o que resultou no fim dos “privilégios” dos parlamentares.

Outras transformações realizadas no interior da Comuna dizem respeito às funções e condições da política e do funcionalismo público. Sobre a primeira, destaca-se que houve mudança substancial, pois a polícia perdeu seu caráter político e se converteu em instrumento subordinado à comuna, podendo ser demissível a qualquer tempo. Assim também os funcionários públicos passariam a receber salários operários, a serem elegíveis e sujeitos à dispensa em momento oportuno. Com efeito, os cargos públicos deixariam de ser objeto de barganha dos testa de ferro do governo central e ainda eliminariam o alto escalão da burocracia estatal com seus privilégios. Lenin (1977, p. 24) resgata a seguinte passagem para explicar a situação “[...] a Comuna – escrevia Marx – fez da palavra de ordem de todas as revoluções burguesas, governo barato, uma verdade ao suprimir as duas maiores fontes de despesas, o exército e o funcionalismo”. Além disso, se os destacamentos especiais de pessoas armadas e a burocracia eram os modos pelos quais o Estado se elevava à posição de potência estranhada da sociedade, as medidas adotadas pela Comuna desfiguraram totalmente esse caráter (Maciel, 2022). Outra função cabal da Comuna foi a destruição da força espiritual da repressão, ou seja, o poder dos padres, por meio do decreto de separação entre Igreja e Estado e da expropriação de todas as igrejas como corporações possuidoras. As instituições de ensino foram abertas ao povo, tornadas gratuitas e liberadas da influência da Igreja (Marx, 1999).

Ao observar a magnitude das transformações ocorridas no interior da Comuna, Lênin considera que a gigantesca substituição das instituições anteriores por outras, de tipos diferentes, significa uma transformação qualitativa da democracia burguesa (voltada para a repressão de classe) em democracia proletária, que já não é propriamente um Estado, mas

um não-Estado. A abolição da burocracia burguesa mediante a suspensão de todo o dinheiro de representação, dos privilégios pecuniários, e a redução da remuneração do funcionalismo aos níveis salariais dos operários representa, para Lênin, a viragem de democracia burguesa e proletária – ou seja, do “Estado como **«força especial»** para a repressão de uma classe determinada, para a repressão dos opressores pela **força geral** da maioria do povo, dos operários e dos camponeses” (Lênin, 1977, p. 24, grifos do autor). Para o referido autor (Lênin, 2011; 1977), as transformações capitalistas no campo da tecnologia possibilitariam que as velhas funções do Estado fossem simplificadas e reduzidas a operações de registro, inscrição e controle, de modo que qualquer pessoa alfabetizada poderia desenvolver essas funções pela remuneração operária, eliminando qualquer sombra de privilégios e hierarquia. Com o desenvolvimento do capitalismo e a complexificação das burocracias estatais contemporâneas, essa premissa de simplificação das tarefas administrativas parece questionável, o que pode impor entraves ou indicar alternativas para uma possível transição socialista no futuro. Contudo, o mérito da elaboração leninista consiste no esforço teórico-prático de apreender as particularidades da experiência concreta da Comuna, e também das reflexões de Marx, segundo o materialismo histórico dialético, mediante o qual realizou “[...] um balanço da experiência iluminado por uma profunda visão filosófica do mundo e um rico conhecimento da história”, para avançar na compreensão das tarefas a serem realizadas pelo proletariado revolucionário russo após a derrubada dos mencheviques. Eis a formulação de Lênin (1977, p. 27):

Derrubar os capitalistas, quebrar a resistência destes exploradores com a mão de ferro dos operários armados e demolir

a máquina burocrática do Estado contemporâneo - e temos diante de nós um mecanismo de elevado equipamento técnico, liberto do «parasita» e que os próprios operários unidos podem perfeitamente pôr a funcionar contratando técnicos, capatazes, contabilistas, pagando o trabalho de todos eles, assim como o de todos os funcionários do «Estado» em geral, com um salário de operário. Tal é a tarefa concreta, prática, imediatamente realizável em relação a todos os trusts, e que liberta os/as trabalhadores (as) da exploração, tendo em conta a experiência já começada na prática (especialmente no domínio da construção do Estado) pela Comuna.

Logo, Lênin entendeu que uma revolução proletária, que estava na antessala dos acontecimentos político-revolucionários russos de outubro de 1917, deveria avançar para a além da Comuna, reconhecendo que ela foi a primeira forma política de libertação do trabalho do jugo do capital, definindo-a nos seguintes termos: “A Comuna, tal é a forma, “enfim encontrada” pela revolução proletária, sob a qual se efetuará a emancipação econômica do trabalho” (Lênin, 2011, p. 96). A forma política da Comuna trouxe substância concreta para a luta dos/as trabalhadores/as em busca da sua emancipação e serviu de referência para organização dos Sovietes Russos, de modo que foi “[...] a primeira tentativa da revolução proletária para demolir a máquina de Estado burguesa; é a forma política, “enfim encontrada” que pode e deve substituir o que foi demolido” (Lênin, 2011, p. 96). No que concerne às mulheres, o ativismo político feminino colocou em debate muitas questões, como a criação de escolas para as mulheres, o fim da prostituição (que era parte da jornada de trabalho), a igualdade de salários entre homens e mulheres, o fim da distinção entre filhos nascidos fora e dentro do casamento. Algumas dessas pautas viraram conquistas (Valle, 2017).

Por conseguinte, em consonância com os argumentos de Maciel (2022), a principal lição histórico-prática deixada pela Comuna é a de que, ao destruir o Estado burguês, a auto organização dos/as trabalhadores/as pôs fim também ao seu caráter estranhado, uma vez que a abolição da máquina estatal – como todos os seus componentes já tratados anteriormente: a polícia, o exército permanente, o parlamento, o alto escalão do funcionalismo e toda a burocracia – destruiu toda aquela estrutura que se colocava acima e em oposição à sociedade, eliminando de vez o caráter estranho da máquina, em virtude da sua transformação em órgão de trabalho.

Tendo analisado os pressupostos do marxismo acerca de uma espécie de teoria do ‘Não-Estado’ proletário e seu consequente processo de definimento, Lenin ambicionou avançar os estudos sobre o Estado no século XX, durante o imperialismo e, particularmente, a experiência das revoluções russas de 1905 a 1917, tarefa inconclusa, dada a eclosão do movimento revolucionário bolchevique. O revolucionário russo explicou no posfácio da primeira edição da obra *O Estado e a Revolução*, que não tivera tempo para escrever uma só linha daquilo que seria um capítulo, em meio às agitações políticas que antecederam o levante popular, pois era “[...] mais agradável e mais útil viver a «experiência da revolução» do que escrever sobre ela”.

4 A CONTRIBUIÇÃO DE LÊNIN PARA A LUTA DA CLASSE TRABALHADORA FEMININA

Transcorrido mais de um século da escrita de *O Estado e a Revolução* (1977; 2011), de Lênin, é fundamental destacar sua iminente atualidade, em virtude da precisão de suas reflexões. Dentre elas, destaca-se aqui a centralidade das classes sociais como sujei-

tos políticos antagônicos e inconciliáveis; a natureza do Estado como órgão voltado à dominação burguesa e, finalmente, que a coação de classe somente poderá ser superada com a extinção da máquina estatal, por meio da ditadura do proletariado e da elevação do comunismo. Os elementos destacados parecem óbvios para quem tem familiaridade com o marxismo, mas não é de pouca relevância destacar essas lições fundamentais explanadas pelo revolucionário russo numa quadra histórica marcada pela fragmentação das lutas sociais em identitarismo e pela perda da referência da classe social, e nela pela da classe trabalhadora enquanto sujeito histórico revolucionário capaz de pôr fim à hegemonia da classe burguesa. É a partir dessa referência da classe que se pode conceber a sociedade burguesa como totalidade social sob a qual se observa a intersecção de uma série de sistemas de opressão que reforçam e reatualizam a exploração e espoliação do conjunto dos/as trabalhadores/as, inclusas as mulheres.

Federici (2017) ressaltou, de forma elucidativa, que a consolidação do modo de produção capitalista dependia da subjugação do trabalho feminino, da escravidão do negro e do indígena nas colônias ultramarinas e que esse trabalho não remunerado e domesticado se constituiu como base de sustentação do trabalho assalariado. Por isso, o controle do corpo feminino, da taxa de natalidade, do acesso ao emprego, do salário etc. tem a ver com os mecanismos do capital para o rebaixamento do valor do trabalho necessário e a transformação do o trabalho feminino em fonte permanente de acumulação primitiva de capital. Para tanto, o papel do Estado foi fundamental no processo de opressão dos corpos femininos, conforme endossado por Engels (1979), desde a transição do feudalismo para o capitalismo, mais especificamente na passagem do século XVI para o XVII. De maneira exemplificativa, pode-se

menção a constituição de uma política sexual que possibilitava o acesso ao sexo de forma gratuita, “[...] para cooptar os/as trabalhadores (as) mais jovens e rebeldes por meio de uma maliciosa política sexual” (Federici, 2017, p. 103). Com efeito, “[...] transformou o antagonismo de classe em hostilidade contra as mulheres proletárias” (Federici, 2017, p. 103).

Federici (2017) salienta que autoridades municipais francesas descriminalizavam o estupro quando as vítimas eram da classe trabalhadora. Logo, o estupro coletivo de mulheres trabalhadoras tornou-se prática corriqueira e aqueles que praticavam esse “esporte” eram jovens e filhos de família abastadas. Já as vítimas “[...] eram meninas pobres que trabalhavam como criadas ou lavadeiras, sobre as quais circulavam rumores de que eram “mantidas” por seus “senhores” (Federici, 2017, p. 103, grifo da autora). Evidencia-se, desse modo, a centralidade do Estado como agente reprodutor dos mecanismos de dominação e opressão que incidem nos corpos femininos, sobretudo na sociedade capitalista consolidada e madura.

As disputas pelo controle sobre os corpos femininos se acirram no contexto de aprofundamento da crise do capital, diante das suas dificuldades crônicas de valorização do valor, o que agudiza a tendência de barbarização da vida social por meio da intensificação da exploração de grupos subalternizados – como as mulheres, os negros, os latinos e os imigrantes. As transformações no cenário econômico global originaram uma ofensiva ultraliberal e ultraconservadora como racionalidade do capitalismo em crise, tendo como um dos efeitos a naturalização e a consolidação da extrema direita nos sistemas políticos nacionais a partir dos anos 2000 (Mude, 2022), em diferentes regiões do mundo, após anos de banimento desses partidos, em face dos terrores do nazismo.

A vitória de Donald Trump nos Estados Unidos (2016) e a de Bolsonaro no Brasil (2018) são expressões dessa ascensão do conservadorismo no campo da economia, da política e dos costumes, cristalizada na rapina dos direitos sociais e humanos e na intensificação da cultura do ódio às minorias sociais e sexuais, na misoginia, na xenofobia e transfobia. A desumanização de sujeitos políticos são as melhores táticas da democracia burguesa para alavancar os processos de exploração ou aniquilação dos corpos indesejáveis. Carapanã (2018, n.p.) qualifica a ‘nova’ direita como aglomerado ideológico que mistura ideias do conservadorismo, do libertarianismo e do reacionarismo, somadas à questão do eugenismo e da segregação racial, demonstrando claramente que ela flerta com o nazismo e o fascismo. E acrescenta: “[...] se o neoliberalismo desmontou o Estado de bem-estar social, a nova direita quer atacar o Estado como ente que garante direitos civis, direitos humanos”.

Na esteira de Lenin e da tradição marxista, sabe-se que o Estado é instrumento de dominação das classes possuidoras sobre o conjunto dos/as trabalhadores/as, tendo como mecanismo de coação as leis. Sobre a direção de burocratas e grupos ideológicos como a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), que reúne nomes como Damares Alves, Nicolas Ferreira, Sóstenes Cavalcante, Caroline de Toni, entre outros – políticos extremamente alinhados aos interesses do capital –, sob a batuta do lema “Deus, pátria e família”, o parlamento brasileiro, sobretudo a partir da 55ª Legislatura, tem promovido um verdadeiro assalto à dignidade das mulheres e das trabalhadoras brasileiras, com a propositura de projetos normativos como a Proposta de Lei (PL) 1904/2024, de autoria do pastor e deputado bolsonarista da FPE, Sóstenes Cavalcante (PL/RJ), que equipara o aborto realizado após 22 (vinte e duas) semanas de gestação ao crime de homicídio simples, inclusive em caso de gra-

videz decorrente de estupro e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 164/2012, cuja iniciativa foi do ex-presidente da Câmara dos Deputados e militante evangélico da FPE, Eduardo Cunha, que proíbe o aborto legal no país, alterando a Constituição Federal para garantir o entendimento de que a vida se inicia desde a concepção. Com isso, o aborto seria radicalmente proibido, mesmo em caso de estupro, feto anencéfalo e iminente risco de vida da mãe, regredindo os direitos das mulheres ao aborto legal garantidos pela Carta Magna a partir de uma concepção mágico-religiosa, fundamentada em interesses particularistas e econômicos de garantia e reprodução da dominação sobre os corpos femininos.

Aprovada a Emenda, as consequências para as mulheres serão danosas e desde já revelam uma ofensiva aos direitos fundamentais historicamente constituídos. Tal medida evidencia a submissão das mulheres a uma lógica de controle patriarcal, restringindo severamente a autonomia reprodutiva das pessoas que gestam. Nesse sentido, essas medidas podem ser interpretadas como expressões do entrelaçamento entre a opressão de gênero e a manutenção de estruturas econômicas e sociais que sustentam a exploração e a subordinação das mulheres, consolidando-as como elemento estruturais do sistema capitalista. O sistema patriarcal consagra a dominação masculina, engendra violências e exclusões e imprime ao capitalismo contemporâneo viés extremamente sexista. Assim, é possível perceber a conexão do Estado capitalista e do patriarcado – ambos se fortalecem para manter parcela das mulheres em situação de inferioridade em relação ao homem, com desvalorização e desigualdade cultural, social, econômica e política, associadas à invisibilidade de seus trabalhos e à mercantilização de seus corpos.

5 À GUIZA DE CONCLUSÃO

Não é redundante destacar a iminente atualidade da obra *O Estado e a Revolução: a doutrina do Marxismo sobre o Estado e as Tarefas do Proletariado na Revolução*, de Vladimir Lênin, sobretudo por evidenciar a centralidade da luta de classes na dinâmica social e seu caráter antagônico e inconciliável, mediante o qual emerge o Estado, cuja natureza se volta para a dominação da classe burguesa sobre o conjunto dos/as trabalhadores/as. Inevitavelmente, a coação das classes privilegiadas somente poderá ser superada com a extinção da máquina estatal por meio da ditadura do proletariado e da elevação do comunismo.

Com a extinção das bases materiais que sustentam o capitalismo – ou seja, as classes sociais antagônicas, a propriedade privada e o Estado –, desaparecerá também o fundamento concreto que legitima a sociedade patriarcal e a opressão sobre os corpos femininos. Logo, a tarefa revolucionária que emancipará a classe trabalhadora, libertará também todos os extratos sociais marginalizados pela racionalidade neoliberal capitalista como as mulheres, os negros, pessoas LGBTQIAP+, os latinos, os imigrantes etc. de todas as formas de opressão que se particularizam na subordinação de gênero, étnica, regional e geracional, entre outras.

Destarte, ceifar a hegemonia neoliberal imposta pelo capital de maneira autoritária, conservadora e fascista perante o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras de todo o mundo é condição *sine qua non* de libertação de toda a humanidade e da própria natureza. Obviamente, não se deve perder de vista que a brecha histórica em que Lênin escreveu era uma janela de afluxo dos movimentos sociais. Na situação hodierna, a revolução nem está na ordem do dia, nem se configura como possibilidade em

horizonte próximo, mas revisitar as lições fundamentais do marxismo é uma forma de resistência aos imperativos opressores do capital sobre todos os corpos (inclusive os femininos), bem como uma tentativa de acertar os caminhos e as batalhas que levarão a sua futura superação, assimilando a premissa básica dos grandes teóricos do marxismo, que é a indissociabilidade do par dialético entre teoria e prática como norte orientador da práxis social transformadora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1904, de 17 de maio de 2024**. Acresce dois parágrafos ao art. 124, parágrafo único ao artigo 125, parágrafo ao artigo 126 e um parágrafo único ao artigo 128, todos do Código Penal Brasileiro, e dá outras providências. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2434493> Acesso em: 27 dez. 2024.

BRASIL. Câmara dos Dep. **PEC nº 164, 02\05\2012**. Estabelece a inviolabilidade do direito à vida. Brasília, DF, 2012. Disp: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=543252>. Acesso 27\12\24.

CARAPANÃ, A. nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: GALLEGO, E. S (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ENGELS, F. **Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring**. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, F. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

LENIN, V. I. **O estado e a revolução**. Campinas: FE/Unicamp, 2011.

LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução**: a doutrina do Marxismo sobre o Estado e as Tarefas do Proletariado na Revolução. [S.l.]: Editorial Avante, 1977. Edição eletrônica.

MACIEL, L. O. Apontamentos sobre a concepção de estado de Lenin em o estado e a revolução: para uma crítica do estado como mero aparato de repressão. **Germinal**: marxismo e educação em debate, Salvador, v. 14, n. 1, p. 610-634, abr. 2022.

MARX, K. **A guerra civil na França**. [S.l.]: Rocket Edition, 1999.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MUDE, C. **A extrema direita hoje**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

VALLE, C. As mulheres e a Comuna de Paris de 1871. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

VIANA, N. A Revolução Russa de 1905 e os Conselhos Operários. **Rev. Dig.**, Florianópolis, n 4, p. 42-58, 2010.

Mulheres Atravessadas pelas Questões de Gênero na Sociedade de Classes

Mylena da Silva

1 INTRODUÇÃO

Ao contextualizarmos aspectos da realidade concreta, percebe-se que é fato que a desigualdade social entre homens e mulheres está imbricada nas raízes do patriarcado, e nesse sentido, Frederick Engels (1968), na célebre obra “Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”¹, afirma que a primeira opressão ocorreu a partir da dominação do homem sobre a mulher e depois mediante a inserção na sociedade de classes. Logo, tratar das desigualdades entre seres de sexo “oposto” nos induz apreender o mundo para além da pseudoconcreticidade, tendo em vista a destruição real das relações percebidas na imediatividade do pensamento a fim de desenvolver um conhecimento em sua essência (Kosik, 1976). Outrossim, torna-se preciso centrar nas relações de produção e reprodução ontológica, ao apreender o fenômeno na totalidade da vida social (Lukács, 1979).

¹ A obra referência para a compreensão da estrutura da sociedade - desde o estado selvagem, a barbárie até a chegada da civilização -, Friedrich Engels (1820-1895) interpreta as investigações de Lewis Morgan (Estados Unidos, 1877) e enriquece os detalhados estudos de Karl Marx sobre a análise materialista da história.

É na origem da propriedade privada que se verifica a raiz da dinâmica do capitalismo, a exploração do trabalho, base fundamental para a acumulação de riqueza e poder. Esse processo de produção e, ao mesmo tempo, processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do/a trabalhador/a que se transforma continuamente em mercadoria, em capital e em valor, o qual suga a força criadora de valor, em meios de subsistência que comprem pessoas, em meios de produção que se utilizam dos/as produtores/as (Marx, 2017).

O Estado, sob a hegemonia da burguesia, desempenhou\desempenha um papel crucial como aliado na consolidação do sistema capitalista, apoiando as condições que permitiram a exploração\superexploração e acumulação de capital. Embora o modo de produção ainda não tivesse um caráter especificamente capitalista, a pactuação entre o Estado e a burguesia foi fundamental para estabelecer as bases do sistema e garantir sua expansão no espaço. Essa aliança entre o Estado e a classe dominante teve implicações significativas ao desenvolvimento do capitalismo e nas dinâmicas de poder que moldaram a sociedade de classes, assim assinalado no Manifesto Comunista, Marx e Engels *o governo é o conselho de administração que rege os interesses coletivos da classe burguesa*.

As raízes universais desse fenômeno transversalizam a partir de mediações sócio-históricas sinalizando no panorama contemporâneo, sob a égide do capital monopólico, as produções e reproduções das relações sociais no espaço, conformando velhas e reatualizadas mazelas sociais, configuradoras das expressões da "questão social", as quais assumem novas roupagens na atualidade. Sem, contudo, perder a determinação medular pela força metabólica da financeirização, produzir e reproduzir mais-valor, revigora-se enquanto estratégia do processo de acumulação ampliada de geração de superlucro. Destarte, determina-se pela

relação capital/trabalho sob a dinâmica intensificada da exploração e da lógica de valorização do valor, cuja compreensão em sua totalidade só é possível através da Lei Geral da Acumulação Capitalista.²

Nesse sentido, configura-se a base estruturante dos fundamentos da "questão social" enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, [...] apreendidas como expressões ampliadas das desigualdades sociais, entre estas, a desigual relação de classe, raça e gênero. Nesta face dos marcadores de gênero, as mulheres se constituem como principais alvos destes reflexos, pois em razão do machismo e do patriarcado arraigados na formação sócio-histórica do Brasil, podemos localizar na atual conjuntura, a exponencialidade das desigualdades entre homens e mulheres, à luz da lógica da competitividade que metaboliza assimetrias de gênero, configurando as mais diversas formas de superexploração e desdobrando na cultura violência de classe, gênero e raça.

Logo, faz-se fundamental pautar os aspectos que imbricam o papel da mulher numa sociedade opressora que reproduz desigualdades de classe, gênero e etnia sob a cultura do patriarcado, do machismo e sexismo presentes no cotidiano de famílias ao longo do processo da formação sócio-histórica brasileira. Outrossim, visualizamos a retificação de velhas práticas conservacionistas de relações de gênero, cujo imaginário esconde a concretude em detrimento do patriarcado oriundo do sistema capitalista, apresentando-se como face da tríade Família, Estado e Propriedade Privada.

² A lei geral de acumulação capitalista, exposta no capítulo XXIII de O capital: A lei geral é um efeito que permite enxergar a causa das crises como fenômeno imanente ao capitalismo, a despeito das múltiplas formas que estas podem assumir conjuntamente. Por um lado, não se pode dizer que a lei geral é uma forma de manifestação das crises, porque essa lei tendencial é desenvolvida em um nível de abstração em que as crises são apenas uma possibilidade abstrata.

Karl Marx (1998) considera a família como a primeira propriedade, onde a sociedade burguesa explora a força de trabalho de mulheres e crianças, submetendo-os à alienação do capital. No interior dessa sociabilidade, cria-se a cultura das diferenças de gênero, estereotipando a mulher como frágil e submissa, enquanto o homem ocupa o topo hierárquico. Valores burgueses atravessam questões étnico-raciais e de gênero, reforçando desigualdades contra mulheres negras, pardas e trabalhadoras pobres das periferias, alvos da violência estrutural.

O conceito de gênero é essencial para analisar relações de poder e desigualdade. Segundo Scott (1995), gênero é uma construção social que molda desigualdades entre homens e mulheres. Essa perspectiva evidencia a importância das lutas feministas por igualdade de direitos, enfrentando as disparidades estruturais perpetuadas por valores patriarcais e racistas. A compreensão dessas relações é fundamental para transformar a sociedade.

O Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM, 2024) destaca desafios enfrentados pelas mulheres brasileiras, como a sobrecarga do trabalho reprodutivo, afetando 4,3 milhões de chefes de famílias monoparentais, majoritariamente negras e pardas (65,8%). Essa sobrecarga limita sua inserção no mercado de trabalho, agravando desigualdades. Apesar de avanços na participação feminina na força de trabalho, de 49,3% em 2020 para 52,5% em 2022, as mulheres ainda enfrentam barreiras significativas.

A pobreza no Brasil apresenta um recorte de gênero e raça. Em 2022, 36,5% dos domicílios chefiados por mulheres negras ou pardas estavam abaixo da linha de pobreza, comparado a 18% dos domicílios chefiados por mulheres brancas (RASEAM, 2024). Políticas de Transferência de Renda como o Programa Bolsa Fa-

mília, com 82,9% de mulheres como titulares, têm papel crucial na redução dessas desigualdades. Contudo, mesmo com maior escolaridade feminina, as oportunidades no mercado de trabalho e nos espaços de poder ainda são limitadas. A representação feminina na política brasileira é uma das mais baixas do mundo, com apenas 14,8% dos assentos na Câmara dos Deputados ocupados por mulheres (IBGE, 2024). Mesmo com o aumento de candidaturas femininas entre 2018 e 2022, a taxa de sucesso é de apenas 3,3%, onde a liderança política segue dominada por homens, perpetuando desigualdades de gênero. Exemplos como o PL 1904/2024, que equipara o aborto ao crime de homicídio, ilustram o que nos faz questionar: *a quem interessa o controle sobre os corpos femininos?*

A sociedade brasileira é marcada por relações patriarcais que estruturam opressões e desigualdades, especialmente contra mulheres negras e pobres. O aumento de 5,5% nos feminicídios entre 2021 e 2022 exemplifica a violência enfrentada por essas mulheres. A crise do trabalho, agravada pela pandemia, intensificou a pobreza e a precariedade. Ser mulher, negra e pobre significa viver uma luta constante contra um sistema capitalista, racista e patriarcal, que perpetua as desigualdades e marginalizações.

Neste estudo, adotamos a abordagem teórico-metodológica materialista histórico-dialética, sustentada pelas categorias da totalidade, historicidade e práxis revolucionária. A totalidade refere-se ao conjunto de partes articuladas e permeadas por contradições, enquanto a historicidade permite compreender a origem e os processos históricos dos fatos sociais, evitando análises superficiais. Netto (2011), parafraseando Marx (1968), destaca que o conhecimento teórico é a reprodução ideal do movimento real do objeto, permitindo ao pesquisador compreender a estrutura e dinâmica da realidade (Tonet, 2018, p. 116).

A relação entre sujeito e objeto, na teoria de Marx, difere de Hegel. Para Marx (1968), o ideal é o material transposto e interpretado pelo ser humano, indicando o papel ativo do sujeito no processo de apreensão do objeto. Netto (2011) enfatiza que o sujeito deve mobilizar, criticar e revisar conhecimentos, além de exercer criatividade. Este processo é essencial para compreender a essência, estrutura e dinâmica da sociedade, garantindo uma interpretação crítica e fundamentada dos fenômenos sociais e históricos.

O método materialista histórico-dialético é central no projeto de formação do Serviço Social brasileiro, comprometido com a teoria crítica que busca não apenas interpretar, mas também transformar a sociedade. Para Netto (2011), o assistente social deve articular uma visão global da dinâmica social, compreendendo o modo de produção capitalista e suas particularidades no Brasil, onde a prática profissional, assim estruturada, exige solidez teórica e compromisso com a práxis revolucionária. Assim, o autor aponta a eficácia do método para capacitar o profissional a interpretar e atuar sobre as contradições das variadas expressões da "questão social", promovendo avanços no enfrentamento das desigualdades e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse sentido, discutiremos a seguir, partir da teoria social de Marx, os fundamentos da sociabilidade, destacando a tríade "Estado, Família e Propriedade Privada", enquanto elementos constitutivos do sistema patriarcal, apontando a importância da análise de classe, raça e gênero enquanto categorias que substanciam na sociedade do capital. Deste modo, abordaremos o conceito de gênero como categoria histórica numa articulação aos debates que, na contemporaneidade, assumem a rigorosa apreensão na realidade concreta, perpassando aspectos das

lutas de mulheres trabalhadoras. A análise teórica da categoria inclui abordagens feministas e marxistas, essenciais para entender as dinâmicas de poder e relações de produção e reprodução que reificam as desigualdades de desigualdade de classes e gênero.

Por fim, enfatizamos o papel das lutas feministas na busca por direitos e o modo como as desigualdades refletidas pelas estruturas patriarcais e capitalistas oprimem e controlam as mulheres nos espaços de poder. A reflexão crítica sobre as teorias de gênero e a divisão social e sexual do trabalho oferecem uma visão complexa das opressões enfrentadas pelas mulheres, demandando uma luta contínua em busca de uma sociedade menos “*injusta e desigual*” na perspectiva do feminismo emancipatório, conforme discutiremos a seguir.

2 PENSAMENTO MARXISTA E A EMANCIPAÇÃO DA MULHER INTRINSECAMENTE LIGADA À SUPERAÇÃO DO CAPITALISMO

A luta das mulheres no contexto da urbanização e do direito à cidade é indissociável das lutas mais ampla da classe trabalhadora por emancipação política e humana, portanto, da própria sociabilidade capitalista (Marx, 1844).³ Sob a perspectiva marxiana, é fundamental compreender como as mulheres, particularmente as da classe trabalhadora, têm sido historicamente mar-

³ Emancipação política e humana no ponto de vista de Marx, Bauer falha em distinguir emancipação política e humana: como assinalado acima, a emancipação política em um Estado moderno não requer que os judeus (ou os cristãos, por esse motivo) renunciem à religião; apenas a emancipação humana completa envolveria o desaparecimento da religião, mas isso ainda não seria possível, não “na ordem mundial ora existente”. (Boitempo Editorial, 2010. Tradução: Nelio Schneider e Wanda Caldeira Brant).

ginalizadas e oprimidas não apenas no espaço doméstico, mas também nos espaços públicos e políticos da cidade. Karl Marx e Friedrich Engels destacaram que a opressão das mulheres está profundamente enraizada nas estruturas econômicas e sociais do capitalismo.

Desse ponto de vista, Friedrich Engels (2000), em sua obra "*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*", argumenta que a família patriarcal e a subordinação das mulheres são produtos diretos do desenvolvimento das relações de propriedade privada. Nesse sentido, a luta pela emancipação humana das mulheres está intrinsecamente ligada à luta contra a propriedade privada e o Estado capitalista. Ao recorrer ao pensamento de Engels (2000) apreende-se que,

o primeiro antagonismo de classes na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher na monogamia, e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino (Engels, 2000, p. 68).

A opressão das mulheres é uma questão que se torna política com o surgimento da sociedade burguesa, especialmente no contexto da "dupla revolução" do século XVIII, que inclui a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Inácio (2013), aponta que o ideário iluminista da Revolução Francesa, que promovia valores de igualdade, liberdade e fraternidade, não contemplou as mulheres, resultando em sua exclusão das conquistas sociais da época. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, considerada um marco na luta pelos direitos humanos, não reconheceu a metade da população, levando figuras como Olympe de Gouges a redigir a Declaração dos Direitos da Mulher e

da Cidadã em 1791,⁴ denunciando a desigualdade presente no discurso iluminista.

É fato que, Marx e Engels, em suas análises sobre a sociedade capitalista, abordaram a opressão das mulheres, reconhecendo que a relação entre os gêneros e a estrutura familiar é marcada por uma dinâmica de subalternidade. Segundo Inácio (2013), a luta de classes, que Karl Marx considera o motor da história, também se reflete nas relações de gênero, onde o operariado é visto como o sujeito revolucionário capaz de transformar a sociedade. A opressão das mulheres, portanto, é entendida como parte integrante da luta contra o capitalismo, que perpetua desigualdades em diversas esferas sociais.

A análise marxista da opressão feminina é aprofundada em "*O Capital*", onde Marx discute a dupla opressão das mulheres, tanto no espaço produtivo quanto no doméstico, destacando que, embora o trabalho das mulheres na indústria seja uma fonte de exploração, sua inserção na produção social também é vista como um potencial para a emancipação. Essa contradição revela a complexidade da condição feminina sob o capitalismo, onde a exploração econômica se entrelaça com as relações de gênero.

Importa reforçar que a concepção marxista da opressão da mulher foi desenvolvida pelos/as revolucionários/as na primeira metade do século XX, cabendo assinalar o pensamento de V. I. Lenin, Leon Trotsky, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai e Rosa Luxemburgo. Estes, partiram da análise não só da experiência internacional do movimento operário e socialista, como dos avan-

⁴ A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791) é um documento jurídico de apelo fervoroso pela emancipação feminina no período da Revolução Francesa (1789), em resposta à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), no contexto de clamor por direitos e rupturas sociais, culturais e políticas. https://pt.wikipedia.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o_dos_Direitos_da_Mulher_e_da_Cidad%C3%A3

ços e limites do movimento feminista, desde o século XIX até o século XX.

Assevera-se que a III Internacional foi importante à discussão da questão da mulher na qual sua constituição foi resultado da vitória do proletariado na Rússia em 1917, cuja Revolução Russa foi um dos marcos mais importante do século XX, contemplando, praticamente, todas as questões inerentes às pautas dos/das trabalhadores/as. Esse processo revolucionário que irrompeu em 1917 constituiu-se em grande avanço no que se refere à libertação da mulher, assim como demonstrou a profunda complexidade e os grandes obstáculos enfrentados pela nova ordem econômica e social, depois da revolução proletária, para superar as tradições e os costumes conservadores nas relações entre homem e mulher, a fim de poder superar as antigas relações sociais e reconstruir novas relações entre ambos sujeitos. De acordo com Siqueira (2019),

Lênin, dirigente máximo do processo revolucionário, afirmava que a posição da mulher após a Revolução Russa ganhava novos contornos, tendo em vista que colocava em destaque a distinção entre a antiga democracia burguesa – formal e limitada – e a nova democracia operária – fundada nos conselhos de trabalhadores e trabalhadoras –, dando respostas diferenciadas aos problemas das mulheres. Tanto a comuna de Paris (1871) quanto à Revolução Russa (1917) demonstraram que a autêntica emancipação da mulher só será possível com o fim da exploração de classe, pois o fundamento de todas as formas de opressão é de classe (Siqueira, 2019, p. 44).

A crítica de Alambert (1986) à abordagem de Marx e Engels sobre a questão feminina é relevante, pois, embora reconheça

que a análise se limita ao plano econômico, erroneamente, não se pode afirmar que os/as autores/as negligenciaram a temática. O foco de Marx e Engels era desenvolver uma teoria socialista que considerasse as relações de produção e as condições para a transformação revolucionária da sociedade. Assim, a exploração das mulheres e de seus filhos pela grande indústria é captada como um aspecto central da problemática social (Inácio, 2013).

A emancipação das mulheres, segundo Karl Marx, deve ser entendida como parte da emancipação humana mais ampla, ou seja, da própria sociabilidade opressora. Alambert (1986) enfatiza que os Manuscritos Econômico-Filosóficos são fundamentais para essa compreensão, pois Marx argumenta que a emancipação⁵ da mulher está intrinsecamente ligada à superação do capitalismo. A análise do trabalho alienado revela a insuficiência de uma igualdade meramente jurídica e política, que não aborda as raízes da opressão (Inácio, 2013).

Concomitantemente, Clara Zetkin (1976), em seus escritos sobre a questão feminina, aponta que a emancipação das mulheres só pode ser alcançada através da destruição do sistema capitalista, que é sustentado pela exploração tanto do proletariado quanto das proletárias. Zetkin enfatiza a necessidade de que as mulheres participem ativamente das lutas revolucionárias, não apenas como apoiadoras, mas como protagonistas, afirmando que “a luta pela libertação da mulher é inseparável da luta pela libertação de toda a humanidade do jugo do capital” (Zetkin, 1976, p. 43). Nesse sentido,

coube às mulheres revolucionárias marxistas, a partir de uma política socialista, atuarem no seio do movimento de mulheres trabalhadoras e da juventude, no sentido de

⁵ *Emancipation*; Marx, Karl, 1818-1883; Trabalho e alienação (Filosofia); Propriedade privada; Socialismo e comunismo.

unir e organizar concretamente o conjunto da classe trabalhadora no combate às opressões e à exploração do capital (Siqueira, 2019, p. 51).

Desse modo, Alexandra Kollontai (2007) também contribui para essa discussão ao sublinhar que a verdadeira emancipação feminina só será possível em uma sociedade socialista, onde as estruturas opressivas de gênero e classe sejam abolidas, pois “a nova moral sexual proletária é inseparável da luta de classes, pois reflete as necessidades da classe trabalhadora de destruir as velhas formas de vida que sustentam a opressão” (Kollontai, 2007, p. 92). Sublinhamos que Karl Marx também discutiu a relação entre o homem e a mulher como uma expressão da degradação humana sob o capitalismo, uma vez que opressão das mulheres é vista como uma questão que não pode ser dissociada da luta contra a alienação e a exploração do trabalho. Nessa perspectiva, Marx (2002) aponta que

a primeira preocupação do capitalista, ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital. O trabalho obrigatório, para o capital, tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre realizado, em casa, para a própria família, dentro de limites estabelecidos pelos costumes (Marx, 2002, p. 451).

Sendo assim, Inácio (2013) ressalta que, embora Marx não desprezasse a conquista de direitos civis e políticos para as mu-

lheres, ele via essa emancipação como parcial, limitada ao campo da emancipação política. A análise contemporânea da opressão das mulheres revela que, em um contexto de crise do capital, as desigualdades e contradições de classe se acentuam, resultando em formas de opressão que se manifestam na precarização do trabalho feminino, na dupla jornada de trabalho e na feminização da pobreza. Outrossim, a autora argumenta, que a necessidade de aprofundar os vínculos entre exploração de classe e a opressão patriarcal é crucial para uma compreensão mais ampla da emancipação feminina, conforme apreende Karl Marx na obra “A Questão Judaica”⁶. Outrossim,

Não há dúvida que a emancipação política representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do mundo atual. É óbvio que nos referimos à emancipação real, à emancipação prática (Marx, 2007, p. 23).

A crítica ao patriarcado e ao racismo, conforme Saffioti (1987), é essencial para entender as múltiplas dimensões da opressão das mulheres. Nessa perspectiva, apontamos que a abordagem marxista deve ser ampliada para incluir essas questões, reconhecendo que a luta pela emancipação das mulheres não pode ser reduzida a uma única narrativa, uma vez que a consubstancialidade se torna uma ferramenta importante para analisar as diferentes formas de opressão que as mulheres enfrentam em suas vidas cotidianas, principalmente as que são

⁶ “Sobre a Questão Judaica” é um ensaio de Karl Marx escrito no outono de 1843. É uma das primeiras tentativas de Marx de lidar com categorias que seriam chamadas mais tarde de Materialismo histórico, a concepção materialista da história. (Boitempo Editorial, 2010. Tradução: Nelio Schneider e Wanda Caldeira Brant).

relegadas à margem da sociedade capitalista, misógina, patriarcal e racista.

István Mészáros, em *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*, reforça a ideia de que a luta pela igualdade de gênero é parte integrante da luta contra o capital, pois "o capital subordina todas as esferas da vida humana, inclusive as relações de gênero, e apenas superando essa lógica é que se pode alcançar uma verdadeira emancipação" (Mészáros, 2011, p. 247). Esse pensamento é ecoado por Clara Zetkin,⁷ que, em *La cuestión femenina y la lucha contra el reformismo*, enfatiza que "a libertação das mulheres é inseparável da luta contra o reformismo e pelo socialismo, pois somente o socialismo pode garantir a verdadeira igualdade" (Zetkin, 1976, p. 66).

A exploração do trabalho feminino na indústria capitalista, conforme Marx (1985), é um exemplo claro de como a maquinaria capitalista transforma o trabalho em um meio de aumentar a exploração, a exemplo, a entrada de mulheres e crianças no mercado de trabalho, em condições precárias, evidenciando a degradação moral da família e os maus-tratos às crianças, resultantes da superexploração do trabalho feminino. Marx (1985) descreve que "Esta [resistência] é, de qualquer modo, diminuída pela aparente facilidade do trabalho na máquina e pela maior docilidade e maleabilidade do elemento feminino e infantil" (Marx, 1985, p. 29). Deste modo, podemos compreender que a análise marxista da opressão das mulheres, não se limita a uma crítica econômica,

⁷ É preciso realçar na história da questão da mulher, entre revolucionárias e revolucionários marxistas, o papel de Clara Zetkin. Foi uma das mais importantes dirigentes marxistas na II e na III Internacionais. Foi dirigente não só do Partido Social Democrata Alemão (SPD) como também foi eleita membro do Comitê Central do Partido Comunista Alemão, fundado em 1918. No II Encontro Internacional de Mulheres Socialistas realizado em Copenhague, em 1910, Zetkin propôs a criação de um Dia Internacional das Mulheres, em homenagem às mulheres trabalhadoras.

mas envolve uma compreensão mais ampla das relações sociais e das estruturas de poder que perpetuam a desigualdade.

Assim, Inácio (2013) concorda que a luta pela emancipação das mulheres deve ser vista como parte de uma luta mais ampla pela justiça social e pela transformação da sociedade, uma vez que a superação do capitalismo e das classes sociais antagônicas é uma condição central para a emancipação humana. Conforme argumenta Lênin (1980),

a verdadeira emancipação da mulher e o verdadeiro comunismo não começarão senão onde e quando começa a luta em massa (dirigida pelo proletariado, dono do poder do Estado) contra esta pequena economia doméstica, ou mais exatamente, sua transformação massiva em uma grande economia socialista (Lênin, 1980, p. 66).

Em suma, a reflexão marxista sobre a opressão das mulheres oferece uma base teórica importante para a análise das desigualdades de gênero na sociedade contemporânea, onde a consubstancialidade entre classe, gênero e raça deve ser considerada para uma compreensão mais completa das dinâmicas de opressão. A contribuição de Marx e Engels para a reflexão sobre a opressão das mulheres é inegável, mas é necessário reconhecer que essa análise deve ser ampliada e contextualizada nas lutas contemporâneas, pois é fato que emancipação das mulheres não pode ser vista como um objetivo isolado, mas como parte de um projeto ético-político mais amplo que busca a libertação de todos os seres humanos da opressão e da exploração. A construção de uma sociedade mais justa e igualitária requer a articulação das lutas feministas com as lutas sociais, políticas e econômicas, em um esforço conjunto pela emancipação humana e derrocada do sistema patriarcal e capitalista.

3 SUBVERTENDO PARADIGMAS: OPRESSÕES E DESIGUALDADES DE CLASSE E GÊNERO, CATEGORIAS QUE SE CONSUBSTANCIAM

Joan Scott (1989), em *"Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica"*, defende que gênero deve ser considerado uma esfera analítica para promover uma nova construção histórica. Inicialmente, a autora aborda o uso linguístico do termo, que era frequentemente distorcido, como no exemplo do Dicionário da Língua Francesa de 1876. Com o tempo, feministas começaram a usar "gênero" para descrever a organização social das relações entre os sexos, rejeitando o determinismo biológico. Scott destaca que as feministas buscavam superar a limitação de estudos que separavam homens e mulheres, defendendo a compreensão do gênero na história passada e prática atual, sendo isso fundamental para que historiadores(as) adotassem abordagens descritivas e causais sobre o tema.

Nos anos 1980, o termo "gênero" ganhou destaque nos estudos feministas, substituindo "mulheres" em textos acadêmicos para conferir neutralidade e objetividade. No entanto, Scott argumenta que essa substituição muitas vezes reforça a ideia de que o mundo das mulheres está inserido no dos homens, em posição de subordinação. Enquanto categoria descritiva, o termo é associado ao estudo das mulheres, mas sua incorporação nos campos históricos não tem sido suficiente para transformar paradigmas tradicionais. Assim, embora o uso de "gênero" traga legitimidade acadêmica, ele também evidencia os desafios de integrar as mulheres à história sem perpetuar hierarquias e desigualdades. Castro (2000), destaca que

Com o conceito de gênero pretendia-se uma alternativa a um viés naturalista e segmentado, aportado em indiví-

duos em si (mulheres e homens). Gênero mais apontaria para relações sociais, portanto apelando para sua dialética articulação com outras relações, ou seja, seria um estruturante da totalidade social, que permitiria sair das dicotomias entre o específico e o universal, entre a produção e a reprodução, entre o subjetivo e o objetivo (que tanto contaminaram os debates sobre a questão da mulher). Ironicamente, o conceito de gênero, hoje, é congelado, reduzido a termo de posição, e, como tal, é peça chave no investimento das agências internacionais de apoio a um sistema de organizações não-governamentais que lidariam com direitos das mulheres, sem subverter, ao contrário, o edifício de relações sociais que se realizam no capitalismo e seus motores como hierarquia, competição e apropriação privada em proveito de alguns (Castro, 2000, p. 100-101).

Visto isso, alguns/mas pesquisadores/as esforçaram-se para empregar teorias que explicassem o seu conceito e sua mudança histórica por meio de abordagens nas análises do gênero que, segundo Scott (1989, p. 9), foram divididas em três posições teóricas: 1) um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado; 2) a partir da tradição marxista, procurando um compromisso com as críticas feministas; 3) fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito. Para a autora, há problemáticas que se formam nessas perspectivas, pois mesmo as teóricas do patriarcado questionando as desigualdades dos sexos de formas importantes, ainda assim, as suas teorias não explicam o que é que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras desigualdades. Em contrapartida, com relação à abordagem marxista, Inácio (2013) é feliz quando aponta que

a análise das relações sociais capitalistas segundo o método materialista histórico e dialético criado por Marx (1818-1883) e Engels (1820-1896) permitiu pensar a questão das mulheres na totalidade social do capitalismo e, a partir daí, defender a emancipação das mulheres de modo radical, para além da emancipação política e na perspectiva da emancipação humana. (Inácio, 2013, p. 36).

As autoras marxistas Angela Davis (2016) e Bell Hooks (2018) ressaltam a importância de considerar as questões de gênero dentro do contexto das estruturas de poder e exploração do sistema capitalista. Davis (2016) argumenta que a opressão de gênero é usada como uma ferramenta para manter a exploração e a desigualdade entre as classes sociais. Por sua vez, Hooks defende um feminismo interseccional que reconhece e aborda as interseções entre gênero, raça, classe e outras categorias sociais na construção das desigualdades. Portanto, o gênero é analisado juntamente com outros sistemas opressivos, proporcionando uma perspectiva mais abrangente e inclusiva sobre as lutas feministas.

Logo, sabemos que as lutas feministas têm sido cruciais para a conquista de direitos e igualdade de oportunidades para as mulheres. Saffioti (2015) afirma que o feminismo é um movimento social e político que busca a igualdade entre os sexos e a libertação das mulheres, e assim, a partir dessa perspectiva, entende-se como as lutas feministas têm contribuído para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Entre as principais conquistas do movimento feminista, destacam-se o direito ao voto, a equiparação salarial, a legalização do aborto e a punição da violência contra a mulher. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir a igualdade de oportunidades e direitos entre homens e mulheres.

Além disso, o feminismo tem sido marcado por diferentes correntes e estratégias que buscam enfrentar as desigualdades de gênero em várias esferas da vida social. Hirata e Kergoat (2017) apontam para a existência de diferentes abordagens feministas, como o feminismo progressista, o feminismo radical, o feminismo de diversidade e o feminismo pós-moderno, onde cada corrente possui suas próprias concepções sobre a opressão das mulheres e suas estratégias para combatê-la. O feminismo liberal, por exemplo, busca a igualdade de oportunidades e direitos entre homens e mulheres dentro do sistema capitalista, enquanto o feminismo radical almeja uma transformação radical das relações de poder entre os gêneros.

Hirata e Kergoat (2017), apresentam uma análise crítica sobre a evolução das modalidades da divisão sexual e social do trabalho. As autoras propõem uma definição própria para o conceito, que não se limita apenas à questão de gênero, mas também está relacionado à família e às relações sociais. Segundo elas, existem diferentes modelos que organizam essa divisão, como o modelo tradicional, o modelo da igualdade formal e o modelo da igualdade real. No entanto, elas apontam que há um novo modelo emergente na atualidade: o modelo da delegação.

O modelo de delegação atribui às mulheres a continuidade das tarefas domésticas, mas com a possibilidade de repassá-las a terceiros, como empregadas ou serviços contratados, permitindo conciliar demandas profissionais e familiares. No entanto, Hirata (2006) e Heilborn e Rodrigues (2018) criticam esse modelo, afirmando que ele perpetua a divisão sexual do trabalho e estereótipos de gênero, sem promover redistribuição equitativa de tarefas entre homens e mulheres. Essa divisão reflete-se nas desigualdades salariais e na hierarquia simbólica, mesmo em cargos equivalentes, com as mulheres ocupando postos de

trabalho mais precários, informais ou de tempo parcial em todo o mundo.

Cruz (2005), ao abordar a articulação entre produção e reprodução, destaca a interseção entre relações de classe, gênero e dominação patriarcal, entendida como poder simbólico que define as bases da feminilidade e masculinidade. Essa ordenação sustenta relações de poder desiguais entre os sexos, vinculando a divisão sexual do trabalho não apenas ao comando do capital, mas também à dominação patriarcal. Paoli (1985, apud Cruz, 2005) reforça que essa cultura política estrutura as relações sociais, explicando como opressão e exploração se consolidam nas relações entre os sexos, evidenciando a profundidade dessas desigualdades.

Zetkin (1976), uma das pioneiras na teoria marxista feminista, contribui significativamente para a compreensão não somente das lutas de classe, mas das lutas que classe e de gênero enquanto categorias que se consubstanciam. A estudiosa argumenta que a emancipação das mulheres está intrinsecamente ligada à luta de classes, sendo impossível alcançar a igualdade de gênero em um sistema capitalista que perpetua a exploração. Para ela, a questão da mulher deve ser abordada dentro do contexto da luta socialista, pois somente através da superação do capitalismo é que as mulheres podem realmente se emancipar. A autora critica as feministas burguesas por isolarem a luta das mulheres da luta de classes, advertindo que isso pode levar a um reforço das divisões sociais e ao fracasso na conquista de uma verdadeira igualdade. Sua perspectiva é de que a luta feminista não deve se limitar às demandas por igualdade formal, mas sim buscar uma transformação radical das relações sociais que sustentam tanto o patriarcado quanto o capitalismo. Essa visão marxista feminista é fundamental

para entender a interseção entre gênero e classe na luta pela emancipação (Zetkin, 1976).

Isto posto, Inácio (2013) destaca que o método materialista histórico e dialético de Marx e Engels permite analisar a questão feminina no capitalismo, defendendo uma emancipação radical das mulheres, além da emancipação política. Rosa Luxemburgo (2005), contemporânea e aliada de Zetkin, também faz uma importante contribuição ao debate, ao criticar a social-democracia e destacar a necessidade de uma luta revolucionária que não negligencie as opressões de gênero. Para Luxemburgo, a emancipação feminina só seria possível em uma sociedade socialista, onde as mulheres seriam liberadas das amarras do patriarcado e do capitalismo. Sua visão contribui para uma análise mais profunda das interseções entre gênero, classe e capitalismo, desafiando tanto as teorias feministas que isolam o gênero como categoria única, quanto às abordagens que desconsideram as especificidades da opressão feminina no contexto capitalista.

A teoria marxista feminista, ao integrar as ideias de Luxemburgo e Zetkin, oferece uma abordagem robusta para a compreensão das opressões interligadas de classe e gênero. Para Cruz (2005), é essencial entender a relação entre produção e reprodução, considerando as relações de classe e gênero como opressões interdependentes. A divisão social e sexual do trabalho, portanto, não é apenas uma questão de gênero, mas também uma estrutura de poder que perpetua a exploração capitalista, estruturada tanto pela dominação patriarcal quanto pela exploração capitalista, onde o patriarcado exerce um poder simbólico que define as relações de poder entre os sexos, fundamentando as desigualdades sociais. Esse entendimento é essencial para uma análise marxista feminista que busca não apenas a igualdade, mas a transformação radical das estruturas sociais. Zetkin (1976)

e Luxemburgo (2005) reforçam a necessidade de uma luta que transcenda as fronteiras de gênero, integrando-as à luta de classes para alcançar a verdadeira emancipação (Zetkin, 1976).

Cabe assinalar que a concepção marxista da opressão da mulher fundamentada por Marx e Engels e apropriada no século XX pelos marxistas revolucionários, na contemporaneidade, tem se constituído estratégica na organização política e na luta das mulheres trabalhadoras em todo o mundo, na busca de uma sociedade anticapitalista, antimachista e antiracista. Na atual conjuntura, as ondas de crises do capitalismo, em vista da superacumulação de capital, potencializa a barbarização da vida e das formas de violação dos direitos, o que nos remete a Marx, e nos leva a destacar a violência enquanto parteira da sociedade e que continua sendo reproduzida de inúmeras formas, refratadas nas expressões da “questão social” que assolam a vida de trabalhadoras e trabalhadores, seja pelo braço repressivo do Estado, seja pela retirada de direitos sociais.

Assim, no panorama assolado de crises estrutural/conjuntural, impõe-se à classe trabalhadora a organização e resistência, diante de tantas ofensivas voltadas para a destruição à vida dos/das trabalhadores/as, impulsionando-os/as ao processo da luta de classes para frear o desmonte de direitos sociais, o cerceamento de liberdades e a criminalização de lutadores sociais.

4 À GUIA DE CONCLUSÃO

Diante do que foi discutido, conclui-se que, atreladas, às lutas feministas e as lutas de classe, constituem um eixo fundamental para a análise e compreensão das condições de desigualdade vivenciadas pelas mulheres no campo das categorias

que se consubstanciam na sociabilidade do capital: classe, raça e gênero. No âmbito do Serviço Social, é fato que a emancipação das mulheres não pode ser abordada de maneira isolada das estruturas capitalistas, racistas e patriarcais que sustentam e reproduzem a desigualdade, pois as relações de gênero estão profundamente imbricadas nas relações de classe e nas dinâmicas de exploração características da sociedade capitalista, bem como nas relações étnico-raciais que são intrinsecamente ligadas ao processo de formação sócio-histórica de um país racista desde a sua colonização, onde as mulheres negras foram historicamente marginalizadas.

Embora o movimento feminista tenha conquistado avanços nas últimas décadas, as mulheres, especialmente as mulheres da classe trabalhadora e das periferias, com destaque para as negras e pardas, continuam a enfrentar desafios substanciais que limitam sua participação social, política e econômica. Os dados estatísticos sobre a violência de gênero e as condições de trabalho aqui apresentados apontam para uma realidade alarmante, onde as mulheres permanecem entre os grupos mais vulnerabilizados e marginalizados por um Estado racista, classista e patriarcal, que perpetuou e continua perpetuando as mazelas sociais em prol do sistema capitalista.

Neste sentido, o Serviço Social encontra no aprofundamento crítico das teorias de gênero uma ferramenta essencial para a compreensão das múltiplas formas de opressão enfrentadas pelas mulheres, uma vez que o projeto ético-político da profissão se alinha diretamente com a defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça social e da igualdade, compromissos que não podem ser cumpridos sem um enfrentamento contínuo em busca da derrocada do capital.

A luta feminista, portanto, apresenta-se como um projeto intrinsecamente ligado às lutas de classe, uma vez que a eman-

cipação feminina está necessariamente atrelada ao combate à exploração capitalista e à transformação estrutural da sociedade, assim, defender que a perspectiva de uma revolução socialista seja evidenciada enquanto um caminho concreto para uma sociedade mais justa e igualitária, onde as relações sociais podem ser incidentes reconfiguradas, é um compromisso do qual o profissional do Serviço Social deve andar de mãos dadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério das Mulheres Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. 1ª Impressão. Brasília: Ministério das Mulheres Abril, 2024, 468 p.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, n. 11, p.98-108, 2000. Dossiê Marxismo e Feminismo.

CISNE Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018 <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.138>.

COUTINHO, Carlos N. Pluralismo, dimensões teóricas e políticas. *Cadernos ABESS*, São Paulo, n 4, p 5-17, 1991.

CRUZ, M. Helena Santana. Matrizes teóricas nos estudos de Gênero. In: *Trabalho, Gênero, Cidadania: Tradição e Modernidade*. São Cristóvão: Editora UFS. 2005.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução: Heci Regina Candiani (1 Ed.). São Paulo: Boitempo, 2016, 248 p.

ENGELS, F. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. 1a ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

KOLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. 2. ed., 6. reimpr. Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LENIN, V. I. Sobre a Emancipação da Mulher. Traduzido por Maria Celeste Marcondes.

LUKÁCS, György. História e consciência de classe. São Paulo: Martins Fontes, 1968.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução*. São Paulo: Boitempo, 2005. MARX, K.;

ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *O Capital*, Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX; ENGELS, LENIN, ZETKIN, TROTSKY. A mulher e a luta pelo socialismo - clássicos do marxismo. São Paulo: Sundermann, 2012. TROTSKY, Leon. Trotsky e a luta das mulheres. São Paulo: Edição Iskra, 2015.

MARX, Karl [1843]. A Questão Judaica. Tradução de Artur Morão. In: MARX, Karl [1844]. Manuscritos Económico-Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1993.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez 2011.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao método da teoria social*. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS. p. 668 -700, 2009.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. 1ª Edição. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1987.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análises históricas*. N York, Columbia Press. 1989.

ZETKIN, Clara. *La Cuestión Femenina y la Lucha Contra el Reformismo*. Barcelona: Editorial Anagrama, 197.

A Luta Política das Trabalhadoras Domésticas em Sergipe

Larissa Feitosa da Rocha

Flávia Augusta Santos de Melo Lopes

1 INTRODUÇÃO

O texto tem o objetivo de apresentar uma análise, ainda que sintética, da luta política travada pelo conjunto das trabalhadoras domésticas em Sergipe, a partir da representação de seu sindicato. Em uma análise mais ampla, os sentidos da luta de classes estão sedimentados através do conflito entre capital e trabalho, tendo na organização coletiva uma estratégia histórica de enfrentamento para alcance de direitos, sejam civis, políticos e/ou sociais.

No Brasil, os dados mais recentes indicam que existem mais de seis milhões de trabalhadores domésticos, sendo que, destes, 91% são compostos por mulheres, em sua maioria negras e com renda em torno de um salário mínimo e, somente – delas possui carteira de trabalho assinada (PNAD, 2023)¹. Apesar do trabalho

¹ Disponível em: [https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/emprego-domestico-no-brasil-e-formado-por-mulheres#:~:text=Segundo%20dados%20da%20Pesquisa%20Nacional,%2C%20motorista%2C%20mordomo\)%20trabalhando.](https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/emprego-domestico-no-brasil-e-formado-por-mulheres#:~:text=Segundo%20dados%20da%20Pesquisa%20Nacional,%2C%20motorista%2C%20mordomo)%20trabalhando.)

doméstico ser reconhecido constitucionalmente², os direitos advindos desta forma de trabalho só passaram a ser debatidos, de maneira pública e reconhecida pelo Estado brasileiro, a partir da Emenda Constitucional nº 72/2013, a qual igualou os direitos trabalhistas entre trabalhadores domésticos e os demais (urbanos e rurais).

Para a construção dessa reflexão teórica, optou-se pelas indicações do método dialético, conservando as bases históricas e materiais contidas e necessárias para essa abordagem. Do ponto de vista das fontes, referenciam-se às bibliográficas Marx e Engels (1980), Romão (2000), Vasconcelos (1999,) Rocha (2012) e material documental (matérias dispostas em sites e veículos informativos públicos pelo SINDOMÉSTICA).

Além dessa introdução, o texto está dividido em dois itens e suas considerações finais. No primeiro item, abordamos o contexto da luta sindical no Brasil e em Sergipe e, no segundo item, trazemos a trajetória histórica das lutas de mulheres trabalhadoras domésticas em Sergipe.

2 O CONTEXTO DA LUTA SINDICAL NO BRASIL E EM SERGIPE

No Brasil, o desenvolvimento do modo de produção capitalista ocorre de maneira desigual, ou seja, a formação da classe operária e sua articulação em relação ao movimento sindical está diretamente relacionada ao processo de industrialização. Portanto, é possível dizer que há cerca de cem anos de “atraso” se

² O artigo 7º da Constituição Federal Brasileira de 1988, limita os direitos das trabalhadoras domésticas, o que não garante a igualdade de direitos com os demais trabalhadores. Dos 34 incisos, apenas nove correspondem aos direitos das trabalhadoras domésticas.

compararmos o início do movimento sindical no Brasil com o dos países capitalistas centrais no continente europeu.

Para se referir à organização sindical no Brasil é preciso nos reportarmos à origem da classe operária brasileira, levando-se em consideração que esta última se deu a partir da substituição da mão de obra negra escravizada no país. Conforme Armando Boito Júnior (2005, p. 268), “Foi a abolição da escravidão que abriu caminho para o sindicalismo”. Essa origem remonta ao final do século XIX, período em que a economia brasileira estava em processo de transformação. No entanto, o centro agrário-exportador cafeeiro ainda era predominante no país. A esse respeito, Antunes (1980, p. 48) destaca que as primeiras formas de organização da classe trabalhadora no Brasil “[...] foram as Sociedades de Socorro e Auxílio Mútuo, que visavam auxiliar materialmente os operários nos momentos mais difíceis, como nas greves ou em épocas de dificuldades econômicas”. Posteriormente, as União Operárias substituíram as citadas Sociedades. Além disso, passaram a organizar-se por ramo de atividade.

Seguindo as tendências internacionais, no Brasil, as greves também cumpriram papel importante na luta para a classe trabalhadora. A primeira greve brasileira aconteceu em 1858 no Rio de Janeiro, promovida pelos tipógrafos, que já não aceitavam mais as injustiças cometidas pelos patrões e reivindicavam melhores salários.

Além do sindicalismo, a nascente classe operária brasileira buscou outras formas de organização, segundo Antunes:

Em 1892 realizou-se o I Congresso Socialista Brasileiro, cujo objetivo, que acabou não sendo atingido, era a criação de um Partido Socialista. Já nesta época as ideias de Marx e Engels penetravam no Brasil. Em seu II Congresso,

em 1902, a influência do socialismo era mais marcante [...] (Antunes, 1980, p. 49).

Nesse contexto surgem as primeiras expressões do que seria o movimento sindical brasileiro, já com duas tendências: a anarco-sindicalista e a socialista reformista. A primeira entendia que o sindicato era o modelo de núcleo para uma sociedade anarquista e predominava em quantidade em relação à outra tendência. Para Boito Júnior (2005), o anarco sindicalismo despolitizou o movimento sindical, pois “[...] propugnava o abstencionismo político dos trabalhadores”. A segunda, ao contrário da primeira, buscava a transformação gradativa da sociedade capitalista, organização dos trabalhadores em partido e utilizavam-se da luta parlamentar como instrumento.

A linha histórica da luta sindical no país é construída sob o prisma de correlação de forças. Nas primeiras décadas do século XX, há um controle estatal que marca os governos de Getúlio Vargas (1930/1945). No período de 1945 a 1964, com muita mobilização social, os trabalhadores avançaram em suas reivindicações, a partir de algumas conquistas, tais como: anistia ampla e irrestrita aos presos políticos, legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB), entre outros. No plano da organização sindical também encontramos alguns avanços, a exemplo de vários Congressos Sindicais realizados em muitos estados, das greves que se tornaram frequentes, muitas manifestações a favor da liberdade sindical, contra a presença das forças imperialistas, em defesa das riquezas nacionais, inclusive, da campanha pela criação da Petrobrás, da criação do Pacto de Unidade Intersindical, entre outras. No início da década de 1960, o avanço do movimento sindical atingiu o seu ápice com a criação do Comando Geral dos Trabalhadores, que tinha por objetivo combater o peleguismo sindical.

A Ditadura Militar (de cariz burguês) acarretou em um profundo retrocesso para o movimento sindical e para a organização da classe trabalhadora no Brasil:

[...] prisão de lideranças operárias, foram extintas sumariamente as organizações sindicais. Reformulou-se, redinamizou-se, o que foi pior, fez-se cumprir toda legislação sindical defensora da “paz social” e da negação da luta de classes. Reforçou-se [...] o papel do sindicato como mero órgão assistencialista e de agente intermediário entre o Estado e a classe trabalhadora. [...] proibição do direito de greve, através da famigerada Lei 4.330, de junho de 64, e a fixação dos índices de aumentos salariais, que deixou de ser feito através da negociação entre operários e patrões [...] e passou a ser prerrogativa absoluta do Estado. [...] Criou-se então, em 1966, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), instrumental necessário para as grandes empresas despedirem compulsoriamente e a seu bel-prazer (Antunes, 1980, p. 76-77).

Todas essas medidas contrarrevolucionárias e burguesas dificultaram qualquer tipo de avanço, medida ou mobilização por parte dos trabalhadores e suas organizações políticas. Em 1968 houve duas greves em São Paulo, mas que não duraram mais de quatro dias, pois a repressão contra o conjunto dos trabalhadores foi intensa. Somente 10 anos depois, em 1978, o movimento operário conseguiu recuperar-se e realizar uma mobilização que desencadeou na primeira greve deste ano na empresa de caminhões “Scania”. É nesse movimento de reorganização sindical e resistência crescente, conforme aponta Cardoso (1999), que, a partir de 1978, a figura de Luiz Inácio Lula da Silva surge no cenário público e se fortalece enquanto grande liderança operária, representando os metalúrgicos do ABC paulista.

Segundo Boito Júnior (2005), a década de 1980 implicou em muitas mudanças para o modo de funcionamento e o papel do organismo sindical. Essas mudanças acarretaram dois importantes marcos: a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988.

Importante citar que, com base em Boito Júnior (2005), a Constituição de 1988 manteve a estrutura sindical de Estado, inclusive o Imposto Sindical. Isso elevou os elementos dessa estrutura à condição de normas constitucionais, as quais, anteriormente, eram normas apenas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Somente duas novidades foram apresentadas com vistas à superação do modelo ditatorial de sindicalismo de Estado: o inciso primeiro do artigo 8º, que veda ao “Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical” e, o artigo 9º, que estabelece o direito de greve de modo amplo.

A partir de 1989, na esteira do Consenso de Washington, com a eleição de Fernando Collor de Melo para a presidência do país, inaugura-se no Brasil o modelo econômico, político e social denominado de neoliberalismo. Em 1994, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, o projeto neoliberal é aprofundado. No início dos anos 1990 é criada, por sindicatos com perfis alinhados aos ditames neoliberais, outra central sindical, a Força Sindical. Antunes (1995), em seu livro “O novo sindicalismo no Brasil”, apresenta a mesma opinião que Boito Júnior (2005), em relação à Força Sindical e ao seu papel de adesão ao neoliberalismo:

O sindicalismo da Força Sindical, com forte dimensão política e ideológica, preenche o campo sindical da nova direita, da preservação da ordem, da sintonia como desenho do capital globalizado, que nos reserva o papel de país montador, sem tecnologia própria, sem capacidade

científica, dependente totalmente dos recursos externos (Antunes, 1995, p. 53).

Márcio Pochmann (1998 apud Boito Júnior; Marcelino, 2010, p. 323) ressalta que “os anos 1990 são marcados por [...]: queda da quantidade de greves, redução na taxa de sindicalização, proliferação administrativa do número de sindicatos [...] fragmentação das negociações e diminuição da quantidade de cláusulas acordadas”.

No entanto, a partir dos anos 2000, para Boito Júnior e Marcelino (2010, p. 335), o cenário modifica-se, pois

[...] com as alterações que trouxe nas conjunturas econômica, política e ideológica, pôde, justamente por isso, propiciar uma recuperação da atividade sindical no Brasil. Como vimos, essa recuperação não foi abalada, pelo menos até o presente momento, pela crise econômica de 2008. Segundo os dados do Dieese, verifica-se um aumento da proporção de greves no último trimestre de 2008, quando comparada a igual período dos anos anteriores; e essas greves mantiveram as mesmas características apontadas no quinquênio todo: foram greves ofensivas, por conquistas de novos direitos e (ou) ampliação dos já assegurados. As projeções do Dieese apontam que o ano de 2009 deve fechar com um número de greves próximo ao de 2008. [...] A crise não parece ter afetado negativamente, pelo menos até esse ano de 2009, a atividade grevista e as negociações salariais.

Nos anos 2000, o sindicalismo também vem demonstrado papel importante na política. O Governo Lula, segundo Boito Júnior e Marcelino (2010), obteve apoio das três maiores centrais

sindicais brasileiras: CUT, CTB e Força Sindical. Ou seja, verifica-se que, apesar da política de alianças com a burguesia, o Governo do PT contribuiu para a recuperação e consequente fortalecimento do movimento sindical.

As primeiras décadas do século XXI têm demonstrado inúmeros desafios para a organização sindical brasileira. Com o aprofundamento dos ditames neoliberais, o mundo do trabalho vem enfrentando questões que incidem diretamente sobre as formas de organização da classe trabalhadora. As contrarreformas do Estado afetam sobremaneira as condições de operar a luta de classes.

Em Sergipe, conforme pontua Frederico Lisbôa Romão (2000), em seu livro “Na trama da história: O movimento operário de Sergipe – 1871 a 1935”, as primeiras organizações que visavam prestar algum tipo de assistência aos trabalhadores deste período datam do final do século XIX, mais precisamente em 1871, quando foi criada, no município de Laranjeiras, a “Sociedade Monte Pio dos Artistas”. Esse tipo de sociedade, denominadas de mutualistas, com funções mutualistas e de auxílios diversos, não possuíam caráter classista, sendo que qualquer pessoa poderia se associar a elas, desde médicos e advogados até “donas de casa, farmacêuticos e uma esmagadora maioria sem títulos, podendo significar tratar-se de populares, e para os quais ela estava voltada com finalidade precípua” (Romão, 2000, p. 48). Do final do século XIX até meados do século XX existiram em Sergipe dez entidades (sociedade, clube e associação) com fins mutuários.

O início do século XX e o cenário de desenvolvimento industrial em Sergipe, com o consequente aumento da exploração do operariado, será o momento de organização mais consistente dos trabalhadores e do surgimento da entidade de maior força e importância para a classe operária sergipana, o Centro Operário

Sergipano (COS). Até 1931 existiam seis organizações de cunho mais reivindicatório e menos mutualistas, sendo elas: o Centro Operário Sergipano (1910), a Associação dos Empregados no Comércio de Sergipe (1919), a União dos Estivadores, a União Defensora dos Operários Ferroviários, a União dos Padeiros e a Liga dos Carroceiros e Carregadores de Aracaju (1928). Segundo Romão (2000), essa realidade mudou em 02 de agosto de 1931, quando o primeiro sindicato de Sergipe foi fundado, o Sindicato dos Trabalhadores da Empresa de Tração Elétrica. Os trabalhadores dessa empresa vêm se organizando desde o ano de 1915, quando conseguiram destituir um diretor, por isso são os precursores do processo de fundação de sindicatos.

Ainda em 1931, mais três sindicatos são formados: o dos padeiros, o dos têxteis de São Cristóvão e o dos têxteis da Fábrica Confiança. Importante destacar a presença de duas mulheres na diretoria deste último sindicato³, como pontua Romão (2000), pois, nessa época, o espaço político para as mulheres era restrito, ou mesmo inexistente. Dessa forma, identifica-se a importância das operárias do movimento sindical na indústria têxtil. O referido autor chama atenção para outro aspecto,

[...] a presença quase que absoluta dos contramestres. Esse é um fato interessante, quando sabemos que aqueles eram elementos normalmente da confiança dos empresários, verdadeiros capatazes nas indústrias, portanto, isso pode significar tratar-se de uma linha montada, ou seja, chapa articulada por Costa Filho, visando a diminuir a resistência da direção da empresa, ou então chapa

³ A sua diretoria, formada por cinco membros, teve como primeira e segunda secretárias, respectivamente, Aurelina Mangueira (tecelã) e Quitéria Mangueira (tecelã) (Romão, 2000, p. 115).

patrocinada pelo próprio empresário Sabino Ribeiro (Romão, 2000, p. 116).

Apesar da presença patronal e do Interventor nos atos de fundação e direção dos sindicatos, é inegável o avanço que acontece para a organização sindical a partir de 1930. Romão (2000, p. 173-174) assinala que “[...] praticamente todas as categorias chegam, no ano de 34, com o seu sindicato criado, e até mesmo as empregadas domésticas começam na época a se reunir para fundar sindicato”. Com o crescente avanço nas mobilizações e reivindicações, em abril de 1935, culmina a 1ª greve geral de Aracaju, realizada pelos operários têxteis da Fábrica Confiança e da Sergipe Industrial.

Conforme Vasconcelos (1999), no período de 1935 a 1937, o movimento sindical em Sergipe encontrou diversas dificuldades. Com o golpe dado por Getúlio Vargas, em 1937, “Os Estados voltaram a ser governados por interventores, [...] podendo indicar inclusive os prefeitos municipais. Em Sergipe, o primeiro interventor foi Eronildes de Carvalho [...] tendo como exemplo sua experiência anterior de autoritarismo” (Vasconcelos, 1999, p. 70).

Já na década de 1940, Sergipe continuou a ser governado por interventores, dentre eles, o capitão Milton Azevedo que, segundo Vasconcelos (1999), era menos autoritário que Eronildes Carvalho. Contudo, ele não deixou de cumprir as orientações nacionais, não permitindo “[...] greves ou manifestações que pudessem comprometer o Estado Novo”. Dessa forma, procurou em seu governo intermediar as questões mais sérias que envolvessem o capital e o trabalho, e controlar as possíveis manifestações trabalhistas” (Vasconcelos, 1999, p. 71).

De 1942 até 1945, Sergipe volta a ser governado por interventores, tendo novamente como governador-interventor do estado, Augusto Maynard Gomes, que já havia governado

dessa mesma forma, como interventor nomeado por Getúlio Vargas, de 1930 a 1935:

Seu retorno significa, entre outras coisas, que a massa voltaria a estabelecer novamente um contato direto com o poder público, já que Maynard gozava de prestígio entre a população que o tinha como seu representante. [...] Apesar de continuar com a preocupação de ter os trabalhadores como aliados, sentiu dificuldades para atender às suas reivindicações e, além disso, representava naquele momento o governo central que tinha como política o autoritarismo e a repressão a qualquer manifestação de repúdio a este. [...] Isso levou o interventor a repetir a política populista [...] (Vasconcelos, 1999, p. 71).

Não só em Sergipe, mas, a nível nacional, a partir de 1944, a prática populista passou a enfrentar reações da sociedade civil. Segundo Vasconcelos (1999), o Estado Novo já não encontrava mais bases para a sua sustentação. Dessa forma, de 1946 a 1964, o Brasil vive um intervalo democrático. Em Sergipe, nos anos de 1946 e 1948, houve a tentativa de organização dos servidores públicos, com a fundação de duas entidades: Associação dos Servidores Públicos em Sergipe – ASPES e a União de Empregados Públicos do Estado de Sergipe – UEPES. Do final dos anos 1950 e início dos anos 1960, Sergipe

[...] foi marcado pela presença do Movimento de Educação de base que, através de um trabalho educativo junto às comunidades, conseguiu desenvolver um importante processo de mobilização e conscientização popular, além de contribuir para a formação dos primeiros sindicatos rurais de Sergipe. [...] Em 1963, foi organizado em Sergipe o CGT –

Comando Geral dos Trabalhadores [...]. Um grupo ligado ao PCB [...] (Vasconcelos, 1999, p. 71).

Ainda conforme a autora, em 1964 o Brasil sofre um golpe militar e, com ele, o movimento sindical passa por um processo de refluxo. Em Sergipe, ainda no início do regime militar, o movimento estudantil (secundaristas e universitários) apresentou resistência à repressão militar e realizou algumas ações. Na década de 1970 o movimento sindical urbano encontrava-se em estado de latência. Em 1978 o movimento pela Anistia ampla e irrestrita se intensificou e contou com o apoio do vereador Jonas Amaral (Vasconcelos, 1999). Além disso,

[...] observou-se também as primeiras discussões objetivando uma reorganização partidária, que vão se consolidar posteriormente, principalmente no início dos anos 80, em novos partidos políticos. Ao nível de oposição, podemos citar o PMDB, PDT, PC do B e PT (Vasconcelos, 1999, p. 81).

A partir da década de 1980 em Sergipe, o movimento sindical tenta se rearticular, mas, essa organização era ainda incipiente e somente em meados dos anos 1980, com a formação da CUT/SE, a organização dos trabalhadores em Sergipe toma fôlego. Após 1988, com a promulgação da Constituição Federal, o movimento sindical urbano foi retomado e contou com a participação dos servidores públicos e trabalhadores de estatais (Vasconcelos, 1999):

Em 1983, os médicos fizeram o primeiro movimento contra a implantação do CONASP – Conselho Consultivo de Administração de Saúde Previdenciária. [...] Entretanto,

foi no ano de 1985 que essa categoria marcou sua presença, através da realização de uma greve que durou mais de um mês. [...] Em agosto de 1985, a Associação dos Profissionais Médicos se transformou em Sindicato dos Médicos do Estado de Sergipe (Vasconcelos, 1999, p. 94).

Ainda sobre as manifestações dos trabalhadores em Sergipe, na década de 1980, Vasconcelos (1999) acrescenta que “Os trabalhadores da Nitrofertil iniciaram, ainda em 1982, um processo de discussão para formar uma Associação de Servidores daquela empresa, uma vez que o sindicato a que pertenciam tinha sede na Bahia” (Vasconcelos, p. 95). Em 1984 funda-se a Associação dos Químicos e Petroquímicos de Sergipe – AEPQ e, em 1985, esta é reconhecida como sindicato. Os mineiros, os bancários e os professores também tiveram participação importante no cenário sergipano de lutas.

Algumas categorias consideradas proibidas de fazer greve também atuaram no movimento sindical na década de 1980, a saber: servidores do Fisco Estadual, servidores do Hospital Governador João Alves Filho e trabalhadores da COHIDRO:

Em 1989, os servidores estaduais definiram pela unificação da luta. Em novembro desse ano, foi fundado o Comando Geral dos Servidores do qual participaram representantes do SINTRASE (Antiga ASPES), SINDIFISCO, SINTASA, SINTESE e CEPES. No período de 17 de novembro a 07 de dezembro, ocorreu a primeira greve unificada do serviço público estadual (Vasconcelos, 1999, p. 100).

Segundo dados divulgados pelo Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Sergipe durante o isolamento social proveniente da

pandemia de COVID-19, o estado de Sergipe possui mais de cinquenta sindicatos organizados⁴.

⁴ SINDIPEMA – Sindicato dos Profissionais de Ensino do Município de Aracaju; SINERGIA – Sindicato dos Eletricitários do Estado de Sergipe; SINDIPREV – Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social no Estado de Sergipe; SINDISAN – Sind. Trab. na Indústria da Purif. e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Sergipe; SINTESE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe; SINDIJUS – Sindicatos os Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Sergipe; SINDIMINA – Sind. Trab. Nas Ind. Prosp., Pesquisa, Extração e Benef. de Minerais dos Estados de SE, AL, PE E PI; SINDOMÉSTICAS – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticos do Estado de Sergipe; SINDASSE – Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado de Sergipe; SINDSEME – Sind. Servidores Públicos Municipais de Estância e Arauá; SINDTIC – Sind. Trabalhadores em Empresas de Tecnologia da Informação e Com. de Dados do Estado de Sergipe; SINTRA DISPENSE – Sind. Trab. Terc. Prest. Serviço Cont. Temp. Agentes Discip. Penitenciários do Estado de Sergipe; SINDIBRITO – Sind. Dos Servidores Públicos Municipais de Campo do Brito; SINDISERVE-CANIDÉ – Sind. Dos Servidores Públicos Municipais de Canindé de São Francisco; SINTECT SERGIPE – Sind. dos Trab. Correios e Telégrafos do Est. de Sergipe; SINDIJOR – Sindicato dos Jornalistas do Estado de Sergipe; SINPOSE – Sindicato dos Peritos Oficiais do Estado de Sergipe; SINDIFARMA – Sindicato dos Trabalhadores de Farmácia; SENDSEMP – Sindicato dos Trabalhadores Efetivos do Ministério Público de Sergipe.; SINDICONTAS – Sind. Servidores Efetivos do Quadro Permanente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe; SINDISLUZI – Sind. Dos Servidores Públicos Municipais de Santa Luzia; SINDACSEI – Sind. Dos Agentes de Saúde e Agende de Endemias do Município de Itabaiana; SINDSERV POÇO VERDE – Sind. Dos Servidores Públicos Municipais de Poço Verde; SINDIFREI – Sind. Dos Servidores Públicos Municipais de Frei Paulo; SINDICOM – Sind. Dos Comerciantes de Estância; SINPAF Embrapa Aracaju; SINDIFISCO – Sindicato do Fisco do Estado de Sergipe.; SEEB – Sindicato dos Bancários de Sergipe; SINTRASE- Sindicato dos trabalhadores do Serviço Público de Sergipe; SINTER- SE – Sindicato dos trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Sergipe; SINTSERV RIBEIRÓPOLIS- Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público de Ribeirópolis.; SINDSEP INDIAROBÁ – Sind. Servidores Públicos Municipais de Indiaroba; STERT SERGIPE- Sindicato dos Radialistas de Sergipe; SEESE- Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Sergipe; Sindicato dos Empregados no Comércio Boquim; Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Feira Nova/ Sergipe; Sindicato dos Empregados em Supermercados do Município de Estância; Sindicato dos Empregados no Comércio Itabaianinha; Sindicato dos Empregados em Supermercados de Sergipe; Sindicato dos trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de São Cristóvão; Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Amparo do São Francisco; Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares de Muribeca; Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Salgado; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagarto; Sindicato dos Trabalhadores

3 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS LUTAS DE MULHERES TRABALHADORAS DOMÉSTICAS EM SERGIPE

A organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil se inicia a partir do século XX e pode ser considerada como um movimento coletivo “tardio”. Em 1936 o emprego doméstico não era reconhecido enquanto profissão, não podia organizar sindicato, entretanto, Laudelina de Campos Melo⁵ funda em Santos/SP a primeira Associação Profissional de Empregados Domésticos. Ressalta-se que as trabalhadoras domésticas fundam sua primeira associação em um período de forte controle e repressão à classe trabalhadora, na década de 1930. Em Sergipe, no ano de 1934, Romão (2000) indica que

Rurais de GRACHO CARDOSO; SINTASA – Sindicato dos Trabalhadores na Área da Saúde do Estado de Sergipe; SINDIPETRO – Sindicato dos Petroleiros do Estado de Alagoas e Sergipe; SINDICAGESE-Sindicato dos Trab. Ind. Cimento Cal e Gesso do Estado de Sergipe; SINDISCOSE – Sind. Trab. Em Conselhos e Ordem de Fiscalização Profissional do Estado de Sergipe; ADUFS – Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe; SINTUFS – Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Sergipe; SINDVIGILANT – Sindicato dos Vigilantes do Estado de Sergipe; SINDMARKETING – Sind. Trab. em Telemarketing e Empregados de Emp. de Telemarketing do Estado de Sergipe; SINDINUTRISE – Sindicato dos Nutricionistas do Estado de Sergipe. Disponível em: <https://seese.com.br/seese-centrais-sindicais-sindicatos-e-movimentos-sociais-assinam-pacto-pela-vida/>

- ⁵ Mulher, negra e trabalhadora doméstica, Laudelina possuía um “perfil lutador”, como expressa Joaze Bernardino-Costa (2007), em sua tese de doutorado. Não deve ter sido fácil organizar-se em um período no qual a sociedade era (e ainda é, mas de outras formas) extremamente machista, racista e não reconhecia o trabalho doméstico enquanto profissão, mas Laudelina não abandona a luta, pelo contrário, esteve sempre à frente do movimento das trabalhadoras domésticas. A Associação de Santos é fundada com o objetivo “de conquistar o *status* jurídico de sindicato, uma vez que este poderia negociar com o Estado o reconhecimento jurídico da categoria e, consequentemente, os direitos trabalhistas” (Bernardino-Costa, 2007, p. 79). No entanto, logo depois, “[...] a Associação foi fechada em função das restrições políticas do Estado Novo. Embora, juridicamente, a Associação não tivesse um caráter político, ela também foi penalizada pela ditadura instaurada por Getúlio Vargas. A Associação somente reabriria em 1946” (Bernardino-Costa, 2007, p. 105).

houve a tentativa de algumas trabalhadoras domésticas em fundar um sindicato.

Se, em nível nacional, as trabalhadoras domésticas iniciam sua organização tardiamente, considerando a luta dos trabalhadores de modo geral, em Sergipe esse cenário se desenha ainda mais tardiamente, somente a partir da década de 1980⁶, conforme consta no 1º Boletim Informativo do Sindicato das Empregadas Domésticas do Estado de Sergipe - SEDES.

Antes, havia apenas a Casa da Doméstica, fundada pelo Arcebispo Dom José Vicente Távora, em 1968, com o objetivo de amparar e orientar as trabalhadoras domésticas do estado de Sergipe. Ferreira (2003) indica que os objetivos da Casa da Doméstica foram se ampliando,

atendendo não só os direitos sociais, como também os direitos trabalhistas das empregadas domésticas, promovendo-as através de atividades sócio-educativas profissionalizantes e preparando-as para a vida, o trabalho e a cidadania. [...] Além de exercer o papel de mediador na contratação da mão-de-obra junto ao empregador [...] (Ferreira, 2003, p. 40).

Dessa forma, verifica-se que a Casa da Doméstica foi criada com o claro papel de apenas encaminhar as trabalhadoras ao mercado de trabalho, “orientar e amparar” o acesso a oportunidades de trabalho, dentro dos limites da mediação entre patrão/patroa e trabalhadora, não se configurando, em momento algum, como uma organização de cunho político/

⁶ Em 1980 enquanto fundação da primeira instituição voltada para a organização das trabalhadoras domésticas, pois em 1934 elas já manifestavam interesse em fundar um sindicato.

reivindicatório com vistas à reivindicação dentro da lógica da luta de classes.

Como em Sergipe, na década de 1980, o sindicalismo volta a manifestar-se e reoxigenar-se. Em maio de 1983 é fundada a Associação das Empregadas Domésticas por um grupo de mulheres que frequentavam a Casa da Doméstica em busca de trabalho. A criação da associação foi fruto da necessidade de uma representação jurídica das trabalhadoras domésticas, pois, o “Bispo dos Operários”, Dom Távora, havia doado um terreno no Conjunto Habitacional Parque dos Faróis, localizado no município de Nossa Senhora do Socorro, para ser usado em benefício das trabalhadoras domésticas. Mas é com Dom Luciano José Cabral Duarte que se formaliza essa doação e, em uma parceria entre a Companhia Habitacional de Sergipe (COHAB), Governo do Estado e Casa da Doméstica, são entregues 398 casas às trabalhadoras domésticas. O conjunto residencial foi chamado de Célia Cabral Duarte, em homenagem à mãe de Dom Luciano.

De acordo com as primeiras representantes da associação, inicialmente não havia uma interpretação classista quanto ao trabalho doméstico. A relação com a Associação era de cunho assistencialista, desde sua fundação e ao longo dos primeiros nove anos de existência, inclusive, com a entrega de cestas básicas e tickets de leite. Com a Lei nº 1.161, de 1986, é criado em Aracaju o Conselho Municipal da Mulher, do qual havia representantes da mulher trabalhadora doméstica. Foi a partir da participação no conselho e com a articulação em nível nacional para a constituinte que a lógica da luta de classes passou a fazer parte do cotidiano dessas trabalhadoras.

Dessa forma, em 1992, quatro anos após a promulgação da Constituição de 1988, é fundado o Sindicato das Empregadas

Domésticas de Sergipe - SEDES⁷, sem maior articulação política com as instâncias de organização dessa categoria profissional em âmbito nacional e/ou regional, bem como com outras categorias profissionais que já possuíam longo tempo de luta sindical.

Apesar do Sindicato ter abrangência estadual, a relação com trabalhadoras das cidades do interior do estado é limitada, excetuando quando as próprias trabalhadoras procuram o sindicato ou quando vêm do interior para trabalhar em Aracaju. Algumas das razões da não abrangência da atuação do sindicato no interior do estado se deve a ausência de recursos financeiros suficientes, uma vez que a contribuição das sindicalizadas é apenas simbólica e que o sindicato não recebe o repasse do imposto nacional, pois, somente em 2012 foi iniciado o processo junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para a solicitação da carta sindical, o que concede o direito ao recebimento anual destes recursos financeiros.

Entre os inúmeros desafios no campo das conquistas de direitos sociais e da relação com o Estado, observa-se, em entrevista concedida pela presidenta do sindicato, à época, em novembro de 2011, os seguintes aspectos:

uma situação vivida por uma trabalhadora doméstica que tentou financiar uma casa através do Programa Federal

⁷ Em 2011 a Diretoria do SEDES era composta da seguinte forma: Presidente - Sueli Maria de Fátima; 1º Secretária - Quitéria da Silva Santos; 2º Secretária - Maria Auxiliadora; 1º Tesoureira - Maria do Carmo Silva; 2º Tesoureira - Elcry; 1º Conselho Fiscal - Maria Júlia Santos; 2º Conselho Fiscal - Erivânia. ¹⁷ Com o intuito de receber maiores informações, entrou-se em contato telefônico no dia 25/10/2012 com a CUT, esta informou que o SEDES ainda não possui a carta sindical, pois somente em 2008, com a portaria nº 186 do MTE, regulamentaram-se os pedidos de registro sindical. Em julho de 2012 foi realizada uma assembleia da categoria, na qual ratificou-se a fundação da entidade e a partir daí a CUT deu entrada no processo de solicitação da carta sindical.

“Minha Casa, Minha Vida” e não recebeu autorização do Banco Y. Sendo assim, a trabalhadora procurou uma instituição jurídica e a representante legal do SEDES, participou da reunião/audiência. Quando questionada sobre os possíveis motivos para a negativa do banco, respondeu: “O Banco Y, como qualquer outra financeira, ela é capitalista e o capitalismo não aposta na incerteza, ele só aposta na certeza do retorno e a garantia de o retorno para qualquer um trabalhador pagar um financiamento ou fazer parte de programa de habitação é o FGTS. Como é que ele pode garantir se o FGTS é opcional?” Nessa mesma entrevista, a representante sindical fala que o/a representante jurídico/a na ocasião, ao ouvir sua fala, surpreende-se com a firmeza ideológica e segurança com que a dirigente sindical e trabalhadora doméstica falava. Esta, por sua vez, demonstra indignação e, de certa forma, acha até engraçado: “Mas Meu Deus! Eu acho que olha assim pra gente e diz: não, é trabalhadora doméstica, não tem conhecimento de nada! Pelo amor de Deus, pelo amor de Deus!” (Rocha, 2012,p.41).

O tom de indignação demonstrado pela representante sindical se manifesta por saber que a trabalhadora doméstica também pensa, lê, estuda e adquire conhecimento. Segundo Bernardino-Costa,

[...] a produção de conhecimento não é exclusividade de intelectuais, familiarizados com o mundo das as a folclore letras, nem tampouco é privilégio de especialistas inseridos em tradições acadêmicas. Porém, como assinala Mignolo, é produto do pensar humano (Cf. Mignolo, 2003) [...] ao estudarmos relações de dominação não tomemos como ponto de partida as concepções hegemônicas que desqualificam as vozes subalternas, reduzindo ou expressões cul-

turais sem contribuições ao saber (Cf. Grosfoguel, 2003, p. 35) (Bernardino-Costa, 2007, p. 96).

O período de 1992 até os dias atuais tem sido de significativo avanço para a organização das trabalhadoras domésticas enquanto categoria. Conforme consta no 1º Boletim Informativo do SEDES, em 1992, 2001 e 2006, o SEDES participou dos Congressos Nacionais de Trabalhadoras Domésticas no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador, respectivamente. Em 2007 fez-se presente no Seminário de Ampliação dos Direitos Trabalhistas e Habitação em Brasília. Já em 2009, enviou representante para o Congresso Nacional da Federação das Mulheres, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, no Movimento Popular de Saúde, na Direção da Casa da Doméstica e realizou o 1º e o 2º encontro regional de Trabalhadores Domésticos em Sergipe. Em 2010 participou, a convite do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da 99ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, Suíça, e filiou-se à CUT. No ano de 2011, participou da 100ª Conferência Internacional do Trabalho, novamente em Genebra, na qual foi aprovada a Convenção (nº 189) seguida de uma Recomendação (nº 201) sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos.

Quanto às reivindicações da categoria, estão articuladas em nível nacional com a FENATRAD, estando contempladas com as bandeiras desta entidade. Estadualmente, as iniciativas giram em torno da qualificação profissional, principalmente a partir do Programa Trabalho Doméstico Cidadão - TDC.

[...] o Programa TDC é uma ação governamental, cujo objetivo é valorizar o trabalho e a trabalhadora domésticas, rumo a uma política de estado para este importante setor

da sociedade brasileira. O Trabalho Doméstico Cidadão foi baseado em uma experiência iniciada na Bahia em 1999, conduzido pelo Sindicato de Trabalhadoras Domésticas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), acrescido de inovações conceituais e metodológicas das entidades parceiras e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). [...] Em Aracaju, o Programa TDC foi realizado inicialmente em 2006 e 2007, e contava com 30 alunas no curso de elevação de escolaridades (da 5ª à 9ª série), e 20 alunas no curso de formação de dirigente sindical [...] serviços gerais, culinária, acompanhante de idosos e babá, e inclusão digital (SEDES,s/d, p. 03).

Atualmente o Sindoméstica mantém suas pautas e lutas fortalecidas junto ao conjunto das organizações sindicais em Sergipe e vinculada a Central Única dos Trabalhadores. Durante a pandemia de COVID-19, realizou atividades e campanhas de apoio para as trabalhadoras domésticas de Sergipe e contou com a solidariedade de classe de outros trabalhadores e entidades sindicais. O Sindicato reúne ainda um conjunto de informações sobre suas ações que está vinculada às mídias digitais e redes sociais.

4 À GUIA DE CONCLUSÃO

As lutas políticas do conjunto dos trabalhadores são inerentes ao modo de produção capitalista e possuem caráter central no conflito entre capital e trabalho. Esse fato não é diferente para as trabalhadoras domésticas, embora as particularidades e determinações sócio-históricas e econômicas dessa categoria profissional tragam desafios adicionais para a sua organização política no Brasil e em Sergipe.

A importância dessa categoria profissional, que conta com mais de seis milhões de sujeitos históricos no país, por si só, revela a sua relevância. Contudo, as desigualdades demarcadas pelo fato de ser majoritariamente formada por mulheres e de atuarem diretamente nas atividades “do cuidado” (gestão do lar, limpeza, preparo de alimentos, cuidados com crianças, idosos, pessoas com deficiência etc.), são pontos que contribuem para atraso estatal no acesso aos direitos e ao reconhecimento de sua profissionalização. Os baixos salários, as longas jornadas de trabalho semanal, a inserção no mundo do trabalho, muitas vezes precária e informal, sem acesso a direitos trabalhistas e previdenciários básicos, além da pouca instrução formal, são parte do conjunto de fatores que limitam a organização e fortalecimento da luta política dessas trabalhadoras em torno de sua organização sindical. Vale ainda ressaltar que, em Sergipe, as raízes das iniciativas voltadas às trabalhadoras domésticas, particularmente nos anos 1960, com a criação da ‘Casa da Doméstica’, estão impregnadas das influências da Igreja Católica, por meio de uma lógica caritativa e voluntarista, a partir da expressão da “ajuda”. Isso, de certa forma, contribuiu para uma forma de apassivamento e de controle dos comportamentos das trabalhadoras, evitando posturas vistas como inadequadas ou não desejáveis para aquelas que aspiravam acesso ao trabalho por meio da mediação desse instrumento religioso. Mesmo nos anos 1980, quando se funda a Associação das Empregadas Domésticas, parte dessa lógica permanece, por meio das iniciativas de concessão de benefícios (cestas básicas e tickets de leite). Uma forma adicional de ver o mundo, já vislumbrando uma compreensão de classe trabalhadora, passa a se dar ao final dos anos 1980 e início dos anos 1990, quando temos a participação de membros da direção dessa associação no espaço de conse-

lhos municipais da mulher, em Aracaju, bem como com a criação da sua entidade sindical, em 1992.

O cenário Sergipano para as trabalhadoras domésticas tem se constituído em articulação com o cenário mais geral dos trabalhadores em nosso país. O sindicato das trabalhadoras domésticas tem cumprido o papel de orientação sobre os direitos trabalhistas e busca por formação política. Contudo, a reestruturação produtiva tem se refletido nas formas de vinculação do trabalho doméstico em condições que precarizam os vínculos trabalhistas e inflexionam os direitos previdenciários e de seguridade social, o que vem impulsionando a mobilização da categoria para incorporação das lutas em centrais de trabalhadores, movimentos sociais autônomos e demais sindicatos de base.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo L. C. **O que é Sindicalismo**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. 95 p. _____. **O novo sindicalismo no Brasil**. 2ª ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Sindicato das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: teoria da descolonização e saberes subalternos**. Brasília: UNB, 2007. 274 p. Tese (Doutorado em Sociologia): Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2711/1/2007_JoazeBernardinoCosta.pdf. Acesso em: 05/05/2012.

BOITO, Armando. **O sindicalismo na política brasileira**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

BOITO, Armando; MARCELINO, Paula. **O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000**. Caderno CRH, Salvador, v.23, n. 59, p. 323-338, Maio/Ago. 2010.

BOLETIM SEDES. **Informativo do Sindicato das Empregadas Domésticas do Estado de Sergipe – SEDES**. nº 1. Sergipe, 4p.

CARDOSO, Adalberto M. **A trama da modernidade: pragmatismo sindical e democratização no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, 1999. 271 p.

FERREIRA, Maria G. C. **Relações de Trabalho no Emprego Doméstico**. São Cristóvão: UFS, 2003. 90 p. Monografia (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Sergipe, 2003.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich.. **O Manifesto Comunista**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. 67 p.

ROCHA, Larissa F. da. **A Organização Política das Trabalhadoras Domésticas: Os aspectos sócio-históricos da luta sindical em Aracaju/SE**. UFS. 2012. 72p. Monografia (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Sergipe. 2012.

ROMÃO, Frederico Lisboa. **Na trama da história: O movimento operário de Sergipe – 1871 e 1935**. Aracaju, 2000. 191 p.

VASCONCELOS, Maria da C. A. **Ação político-sindical dos petroleiros SE/AL nos anos 80**. Aracaju: UFS, 1999. 243p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais): Universidade Federal de Sergipe, 1999.

Mercado de Trabalho no Cenário Sergipano: A Realidade de Mulheres Negras e PCD'S (2020 a 2023)

Gabriel Araújo Santos

Nelmires Ferreira da Silva

1 INTRODUÇÃO

Este artigo foi elaborado a partir do conteúdo produzido no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cuja objetivo geral visou analisar o quadro que configura a inserção de Pessoas Com Deficiências PCD's e negras no mercado de trabalho em Sergipe (2020 a 2023), destacado a realidade de mulheres. Para isso, utilizamos a abordagem teórico-metodológico materialista, histórico-dialética, tendo em vista a apreender o objeto na perspectiva da totalidade da vida social. Trata-se de um estudo que se caracteriza pela tipologia bibliográfica e documental de natureza quali-quantitativa.

À luz dos aspectos sinalizados acima, adentramos o cenário sócio-histórico, culminando na atual conjuntura Brasil, a qual configura as desigualdades de gênero no contexto do mercado de trabalho na particularidade de Sergipe. Este tem sido expressivo nas estatísticas peculiares da realidade regional, especialmente, destacamos os indicadores referentes aos segmentos mulheres,

pretas e pardas com deficiência. Outrossim, em Sergipe a questão de gênero estar muito mais em evidência, por ser o menor estado federativo do Brasil, com mais de 2,3 milhões de habitantes em seus 75 municípios.

O Censo de 2024 indica taxa de crescimento de 3,69%, o equivalente a 81.519 pessoas, desde o censo de 2022. A cidade com maior população em Sergipe é Aracaju, com 628.849 habitantes. Em seguida vem a cidade de Nossa Senhora do Socorro, com 202.450 habitantes e Itabaiana com a terceira posição de cidade mais populosa com 108.408 habitantes, e logo após Lagarto com 105.558 pessoas e São Cristóvão com 100.360 pessoas (IBGE, 2024).

À luz de dados exponenciais, infere-se que a realidade das mulheres em Sergipe é tencionada devido ao contexto local e regional, cuja capitalismo configura-se como dependente e desigual, em relação as outras regiões do Brasil. De acordo com a pesquisa do 1º Relatório de Transparência Salarial, documento que reúne informações de 307 empresas sergipanas com 100 ou mais funcionários, evidenciando-se a intensa desigualdade de gênero no estado, especialmente, referente aos salários pagos às mulheres.

Conforme dados levantados neste estudo, as mulheres ganham 7,1% a menos do que os homens no estado de Sergipe, o que revela que as relações entre homens e mulheres são desiguais, porque tencionam uma exploração maior na força de trabalho feminina. A realidade de mulheres PCD's no território Sergipano, é mais precária do que, em relação as mulheres sem deficiência. Isso é devido ao contexto do capacitismo que determina que mulheres PCDs são pessoas inválidas e não produtivas, necessitando assim, estar em casa sobre a supervisão de um/a cuidador/a, reforçando o estereótipo que pessoas com deficiência não têm

poder de decisão, pois a sua deficiência a transforma com baixo poder de eficiência. Esse entendimento destoante da realidade é intensificado com o senso comum, porque acredita que o fato da pessoa precisar de apoio para realizar algumas atividades da vida social, isso a torna menos capaz em relação as demais. Todavia, é necessário entender que na vida social, as interrelações são fundamentais a sociabilidade humana para além da lógica produtivista.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (IBGE), no quarto trimestre de 2023 o quantitativo de pessoas desocupadas no Brasil correspondeu a 175.352 milhões, na região Nordeste a 46.511 milhões, e em Sergipe à 1.873 milhões. Já em relação ao quarto trimestre de 2022, o quantitativo de pessoas desocupadas no Brasil foi de 173.844 milhões, na região Nordeste 46.219 milhões, e em Sergipe 1.857 milhões. Isso evidencia que existe uma elevação do número de pessoas desempregadas ao longo dos anos, provando que não existe apenas uma queda significativa do número de pessoas desempregadas, mas sim, o acirramento dessa problemática.

Observa-se diante dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do quarto trimestre de 2023, o Brasil teve o percentual de 8,1 milhões (7,4%) de pessoas desempregadas, com 3,5 milhões de pessoas desalentadas, e com a taxa de 17,3 % referente a subutilização. Nessa mesma amostra, o número de pessoas ocupadas corresponde à 100.985 milhões de pessoas, os desocupados a 8.082 milhões de pessoas, os fora da força de trabalho a 66.286 milhões de pessoas, e os abaixo da idade de trabalhar a 40.771 milhões de pessoas. O contexto do desemprego no Brasil tem sua peculiaridade por ser um País da América Latina, que têm um capitalismo diferente do capitalismo existente na Ásia, América do Norte e da Europa. Isso devi-

do a dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado e do padrão de reprodução do capital, que possuem entre os seus diversos elementos a modernização conservadora, conectando o “arcaico” com o “moderno”, como bem trata o sociólogo, Chico de Oliveira na obra *Ornitorrinco*.

Cabe assinalar que o cenário conjuntural do século XXI configura aspectos da sociedade salarial ainda mais tenso de contradições, cuja expressões mais complexas apresentam-se na realidade das mulheres trabalhadoras negras e PCDs, aviltado de amplas injustiças e desigualdades sociais. Nas particularidades regionais-locais do Nordeste, o mercado de trabalho em Sergipe traz expressões da questão social específicas das demandas das trabalhadoras com deficiência, conforme discorreremos a seguir.

1 MULHERES PCD'S E O MERCADO TRABALHO EM SERGIPE

Em Sergipe esse contexto do desemprego é apresentado de forma correlata a realidade dos demais estados do Nordeste, devido as interferências da questão regional e das características do capitalismo local. Dessa forma, o número de população em idade de trabalho em Sergipe é de 1.873 milhões (14 anos ou mais), a população abaixo da idade de trabalhar corresponde a 510 milhões de pessoas (menos de 14 anos), já as pessoas na força de trabalho é de 1.071 milhões (14 anos ou mais), e as que estão fora da força de trabalho é de 802 milhões de pessoas (14 anos ou mais). Desse total, 950 milhões de pessoas são ocupadas e 120 milhões são desocupadas, com 135 milhões de pessoas com força de trabalho potencial e 667 milhões de pessoas com força de trabalho não potencial. Em relação aos/as subocupados/as por insuficiência de horas trabalhadas são 834 milhões de pessoas, e os/as subocu-

pados/as por insuficiência de horas trabalhadas são 116 milhões de pessoas, sendo destes, 70 milhões de pessoas desalentados/as e 65 milhões não desalentados/as, correspondendo o número de população subutilizada de 371 milhões de pessoas, com 2.383 milhões de população total na amostra.

Em relação aos eventos em nível nacional que têm impactado de forma direta nesses valores citados, podemos evidenciar a crise econômica e a instabilidade política. Em referência aos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2019), no começo de 2017, o montante dos/das trabalhadores/das sem carteira assinada passou a representar taxas de crescimento interanuais positivas, sendo catalogadas por trabalhadores/as por conta-própria. Isso é o resultado da flexibilização e da reestruturação do trabalho na lógica do capital, que tem como objetivo precarizar as relações de trabalho e baratear a força de trabalho, assim discuti Rui Braga na obra “A Política do Precariado”.

É possível notar que em Sergipe ocorre um crescimento contínuo de mulheres fora da força de trabalho ao longo dos anos. Isso representa um desequilíbrio quanto ao fator sexo relacionado à inclusão na força de trabalho das mulheres em Sergipe. Isso estimula para que essas mulheres estejam inseridas na informalidade, no trabalho doméstico, em trabalhos precários e em condições adversas.

A informalidade não é algo novo no país, muito menos no estado de Sergipe. Como já mostrado, é resultado dos processos de crise estrutural do capitalismo, das reformas trabalhistas, das reformas da previdência, da Lei N. 13.429, de 31 de março de 2017, que amplia as possibilidades de contratação de serviços a terceiros, conhecida como a lei da terceirização. Com um quantitativo maior de trabalhadores/as que não têm carteira assinada e não contribuem para a previdência social, interfere na seguri-

dade social, que é sustentada pelo\o trabalhador\o formal, além de dificultar a vida desses/as trabalhadores/as que não conseguiram se aposentar. Com a contrarreforma trabalhista foi possível identificar a compatibilidade de geração de emprego e direitos trabalhistas. Esse cenário é intensificado diante das interferências do contexto regional e local, resultando no impacto maior para os/as trabalhadores/as da região nordeste e trabalhadores(as) sergipanos(as).

O breve quadro traçado anteriormente pode nos indicar grandes dificuldades para o conjunto dos/as trabalhadores/as nordestinos/as e sergipanos/as, tendo em vista o lugar ocupado pela região e pelo estado na economia nacional. Com o olhar voltado à nossa preocupação central, cabe tentar destacar elementos que trazem maior complexidade ao cenário, já que observamos, para além do conteúdo regional, os determinantes de raça/etnia e as particularidades das pessoas com deficiência no mercado de trabalho nordestino.

Em junho de 2024 o Nordeste apresentou 281. 987 mil admissões, 236.047 mil demissões, com um saldo de 45.950 mil trabalhadores/as, em comparação ao número de admissões e demissões, conforme os dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). E relação a Aracaju, em junho de 2024 houve 5.695 mil admissões, 5.040 mil demitidos/as, com o saldo de 655 mil trabalhadores/as, em comparação ao número de admissões e demissões, como afirma o CAGED.

O discurso neoliberal afirma que existem várias vagas ociosas em diversos segmentos no mercado de trabalho em todo o país, e que a dificuldade maior é a falta de gente qualificada para assumir esses cargos no mercado de trabalho. Todavia o que observamos nos dados acima, é que o número de inserção no mercado de trabalho das pessoas que têm ensino superior completo é

menor do que aquelas que têm apenas o ensino médio, provando que essa afirmação é inverídica. Como também podemos perceber que o número de admissões de pessoas com o ensino fundamental incompleto, é maior em relação às que têm o ensino fundamental completo e o ensino médio incompleto.

O pensamento neoliberal atribui aos próprios indivíduos a culpa pela sua dificuldade em acessar o mercado de trabalho, e justifica que a resolução desse problema é muito fácil, pois a solução está na adesão ao empreendedorismo, essa afirmação tem interferências de forma direta na vida de mulheres PCD's, assim como afirma Antunes,

[...] nesse universo caracterizado pela subsunção do trabalho ao mundo maquínico (seja pela vigência da máquina-ferramenta do século XX, seja pela máquina informacional-digital dos dias atuais), o trabalho estável, herdeiro da fase taylorista-fordista, relativamente moldado pela contratação e pela regulamentação, vem sendo substituído pelos mais distintos e diversificados modos de informalidade, de que são exemplo o trabalho atípico, os trabalhos terceirizados (com sua enorme variedade), o “cooperativismo”, o “empreendedorismo”, o “trabalho voluntário” e mais recentemente os trabalhos intermitentes (2018, p.78).

A relação entre às mulheres PCD's nessa lógica de mercado é atribuída, porque como as Pessoas Com Deficiência têm dificuldades para locomoção, limitações físicas, dificuldades sensoriais, necessitam da língua de sinais para se comunicar, precisando da acessibilidade e inclusão que os espaços públicos e privados por diversas vezes não oferecem, a resposta mais ágil para esse problema é começar a empreender por meio de uma *startup*.

Em Sergipe os dados do CAGED mostram que houve 10.509 mil admissões e 8.688 mil demissões, com o saldo de 1.821 mil em comparação ao número de admissões e demissões. Em contrapartida, observando os números de beneficiários/as do Bolsa Família, Sergipe está entre os 13 estados que têm mais beneficiários/as do Bolsa Família do que pessoas com carteira assinada. Esses dados foram de fevereiro de 2024 do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Desenvolvimento Social e Controle à Fome (MDS) e da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD).

A disparidade entre o número de pessoas que recebem Bolsa Família e outros benefícios assistenciais, do que em relação àquelas que estão inseridas no mercado de trabalho formal, não é porque existe a ausência de gente qualificada no mercado de trabalho. Isso ocorre devido as empresas contribuírem para essa disparidade quando não obedecem a lei nº 8.213/9, que garante a inserção de PCD no mercado de trabalho.

Em fevereiro de 2020 representantes da Associação dos Deficientes Motores (ADM) e do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência de Sergipe (CONSER), procurou o Ministério Público do Trabalho de Sergipe (MPT) para protocolarem várias denúncias contra empresas sergipanas que estariam desrespeitando o cumprimento da Lei de Cotas, dentre outras irregularidades. Isso demonstra o quanto as empresas não querem obedecer o que está imposto na lei porque acreditam que as Pessoas com Deficiência são incapazes e não são produtivas, evidenciando o capacitismo intensificado no mercado de trabalho Sergipano, ocorrendo a mesma situação em relação ao Nordeste e ao Brasil, pois o mercado de trabalho capitalista impulsiona a competitividade entre os/as trabalhadores/as e o cumprimento de metas inalcançáveis.

Em setembro de 2020 a justiça do trabalho suspendeu cláusulas de convenção coletiva que desrespeitaram cotas de aprendizes e de PCD's. Essa notícia foi publicada no site do Ministério Público do Trabalho - MPT do Estado de Sergipe, que envolve o SINDIVIGILANTE-SE e o SINDESP-SE. Este fato é um desrespeito à lei nº 8.213/91, que estabelece que as empresas com 100 (cem) ou mais empregados/as a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários/as reabilitados/as ou PCD's, habilitados/as. A denúncia foi protocolada no MPT-SE por causa dessas duas empresas de segurança que excluírem os cargos de vigilantes armados e desarmados, e de transporte de valores para obtenção do cálculo das cotas na contratação de aprendizes, como também excluir a base de cálculo para cotas de PCD's para os cargos dos setores administrativos.

A desobediência das empresas em aderirem a Lei de Cotas, as interferências da questão regional e as características do capitalismo local, tem ajudado o projeto de exclusão do capitalismo, que impulsiona mulheres PCD's a adentrarem ao mercado de trabalho informal. Até porque a desregulamentação e flexibilização do trabalho é um cenário mundial da crise do mundo do trabalho, que tem interferência na vida de toda a classe trabalhadora, todavia tem um impacto maior na vida de pessoas do sexo feminino PCD's, devido ao capacitismo, que exclui e precariza as condições de vida das mulheres PCD's. Como denomina Lucena; Gouveia *et al* (2020, p. 109) “O acirramento da desigualdade social deixa às claras que o desemprego, a precarização, a expropriação e a exploração são as diferentes expressões de um modelo de sociedade que prioriza as coisas e descarta as gentes”.

Esse processo de exclusão também ocorre com as Pessoas Com Deficiência nas provas de concurso público, através de uma forma sutil que frustra a PCD devido sua limitação física ou sen-

sorial, e por consequência a sua eliminação do processo seletivo por não conseguir realizar os testes de aptidão física. Geralmente os editais de concursos voltado às carreiras de polícias, exigem que os/as candidatos/as PCD's realizem testes de corrida, salto, testes de barra (estético e dinâmico), flexão abdominal, teste meio-sugado, dentre vários outros testes, todavia muitos candidatas PCD's são obrigadas a realizarem os testes com as mesmas condições que os/as candidatas/as que não possuem deficiência.

É possível verificamos de forma simultânea, que a exclusão de candidatos/as PCD's nesse contexto de constrangimento e repressão, ferre a lei da isonomia, estabelecido através das normas do direito administrativo. E que o não cumprimento da lei 8.213/1991 é uma violência institucional, que tem como base o capacitismo como formas de exclusão e precarização da vida de PCD's, em uma sociedade capitalista que preza pela rivalidade. As violências que atravessam a vida de PCD's são intensificadas diante do contexto de desregulamentação e flexibilização do trabalho. Porque diante do cenário de vulnerabilidade social que a classe trabalhadora enfrenta com a crise estrutural do capitalismo, aquelas que são alvo das políticas públicas como PCD's, sofreram com a diminuição de recursos direcionados a intervir nas expressões da questão social, e passaram a depender exclusivamente do rendimento do trabalho precarizado para sobreviver.

Essa condição de vida precarizada para mulheres PCD's representa uma tortura diária, porque além de sofrerem com o capacitismo, enfrentaram simultaneamente a hostilidade das cidades trabalhando com os serviços de entrega por aplicativo, com a obrigação de aprender a usar as plataformas digitais e assumir todos os custos com a aquisição de um bom telefone celular, acesso à internet pré-pago, acesso a moto ou carro, acesso à gasolina, a uniforme e demais acessórios de trabalho. Precisando também

trabalhar em longas jornadas de trabalho, enfrentarem as hostilidades das grandes cidades, ficar desalentados do sistema de proteção social da seguridade social.

Diante do contexto de trabalho sobre pressão, sobre a obrigatoriedade de alcançar metas desumanas de produção, proporcionando o adoecimento físico e mental que o/a trabalhador/a precarizado/a enfrentar na realidade brasileira, nordestina e sergipana. É possível entender que esse cenário para vida mulheres PCD's têm um impacto maior.

Em 31 de março de 2023 o MPT-SE aderiu a uma campanha chamada “Abril Verde”, com a finalidade de conscientizar sobre a segurança no ambiente de trabalho e falar sobre a importância da notificação dos acidentes de trabalho. Todavia, como diminuir os acidentes de trabalho diante do cenário de precarização e longas jornadas de trabalho? Essa é uma questão desafiadora, porque as tensões entre o mundo do trabalho é uma particularidade do sistema de produção capitalista. De acordo com dados divulgados pelo MPT-SE em 2023, nos últimos 10 anos, em Sergipe, foram comunicados 27.925 mil acidentes de trabalho, com 1.865 mil registrados no ano anterior em 2022. Os dados têm como fonte comunicações de acidentes de trabalho (CAT) ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), catalogados por meio da *plataforma Smartlab*.

As mulheres PCD's que adentram no mercado de trabalho pelas lei 8.213/ 1991 tem a possibilidade em acessar a um conjunto de direitos proporcionado através da seguridade social, todavia aos demais que estão inseridos no mercado de trabalho informal, são excluídos de suas garantias trabalhistas, e estão a margem de dependerem de ajuda de terceiros para conseguir sobreviver, ou de auxílios da política de assistência social. O entendimento da deficiência como algo impeditivo provoca a

exclusão desse grupo populacional do mercado de trabalho e impõe barreiras para que essas pessoas possam ter autonomia sobre sua própria vida:

No preâmbulo da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, há reconhecimento de que a deficiência é um conceito em evolução, resultante da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (Resende, 2016, p.33).

As Pessoas com Deficiência (PCD's), são pessoas que possuem algum tipo de deficiência, seja ela adquirida no nascimento ou durante o desenrolar de sua vida. Essa sigla passou a ser usada em 2006, quando foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), mas há anos que as PCD's vêm lutando contra a invisibilidade, contra a discriminação, visões negativas de cunho conservador, que traziam uma visão da deficiência baseada no senso comum, e de correntes de pensamentos advindo da igreja católica, que tem como base o pensamento positivista de entender a sociedade com base no fundamentalismo religioso. Estabeleciam que as PCD's deviam seguir sua religião, e assim buscavam a cura e o apagamento da sua deficiência, perante um estilo de sociedade que valoriza e impõe a existência de corpos padronizados e eficientes.

No Brasil tem emergido amplos movimentos em defesa dos direitos das Pessoas Com Deficiência. Promulga-se toda uma Legislação Social que garante uma gama de direitos as PCD's. Segundo a Lei Nº 8.112/90, de 24 de julho de 1990, deve ser garantida a oferta de 20% a 50% do quadro de funcionários para

peessoas com deficiência no serviço público. Já conforme a Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que cria o Estatuto das Pessoas com Deficiência, deve haver reserva de, no mínimo, 3% (três por cento) das unidades habitacionais para pessoa com deficiência; e diversas outras garantias; a Lei Nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação de PCD's por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências, sem quantidade estabelecida do percentual a ser contratado; há a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que garante a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como a segunda língua oficial do Brasil; e, por último, a Lei Nº 10.098 / 2001, que exige a acessibilidade para as Pessoas com Deficiência em todos os estabelecimentos, sejam eles espaços públicos ou empresas privadas, ambientes físicos ou digitais.

Esse conjunto de normativas legais dá a aparência de que a situação das Pessoas com Deficiência, especificamente no mercado de trabalho, tem sido melhorada; todavia, sabemos que somente isso não é o suficiente para que as PCDs tenham empregabilidade e condições de trabalho: é preciso o fortalecimento das lutas sociais, com uma conjuntura política que permita o diálogo e o fortalecimento do acesso aos direitos da classe trabalhadora. Isso tem sido precarizado com as diversas reformas trabalhistas, como é o caso da reforma trabalhista de 13 de julho de 2017, com a Lei 13.467. Esta estabelece, no [§ 2º, que](#) o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador/a, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador/a.

Embora as Pessoas Com Deficiência possam estar capacitadas para o trabalho em diversos segmentos do mercado de trabalho, a realidade é que continuam sendo excluídas. Em parte, as empresas ainda insistem em não aceitar pessoas com essas características nas suas equipes de trabalhadores/as. Não aceitando as PCD's como eficientes e aptas para o trabalho, duvidam das suas habilidades. Nos relatos de pessoas com surdes no artigo de Marin e Góes (2006), mostra-se que o local de trabalho para as pessoas com surdes é visualizado como mais um espaço em que existe a exclusividade da língua oralizada, e o papel do/a surdo/a nesse espaço é provar que é mais eficiente que os/as trabalhadores/as oralizados/as. Isso é mais intensificado quando a pessoa com surdes é o único surdo na empresa.

É preciso romper com as barreiras impostas pelo capacitismo, para que seja possível a inserção de PCD's em todos os espaços da vida social. Aprimorar o autodesenvolvimento dessas pessoas no seu convívio social é permitir a sua inserção de forma plena no mercado de trabalho, reconhecendo as suas características e as suas habilidades, para que assim a deficiência não seja definida como um impedimento, com o equívoco que as PCD's devem ir para o médico para “consertar” a deficiência. De tal modo Resende (2016, p.39) afirma que “[...] a deficiência está na sociedade, que tem que eliminar as barreiras comportamentais, culturais, tecnológicas e físicas, para que as Pessoas Com Deficiência sejam incluídas na sociedade.

Os movimentos das PCD's têm lutado de forma significativa para que a deficiência seja visualizada como uma característica e não como algo impeditivo. Assim é preciso pensar o autodesenvolvimento das PCD's de modo que essas pessoas saiam de espaços de isolamento social e de imensa dependência de terceiros para espaços em que seja possível a interação social, desenvol-

vendo múltiplas atividades e construindo vínculos com diversos sujeitos. Consoante Resende (2016, p.38), na “[...] Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, o conceito de pessoas com deficiência passou a ser constitucional, reconhecendo-se, como dito, que a deficiência não está na pessoa, mas na relação entre ela e o meio.”

Entretanto, ainda é verdade que há um agravamento no desemprego das PCD's do sexo feminino, que têm dificuldades para serem inseridas no mercado de trabalho devido às descrenças em seu potencial produtivo. O entendimento de que determinado tipo de deficiência é impeditiva para realização de determinada função é uma noção capacitista, que determina que aquela pessoa é incapaz. De acordo com Amâncio e Mendes (2023, p. 176) pode-se entender “[...] Capacitismo - como barreira atitudinal que, de certo modo, se encontra cristalizada na estrutura de nossa sociedade - e seus reflexos nesse processo.” O dado abaixo mostra uma das faces desse cenário:

Com base no Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([IBGE], 2010), Garcia (2014) estima que o Brasil possua, aproximadamente 6,5 milhões de PCD's com potencial para trabalhar, observação que difere do contingente de 495,8 mil PCD's formalmente empregadas no país, conforme a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2020) (Amâncio; Mendes, 2023, p. 163).

A inserção de PCD's no mercado de trabalho representa uma conquista muito significativa, porque além de romper preconceitos e estigmas, possibilita a essas pessoas serem reconhecidas pelas suas atividades laborais, além de se sentirem parte da sociedade de forma íntegra. Todavia, isso é atravessado por desafios ainda maiores, que envolvem elementos da conjuntura política nacional e mundial, elementos da realidade regional, va-

riação entre os diversos tipos de deficiência, dificuldade de acesso a recursos básicos, dentre outros fatores.

A cidadania que nos preocupa aqui diz respeito ao meio pelo qual mulheres PCD's tentam buscar um amparo por parte do Estado que assegure as condições objetivas de acesso a bens e serviços, como ao trabalho, por exemplo. Por isso se faz tão importante a participação do movimento de PCD's nos espaços de representação e participação do Estado. Porque a cidadania não é um mero espaço de apenas ouvir e ser ouvido, mas é um espaço de disputa de poder, entre o projeto de ampliação dos direitos para a classe trabalhadora e o projeto neoliberal.

Existem diversos desafios a serem superados, desde a questão da inviabilidade até a plena inserção desses grupos no mercado de trabalho de fato, com condições objetivas que permitam a permanência nesse espaço. Contudo, o desafio maior tem sido os efeitos da política neoliberal. Como enfatiza Guerra (1997, p.1) "A crise contemporânea implica em profundas alterações nas relações entre os países, no mundo do trabalho, na economia, na cultura, nas práticas ídeo-políticas e profissionais." É preciso visualizar que as tensões da crise contemporânea do capital têm fragilizado a ampliação de mais garantias sociais para a população negra e para as PCD's, influenciando assim em um Estado que centraliza os seus investimentos nas políticas que potencializam e fortalecem os grandes empresários, em detrimento das necessidades do trabalho, dentre estes as frações da classe trabalhadora que são mulheres negras PCD's.

Desde já se observam inúmeras dificuldades para inserção das mulheres PCD's no mercado laboral, diante do crescente número de trabalhadores no mercado informal, das reformas trabalhistas, das reformas da previdência e lei da terceirização, além dos impactos das novas modalidades de trabalho com a flexibili-

zação e a desregulamentação do trabalho, que precarizam as condições de trabalho, intensificam a quantidade de horas trabalhadas e não garantem boas remuneração aos/as trabalhadores/as.

Ser mulher PCD's no estado de Sergipe é estar em constante luta pela garantia dos seus direitos, porque não é necessário apenas a inserção desse público no mercado de trabalho Sergipano para que PCD's tenham acesso ao mercado de trabalho, é preciso também orçamento para investir em acessibilidade nas ruas e avenidas de Aracaju e do interior, que garantam a mobilidade urbana para que essas pessoas consigam se deslocar de casa para o trabalho e do trabalho para casa, com segurança e condições dignas de acessibilidade e inclusão. O que fica nítido no dia-a-dia das Pessoas com Deficiência é que elas são excluídas de diversas formas do mercado de trabalho, porque os espaços públicos e privados na sua maioria não tem intérpretes de libras acessíveis para atender as pessoas com surdez, o que é um desrespeito à lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que garante a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como a segunda língua oficial do Brasil.

Além de existir a questão recorrente da falta de acessibilidade nos espaços públicos e privados, o que é um desrespeito à lei Nº 10.098, que exige a acessibilidade para as pessoas com deficiência em todos os estabelecimentos, sejam eles espaços públicos ou empresas privadas, ambientes físicos ou digitais. As violações de direitos das PCD's são várias, evidenciando o quanto que Sergipe não tem avançado nas políticas públicas voltadas às PCD's, e nem na ampla inserção de PCD's no mercado de trabalho.

Podermos identificar nessas análises, que o Brasil não tem cumprido o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1996, que estabelece o “direito ao trabalho”, para todas as pessoas possam ter a possibilidade de aderirem a um tra-

balho, aceito ou escolhido, sem sofrer nenhuma discriminação, por motivos de raça, cor, religião, condição física, ou qualquer outra situação que impossibilite essa pessoa de acessar o mercado de trabalho. Além disso, esse pacto determina o direito de todas as pessoas gozarem de condições de trabalho justas e favoráveis, é o que não ocorre nem no Brasil e nem em Sergipe, porque podemos identificar que existem uma maior predominância de mulheres PCD's fora do mercado de trabalho formal, ou ocupando espaços de trabalho subalternos, sem condições mínimas de trabalho e com longas jornadas de trabalho, assim adquirindo doenças ocupacionais devido às condições precárias de trabalho, com sobrecarga de horas trabalhadas e recebendo uma péssima remuneração.

Antunes em seus textos relata todos esses aparatos de destruição dos direitos trabalhista e desumanização das relações de trabalho, que tem como agravante o uso das TIC's para a intensificar as relações de produção, sobrecarregando e adoecendo os trabalhadores, com grande excesso de tempo exposto em telas e o controle do trabalho através do registro de produção e ampliação das metas diárias, assim também:

No capitalismo avançado, a produção tende a ser cada vez mais invadida por robôs e máquinas digitais, encontrando nas TICs o suporte fundamental dessa nova fase de subsunção real do trabalho ao capital. Como consequência dessa nova empresa flexível e digital, os intermitentes globais tendem se expandir ainda mais, ao mesmo tempo que o processo tecnológico organizacional-informacional eliminará de forma crescente uma quantidade incalculável de força de trabalho que se tornará supérflua e sobran-te, sem empregos, sem seguridade social e sem nenhuma perspectiva de futuro (Antunes, 2018, p.43).

Cabe ressaltar que, diante da forma que PCD's são excluídas do mercado de trabalho, ainda não houve a superação total da técnica equivocada de entender deficiência, definida como algo que torna a PCD incapaz, relacionada à forma que alguns médicos entendem a deficiência, trazendo prejuízo aos direitos das PCD's, com a existência do art. 4º do Decreto nº 3.298/1999. Isso tem relação com a forma que alguns médicos ainda entendem a deficiência, mas é um elemento estrutural presente em toda a sociedade, que é chamado de capacitismo.

Com a imensa luta das PCD's lutando pelos seus direitos, foi possível ter uma dimensão de deficiência que conste na combinação de elementos médicos com fatores sociais, que pontua que a deficiência está na sociedade, e assim é necessário eliminar as barreiras sociais, culturais, tecnológicas e físicas, para que as PCD's sejam inseridas de forma ampla no mercado de trabalho e em todos os espaços da vida social sem discriminação e impedimentos. Todavia os desafios são imensos, pois o capacitismo é internalizado de forma estrutural, fazendo com que existam crença que determinadas deficiências tornam as PCD incapazes para realizar determinadas funções.

Com a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que foi criada com base no conceito de PCD da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, e que estabeleceu que a avaliação da deficiência será de forma biopsicossocial, realizada através do apoio de uma equipe multiprofissional e interdisciplinar, que interfere muito para a forma como as PCD's serão avaliadas, todavia na maioria das avaliações, a avaliação dos médicos são as que ter maior impacto, pois os traços de uma medicina como guardião chefe das demais formas de saber, é muito forte. Isso pode gerar impactos quando a PCD for ser avaliada pelo médico do trabalho para determina-

do cargo, porque o entendimento capacitista de deficiência como algo impeditivo é um desafio a ser superado.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) juntamente do Ministério Público da União (MPU) tem atribuições com a finalidade de romper as discrepâncias existentes no mundo do trabalho, que tem impactado de forma pessimista a inserção de PCD e os demais segmentos da sociedade, segundo pontua Resende em suas análises sobre a atuação dos órgãos públicos, mostrando que:

No âmbito infraconstitucional, o art. 83, III da Lei Complementar nº 75/93 fixou a legitimidade do Ministério Público, para “promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos”. É claro que o direito ao trabalho da pessoa com deficiência é um dos direitos que está constitucionalmente garantido, ainda mais depois da ratificação da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência com status de emenda constitucional (Resende, 2016, p.201).

Essas atribuições fazem do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Ministério Público da União (MPU) instancias potente para solução de problemas que envolvem o mercado de trabalho, principalmente em relação a desigualdade e precarização que envolvem mulheres PCD's. No entanto tem diversas limitações, por vivemos em uma sociedade capitalista, que é uma sociedade muito desarmonica, cujo maior instrumento de dominação é a apropriação da mais-valia.

3 À GUIA DE CONCLUSÃO

Em uma sociedade desarmônica cujo objetivo maior das grandes empresas são explorar seus empregados/as e potencializar os rendimentos das empresas, fica inviável haver uma harmonia entre trabalhadores/as, e isso tem impactos diretos nas trabalhadoras PCD's que estão em desvantagem por sofrerem as opressões de um sistema capitalista que é machista e capacitista. Mesmo diante de diversos processos trabalhistas que são favoráveis pela garantia dos direitos fundamentais das PCD's, as empresas insistem em não cumprir sentenças judiciais, não temem em ser penalizadas com o pagamento de multas diárias.

Em linhas gerais, apreendemos no decorrer das análises do conteúdo acerca do tema/objeto de pesquisa que o desemprego em Sergipe tem se tornado mais expressivo para o segmento pessoas negras PCD's, visto que, no mundo laboral, o fim último do donos do capital é super-explorar seus/as empregados/as e potencializar os rendimentos, sendo portando, incompatível a harmonia entre trabalhadores/as e capitalistas, e isso tem impactos diretos nos/nas trabalhadores/as negros/as e PCDs, que estão em desvantagens ainda maiores, sofrendo as opressões de um sistema capitalista estruturado nas desigualdades sociais, portanto, racista e capacitista.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Deyse; MENDES, Diego. **Pessoas com Deficiência e Ambiente de Trabalho**: uma Revisão Sistemática, Rev. Bras. Ed. Esp., Corumbá, v.29, e0140, p.161-180, 2023. Disponível em: [scielo](https://scielo.org.br/) - Brasil - pessoas com deficiência e ambiente de trabalho: uma revisão sistemática pessoas com deficiência e ambiente de trabalho: uma revisão sistemática acesso em: 29 dez 2023.

ANTUNES, Ricardo. **A Cidadania Negada Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho, Capítulo II Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**, Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, 2000, set. Disponível em: [gentili.pdf \(clacso.edu.ar\)](#) acesso em: 29 dez 2023.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão - o novo proletariado de serviços na era digital**, Editora: Boitempo, 2018. Disponível em: (PDF) ANTUNES, RICARDO. O privilégio da servidão o novo proletariado de serviços na era digital. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018 | FERNANDA BOSCHINI - Academia.edu acesso em: 22 de set. 2024.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As Mutações no Mundo do Trabalho na era da Mundialização do Capital**, Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago, 2004. Disp em: scielo - Brasil - as mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital as mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital acesso em: 29 dez 2023.

CAGED. **Painel de Informações sobre o novo CAGED**, junho, 2024. / disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWl2IiwidCI6IjNIYzkyOTY5LTZhNTetNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749> acesso em: 22 de set. 2023.

GOV.BR. Mulheres ganham 7,1% a menos que os homens em Sergipe, revela 1º Relatório de Transparência Salarial. 25 de março 2024. Disponível em: Mulheres ganham 7,1% a menos que os homens em Sergipe, revela 1º Relatório de Transparência Salarial – Secretaria de Comunicação Social acesso em: 22 de set. 2023.

IBGE. **Censo 2022: 62% da população sergipana se identifica como parda**. 22 dez, 2023. Disponível em: Observatório ([observatorio.se.gov.br](#)) acesso em: 22 de set. 2023.

IBGE. **Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência debate realidade do grupo em Sergipe**. 03 abr, 2024. Disponível em: Governo de Sergipe ([www.se.gov.br](#)) acesso em: 22 de set. 2023.

IBGE. População de Sergipe cresceu 3,69% em dois anos, diz IBGE. 29 de ago, 2024. Disponível em: População de Sergipe cresceu 3,69% em dois anos, diz IBGE | Sergipe | G1 (globo.com) acesso em: 22 de set. 2023.

IBGE. Região Nordeste possui quase metade de toda a pobreza no Brasil, segundo IBGE. 20 de nov, 2020. Disp em: Região Nordeste possui quase metade de toda a pobreza no Brasil, segundo IBGE - Fundo Estadual de Combate à Pobreza (seplag.ce.gov.br) acesso em: 22 de set. 2023.

IBGE. Taxa de desemprego em Sergipe é a 4ª maior do país, aponta IBGE. 13 de Jun, 2022. Disponível em: Taxa de desemprego em Sergipe é a 4ª maior do país, aponta IBGE | Sergipe | G1 (globo.com) acesso em: 22 de set. 2023.

MARIN, Carla Regina; GÓES, Maria Cecília. **A Experiência de Pessoas Surdas em Esferas de Atividades do Cotidiano.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 231-249, maio/ago. 2006. Disponível em: a07v2669.pdf (scielo.br) acesso em: 29 dez 2023.

MPT. Justiça do Trabalho suspende cláusulas de convenção coletiva que desrespeitam cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência, ASCOM, Set, 2020. Disponível em: justiça do trabalho suspende cláusulas de convenção coletiva que desrespeitam cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência - mpt-se acesso em: 22 de set. 2023.

PODER360. 13 Estados têm mais gente com Bolsa Família do que empregados, por Tiago Mali, em 12.abr.2023. Disponível em: 13 Estados têm mais gente com Bolsa Família do que empregados (poder360.com.br) acesso em: 22 de set. 2023.

RESENDE, Emerson. O Direito Fundamental ao Trabalho da Pessoa com Deficiência no Brasil: Caminhos Para A Eficácia Social, Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Sergipe - UFS, São Cristóvão, 2016. Disponível em: emerson_albuquerque_resende.pdf (ufs.br) acesso em: 29 dez 2023.

Marcha das Margaridas: Espaço de Resistência, Luta e de Vivência de Afetos e Emoções

Magaly Nunes de Gois

Márcia Santana Tavares

1 INTRODUÇÃO

As mulheres do campo, da floresta e das águas ainda têm suas vidas marcadas por situações de dominação patriarcal, sexismo e hierarquia de gênero, com uma nítida divisão de papéis na esfera da produção e da reprodução. No âmbito da produção, os trabalhos desenvolvidos por elas são considerados de menor valor e importância, e vistos como ajuda.

Na esfera da reprodução, cabe às mulheres a responsabilidade pelas atividades realizadas dentro e ao redor da casa, materializadas pelos cuidados com a família, a casa e o quintal, sendo este último o lugar da horta, do pomar e da criação de pequenos animais. Apesar de essas atividades serem essenciais à reprodução da força de trabalho, da vida e do capital, elas não são concebidas como trabalho, sendo desvalorizadas, invisibilizadas e sem reconhecimento. Além disso, essas mulheres vivenciam condições de pobreza, exclusão, negação de direitos e de violência sexista, realidade que contribui para a construção de processos de resistência e luta, e de espaços coletivos de vivências de afetos

e emoções, a exemplo da Marcha das Margaridas. Refletir sobre as vivências e as experiências das mulheres do campo, da floresta, das águas e da cidade na construção da Marcha das Margaridas 2023 é a intencionalidade do presente trabalho. Portanto, as mulheres sergipanas que compuseram a Comissão Ampliada da Marcha das Margaridas e participaram da Marcha serão as contadoras das histórias e de laços construídos nessa experiência de mulheres e feministas.

2 MARCHA DAS MARGARIDAS: ESPAÇO DE RESISTÊNCIA, LUTA E DE VIVÊNCIA DE AFETOS E EMOÇÕES¹

“É nós, por nós e por todas nós”²

2.1 Preparativos para a marcha das margaridas

Refletir sobre as vivências e as experiências das mulheres do campo, da floresta, das águas e das cidades, a partir de narrativas de sete mulheres que aqui nomeamos Margaridas³, integrantes da Comissão Ampliada de Sergipe formada para a construção da Marcha das Margaridas 2023, é o nosso objetivo. Para a composição da amostra, adotamos os seguintes critérios: a) participação na Comissão Ampliada para organização da Marcha; b) partici-

¹ Este trabalho é uma versão revista e ampliada do artigo apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 13, evento que trouxe como tema “Contra o fim do mundo: antirracismo, anticolonialismo, justiça climática”, 2024.

² CONTAG. **Caderno 1 – Margaridas em Marcha pela Reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver**. Brasil: CONTAG, 2023. Dispon: <https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/17698-525405-apresentacao-e-lema.pdf>. Acesso 24 mai. 2024.

³ Todas as mulheres que participam da Marcha tratam umas às outras como Margaridas.

pação em três das cinco reuniões realizadas pela Comissão Ampliada; c) participação na oficina de formação de multiplicadoras para a Marcha das Margaridas; d) participação na Marcha das Margaridas em Brasília; e) representantes de movimentos sociais mistos e de mulheres, movimentos sindicais e organizações do campo e da cidade.

Dentre essas sete mulheres, quatro são representantes de movimentos do campo: a secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Agricultoras Familiares da Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras do Estado de Sergipe (Fetase); a presidenta da Associação de Mulheres e Homens Pescadores de Nossa Senhora Aparecida; a coordenadora, em Sergipe, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) e membro da Comissão Nacional da Marcha das Margaridas; e a coordenadora do Movimento de Mulheres Camponesas, em Sergipe. Pelas cidades, contamos com as representantes do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Públicos do Estado de Sergipe (Sintrase), da Gabinete Popular Professora Sônia Meire (vereadora do Psol) e do Coletivo Narratório, vinculado ao Observatório Popular das Violências e pela Vida das Mulheres de Povos e Comunidades Tradicionais de Sergipe.

Para compartilharmos as vivências e experiências das sete Margaridas, lançamos mão de um roteiro de entrevista com dois temas: 1) Identidade e pretencimento – quem são e de onde são⁴; 2) A Marcha das Margaridas 2023 – vivência e experiência⁵ e

⁴ Nome, idade, raça/etnia, origem familiar e territorial, movimento a que pertence e trajetória de vida, de trabalho e de resistências e lutas.

⁵ Caminhada de participação na Comissão Ampliada e na Marcha das Margaridas; significados da vivência e experiência; limites e desafios vivenciados, estratégias utilizadas para enfrentar e superar os limites e os desafios; conquistas foram alcançadas por você e por seu movimento/organização no processo de construção e realização da Marcha das Margaridas 2023 e; a Marcha das Margaridas como um espaço de resistência, de luta e de vivência de afetos e emoções.

estruturamos o texto em quatro partes: a Comissão Ampliada e suas ações; identidade e pertencimento das Margaridas sergipanas; vivências e experiências de afetos e emoções; e continuidade da Marcha até que todas sejam livres.

2.2 Apresentando a marcha das margaridas e a comissão ampliada de Sergipe

A Marcha das Margaridas se constitui em “[...] uma ampla ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas, para conquistar visibilidade, reconhecimento social e político e cidadania plena” (Contag, 2014, p. 2), tem uma dimensão sociopolítica, caráter formativo e propositivo, de denúncia e pressão, mas também de articulação, diálogo e negociação com o Estado, organizada pelas mulheres do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR).

[...] além de ter um caráter reivindicativo, ele também tem um caráter de formação, que envolve todo um processo de diálogo, debate, reflexão e ampliação de consciência de classe feminista nas comunidades rurais, camponesas, nas comissões estaduais e na comissão nacional. E ela tem um processo que é pós também, que é um processo de monitoramento e de abertura de diálogo com o Estado, sobretudo nessa conjuntura da gente aproveitar [...] a gente não vai ganhar o estado, mas a gente precisa considerar alguns avanços conjunturais (Margarida do MMC).

A primeira edição ocorreu em 2000, com o lema “Mulheres Contra a Fome, Pobreza e Violência Sexista” (Gois, 2021) e, em sua sétima edição, realizada em 2023, abraçou o lema “Mar-

garidas em Marcha pela Reconstrução do Brasil e pelo Bem-Viver”. Construída pela Contag em articulação com movimentos feministas e de mulheres trabalhadoras, centrais sindicais e organizações internacionais, em sua primeira edição, contou com a participação de 20.000 mulheres e, nessa última edição, teve mais de 100.000 mulheres do campo, da floresta, das águas e cidades de todos os estados brasileiros e de trinta e cinco países (Agência Brasil, 2023).

Cabe ressaltar que, até 2019, a Marcha teve dez eixos de discussão, mas, em 2023, a nomenclatura de alguns Eixos foi atualizada, bem como foram acrescentados mais três eixos, sob o argumento de que o caráter formativo precisava contemplar temáticas emergentes, a saber: as mudanças climáticas que têm se agravado; o crescimento da fome e insegurança alimentar; a exclusão digital e o inaccessível à *internet* pelos povos do campo: Eixo 1 – Democracia participativa e soberania popular; Eixo 2 – Poder e participação política das mulheres; Eixo 3 – Vida Livre de todas as formas de violência, sem racismo e sexismo; Eixo 4 – Autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade; Eixo 5 – Proteção da natureza, com justiça ambiental e climática (**novo**); Eixo 6 – Autodeterminação dos povos, com soberania alimentar, hídrica e energética; Eixo 7 – Democratização do acesso à terra e garantia dos direitos territoriais e marítimos; Eixo 8 – Direito de acesso e uso social da biodiversidade em defesa dos bens comuns; Eixo 9 – Vida saudável, agroecologia e segurança alimentar e nutricional (**novo**); Eixo 10 – Autonomia econômica, inclusão produtiva, trabalho e renda; Eixo 11 – Saúde, Previdência e Assistência Social pública, universal e solidária ; Eixo 12 – Educação Pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo; Eixo 13 – Universalização do acesso à *Internet* e Inclusão Digital (**novo**).

Para assegurar a participação de mulheres de todo o Brasil, forma-se a Comissão Ampliada em cada Estado, tendo como principal objetivo construir estratégias para assegurar a participação das mulheres e propostas para a pauta política da Marcha das Margaridas, além de formar multiplicadoras para a Marcha e promover formação política para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das cidades. A Comissão de Sergipe aglutina a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Agricultoras Familiares (Cemtr) e trinta movimentos sociais mistos e de mulheres, sindicais e organizações sociais. Com objetivo de implementar as ações e atividades deliberadas nas reuniões da Comissão Ampliada, foi constituída uma Comissão de Articulação formada por representantes da Fetase MMTR, Comitê Estadual de Educação do Campo (Educampo), Sindicato das Domésticas de Sergipe (Sindoméstica), União Brasileira de Mulheres (UBM) e Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM).

Para viabilizar a participação das mulheres na Marcha, foram realizadas as seguintes atividades: cinco reuniões da Comissão Ampliada; dez Encontros de Formação Política para as Margaridas de Sergipe, sendo dois Encontros por Polos Sindicais com participação de 700 mulheres de todos os 75 municípios sergipanos; duas Oficinas para formação de multiplicadoras da Marcha das Margaridas; fala da coordenadora da Comissão Ampliada na Tribuna Livre de quatro Câmaras de Vereadoras/es, momento de apresentação da Marcha e sensibilização das/os legisladoras/res para as pautas da Marcha, além de reuniões com autoridades do legislativo e executivo estadual e municipais para a obtenção de apoio logístico que garantisse o deslocamento das mulheres participantes a Brasília.

A Marcha das Margaridas 2023 contou com 588 participantes sergipanas, oriundas do movimento sindical rural e urbano,

movimentos de mulheres e de organizações não governamentais e governamentais, de 54 dos 75 municípios que compõem o Estado, 53 deles representando os cinco polos sindicais da Fetase (Baixo São Francisco, Centro-Sul, Cotinguiuba, Sertão e Sul).

As oficinas de formação de multiplicadoras e os encontros de formação política, denominados de “formação na ação” (Contag, 2023), com base nos Cadernos de Discussão⁶, cujos conteúdos foram lidos e explorados pelos grupos de trabalho, contribuíram para a identificação das vivências nos territórios e os desafios enfrentados, oferecendo subsídios à elaboração de propostas da pauta política e superação dos desafios, documento entregue ao Governo Federal com as principais reivindicações das mulheres do campo, da floresta, das águas e das cidades. Para além da construção de uma pauta para a Marcha, as oficinas e os encontros se constituem em espaços que impelem as mulheres a refletirem, adquirirem uma consciência de gênero e constatarem que “o patriarcado foi e é o grande explorador das mulheres e da natureza”, “a falta de autonomia financeira torna as mulheres reféns da violência”, “na fala, a mulher é valorizada, mas, para a escolha de cargo, as mulheres são reprimidas”; o que atesta a “não aceitação e o entendimento das mulheres na luta” (Fetase, 2023), conforme tentaremos ilustrar no próximo tópico, ao revelarmos quem são e de onde vêm as Margaridas que protagonizam este trabalho.

⁶ Os Cadernos de Estudos ou de Discussão são textos produzidos pela Contag e organizações parceiras da Marcha das Margaridas, que abordam o lema e os treze eixos políticos, com a intenção de subsidiar os debates nas comunidades (Contag, 2023).

3 AS MARGARIDAS DE SERGIPE: IDENTIDADE E PERTENCIMENTO

Todas as Margaridas entrevistadas são nordestinas, nascidas em Sergipe ou estados próximos (Bahia e Pernambuco), têm idade entre 34 e 65 anos, todas inseridas em movimentossociais, algumas em lutas sindicais e apenas uma delas envolvida em movimento político- partidário. Quanto à escolaridade, três são estudantes universitárias, uma assistente social, outramestranda em Geografia, duas possuem nível médio, uma delas atuando como educadora popular.

Todas elas podem ser classificadas como negras, se usamos como parâmetro a classificação do Ministério da Igualdade Racial, baseada em censo demográfico da população residente por cor ou raça do IBGE - 2022⁷, uma vez que quatro se identificam como pretas e três como pardas.

[...] sou mulher negra de pele clara, de origem de família de agricultores familiares do sertão de sergipano, iniciei minha militância política na igreja católica, depois na luta pela terra, sou assentada desde 1990 no território sul sergipano, onde ingressei nos movimentos de mulheres e agroecológicos (Margarida do MMTR-NE).

[...] tenho 40 anos, sou do município de Pacatuba, território do Baixo São Franciscosou de origem familiar [...], descendente de índios pelo lado da minha vó materna edescendentes Alemã por parte do meu avô paterno [...] (Margarida da Fetase).

⁷ A população negra é considerada como o conjunto das pessoas que se declaram como pretas e pardas (Brasil, 2024).

As narrativas dessas mulheres revelam o entrecruzamento de marcadores como gênero, raça, cor, origem familiar, religião e território, que apontam para relações de poder em que o homem branco subjuga e oprime as mulheres. A cor da pele é usada como marcador de diferença, a fim de validar a ideia de superioridade do branco, o que contribui para a naturalização e perpetuação do racismo estrutural (Santos, 2020).

Conforme pondera Santos (2023), o campo se configura como lugar com maior predominância de presença negra, embora os brancos continuem sendo os grandes donos de terra, desde o processo de colonização. As mulheres negras e indígenas, por sua vez, foram silenciadas, invisibilizadas, destituídas da terra e de quaisquer direitos, inclusive da vida, o que resultou na concentração fundiária, que até hoje afeta a trajetória e experiência dessas mulheres.

Cabe reforçar que, no roteiro de entrevista elaborado, não questionamos as Margaridas sobre sua orientação sexual e identidade de gênero, já que não eram objeto de nosso estudo. Todavia, uma Margarida, ao se apresentar como “mulher parda, de pele clara, cisgênero e bissexual, compreende sua narrativa como ato político de resistência à opressão imposta pela sociedade às sexualidades dissidentes e explica:

Como militante, resistência e luta são minhas companheiras no trilhar. Mas apesar de não estar inserida em nenhum movimento específico de militância LGBTQIAPN+, viver ao lado de minha companheira, vivenciar espaços coletivos, existir nessa sociedade que tenta nos oprimir e forçar nosso confinamento, já são atos de resistência (Margarida do Coletivo Narratório).

As Margaridas iniciam, ainda jovens, a militância, por influência familiar, religiosa, estudantil e profissional,

mobilizadas por parentes que já atuavam no movimento sindical, pelo engajamento nas Pastorais da Igreja Católica, nas lutas pela terra e nas instâncias do movimento estudantil universitário, na atuação profissional com segmentos da população vulneráveis, bem como pela valorização e reconhecimento como trabalhadoras, pescadoras artesanais (atualmente nomeadas mulheres das águas) e de suas trajetórias de resistência e enfrentamentos que as conduziram à Marcha das Margaridas.

Eu sou do Movimento de Mulheres Camponesas e eu comecei a minha militância na Pastoral da Juventude, vinculada à igreja católica, depois eu comecei a participar de um curso que o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município realizou especificamente para jovens [...]. A partir desse engajamento eu me filiei ao sindicato e fui convidada no ano seguinte para compor a chapa da diretoria nas eleições [...], na segunda metade do meu segundo mandato eu fui eleita para a Federação dos Trabalhadores na Agricultura para coordenar a pasta de juventude e depois que eu saí da Fetase eu ingressei no Movimento de Mulheres Camponesas, em 2016 (Margarida do MMC).

[...] tomei gosto de fazer parte do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Sergipe- MSTTR com apenas 17 anos, o conheci através da minha irmã que na época era secretária geral do sindicato [...], recebi o convite e o desafio de presidir o sindicato, fui eleita com 21 anos e fiquei por dois mandatos consecutivos [...] e em mais um mandato na Secretaria de Finanças Administração [...] onde pude atuar enquanto diretora e fortalecer a luta sindical no município (Margarida da Fetase)

Iniciei minha militância no movimento estudantil, [...] embora não tendo licenciatura militei no SINTESE [...], organizamos dezenas de atos público na defesa dos direitos desses trabalhadores e trabalhadoras daquela cidade. Através dessas manifestações percebi o quanto a política influenciava nossas vidas e isso despertou meu interesse pela política[...] me tornei funcionária pública estadual. Por conta do cargo, ingressei no movimento sindical e hoje sou parte da diretoria executiva [...] (Margarida do Sintrase)

Iniciei como militante no movimento estudantil há mais de 10 anos [...], milito na Universidade, onde compus a última gestão do centro acadêmico de Serviço Social e hoje participo do Coletivo Narratório que fornece espaço de escuta para mulheres organizadas em movimentos sociopolíticos (Margarida do Coletivo Narratório)

Na minha caminhada de lutas e resistências, ainda na universidade, participei de algumas greves na universidade, comício pelas Diretas, comícios do PT e da Pastoral do Menor ligada à Igreja Católica. [...] Participar ou apoiar a causa da infância e adolescência, das mulheres, dos sem-terra, sem teto, na economia solidária, educação, saúde, fazia parte do meu fazer profissional, totalmente alinhado com o que acredito e defendo para uma sociedade justa e igualitária (Margarida da Gabinete Popular).

Os depoimentos acima são ilustrativos das trajetórias que impulsionaram o engajamento das Margaridas na militância e nos permitem situar essas trajetórias em determinado contexto, político, afetivo, profissional, religioso e familiar, ao mesmo tempo em que revelam essas mulheres como parte de uma sociedade, de um corpus coletivo, ou seja, suas trajetórias não são tramadas de forma isolada, mas construídas nas relações comunitárias, movimentos sociais, sindicais e na dinâmica da

vida social que se refaz e renova continuamente, permeada por lutas para a criação de espaços de mulheres nos movimentos mistos, como a Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Agricultoras Familiares da Fetase e de movimentos auto-organizados de mulheres, a exemplo do MMTR-NE e do MMC, trilhas que as conduzem à Comissão Ampliada e à vivência da Marcha das Margaridas com mais intensidade, conforme tentaremos demonstrar a seguir.

3.1 A Marcha das Margaridas 2023: vivências de afetos e emoções

Para as Margaridas, o envolvimento na organização, o engajamento e a participação nas Marchas trazem experiências diversas, que adquirem um caráter processual, em que cada evento descortina novas descobertas e estratégias de Bem Viver coletivas.

Eu construo a Marcha das Margaridas desde 2007, foi o primeiro ano que eu meengajei na organização, embora eu não tenha ido para a Marcha em Brasília, mas eu construí desde os processos de base. E aí a gente sempre diz que a construção da Marcha, a Marcha, o dia D é uma culminância, né? Mas ela acontece um ano seguinte, um ano anterior à sua realização. E por conta que eu já fazia parte do movimento sindical de trabalhadoras e trabalhadoras rurais, que é filiado à CONTAG que é a organização que criou a Marcha das Margaridas (Margarida do MMC). Cheguei até as mulheres das águas via Articulação Popular São Francisco vivo, mas deixou uma inquietação pra todas não ter a participação das mulheres das águas na Marcha das Margaridas, só de uma pessoa, já venho participando de algumas Marchas das Margaridas, [...] levou a nossa participação porque onde a gente coloca nossas

inquietações pra fora e alguém nos vê (Margarida da Associação de Mulheres Pescadoras)

Essa foi minha segunda Marcha das Margaridas, a primeira aconteceu em 2015. [...] No ano de 2023, voltamos a receber o convite e eu fui convidada a participar da Comissão Ampliada, as reuniões foram cheias de muitos diálogos abertos com relação às pautas e organização. Pude conhecer mulheres com experiências de vida lindas, foi ali que eu tive pela primeira vez na minha vida a oportunidade de falar. Apesar de já ter feito dezenas de discursos e falas, de conversar com centenas de pessoas desde o mais simples ser humano até os governos dos Estados. Na Comissão Ampliada da Marcha das Margaridas 2023 foi a primeira que fui ouvida de verdade, elas realmente se importavam com o que eu tinha a falar e levavam em conta o que eu falava. E eu chorei, chorei porque me senti livre e acolhida. Durante muito tempo me podaram de todas as formas possíveis, e por mais que teimasse em arriscar voos, eu sempre voltava a aterrissar. A Comissão Ampliada e a Marcha das Margaridas 2023, deram-me novas asas e me ensinaram a voar novamente. Dizem que todos precisam de motivos para se manter vivo e ativo, é isso que a luta faz em minha vida (Margarida do Sintrase)

Sobre o que levou a minha organização a participar da marcha, é muito por conta da plataforma política da Marcha das Margaridas, que reúne uma agenda comum de luta em defesa da vida, em defesa da Mãe Terra, em defesa do reconhecimento e visibilidade do trabalho das mulheres do campo, das florestas e das águas, por direitos sociais, pela defesa do corpo território, pelo fim da violência e todas as formas de discriminação contra as mulheres. Então a gente muito inspirada no lema que as mulheres são como as águas, elas crescem quando se juntam. A gente aposta e centra a força nessa grande ação de marcha, que é conside-

rada a maior mobilização de mulheres da América Latina [...] (Margarida do MMC)

A evidência da “experiência” confere credibilidade e serve de referência sobre o vivido. Afinal, o que pode ser mais incrível do que o relato da própria pessoa que viveu essa experiência? (Scott, 1998). Todavia, não se pode ignorar que as experiências e os relatos sobre elas não são os mesmos, visto que é preciso atentar para essas diferenças e não as naturalizar ou mesmo ignorá-las, pois são construídas a partir de trajetórias de vida, de trabalho e de militância. Em suma, a experiência pode ser uma forma de nos permitir descortinar e dar visibilidade às diferenças, como elas operam, são constitutivas e, ao mesmo tempo, constituem a inserção das Margaridas no mundo e dão significado aos seus sentimentos e escolhas.

A experiência de construção e realização da Marcha das Margaridas implica a vivência de desafios materializados por: insegurança financeira; pouco ou nenhum apoio dos governos estadual e municipais; não disponibilidade de ônibus; conciliar diversos interesses “[...] até porque não é nada fácil organizar, conciliar tantos interesses, propostas, agendas, motivações [...]” (Margarida da Gabinete Popular). Enfrentar e superar esses desafios para assegurar a participação das mulheres na Marcha, ou seja, em Brasília, exige a construção coletiva de estratégias, a exemplo de venda de camisas, rifas, colaboração de amigos e familiares, contratação de carro pelos sindicatos, articulação com dirigentes sindicais e deputadas/os.

Enquanto Comissão tivemos dificuldade em conseguir os ônibus para o deslocamento até Brasília, a quantidade adquirida não conseguiria levar todas as nossas compa-

nheiras. Contudo foram disponibilizadas duas vagas por segmento. Após levar o problema para meu segmento, foi convocada uma reunião da diretoria, foi apresentado o problema e relatada a importância da Marcha para as mulheres em geral, inclusive nossas representadas, optou-se então pela locação de uma van e a disponibilização de duas vagas para companheiras de outros segmentos. Para alimentação de todas as companheiras e companheiros que nos acompanharam contamos com ajuda de amigos próximos, familiares e rifas. Além disso, todos ajudavam-se na estrada (Margarida do Sintrase).

Foi uma experiência desafiadora, baseada em pouca promessa e muitos sonhos. A maior limitação são os recursos pra levar todas as mulheres que almejavam ir, com um Governo de estado que nem ao menos quis dialogar com a gente, que retrata o pouco caso que ele dá para a luta das trabalhadoras rurais, um senador que foi apoiado por nós na última eleição e apenas prometeu e não cumpriu as promessas de ajuda, nos vimos num estado delicado em articulação (Margarida da Fetase).

[...] As portas que não foram abertas, a busca por recursos e apoio, a falta de receptividade do governo municipal e estadual, as promessas não cumpridas, a demora nos retornos para que pudéssemos levar uma delegação que representasse o estado de Sergipe e suas demandas, foi muito desafiador (Margarida da Gabinete Popular).

[...] Eu penso que, pelo menos uma percepção minha, que o maior desafio é no quesito da autonomia financeira para realizar a marcha, que envolve um montante de recursos para financiar estrutura em Brasília, de alimentação, a infraestrutura física, mas para o Estado é uma coisa que é recorrente, essa dependência de doações de ônibus via o governo do Estado, que eu entendo que não é nenhum favor que o governo do Estado faz às mulheres, mas eu acho que

quando esse governo não tem essa compreensão, a gente não consegue ter a médio prazo um resultado que possibilite, caso o governo do estado negue, a gente conseguir financiar a nossa ida para Brasília [...] (Margarida do MMC).

Os desafios presentes na construção das marchas não esmorecem nem desanimam as Margaridas, tendo em vista a vontade, o acúmulo político, a força do coletivo de mulheres, a consolidação, a riqueza e a potência da Marcha das Margaridas.

Vivenciar essa experiência foi muito enriquecedor, bastante desafiadora e muito potente [...] A vontade e a força com que as mulheres/organizações se mantiveram firmes e confiantes que estaríamos presentes e com uma delegação representativa foi sem dúvida uma lição que levaremos para outras frentes de luta [...] (Margarida da Gabinete Popular).

A cada marcha se apresenta diferentes desafios. A de 2015, véspera do golpe, na marcha foi primeiro grito fora Cunha, as margaridas denunciaram a ameaça à democracia. Em 2019 tivemos a primeira marcha sem pauta para o governo, num cenário de várias ameaças, inclusive de conquistas das Margaridas e insegurança institucional. 2032 foi primeiro ano da retomada do Brasil e retorno do presidente Lula, mas, ainda numa conjuntura de reflexo do enfraquecimento dos movimentos e da perda de renda, principalmente das mulheres que estão nos territórios rurais, das florestas e das águas. Como a marcha é movimento auto organizado, depende dos acúmulo dessas nossas forças. Então foi momento de muita insegurança e dificuldades financeiras para chegar até Brasília, mas de muita consolidação na forma de organização. Existe muito acúmulo político na forma de construção da Marcha, de como construir (Margarida do MMTR-NE).

Para além dos desafios coletivos, existem desafios que são vividos por quem está na coordenação da Comissão Ampliada, da Comissão operativa e na tarefa de assegurar a participação das mulheres que constroem a Marcha e querem ir a Brasília.

Outro desafio foi a busca de não se perder de mim mesma, porque construímos metas ousadas e não conseguimos cumpri-las, a princípio me senti muito frustrada e indefesa, mas percebi que as coisas acontecem como e da forma que precisa ser. Foi muito difícil pra mim, não atender a expectativa de todas as mulheres que desejavam ir marchar, afinal, lutamos muito coletivamente para obter êxito na caminhada da articulação, mas com a negativa do governo e de todos os que prometeram e não contribuíram, me vi perdida, sozinha e sem saber qual rumo tomar, no entanto, me deparei com uma realidade nua e crua a qual saberia que não conseguiria agradar as trabalhadoras Rurais nem todas as parceiras, e fomos fazendo o que era possível, com muito esforço e lágrimas conseguimos levar quase 600 mulheres, sei que Sergipe foi bem representado com todo o esforço de parceiros que contribuíram para que esse feito fosse ocorrido (Margarida da Fetase).

A vivência e a experiência de construção e realização da Marcha possibilitam que as mulheres do campo, da floresta, das águas e da cidade alcancem uma diversidade de conquistas coletivas: aprendizado coletivo; afirmação da força e da vida do movimento feminista; protagonismo das mulheres na reconstrução do Brasil; ampliação das pautas das mulheres e dos povos do campo, da floresta e das águas; e anúncio pelo Governo Federal de políticas, programas e projetos sociais para o campo e para as mulheres, a exemplo: ampliação dos quintais produtivos e das

lavanderias coletivas, assinatura de oito decretos (Decreto nº 11.635 retoma Bolsa Verde; Decreto nº 11.636 que retoma Política Nacional ao Trabalhador Rural Empregado; Decreto nº 11.637, Seleção de Famílias para Reforma Agrária (Pontuação diferencia para famílias chefiadas por mulheres); Decreto nº 11.638, o qual institui Comissão Nacional de Enfrentamento à Violência no Campo, Decreto nº 11.639, que estabelece GT Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural; Decreto nº 11.640, constituindo o Pacto Nacional de Prevenção ao Feminicídio; Decreto nº 11.641, do Programa Nacional de Cidadania e Bem Viver da Mulher Rural (Novo PNDTR); Decreto nº 11.642, que estabelece os Quintais Produtivos para mulheres rurais (90 mil quintais produtivos); anúncio da reinstalação do Fórum Nacional de Políticas para as Mulheres Agricultoras do Campo, da Floresta e das Águas, do Fórum de Discussão para questão das mulheres Pescadoras, Marisqueiras e das Águas; retomada do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural; 300 milhões para crédito de instalação às famílias da reforma agrária; investimento de 180 milhões na qualificação do atendimento de mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência.

Muito aprendido a partir de uma construção entre representações tão diversas, mas que foi possível porque levou-se em consideração o que nos une. Reafirmou, para mim, que o movimento feminista é vivo, vibrante, de massa, e ali estava representado por quem vive, quem luta todos os dias pela sobrevivência, contra a opressão, o machismo, o patriarcado, num território muitas vezes sem acesso a nenhuma rede de apoio. Me deu mais certeza que não importa se a mulher é ou não uma intelectual, se domina as teorias, se transita nas academias, nos espaços de grande representatividade, se sabe ou não definir esse

movimento como feminista, se tem conhecimento das ondas ou não, o que importa é que em todos os cantos desse país esse movimento pulsa forte em todas essas mulheres que vive a vida e que luta para transformar a sociedade [...] (Margarida da Gabinete Popular).

A primeira foi a constatação de que a retomada do Brasil também é fruto da luta das Margaridas. A construção e ampliação da nossa pauta, inclusive com eixos e temas novos, como inclusão digital, entendimento sobre energias renováveis, e os pontos de pauta que foram anunciados pelo governo como os quintais produtivos e os demais que estão em processo de negociação com o governo (Margarida do MMTR-NE).

Para o MMC, acho que avanços e conquistas estariam no campo coletivo, olhando um pouco para os primeiros anúncios que foram feitos, ainda no dia 16, na Praça dos Três Poderes anunciada pelo presidente Lula, principalmente após seis anos de retrocesso, de retirada de direitos, de julgamento da máquina pública, do Estado. Aquelas medidas, ainda que poucas, eu penso que já foi um avanço, óbvio que a gente quer que toda a pauta seja atendida, mas a gente tem aí acompanhado os editais para chamadas públicas, para a implementação de quintas produtivos, e a gente sabe que os quintais produtivos são espaços por excelência de cuidado das mulheres, é um espaço de experimentação, de construção de conhecimento, de aporte de renda para as mulheres e esses quintais a gente tem apostado muito no trabalho deles, a parte da perspectiva da agroecologia, principalmente usando a ferramenta da caderneta agroecológica, onde é mensurado toda a produção que a mulher realiza, aquilo que é consumido, aquilo que é vendido, então isso vai quantificando a importância do trabalho, do valor do trabalho da mulher, da unidade produtiva. Outras medidas também foram anunciadas o

ano passado, exemplo da implementação de lavanderias coletivas que contribui com a redução da jornada dupla e tripla de trabalho das mulheres, uma vez que o trabalho reprodutivo, trabalho doméstico, trabalho de cuidados, ainda não é dividido de forma igual, de forma justa, entre as pessoas que moram na residência. Então, é atribuído à mulher esse papel de ser responsável, embora ela também trabalhe fora de casa, mas ela é quem acumula a maior parte desse tempo. Então, o Estado precisa também assumir essa responsabilidade de cuidado para a reprodução da vida (Margarida do MMC).

A luta pela sobrevivência de cada dia as fortalece, tece uma rede de apoio e solidariedade, cuja luta coletiva se torna escudo que as protege contra a opressão, o machismo e a violência de gênero (re)produzida pela forte presença da cultura patriarcal na área rural, a qual invisibiliza suas demandas e as alija de espaços de poder e representatividade. Seu feminismo é forjado sob as bases do sofrimento, abandono e isolamento. A luta não é cíclica nem tampouco sofre refração, pois sua união é inquebrantável e as impele à resistência. Todavia, mesmo sem o aporte teórico das feministas acadêmicas ou mesmo que muitas dessas mulheres não se nomeiem como feministas, a luta por demandas coletivas, relações mais igualitárias e transformação da sociedade, sem opressão de gênero, racismo e sexismo, entre outras reivindicações, aproxima ambos os movimentos e as irmana.

A Marcha das Margaridas também proporciona conquistas pessoais, conforme falas das Margaridas da Fetase, do Sintrase e da Gabinete Popular, respectivamente.

Sem dúvidas, envolver diversas lideranças e construir a 7ª Edição da Marcha das Margaridas foi apesar de todas as

pressões psicológicas que essa construção possa envolver ela nos liberta. Vi e senti organizações depositarem sua força de que o MSTTR poderia garantir a ida delas a todo custo mesmo sem compreender as limitações do MSTTR para suas próprias companheiras, o caos instalados diversas organizações precisaram se reinventarem e conquistar o próprio transporte com suas próprias forças.

A Marcha das Margaridas para me foi um experiência enriquecedora, me fez começar a enxergar o mundo e as pessoas de um modo muito diferente depois dela, embora ativa nas lutas, ainda carregava uma série de preconceito e discriminação principalmente religiosas sobre algumas questões. O convívio e diálogos, as trocas de vivências e saberes foram libertadores. Voltei para meu Estado totalmente diferente e completamente insatisfeita com minhas velhas atitudes, o que me levou a repensá-las e abandoná-las. Gosto do que me tornei e fico feliz pela Marcha me proporcionar todo esse aprendizado.

[...] voltar a me conectar com a alegria, a mística, o acolhimento, a dança, a poesia, etc., essa forma tão encantadora que as mulheres do campo sabem muito bem usar para conduzir de forma lúdica e leve uma ação de tamanha importância e significado. E nesse momento foi muito especial porque estávamos saindo de um período de muita tensão, onde o ódio foi muito propagado e alimentado.

De fato, o engajamento no movimento e na organização da Marcha das Margaridas enseja mudanças no âmbito pessoal, na medida em que estimula autoconhecimento, descoberta de suas potencialidades, capacidade de resiliência e enfrentamento de seus medos e inseguranças; possibilita uma conexão consigo mesmas, com outras mulheres e suas histórias, fomentando o

convívio e diálogo, a troca de vivências e saberes que as enriquece e liberta das amarras do preconceito, discriminação e moral religiosa que lhes impõe o silêncio e a submissão aos homens. Em suma, ao se conectarem com a alegria, a mística, o acolhimento, a dança, a poesia, percorrem um caminho sem volta, nunca mais sendo as mesmas, pois assumem a condição de sujeitas, senhoras de sua própria vida e direitos.

Para as Margaridas, pensar na Marcha confere um sentimento de pertencimento, de coletividade, de força e poder, compromisso com a ancestralidade e futuras gerações, mas também solidariedade, afeto e esperança, potencialmente um território de fala e de escuta das mulheres. Nas suas palavras,

Pensar na Marcha me faz acreditar que não estou sozinha, que a minha luta é nossa luta e que é nesse coletivo que temos poder [...] Com certeza a potência dessa ação está nos laços fortalecidos, no pertencimento das mulheres unidas pelo bem viver, no suporte que uma dá a outra, na vivência antes de ir e lá no acampamento [...] (Margarida do Coletivo Narratório).

[...] Seus olhares mesmo que algumas vezes cansado, brilhavam diante das falas de suas companheiras, seus sorrisos não se trancavam em momento algum mesmo quando estávamos chorando por conta de alguma história compartilhada, logo em seguida ríamos de outras boas lembranças. A saudade de casa, dos filhos, netos e companheiro também eram divididas e as tristezas causadas por ela, trazia também o conforto das companhias, seja através de abraços ou uma música e danças (Margarida do Sintrase)

É bem difícil descrever os sentimentos, mas que trago vários momentos, primeiro do sentimento de ser uma semente de Margarida Alves, pensar no seu legado e ter

oportunidade de honra sua luta, hoje dizer “Sou uma Margarida” é se conectar com tantas mulheres com tantas histórias, e todas vão se reconhecer nessa luta. [...] A marcha é coletiva, nisso existem tensões e partilha de esperança, de alegrias. Mas as emoções vão tomando conta de todas quando chega o dia de viajar, no encontro no local de partida, no compartilhamento dos alimentos, nas canções de luta, no dividir de histórias de vida como cada uma fez, para chegar até aquele momento. A chegada em Brasília é dizer a Marcha é real, está acontecendo e esse meu eu corpo, antes cansaço da viagem se alegra ao encontrar tantas outras de tantos lugares [...] Nunca mais uma mulher que vai a marcha, depois de sentir sua grandeza será a mesma (Margarida do MMTR-NE).

Toda programação da Marcha foi momento de vivência de afetos, de emoções que contagiava, seja em pequenos grupos, seja no espaço maior da programação conduzida para aproximar, integrar, emocionar. Cada fala potente, cada canção entoada, cada instrumento que tocava, cada mulher que dançava, cada abraço de alguém que você encontrava, fazia vibrar energia e emoção e reafirmar a importância do que se construía ali. No dia da caminhada até a Esplanada dos Ministérios, o cuidado, a beleza, a vibração e a força representada por cada delegação demonstrava o compromisso com o objetivo da Marcha, reafirmando o poder da participação política das mulheres e a importância de lutarmos por um Estado Democrático e soberania popular (Margarida da Gabinete Popular).

A Marcha das Margaridas é a maior ação das mulheres, ela envolve as Mulheres de todas as cores, tamanhos, raças e credos, enfim, para todas nós com diversas pautas que circulem para o bem viver seja ela de forma muito individual (para mim) quanto para o coletivo (para nós), é isso que nos move, porque fala da vida, da defesa da vida, da natureza

e da justiça social. Pensar na Marcha das Margaridas desperta em mim o sentimento de unidade, de partilha, me faz sentir parte do processo, todas as vezes que vejo diversas Políticas públicas serem executadas em nossos municípios sinto que contribui para que isso acontecesse isso me motiva a não parar. Com certeza, Marcha das Margaridas é um espaço de resistência, de luta e de vivência de afetos e emoções, diversas Mulheres seguram nossas mãos ao longo do processo, pessoas incríveis que sei que levarei para toda a vida, para além até do Movimento sindical, pessoas que acreditam que somente a luta muda à vida, nos fortalece nos processos difíceis e aguça nossa resistência para aguentar mais um processo (Margarida da Fetase).

Ao refletirem sobre a Marcha das Margaridas, as mulheres reafirmam sua importância como instrumento de luta, mas também espaço de aprendizado, apoio mútuo e compartilhamento de experiências, tensões e tristezas, esperanças e alegrias, em que renovam o sentimento de pertencimento, a responsabilidade pela preservação do legado de Margarida Alves e a crença no poder de participação política das mulheres em que, unidas pelo bem viver, têm uma importante contribuição para consolidar o Estado Democrático, a implementação de políticas públicas e assegurar a soberania popular.

Seus depoimentos expressam sentimentos de afeto, de esperança, pois a Marcha traduz a força do coletivo, de amparo mútuo, de mulheres que tomam a luta como força motriz para mudar a vida, superar o desalento face ao abandono do Estado, que as fortalece e renova sua capacidade de resistência e de luta.

3.2 A Marcha continua, até que todas as margaridas sejam livres

As bandeiras de luta das Margaridas são muitas e diversas, contra o patriarcado e a violência de gênero que atinge mulheres de todas as idades, pelo acesso às políticas de saúde e educação, previdência, assistência social, acesso à terra e à água, aos territórios e territórios, defesa da sociobiodiversidade, crédito, reforma agrária, entre outras pautas políticas, cuja Marcha está longe de acabar. As Margaridas lutam porque acreditam que têm muitas razões para lutar, que podem transformar vidas e construir outro projeto de sociedade e de campo, um projeto popular, democrático, feminista, antirracista e agroecológico:

Lutamos por que acreditamos que podemos transformar vidas, o retrocesso em que o Brasil entrou depois do golpe contra Dilma nos deixou tristes, revoltadas, temerosas, no entanto, mais resistentes, enfrentamos um projeto da morte que cortou gastos públicos, verbas na educação e na saúde, não investiu na agricultura familiar nem em tecnologia muito menos na assistência social, vimos direitos tão arduamente conquistados serem anulados, sentimos na pele o aumento da fome no país, da insegurança financeira e alimentar, tempos duros de ataques brutais às políticas públicas, é contra esse projeto de sociedade que Marchamos. O nosso lema: Margaridas em Marcha pela reconstrução do Brasil e pelo bem viver, retrata justamente a nossa resistência desses tempos difíceis e a busca pela renovação das esperanças, assim como o próprio Paulo Freire nos ensina sobre o Esperançar com ação, de ir atrás buscar, cheia de vontade para refazer um novo mundo, onde as mulheres tenham voz e vez, retomar os direitos perdidos e mostrar a nossa força nas ruas para ganhar respeito nem que seja no grito, pois Marchamos porque esta-

mos na disputa por um projeto popular, democrático, feminista, antirracista e agroecológico, temos razões e motivos o bastante para não ficarmos paradas (Margarida da Fetase).

A luta para dar visibilidade a essas bandeiras e obter algumas conquistas é semeada por emoções e afetos, como afirma a Margarida da Fetase, cuja reflexão torna-se semente para florescer novos sonhos e pautas à organização da próxima Marcha:

[...] permita-me partilhar um momento muito íntimo, durante a caminhada em Brasília há um local onde marchando podemos olhar pra traz e ver aquela multidão de mulheres caminhando pelas ruas no sol geralmente muito forte, com seus chapéus, suas bandeiras, mostrando toda a criatividade e coragem, é verdadeiramente um mar de mulheres, como ondas a se movimentar, é de se arrepiar, lágrimas correm nos olhos nessa hora, porque é lindo de se ver, é o momento em que sempre penso em cada trabalhadora rural, lembro da minha ancestralidade e penso na minha posteridade, do que tenho plantado para a minha futura geração, e continuo caminhando, sonhando e acreditando que dias melhores estão por vir, não porque apenas acredito, mas porque eu luto para que ele aconteça.

Por fim, as Margaridas seguirão em marcha, construindo espaços em que têm lugar de fala e são ouvidas de fato, em que possam desabafar e reivindicar, sorrir e chorar, ou seja, espaços de lutas e de acolhimento, de afetos e de emoções até que todas sejam livres da dominação patriarcal e da exploração capitalista, racista, sexista, e todas possam alçar voos sem risco de serem cerceadas e impedidas de conquistar seus sonhos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Marcha das Margaridas é aberta em Brasília.** 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/marcha-das-margaridas-e-aberta-em-brasilia>. Acesso em: 24 mai. 2024.

BRASIL. **População.** Brasília: Ministério da Igualdade Racial / Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/hub-igualdade-racial/populacao>. Acesso em: 24 mai. 2024.

CONTAG. **Marcha das Margaridas - Projeto para Captação de Recursos.** Brasília: Contag/Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras familiares, 2014.

CONTAG. **Caderno 1 - Margaridas em Marcha pela Reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver.** Brasil: CONTAG, 2023. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/17698-525405-apresentacao-e-tema.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2024.

FETASE. **Proposta de pauta para a Marcha das Margaridas 2023.** Aracaju: FETASE, 2023.

GOIS, Magaly Nunes de. **Violências contra as mulheres do campo, da floresta e das águas:**

bandeira de luta da Marcha das Margaridas. In: **Anais do Seminário Internacional**

Fazendo Gênero 12 (Anais Eletrônicos). Florianópolis, SC: UFSC. 2021. p. 1-13. Disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1612710873_ARQUIVO_856197772ca9d2fd44f3dc747cde0789.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

SANTOS, Danielle. **A Cor da Pele. Geledés,** 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/cor-da-pele/>. Acesso em 25 mai. 2024.

SANTOS, Geisa Lima dos. **Casa dos Afetos:** mulheres rurais e a performance escrita de si como forma de resistência. 2023. 292f. Tese

(Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Universidade Federal da Bahia. Bahia, 2023.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, MariaCoelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. **Falas de Gênero**. SC: Ed. Mulheres, 1999. p. 21-55.

Produção do Conhecimento sob as Particularidades LGBTQIAPN+ no Serviço Social: Interseccionalidade, Decolonialidade e Consustancialidade

Silmere Alves Santos

Matheus Andrade Moraes

1 INTRODUÇÃO

Este artigo questiona quais as implicações para as pesquisas, no campo do Serviço Social, que buscam produzir conhecimento científico a partir de uma abordagem que permita considerar estruturas sociais enquanto formas de exploração, dominação e opressão que recaem, singularmente, sobre sujeitos excluídos, histórica, social e academicamente, no caso desta pesquisa as pessoas LGBTQIAPN+? Defende-se que, na sociedade brasileira, as respostas às questões estruturais, culturais e institucionais relacionadas à violência contra grupos em condição de exclusão social só começam a sofrer deslocamentos, mediante recorrências, agravamentos, denúncias e, infelizmente, muitos feminicídios, transfeminicídios e atos racistas. Contexto em que a violência, a discriminação e o preconceito que ocorrem nos equipamentos públicos/instituições sociais agudizam as desigualdades sociais, potencializam a formação sócio-histó-

rica brasileira, pautada no conservadorismo, em extremismos e fundamentalismos, amplificando a coisificação do ser destituído de sua dignidade enquanto pessoa humana. Ao refletir sobre as pessoas LGBTQIAPN+, constata-se que a produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social ainda é limitada. Discutiu-se, a partir de pesquisa bibliográfica, os conceitos de interseccionalidade, decolonialidade e consubstancialidade, os quais possibilitam a apresentação de diferentes perspectivas da teoria feminista e transfeminista, alinhadas à defesa das pessoas LGBTQIAPN+, frequentemente silenciadas pelo sistema heterocispatriarcal. Além disso, o texto discute a conceituação de cultura como produto das relações sociais e analisa o sistema dominante do conservadorismo. Por fim, ressalta-se como os processos de resistência da população LGBTQIAPN+, através da produção artística, do movimento social, dos debates políticos, do enfrentamento às normas e do combate às violências (sociais, familiares e institucionais) criam e cultivam sua cultura fundamentada na diversidade, proporcionando novas possibilidades de SER e ESTAR. Entretanto, ainda há de se lutar pelo reconhecimento das suas identidades como direito civil (no âmbito das relações intersubjetivas), contudo, ainda se faz necessária, principalmente, a transformação cultural das raízes morais e alienadoras da sociabilidade heterocispatriarcal, capitalista e racista que aliena e coisifica o outro como um ser abjeto (no âmbito das relações sociais) numa explícita afronta à dignidade da pessoa humana.

2 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO VIÉS DE CLASSE, GÊNERO/ SEXUALIDADE, RAÇA/ETNIA: ABORDAGENS TEÓRICAS FEMINISTAS ENTRE INTERSECCIONALIDADE E CONSUBSTANCIALIDADE

No âmbito do Serviço Social brasileiro, ratificando o pensamento de Bourguignon (2007, p. 48), analisa-se que o processo de rompimento com o conservadorismo gerou no interior da profissão uma cultura que reconhece a pluralidade teórico-metodológica. No entanto, fortalece a orientação marxista como direção hegemônica para o projeto ético-político profissional; coloca como valor central os princípios de democracia, liberdade, justiça social e dignidade humana; estabelece diálogo crítico com outras áreas do conhecimento, sendo importante interlocutora no campo das reflexões sobre a questão social e seu enfrentamento através da política pública; a formação profissional funda-se na interlocução com o conjunto de conhecimentos científicos, acumulados pelas diversas áreas das ciências humanas e sociais, especialmente, dialogando com as vertentes clássicas; onde a pesquisa surge como uma preocupação formativa.

Entretanto, trata-se de um processo em que o rompimento ainda não se deu por completo e a dinâmica social apresenta outras facetas que demandam ampliação da fundamentação teórica para compreensão de determinados processos de opressão e dominação. Ou seja, neste artigo defende-se que pensar nos direitos das pessoas LGBTQIAPN+, na proteção da dignidade da pessoa humana, implica também refletir sobre o trabalho e a formação de assistentes sociais, pois tais questões estão diretamente relacionadas aos debates teóricos sobre gênero e sexualidade; sobre o objeto e os fundamentos do Serviço Social, focalizados hegemonicamente no viés de classe, demandando a necessidade

de ampliação teórica que permita considerar a realidade social e as relações sociais enraizadas por valores patriarcais e heterocis-normativos, inclusive na academia¹ e no próprio Serviço Social.

No entendimento de Saffioti (2000):

A melhor maneira de não temer os esquemas patriarcais de pensamento consiste em lutar, de todas as formas possíveis, por uma sociedade menos injusta. Isto equívale a desenvolver uma práxis conforme a este objetivo, seja falando curto e grosso no banco, exigindo o cumprimento das leis ou trabalhando para mudá-las, e brigando com machistas de todos os naipes, trate-se de homens ou mulheres, de presidente da Comissão de Justiça e Paz ou da República. Para atingir este objetivo, ou seja, da igualdade social, seria interessante que marxistas ortodoxos no sentido negativo atribuísem ao gênero, como fez Engels, e à raça/etnia o mesmo estatuto teórico da classe social (Saffioti, 2000, p. 72).

Ademais, pautado em uma perspectiva crítica e dialética, o Serviço Social pode contribuir para a transformação da cultura que se alimenta da ordem social patriarcal/heterocisnormativa. Entender que não ser conivente com situações preconceituosas e ou discriminatórias, LBTBQIfóbicas, mesmo nos debates teóricos, é um dever, um posicionamento político que prioriza os Direitos Humanos nas suas diferentes formas de identidades de gêneros e sexualidades. Formar continuamente estudantes, pro-

¹ Nos termos de Sardenberg (2002), a Ciência Moderna objetificou a nós, mulheres, negou-nos a capacidade e autoridade do saber, e vem produzindo conhecimentos que não atendem de todo aos nossos interesses emancipatórios; [...] a crítica feminista tem avançado da mera denúncia da exclusão e invisibilidade das mulheres no mundo da ciência para o questionamento dos próprios pressupostos básicos da Ciência Moderna.

fissionais, pesquisadores/as, militantes é um modo de provocar transformações sociais que respeitem as identidades de gênero, aprofundem os direitos civis, políticos e sociais e enfrentem as violações de direitos humanos.

A realidade social já fala por si só, contudo, o movimento do concreto pensado – ou seja, a compreensão dessa realidade a partir de fundamentação teórica que favoreça aproximação da totalidade dos fenômenos sociais – possibilitará a formação de profissionais mais qualificados e comprometidos, ética e politicamente.

No campo do Serviço Social, que se propõem a produzir conhecimento científico exige-se encarar, é claro, as expressões da questão social, como o desemprego e a pobreza, apresentadas hegemonicamente como objeto do Serviço Social. Entretanto, necessários e inevitáveis são os debates sobre relações sociais, interseccionalidade e consubstancialidade enquanto possibilidades teóricas de ampliação, facilmente identificáveis nas abordagens epistemológicas feministas.

Saffioti (2004) explica que a sociedade não comporta uma única contradição. São três as contradições fundamentais que devem ser consideradas:

[...] a de gênero, a de raça/etnia e a de classe. Com efeito, ao longo da história do patriarcado, este foi fundindo com o racismo e, posteriormente, com o capitalismo, regime no qual desabrocharam, na sua plenitude, as classes sociais. [...] O nó formado pelo patriarcado-racismo-capitalismo constitui uma realidade bastante nova, que se construiu nos séculos XVI-XVIII, e que não apenas é contraditória, mas também regida por uma lógica igualmente contraditória (Saffioti, 2004, p. 73).

Ademais, é importante destacar que as críticas feministas descortinaram o viés androcêntrico da ciência — tanto na total exclusão ou invisibilidade do “feminino”, quanto na forma (distorcida) pelas quais as mulheres e seu universo são representados. As críticas evidenciam que o suposto “sujeito universal” dessa ciência tem sido o homem branco ocidental.

Nos termos de Sardenberg e Costa (1993), do ponto de vista feminista, a afirmativa ‘o pessoal é político’ implica que a perspectiva de que a separação entre a esfera privada (vida familiar e pessoal) e a esfera pública é apenas aparente; questiona uma concepção do político tradicionalmente limitado à descrição das relações dentro da esfera pública, até então tidas como supostamente diferentes em conteúdo e teor das relações e interações na vida familiar, na vida ‘privada’. Na perspectiva feminista, essas diferenças são apenas ilusórias, pois a dinâmica do poder existe nas duas esferas. As relações interpessoais e familiares são também relações sociais e de poder entre os sexos e gerações. Elas não são ‘naturais’, mas socialmente construídas e, portanto, historicamente determinadas e passíveis de transformação.

Para a elaboração de conhecimento científico que dê ao gênero, à raça e a classe o mesmo *status* teórico, um dos caminhos apontados é o da *interseccionalidade*, defendido por feministas pós-colonialistas, movimento que ganhou mais força a partir das teóricas dos Estados Unidos da América, que concentram seus esforços em um debate mais centrado na raça e gênero, apresentando críticas às teorias feministas produzidas por mulheres brancas.

Uma das teóricas da interseccionalidade é Kimberlé Crenshaw (2002), que em suas reflexões escreveu que é necessário identificar os mecanismos que afetam discriminações de raça

e de gênero para assim abarcar mulheres negras. Em sua pesquisa, ressaltou que a legislação nem sempre observará as marcas deixadas pelos preconceitos de gênero e raça, portanto, é necessário pontuar que existem diferenças dentro das diferenças, uma vez que as experiências interseccionais convergem entre si em pontos. “[...] Tal abordagem omitiria as formas em que uma categoria social marca, afeta e altera os significados de outra. Em outras palavras, omitir-se-ia como gênero pode ser racializado, como raça pode estar sexualizada, a classe generificada, geração/idade sexualizadas, etc [...]” (Henning, 2015, p. 115).

Crenshaw propõe a subdivisão em duas categorias: a “*interseccionalidade estrutural*” (a posição das mulheres de cor na intersecção da raça e do gênero e as consequências sobre a experiência da violência conjugal e do estupro, e as formas de resposta a tais violências) e a “*interseccionalidade política*” (as políticas feministas e as políticas antirracistas que têm como consequência a marginalização da questão da violência em relação às mulheres de cor. Logo, a interseccionalidade possibilitaria investigar múltiplas questões que envolvem principalmente pessoas racializadas não brancas.

No entendimento de Sirma Bilge (2009), a interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social, que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão, que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (Bilge, 2009, p. 70 apud Hirata, 2014, p. 63):

A ‘interseccionalidade’, conceito que se origina no feminismo negro, tem sido apropriada pelas Ciências Sociais devido a sua abrangência para investigar como as relações de poder que se cruzam influenciam as relações sociais em diversas sociedades, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como uma ferramenta analítica, articula as categorias de raça, classe, gênero, sexualidade, nação, habilidade, etnia e idade — entre outras —, como inter-relacionadas e mutuamente moldando umas às outras. A interseccionalidade é uma forma de compreender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins; Bilge, 2020).

Em Akotirene (2019):

Recomenda-se, pela interseccionalidade, a articulação das clivagens identitárias, repetidas vezes reposicionadas pelos negros, mulheres, deficientes, para finalmente defender a identidade política contra a matriz de opressão colonialista, que sobrevive graças às engrenagens do racismo cisheteropatriarcal capitalista. Sendo assim, não apenas o racismo precisa ser encarado como um problema das feministas brancas, mas também o capacitismo como problema das feministas negras cada vez que ignoramos as mulheres negras que vivem a condição de marca física ou gerada pelos trânsitos das opressões modernas coloniais: sofrendo o racismo por serem negras, discriminadas por serem deficientes [...] (p. 28).

Para essas autoras, interseccionar é uma maneira de situar as questões raciais e demarcar o reconhecimento de outras demandas que possam existir entre as diferentes teóricas do movimento feminista. Observando que as consequências coloniais possibilitam que o racismo se perpetue.

Ampliando o debate para as teorias decoloniais no campo do Serviço Social brasileiro, demarcando seu surgimento na América Latina como projeto ético, político e humano, Barbosa (2023) defende:

[...] é necessária a articulação da decolonialidade com o Serviço Social, uma vez que a história da profissão está profundamente enredada em estruturas eurocêtricas e fundada em relações de poder, privilégio, branquitude e opressão de gênero. No cotidiano, no qual se efetivam as intervenções junto a pessoas e grupos diversos, gestando relações intersubjetivas e estruturais, o enfoque sobre a diversidade deve fazer parte da práxis com ênfase na descolonização (p. 173).

Para a autora, a perspectiva crítica decolonial e intercultural está centrada em uma abordagem social mais complexa, pois questiona:

[...] posturas conservadoras de investigação e intervenção, presas a teorias sociais e métodos científicos de correntes positivistas, funcionalistas, estruturalistas, materialistas de influência cristã, liberal e marxistas que, via de regra, mantiveram distante e não reconheceram os saberes tradicionais, ancestrais nem populares, os quais foram considerados não válidos pelos cânones acadêmicos. Tais posturas seguem reproduzindo a colonialidade do saber através das práticas colonizadoras que reforçam as heranças coloniais. [...] A perspectiva crítica decolonial e intercultural instrumentaliza um Serviço Social comprometido em questionar e interpelar os discursos hegemônicos, etno/eurocêtricos, racistas, sexistas, heteronormativos, homofóbicos e xenofóbicos que subalternizam, discriminam,

deslegitimam e invisibilizam outras formas de viver, criar e gerir subjetividades, vida social e produção de conhecimento. [...] O arcabouço teórico do pensamento decolonial amplia o espectro conceitual necessário para analisar a questão social e coloca em debate novos enfoques sobre antigas questões invisibilizadas historicamente, promovendo articulações complexas sobre classe, raça, gênero e sexualidade. Como projeto ético-político, a decolonialidade interpela o projeto hegemônico colonial/moderno/patriarcal/capitalista/sexista/racista como alternativa emancipatória anti-imperialista, antissexista, antipatriarcal, anticapitalista, antirracista, anti-homofóbica (Barbosa, 2023, p.174-175).

Ao demarcar que as feministas da interseccionalidade falam de uma visão de mundo decolonial, Kergoat apresenta as seguintes críticas a tal vertente:

A multiplicidade de categorias mascara as relações sociais. Não podemos dissociar as categorias das relações sociais dentro das quais foram construídas. Assim, trabalhar com categorias, mesmo que reformuladas em termos de intersecções, implica correr o risco de tornar invisíveis alguns pontos que podem tanto revelar os aspectos mais fortes da dominação como sugerir estratégias de resistência. A noção de multiposicionalidade apresenta, portanto, um problema, pois não há propriamente “posições” ou, mais especificamente, estas não são fixas; por estarem inseridas em relações dinâmicas, estão em perpétua evolução e renegociação. Os estudos pós-coloniais e o feminismo negro tiveram de fato o mérito de desconstruir o pseudo universalismo das grandes teorias, de apresentar o problema da heterogeneidade do grupo das mulheres e também de co-

locar radicalmente em questão as noções de solidariedade e fraternidade (Kergoat, 2010, p. 88).

Garcia (2022) ratifica que a consubstancialidade possui premissas básicas à sua existência: que a centralidade de seu debate não está na segregação dos conceitos de gênero, classe e raça, mas em como afetam as relações sociais em conjunto, que são questões de conteúdo histórico e não isolados. Por fim, que são princípios invariáveis e de complexa compreensão destacados na divisão social e sexual do trabalho, por exemplo.

Diante disso, sugere-se que as diferenças centrais entre o uso da interseccionalidade e da consubstancialidade consistem, primeiro, (i) nas posições metateóricas que a pesquisadora e o pesquisador consideram assumir e, segundo, como consequência direta dessas posições, (ii) a abrangência requerida pelos fenômenos atuantes em determinado contexto de análise. A escolha por uma perspectiva analítica não acontece de forma deslocada das correntes teóricas na qual foi pensada, com a qual compartilha pressupostos ontológicos e epistemológicos. Ao mesmo tempo, diferentes contextos sociais requerem dos pensadores diferentes perspectivas analíticas, sendo capazes de capturar os fenômenos sociais ali presentes em sua maior abrangência e complexidade [...] (Garcia, 2022, p. 123-124).

Ademais, o nó entre as categorias raça  gênero  classe não é novidade na tradição francesa. Fundamentadas na perspectiva materialista histórica e dialética, as feministas francesas, como Kergoat (2010), por exemplo, partem do debate sobre o que é uma relação social. No entendimento dessa autora, trata-se de relação antagônica entre dois grupos sociais instaurada

em torno de uma disputa. Assim, toda relação social é uma relação conflituosa; uma relação de produção material e ideal. E aqui se apresenta o caminho teórico adotado para produzir conhecimento científico e analisar concretamente as questões postas neste artigo.

Kergoat (2010) explica que as relações sociais são *consubstanciais* (unidade de substância), isso significa que formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica. A diferenciação dos tipos de relações sociais é uma operação por vezes necessária à sociologia, mas que é analítica e não pode ser aplicada inadvertidamente à análise das práticas sociais concretas.

Mas as relações sociais são também *coextensivas*, ou seja, ao se desenvolverem, as relações sociais de classe  gênero  raça se reproduzem e se coproduzem mutuamente. E a autora continua explicando as propriedades da realidade social enquanto níveis, quais sejam:

1. **Nível das relações intersubjetivas** – são próprias dos indivíduos concretos entre os quais se estabelecem;
2. **Nível das relações sociais** (de classe, de sexo, de raça) – são abstratas e opõem grupos sociais em torno de uma disputa.

A distinção entre relação intersubjetiva e relação social permite compreender que, se a situação mudou de fato, em matéria de relações intersubjetivas entre os sexos e nos casais, as relações sociais, contudo, continuam a operar e a se manifestar sob suas três formas canônicas: exploração, dominação e opressão. Se de um lado há o deslocamento das linhas de tensão, de outro, as relações sociais de sexo permanecem intactas. Da mesma maneira

são as práticas sociais — e não as relações intersubjetivas —, que podem originar formas de resistência e, portanto, ser as portadoras de potencial de mudança no nível das relações sociais. Assim, o que pode de fato questionar as relações sociais são as práticas sociais coletivas.

Tais entrecruzamentos de desigualdades foram antes objeto de alusões que de profundas análises: nesses estudos, classe e raça eram associadas, mas sem que para tanto fosse preciso dar centralidade a tal imbricação. Assim, apesar das promissoras teorizações marxistas dos anos de 1980, poucos estudos dedicaram-se, em termos de relações de gênero, às práticas de mulheres das classes populares, enquanto metodologicamente, a família permaneceu (e ainda permanece) associada àquelas das classes médias e altas, sendo evidente que as configurações familiares não são da mesma ordem para uma mulher da burguesia e para uma mulher da classe popular (Kergoat, 2010, p. 96).

As disputas referentes às relações sociais de sexo são “[...] formadas pela divisão do trabalho entre os sexos e o controle social da sexualidade e da função reprodutiva” (Kergoat, 2010, p. 99). Enquanto conceito analítico, a divisão sexual do trabalho é elaborada pelas feministas como expressão material das relações sociais de sexo e desdobramento crítico da generalidade da categoria “divisão social do trabalho”, que, ao partir de um modelo assexuado e de um sujeito masculino universal (Hirata; Zarifian, 2003), não oportunizava compreender a opressão específica vivenciada coletivamente pelas mulheres.

Kergoat (2010) destacou um ponto de análise traçado a partir das relações de mulheres trabalhadoras:

Essa origem de classe (classe sexual, classe social, classe étnica) é determinante na compreensão da gênese e do desenvolvimento desses conflitos. Em particular, tem como consequência a percepção da “raça” como uma possível modalidade de experiência de classe, pois, ao trazer a experiência e o sujeito para o centro das análises, permite a passagem do problema da dominação pura para o problema das resistências, da revolta e da emergência dos movimentos sociais. Tais trabalho anglófonos não trazem uma novidade radical, no entanto; eles apenas abrem a possibilidade de atualização e visibilidade para teorias e conceitos que se encontravam marginalizados no campo acadêmico e, dessa forma, o enriquecimento dos estudos feministas (Kergoat, 2010, p. 97).

Nestes termos, a autora situa que a consubstancialidade é a teoria que atrela o nó entre aqueles debates referendados por Saffiotti (2009):

[...] é possível para fins analíticos, isolar uma ou duas contradições. Todavia, o estudo só estará completo com a reposição da(s) contradição(ões) no nó, isto é, na unidade maior e fundante da vida social tal como é vivida por cada um e por todos. O nó goza de extrema relevância, porque é, sobretudo ele, regido por uma lógica contraditória plena de contraditoriedade. Sua natureza não pode ser mais simples do que a contraditoriedade contraditória. Há uma potenciação da contradição quer no nó, quer na lógica que permite captá-lo. [...] as contradições não cessam de aparecer. Isto tem repercussões em todos os processos sociais, assim como nas identidades das diferentes tribos. [...] Atualmente, este tipo de abordagem [trabalhar apenas o masculino e o feminino] não é satisfatório, não raro ocor-

rendo reclamações de que ignora as homossexualidades masculina e feminina, assim como a bissexualidade de homens e mulheres, como também transexuais e travestis (Saffiotti, 2009, p. 10).

Consequentemente, na particularidade do objeto deste artigo, os olhares recaem diretamente sobre o controle da sexualidade e das identidades de gênero, mas também acredita-se que para encontrar formas de resistências há que se retirar do silenciamento teórico, inclusive na produção do conhecimento científico no Serviço Social, de modo a abarcar todas as formas de sexualidade e de mulheridades. Ou seja, parte-se do âmbito das relações intersubjetivas para alcançar demandas singulares das pessoas LGBTQIAPN+ e dar visibilidade aos processos de exploração, dominação e opressão por elas vivenciados. Entretanto, há que se avançar para o âmbito das relações sociais, cuja origem do controle da sexualidade e das identidades de gênero está no sistema heterocispatriarcal, fundamento de uma cultura conservadora.

Sobre o tema da sexualidade, as perguntas que Saffiotti (2009) apresenta são: será que existem tantos sexos correspondendo a esses cinco gêneros? Há cinco sexos? Ou há somente dois: o feminino e o masculino?

Primeiramente, é preciso entender a relação entre sexo e gênero. A literatura das (os) feministas do essencialismo social esqueceu-se do sexo, defendendo a construção social de qualquer gênero. Embora haja, de fato, esta construção, o porto seguro do gênero sempre foi e é o sexo. Isto não impede a socialização de um macho como mulher e a de uma fêmea como homem. O que obnubila a inteligência dos que negam o corpo certamente é o incontável número

de mediações sociais entre sexo e gênero. Não se está, aqui, defendendo a dualidade sexo/gênero, pois já se provou o quão falaciosa e esquemática pode ser a razão dualista. É preciso pensar que o ser humano é uma unidade de corpo e psique ou corpo e alma. Caminha neste sentido a defesa da existência do corpo, ou seja, do sexo como fundamento do gênero. [...] Pode-se perfeitamente admitir e constatar esta diversidade sexual do ser humano reconhecendo a existência, no fundo, de apenas dois sexos para cinco gêneros. Obviamente, não é qualquer pessoa que tem recursos intelectuais e emocionais para a aceitabilidade destas diferentes modalidades do exercício da sexualidade, sobretudo quando o sexo não acompanha a identificação com outro gênero. Esta diversidade ainda não integra o inconsciente coletivo a ponto de constituir fato normal. Mas isto será uma questão de tempo e de divulgação dos achados científicos. O que urge construir é uma bioética capaz de transformar o ordenamento jurídico da nação, de modo a contemplar a riqueza performática da sexualidade. [...] Homens e mulheres são da ordem do irrepresentável na instância da essência, mas não no da existência. E quando se fala em social e cultural o enunciador situa-se na instância da história, portanto, da existência. [...] Todavia, convém lembrar que nada garante resposta alguma, permanecendo-se na instância da existência e muito menos na da essência (Saffiotti, 2009, p. 12-14).

Para efeitos de análise, Saffiotti (2009) acrescenta que não se pode esquecer que, apesar dos avanços, continua vigente a dominação-exploração da categoria social mulheres pela categoria social homens. Somente na existência sociocultural e política pode-se observar a constituição do UNIVERSAL EU e do SECUNDÁRIO OUTRO, no caso, OUTRA. O que se busca é a desconstru-

ção ontológica dos sexos na ordem patriarcal do gênero, ou seja, na estrutura sociocultural e política dualista, na qual a categoria social mulheres depende de autorização da categoria social homens para ter suas transgressões aceitas, institucionalizadas, ou seja, para conquistar sua autonomia:

Na diversidade sexual demonstrada, tudo indica a repetição da dualidade homens = EU - mulher = OUTRA. E é nesta instância que se deve trabalhar, a fim de desconstruir o sistema dual. Patriarcas, de um lado, e obedientes, de outro, não podem ser encontrados senão na interação entre duas pessoas. Consequentemente, é nesta ordem falólogo-cêntrica que se deve travar a batalha da desconstrução da ordem patriarcal de gênero. Mais uma vez, fica patente a necessidade de se trabalhar para obter conversores de gênero e não conversores de sexo. Estes causam uma profunda inquietação e preocupação na medida em que as transformações se passam no corpo e não na conduta. É no cenário performático que a justiça social exige o fim do patriarcado, da ordem patriarcal de gênero. [...] Ainda que o ser humano seja uma totalidade una, para fins de análise é importante mostrar exatamente onde atuam os conversores de sexo e onde atuam os conversores de gênero. Aqui, cabe lembrar Bourdieu (1998) e a por ele reiterada dificuldade de se mudarem os *habitus*. Estas duas formas de educação podem transformar *habitus* arraigados em práxis cotidiana. [...] Eis por que a educação livre da ordem patriarcal de gênero poderá restabelecer a ordem democrática de gênero, isto é, gerar uma ordem social com gêneros não hierarquizados (Saffiotti, 2009, p. 22-23).

No âmbito da universalidade, da unicidade, o que precisa ser *desconstruído* é o patriarcado, por isso há necessidade de pensar e

agir com essa intencionalidade. Para tanto, fazem-se necessárias novas condições socioculturais e políticas que permitam a atualização do feminino singular, sujeito por excelência da desconstrução da ordem falo-logo-cêntrica. Tal luta, obviamente, tem lugar na ordem patriarcal de gênero, por meio da adoção de matriz alternativa de inteligibilidade cultural do gênero. Onde o conceito de sujeito múltiplo abre caminho para esta realização. Há também a possibilidade de considerar que homens possam aderir à crítica da razão fálica.

Saffiotti (2009) sugere ainda um esforço metodológico para a produção de conhecimentos enquanto alternativa para a ciência falo-logo-cêntrica:

- 1) Manter uma preocupação permanente de desvelar a ubiquidade do gênero;
- 2) Que seja um desafio constante à objetividade concebida como separada da subjetividade e a negação do caráter não científico da experiência [...];
- 3) Manutenção de uma profunda preocupação com a ética profissional;
- 4) Partir de uma premissa básica de que todo conhecimento é socialmente construído;
- 5) Ter presente no espírito uma crença-constatação de que a ideologia dominante é a ideologia da classe/raça-etnia/categoria de gênero dominante;
- 6) Manter uma convicção de que a perspectiva feminina é distinta da masculina, na medida em que mulheres e homens ocupam posições diferenciadas na sociedade, da mesma maneira como há ópticas de classe e de grupos étnico-raciais;
- 7) Ter presente uma veemente negação das ontologias dualistas subjacentes a praticamente todo o

pensamento ocidental e não apenas à ciência. (Saffiotti, 2009, p. 25-26).

É importante salientar que, para a direita do espectro político, os corpos LGBTQIAPN+ deveriam ser silenciados, dominados e oprimidos. No entanto, mesmo nas organizações mais distantes desse campo, indo do centro para a esquerda, os embates permanecem, comprovando que o sistema heterocispatriarcal é tão poderoso quanto a exploração capitalista. Portanto, existe uma resistência contrária à cultura conservadora, que, ao longo dos anos, se modificou para abarcar novas identidades, expressões de gênero e sexualidades.

4 POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ BRASILEIRA FRENTE À HEGEMÔNICA CULTURA CONSERVADORA

A classificação de cultura é vasta e depende do olhar de quem a considera. A cultura pode ser retratada como um estado da mente que separa quem é considerado uma pessoa culta, como atividades culturais e como produção que surge no âmbito da intelectualidade humana, como aquela vista nas artes. No entanto, a cultura também está intrinsecamente ligada aos modos de vida de um povo ou grupo. Nesse sentido, a cultura aqui considerada é aquela produzida a partir das relações sociais, que se movimenta entre a objetividade e a subjetividade humana.

Williams (1992) relata a coexistência dos sentidos antropológicos e sociológicos do modo de vida global, observando-o como um “sistema de significações” essencialmente envolvido nas formas das atividades sociais.

Para Cevasco (2008):

A diferença fundamental que a contribuição de Williams traz ao debate é a percepção materialista de cultura: os bens culturais são resultado de meios também eles materiais de produção (indo desde a linguagem como consciência prática aos meios eletrônicos de comunicação), que concretizam relações sociais complexas envolvendo instituições, convenções e formas. Definir cultura é pronunciar-se sobre o significado de um modo de vida. Esse o vasto campo de estudo e intervenção aberto aos estudos culturais no momento de sua formação (p. 23).

A autora coaduna com Williams, ao relatar que a produção da cultura não está apartada das relações sociais, as quais são complexas e apresentam seus modos de vida através de instituições como igrejas, escolas e governos, além das normas sociais, estruturas organizacionais e produções artísticas. Existe uma assimetria entre as mais antigas instituições tradicionais, que reproduzem cultura (como o Estado), e o mercado, que realiza a reprodução social dominada por um aparato ideológico burguês (Williams, 1992).

Segundo Williams (1992), existem condições de dominação evidentes em determinadas instituições, bem como em suas formas dominantes. Aqueles que são dominados por tais forças lidam com elas de maneira natural e as consideram necessárias, ou seja, há um controle das práticas sociais e dos valores estéticos. Cevasco (2008) discute o discurso da cultura de minoria, considerando a elite conservadora e pouco realista como aquela que detém o valor cultural a ser escutado, de modo a existir um sistema econômico e político que determine a organização social. Ao mesmo tempo, a luta por uma cultura comum implica uma sociedade sem divisões de classes e em oposição às desigualdades sociais.

Refletir sobre a dominação cultural existente é também descrever como a hegemonia é capaz de construir e segregar a formação sócio-histórica no Brasil:

[...] A hegemonia constitui, então, um sentido de realidade para a maioria das pessoas em uma sociedade, um sentido absoluto por se tratar de uma realidade vivida além da qual se torna muito difícil para a maioria dos membros da sociedade mover-se, e que abrange muitas áreas de suas vidas. Mas não se trata, de forma alguma, de um sistema estático, exceto na execução de um momento de uma análise abstrata [...] (Williams, 2011, p. 53).

E continua:

[...] Ao contrário, só podemos entender uma cultura efetiva e dominante se compreendermos o processo social real do qual ela depende: refiro-me ao processo de incorporação. Os modos de incorporação são de grande importância social [...]. Além disso, em um plano filosófico, no plano teórico verdadeiro e no plano da história das várias práticas, há um processo que chamo de “tradição seletiva”: o que, nos termos de uma cultura dominante efetiva, é sempre assumido como “a tradição”, “o passado significativo”. Mas sempre o ponto chave é a seleção – a forma pela qual, a partir de toda uma área possível do passado e do presente, certos significados e práticas são escolhidos e enfatizados, enquanto outros significados e práticas são negligenciados e excluídos [...] (Williams, 2011, p. 54).

Ao analisar os entendimentos do autor sobre hegemonia, é importante observar que sua construção possui barreiras que dificultam, e muito, a ascensão de novos grupos sociais para no-

vas possibilidades de vida e transformação cultural. Mais do que isso, uma cultura hegemônica é produzida para separar o que deve ser considerado válido daquilo que deve ser descartado. As pessoas em comunhão com as tradições, as normas e os limites podem pensar “eu tenho espaço para mudar a minha condição”; entretanto, nem sempre estar em conjunto com essas delimitações permite a mudança. É necessário um complexo de determinações sociais que demonstre quais vidas possuem o privilégio da “alta cultura” e quais devem ser marginalizadas.

“O discurso da cultura de minoria – o de um pequeno número de eleitos que detém o valor cultural – ainda pode ser escutado em certas posições contemporâneas [...]” (Cevasco, 2008, p. 48). Justamente com esse discurso, valores são impostos como posições que organizam a sociedade.

Quanto aos princípios do conservadorismo levados em consideração:

O pensamento conservador tende a conceber a natureza humana como covarde e egoísta, do que resulta a necessidade de tutela, controle e enquadramento pautado por alguma forma de autoridade, seja ela religiosa ou laica. Além do mais, adere a um conceito de ética que apregoa a conservação e naturalização da propriedade privada dos meios de produção, a ideia de família tradicional burguesa e nuclear, o cristianismo como única forma de espiritualidade legítima (Souza; Oliveira, 2018, p. 5).

E segue:

Com base nessas ideias e princípios, o conservadorismo clássico, e também o contemporâneo, tende a contribuir

com o acirramento da intolerância política e cultural, com o autoritarismo político, e com a reprodução das formas de dominação extra econômicas que particularizam a sociedade brasileira. Confluindo com o liberalismo na defesa do capitalismo como forma insuperável de sociabilidade, o conservadorismo supõe que o conjunto das desigualdades de classes são não apenas naturais, mas também benéficas, uma vez que estimulariam a meritocracia e a busca privada e individual por melhorias das condições econômicas de vida (Souza; Oliveira, 2018, p. 5).

O conservadorismo sugere uma gama de pilares para sustentar sua estrutura, como a religião, a autoridade, a propriedade privada e os núcleos familiares burgueses, além de outras estruturas, como o heterocispatriarcado e o racismo. As autorias anteriormente citadas também apontam que ideias e princípios tradicionais influenciam no acirramento político e cultural, além de informar que o liberalismo impõe à sociabilidade desigualdades de classe que estimulam o individualismo.

É nesse emaranhado de normas e controles que o conservadorismo se sobrepõe na dominação das classes subalternizadas e vulnerabilizadas. Cevasco (2008) situa que as classes dominantes estruturam a organização social com um movimento presente nas instituições familiares, utilizando mecanismos que controlam a ordem para garantir a transmissão das formas hegemônicas, sendo o conservadorismo uma delas.

Com esse padrão social, o estabelecimento da ordem é compartilhado pelo Estado, pelas famílias e pelas instituições religiosas. Essas instituições estão presentes no Brasil desde a colonização até a contemporaneidade. O fundamentalismo religioso possui uma percepção que revela a única verdade possível, sem

possibilidade de diálogo, e atualmente contribui com alianças conservadoras presentes tanto no Estado quanto nos âmbitos privados. Essas alianças se posicionam contra o aborto, contra os estudos de gênero e sexualidade, e são contrárias aos princípios democráticos e outras ações (Miguel, 2018).

As particularidades brasileiras apresentam ainda complexidade social, uma vez que possuem herança cultural colonizada pela Europa, posteriormente acrescida da influência dos Estados Unidos. O foco deste trabalho é a primeira, uma vez que foi essa que moldou não somente o modo de produção e reprodução social, mas também as relações sociais.

[...] o que no Brasil se adaptou “conservadoramente” ao capitalismo não foi um domínio rural de tipo feudal, mas sim uma forma de latifúndio peculiar: uma exploração rural de tipo *colonial* (ou seja, voltada desde as origens para a produção de valores de troca para o mercado externo) e fundada em relações *escravistas* de trabalho (Coutinho, 2011, p. 206, grifos do autor).

Inicialmente, as relações de trabalho foram baseadas na escravização e na destituição das identidades dos povos originários e africanos, utilizados como mão de obra escravizada. Além desse valor, a cultura racista no país foi, ao longo dos anos, segregando pessoas negras, uma vez que a história do Brasil aponta a construção de um racismo impregnado em sua formação sócio-históricas:

Se examinarmos o Brasil da época colonial, uma sociedade pré-capitalista (ainda que articulada com o capitalismo através do mercado mundial), veremos facilmente a completa inexistência de uma sociedade civil. Não tínhamos

parlamento, nem partidos políticos, nem um sistema de educação que fosse além das escolas de catequese; não tínhamos sequer o direito de imprimir livros ou publicar jornais [...] (Coutinho, 2011, p. 19).

Nesse sentido, a sociedade colonizada do país passava pelo crivo de uma cultura hegemônica a serviço do esquema cultural europeu. Inicialmente, foi através das escolas de catequese que as relações sociais foram baseadas. Exceto pelas revoltas das camadas mais subalternizadas, não existia uma sociedade contra hegemônica que enfrentasse esse sistema social.

O esquema de dependência colonial era reflexo de uma subordinação tal que a intelectualidade do Brasil sequer era tida como relevante para pensar sobre a atuação colonial. Apenas anos mais tarde surgiram obras que poderiam refletir sobre a culturalidade no país, possibilitando que ocorressem os primeiros questionamentos sobre a história no campo intelectual:

Como na Grã-Bretanha, o interesse pela cultura de jovens politizados não dogmáticos acaba mudando a maneira de fazer análise cultural, inaugurando um novo modo de ler os produtos culturais, modo que faz da crítica uma atividade que leva a um conhecimento mais apurado da realidade social cuja mudança é o objetivo político [...]. Esse modo de apresentar a realidade sócio-histórica como estruturada na forma de produtos culturais estabeleceu um ponto de vista a partir do qual a geração seguinte pôde se aproximar das peculiaridades do Brasil (Cevasco, 2008, p. 180).

Com o campo do “cultivo” da intelectualidade, as atividades culturais e a produção de obras nacionais que olham para a reali-

dade social brasileira e suas contradições, a crítica à colonialidade e as lutas de resistência fazem com que as classes dominantes e suas instituições sejam questionadas.

É notório que a visão de Williams se afasta daquela visão tradicional marxista, onde supostamente seria praticamente impossível trabalhar sobre cultura. No entanto, sua perspectiva, apoiada na totalidade, foi capaz de apreender a complexidade dos estudos culturais. Cevasco reafirma os estudos do clássico, acrescentando uma visão brasileira ao que se trabalhou sobre cultura. Contudo, ambas as autorias se comprometem tanto com as afirmações de interligar a cultura como reprodução social, baseada na categoria trabalho, que deixam à margem outros estudos.

Saffioti (2009) parte do princípio da existência material de homens e mulheres, uma vez que tais enunciadores apresentam instância histórica quando se fala da sociedade e da cultura (Saffioti, 2009). A visão da especialista possibilita pensar em uma sociabilidade que está presente na matéria e, como tal, equivale ao seu funcionamento.

“[...] Não se pode, contudo, esquecer que a dominação-exploração da categoria social mulheres pela categoria social homens continua vigente [...]” (Saffioti, 2009, p. 21). A visão da autora chama a atenção para a existência sociocultural e política, que pode observar a constituição do universal (EU) e do secundário (OUTRO), nesse caso OUTRA, sendo que a dominação sexual se faz presente:

Fazem-se necessárias novas condições socio-culturais e políticas que permitam a atualização do feminino singular, sujeito por excelência da desconstrução da ordem falólogo-cêntrica. Tal luta, obviamente, tem lugar na ordem patriarcal de gênero, por meio da adoção de uma matriz

alternativa de inteligibilidade cultural do gênero (Saffioti, 2009, p. 24).

A provocação dessas condições sociais, culturais e políticas tende a abalar as estruturas mencionadas, incluindo os princípios do conservadorismo anteriormente relatados. Ao se pensar em culturas diversas, é inevitável considerar os ataques, os silenciamentos e as exclusões que alguns grupos sociais sofrem em detrimento de seus algozes. Não estranhamente, tal figura não pertence ao mundo essencial, mas se manifesta como classe burguesa, do sexo masculino, cisgênero, branco e detentor dos saberes conservadores, dos meios de produção e da reprodução social, mantendo suas estruturas heterocispatriarcais.

Conforme ressalta Saffioti (2009), essas são estruturas de uma ordem patriarcal, caracterizadas pelo que há de mais perverso nela, como a dominação e opressão. A autora ainda acrescenta a existência de outras mediações sociais para além da dualidade sexo/gênero, a qual carrega um esquema falocêntrico, considerando a existência de transexuais e travestis. Como tal materialidade, essa comunidade carrega consigo uma gama de relações sociais constituídas de lutas sociopolíticas, históricas e culturais.

É nesse contexto que a população LGBTQIAPN+ se levanta contra a cultura hegemônica. Pesquisa realizada em nível de mestrado pelo segundo autor deste artigo evidencia que o reconhecimento da existência dessas pessoas surgiu em grande parte por sua produção artística, pela arte, questionando normas, valores e o conservadorismo:

O movimento LGBT portanto, possui como cultura própria a utilização da arte na construção de narrativas políticas, de resistência, que faz com que a gente vislumbre, através

da arte, expressar para o externo a versão mais genuína de quem nós somos no interno. Para quem é LGBT e artista, esse processo de empoderamento, encorajamento e fortalecimento interno se transforma quase que automaticamente em uma busca por emancipação coletiva (Costa, 2020, p. 132).

A utilização das produções artísticas foi um dos meios iniciais para se posicionarem diante de um cenário que combatia a liberdade de expressão, enfrentando, ainda assim, inúmeras dificuldades, desde a luta por sobrevivência ao longo das décadas, passando pelo terror social causado pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), até o combate ao fundamentalismo religioso que renega suas existências.

Cardoso (2021) destaca a existência de jornais, publicados pelo movimento homossexual nas décadas de 1960 e 1970, que possuíam linguagem particular voltada para o público. Signos mais masculinos eram assumidos pelos considerados “bofes/ativos”, enquanto os mais femininos eram ligados aos “efeminados/passivos”. Tais termos surgiram a partir da própria proximidade com a cultura heterocispatriarcal, que estabelece diferenciação entre “masculino = cultuado” e “feminino = de menor valor”. Isso revela uma contradição dentro do movimento da época, que buscava o afastamento da hegemonia, mas também mostra uma estratégia inicial de construção própria.

Costa (2020) ressaltou as apresentações artísticas como formas de resistência cultural e sobrevivência, tanto incentivando e demarcando territórios LGBTQIAPN+ quanto produzindo arte voltada para todos os públicos como meio de informação e combate às violências. Outra demonstração dessa cultura diversa é sua força combativa através do movimento LGBTQIAPN+, que

possui uma luta com raízes históricas em manifestações nas ruas, na língua “pajubá” (predominante entre pessoas trans e travestis) e nos territórios criados para essa população, como bares e boates.

Cardoso (2021) destacou que os primeiros espaços ocupados foram cinemas, praias, praças, bares e boates, conhecidos como “points gays”:

[...] O movimento é ainda composto por diversas expressões de singularidades nos diversos espaços e esferas públicas, há ativismo nas ruas, nas universidades, em setoriais LGBT's de partidos, há ativistas online, etc. E, além disto, é plural também do ponto de vista dos recortes socioculturais de raça, gênero, território, etnia, faixa etária e corporeidade, sendo que essas mudanças no ativismo têm intensificado o processo de romper com o clássico sujeito de direitos enquanto um sujeito abstrato/genérico [...] (Costa, 2020, p. 38).

Combater estruturas hegemônicas que suprimem e alienam o “ser” exige que os movimentos sociais (feminista e LGBTQIAPN+) e o movimento dos trabalhadores estabeleçam como unidade da luta a superação de todas as formas de dominação, opressão e exploração.

Deve-se partir do nível das relações interpessoais, mas ultrapassar para o nível das relações sociais. Ratifica-se, portanto, que a questão é não perder de vista as contradições fundadas em estruturas que se consubstanciam: patriarcal, a qual abarca a heterocisnormatividade e o controle da sexualidade; racista, capitalista. Estruturas que, na contemporaneidade conjuntural, são reforçadas pela cultura conservadora, manipulada e

intensificada por discursos teóricos e práticas que alimentam o ódio e o fascismo, que agudizam fundamentalismos religiosos. Não perder de vista a sociedade enquanto totalidade orgânica, avançar e adentrar na particularidade e universalidade do fenômeno pesquisado, estabelecendo aproximação com a totalidade, as contradições, apontando caminhos possíveis para a práxis social.

Também não se pode perder de vista de quem são as (es, os) sujeitos políticos presentes nessas relações antagônicas: são mulheres/homens brancas, mulheres/homens não brancas, mulheres/homens heterossexuais, mulheres/homens homossexuais, mulheres que menstruam e mulheres que não menstruam, unidas a partir com um agir político coerente para enfrentamento do que hierarquiza seres humanos, retirando-lhes a dignidade humana, atacando sua integridade — seja nas expressões da violência e do extermínio da vida de pessoas LGBTQIAPN+, seja na sua expulsão do trabalho formal, da escola, da igreja, da família, da política, das políticas públicas etc. É necessário avançar para a compreensão de que somos SERES HUMANOS, buscando unidade na diversidade, através da cooperação.

5 À GUIA DE CONCLUSÃO

O Serviço Social brasileiro em processo de reconceituação tem aproximação com os novos movimentos sociais, através de autoras articuladas ao movimento feminista, incluindo aquelas (es) interligadas (os, es) às questões de gêneros e sexualidades, pois são as (os, es) que potencializam os temas fronteiriços e marginalizados, seja pela esfera do Estado, da sociedade ou mesmo pela academia.

Certamente, uma das saídas para o Serviço Social é ampliar os fundamentos teóricos e práticos para compreender e articular-se a processos de resistência, para saber como enfrentar as violações à dignidade da pessoa humana, em coerência com os princípios declarados no Código de Ética Profissional.

Constata-se que o desenvolvimento do conceito de cultura a partir da visão materialista proporciona perspectiva ampliada das relações sociais, atravessadas pelo conservadorismo criado e aprofundado por questões de classe, raça, gênero e sexualidade. É nesse contexto que o movimento da história revela como as hegemonias são capazes de controlar a sociedade e a produção acadêmica. Contudo, as pessoas vulnerabilizadas resistem, contrariando as ordens culturais impostas, inclusive teórica e academicamente.

No Brasil, essas dinâmicas ganham novas complexidades, uma vez que segregam, violentam, exploram, dominam, oprimem e matam as pessoas LGBTQIAPN+. Como resistência, através da produção artística, do movimento social, dos debates políticos, do enfrentamento às normas e do combate às violências (sociais, familiares e institucionais), a população LGBTQIAPN+ cria e cultiva uma cultura fundamentada na diversidade, proporcionando novas possibilidades de SER e ESTAR. Entretanto, ainda hão de lutar pelo reconhecimento das suas identidades como direito civil (no âmbito das relações intersubjetivas), mas, principalmente, é ainda necessária a transformação cultural das raízes morais e alienadoras da sociabilidade heterocispatriarcal, capitalista e racista que aliena e coisifica o outro como ser abjeto (no âmbito das relações sociais).

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BARBOSA, V. L. E. Decolonialidade e Serviço Social: um debate emergente. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, v. 146, n. 1, p. 161-182, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.308>.
- BOURGUIGNON, J. A. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 46-54 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0510spe.pdf>
- CARDOSO, M. W. S. **Por uma História do Movimento Homossexual em Sergipe**: da comunidade católica homossexual no final dos anos de 1970 à formação do Grupo Dialogay (1981-1983). 2021. Dissert (Mestrado em História) – UFS, São Cristóvão, 2021.
- CEVASCO, M. E. **Dez Lições sobre Estudos Culturais**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Intersectionality**. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2020.
- COSTA, G. de S. C. **Cultura e Resistência**: a luta de artistas LGBT's em João Pessoa. 2020. Dissertação (Mest em Direitos Humanos, Cidadania e Pol Públicas) – UFPB, João Pessoa, 2020.
- COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre idéias e formas. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- CRENSHAW, K. A Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Estudos Feministas**, Salvador, n. 1, p. 7-16, 2002.
- GARCIA, A. K. de O. Interseccionalidade ou Consubstancialidade: faz diferença para pensar a diferença? **Novos Rumos Sociológicos**, Pelotas, v. 10, n. 18, ago./dez. 2012.
- HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. Dossiê – Desig. e

Interseccionalidades. **Mediações**, Londrina, v. 20 n. 2, p. 97-128, jul./dez., 2015.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Goiânia: Ser-Tão – Núcleo de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade/ UFG, 2012.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Trad. Antônia Motta Campos. **Novos estud.** – **CEBRAP**, São Paulo, n. 86, mar.2010.

MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGU, E. S (Org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 16-26.

OLIVEIRA, M. R. G. de. **O diabo em forma de gente**: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na Educação. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SAFFIOTI, H. I. B. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v. 1, n. 11, 2000, p. 71-75.

SAFFIOTI, H. I. B. Diferença ou Indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. In: GODINHO, T; SILVEIRA, M. L da (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p. 35-42.

SAFFIOTI, H. I. B. Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: SILVA, M. A. de M. (org.). **Anais do seminário temático II: Mulher em seis tempos**. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras: Unesp, 1991. p. 141-176.

SAFFIOTI, H. I. B. Quantos sexos? Quantos gêneros? Unissexo/Unigênero? **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife, ano III, n. 2, 2009.

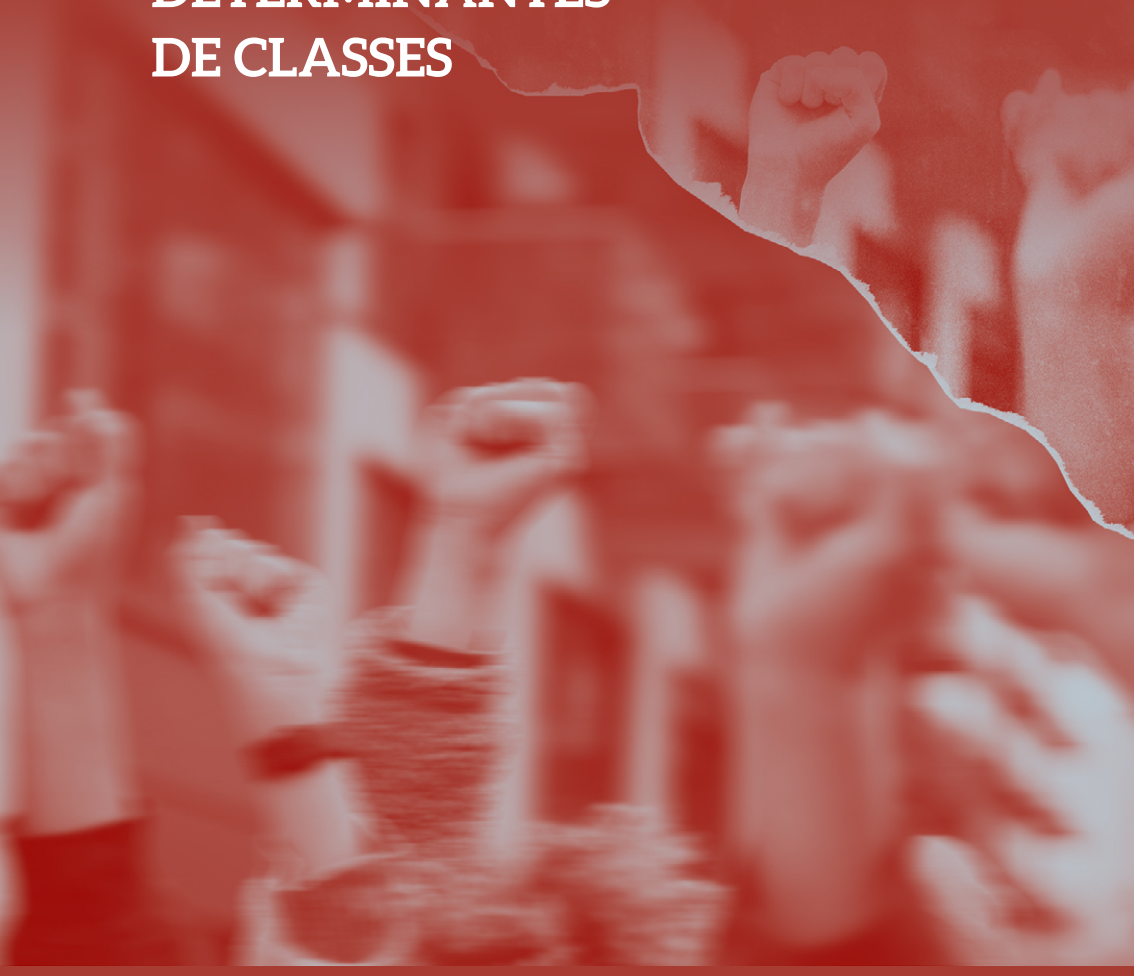
SARDENBERG, C. M. B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, A. A. A.; BACELLAR, C. M. (Org.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. p. 89-120.

SOUZA, J. M. A. de.; OLIVEIRA, M. B. de. Conservadorismo: ideologia e estratégia política das classes dominantes. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., Vitória, Espírito Santo, 2018. **Anais...** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

WILLIAMS, R. **Cultura**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1992.

WILLIAMS, R. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Unesp, 2011.

**PARTE II -
DEBATES
TRANSVERSALIZADOS
PELA QUESTÃO
SOCIAL E OS
DETERMINANTES
DE CLASSES**



Movimentos Sociais Urbanos: Algumas Abordagens Teóricas

Ana Flavia Alves de Oliveira Almeida

Josefa de Lisboa Santos

1 INTRODUÇÃO

A academia tem se dedicado a estudar os movimentos sociais desde o surgimento de lutas que não eram lideradas por partidos políticos ou sindicatos, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, a partir do século XIX. Esses movimentos sociais, frequentemente caracterizados por pautas diversas e por uma organização descentralizada, despertaram o interesse do Estado, que buscava mapear e compreender essas lutas a fim de conter o desenvolvimento de elementos potencialmente disruptivos. Esses estudos acadêmicos ajudaram a revelar tanto a complexidade e a diversidade das demandas desses movimentos quanto a sua capacidade de mobilização social e política, desafiando as formas tradicionais de organização e participação.

Em 1960, o cenário mundial é marcado por grandes lutas sociais, como: o movimento pelos direitos civis, o feminismo e os protestos estudantis. Nesse período, os movimentos sociais emergiram como um importante objeto de estudo acadêmico, explorado a partir das mais diversas abordagens teórico-metodológicas. Esse período de intensa mobilização social e política demonstrou como a realidade concreta influenciava diretamen-

te a agenda de pesquisa das universidades, ao mesmo tempo em que revela o papel das escolhas políticas, epistemológicas e teóricas dos pesquisadores na definição dessas agendas. Assim, o estudo dos movimentos sociais tornou-se um campo interdisciplinar, incorporando perspectivas da sociologia, ciência política, antropologia, história, geografia e outros, refletindo tanto a multiplicidade das lutas sociais em curso quanto os interesses e orientações ideológicas dos acadêmicos envolvidos.

O estudo da literatura europeia sobre os movimentos sociais sugere que os pesquisadores estavam principalmente interessados em avaliar o potencial dos movimentos sociais para promover rupturas instituintes e estabelecer novas relações sociais. Esse interesse se refletia em um foco nos aspectos disruptivos que os movimentos sociais proporcionavam, com uma atenção especial para como essas mobilizações poderiam transformar as estruturas existentes de poder.

Na elaboração teórica europeia, observa-se uma ênfase na capacidade dos movimentos para criar novas formas de sociabilidade e interação, evidenciando como suas ações podem desestabilizar as instituições estabelecidas e gerar mudanças nas dinâmicas sociais e políticas. Além disso, evidenciava-se a importância de entender os mecanismos e processos através dos quais os movimentos sociais atingiam seu potencial transformador, oferecendo debates sobre a natureza e o impacto das rupturas instituintes que eles promovem. A literatura europeia contribui para compreensão dos movimentos sociais como agentes de mudança radical, focando em sua capacidade de redefinir e reconfigurar a ordem social estabelecida.

Já os trabalhos acadêmicos estadunidenses, por outro lado, frequentemente concentram-se nas possibilidades de absorção das demandas dos movimentos sociais pelo próprio sistema. Essa

abordagem analisa como o sistema político e social existente pode integrar e acomodar as reivindicações desses movimentos, sugerindo que, através desse processo de absorção, o próprio sistema pode se transformar e adaptar-se às novas demandas.

A abordagem clássica sobre a ação coletiva da Escola de Chicago debatia a importância do contexto social e espacial na formação de identidades coletivas, destacando como esses fatores influenciam diretamente a emergência de conflitos e a mobilização de movimentos sociais. O foco de suas investigações era sobre as condições estruturais que propiciam a ação coletiva, considerando elementos como cultura, sentimento de pertencimento, desigualdade social, mudanças demográficas e transformações econômicas. Esses fatores são vistos como catalisadores que criam o terreno propício para a articulação de demandas sociais e políticas (Gohn, 1997).

O século XXI surge com a expectativa de superação da curva descendente das lutas de classes que marcaram as últimas décadas do século anterior. No entanto, o início desse novo século revelou um cenário mais complexo e desafiador do que se esperava. A ideologia neoliberal ainda mantinha considerável influência ao redor do mundo, moldando políticas econômicas e sociais em diversas regiões. O impacto desses eventos não apenas desorganizou e enfraqueceu a organização dos movimentos sociais, mas também promoveu um ambiente de incerteza e crise ideológica, no qual, através das lentes da pós-modernidade, novas leituras sobre a mobilização e organização social foram desenvolvidas.

Neste sentido, o estudo ora apresentado tem como objetivo discutir as três principais vertentes teóricas na América Latina e no Brasil sobre o debate da categoria movimentos sociais, sendo elas: a abordagem culturalista-acionalista, o pensamento

pós-moderno e o paradigma marxista. Para alcançar o objetivo realizamos uma revisão de literatura em artigos, livros, teses e outras publicações, com o intuito de responder às perguntas de pesquisa: Quais são os principais fundamentos teóricos e metodológicos que diferenciam a abordagem culturalista-acionalista, o pensamento pós-moderno e o paradigma marxista no estudo dos movimentos sociais? E Em que medida as três abordagens são capazes de explicar as novas formas de organização, atuação e resistência dos movimentos sociais urbanos contemporâneos?

A prática de contrapor ideias contribui para o aprofundamento do conhecimento sobre as várias vertentes que discutem o mesmo objeto. Neste estudo, a centralidade está nos movimentos sociais urbanos, nosso objetivo é questionar premissas, identificar pressupostos e avaliar argumentos e teorias apresentados, a fim de apresentar uma visão crítica e reflexiva sobre a realidade estudada.

2 ABORDAGENS TEORICAS SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS

Alexander (1998) destaca uma dicotomia entre as concepções sobre os modelos clássicos, de origem europeia, e uma abordagem norte-americana em relação aos movimentos sociais. No modelo clássico, há uma ênfase nas interpretações históricas das revoluções, analisando as determinações estruturais que influenciam os movimentos sociais. Por outro lado, a abordagem norte-americana valoriza a organização e mobilização de recursos por parte dos atores sociais.

Essa distinção aponta para diferentes perspectivas na compreensão dos movimentos sociais, destacando, no modelo clássico, que a análise se concentra nas condições econômicas,

políticas, sociais, históricas e culturais que moldam os movimentos sociais ao longo do tempo. Já na abordagem norte-americana, há um foco maior na capacidade dos grupos sociais de se organizarem e mobilizarem recursos para alcançar seus objetivos.

Para Gohn (1997, p. 23) “a abordagem clássica sobre os movimentos sociais nas ciências sociais norte-americanas está associada ao próprio desenvolvimento inicial da sociologia naquele país”. Ela fundamenta-se na análise dos comportamentos individuais e das ações coletivas de grupos e massas dentro do contexto da sociedade capitalista. Embora essas teorias não constituam um campo homogêneo de pensamento, compartilhando enfoques diversos e, por vezes, conflitantes, elas mantêm características comuns que as unem em torno de um núcleo conceitual.

A abordagem clássica sobre a ação coletiva remonta à Escola de Chicago (1910-1950), que desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da teoria explicativa dos conflitos sociais dentro do contexto do paradigma norte-americano. Segundo Gohn (1997), essa escola merece destaque devido à sua contribuição para à compreensão dos processos de ação coletiva e mobilização social. A autora destaca que a Escola de Chicago

é dado pela concepção de mudança social e pelo interesse particular de seus mestres pelos temas do ‘desenvolvimento de comunidade’ e pelos processos de participação e educação ‘para o povo’. A participação dos indivíduos na comunidade teria um sentido integracionista, ou seja, por meio daquela participação, e utilizando-se de alguns mecanismos educativos, acreditava-se que era possível ordenar os processos sociais (Gohn, 1997, p. 27).

A Escola de Chicago foi pioneira na aplicação de métodos empíricos e na análise das interações sociais e dinâmicas urbanas. Seus estudiosos enfatizaram a importância do contexto social e espacial na formação de identidades coletivas, bem como na geração de conflitos e movimentos sociais (Gohn, 1997).

A **teoria acionalista¹ ou abordagem culturalista-acionalista²**, também conhecida como abordagem acional e abordagem da ação, destaca a centralidade da ação social na compreensão das dinâmicas sociais e das mudanças históricas. Em essência, a teoria acionalista enfatiza o papel ativo dos indivíduos e dos grupos na construção e transformação das estruturas sociais. Ao contrário de abordagens estruturalistas, que tendem a enfatizar o poder determinante das estruturas sociais sobre o comportamento humano, os acionalistas argumentam que os atores e sujeitos sociais têm capacidade de agir de forma reflexiva em relação ao seu ambiente. Isso significa que, os indivíduos e os grupos não são simplesmente produtos passivos das estruturas sociais, mas têm a capacidade de refletir criticamente sobre suas condições de vida e de agir de forma consciente e deliberada para promover mudanças sociais.

A abordagem culturalista-acionalista, não é propriamente funcionalista, embora compartilhe algumas preocupações com a ordem social e a reprodução de normas. Ela foca nas ações intencionais e nas interações simbólicas entre os indivíduos, mas difere do funcionalismo ao destacar o papel ativo dos sujeitos e o processo de criação de significados sociais.

Um dos principais teóricos da abordagem da ação é Max Weber, que desenvolveu a ideia de ação social como comporta-

¹ Montañó; Duriguetto, 2011.

² Gohn, 1997.

mento dotado de sentido subjetivo, em que os indivíduos agem com base em suas crenças e interpretações do mundo. Weber difere do funcionalismo ao se concentrar na subjetividade das ações, e não em um sistema de estruturas sociais fixas.

A abordagem acionalista tem raízes na tradição interacionista simbólica, representada por teóricos como George Herbert Mead e Erving Goffman, que também se distanciam do funcionalismo. Esses pensadores focam em como os significados são construídos e mantidos por meio da interação social, e não em como as instituições sociais mantêm a ordem (Silva, 2016).

Outro teórico da abordagem acionalista é Alain Touraine (1977), que trabalha com a ideia de ação social como central para os movimentos sociais. Ele argumenta que os atores sociais têm capacidade de resistir e transformar estruturas sociais por meio da ação, em contraste com a abordagem funcionalista, que tende a enfatizar a estabilidade e a integração social.

Para Touraine, a sociedade é o resultado da ação dos atores sociais, que buscam dar sentido às suas experiências e moldar ativamente o curso dos eventos históricos. Ele enfatiza a importância das mobilizações sociais e dos conflitos como motores da mudança social, destacando o papel dos movimentos sociais na transformação das estruturas sociais existentes. Para ele, os movimentos sociais constituem o próprio objeto da sociologia, uma vez que, seus estudos debatiam a importância dos movimentos na dinâmica social e na construção de identidades coletivas.

Touraine, como pupilo de Friedmann tem seus primeiros contatos com a América Latina, entre 1956 e 1958, primeiro no Chile, realizando uma pesquisa junto à Universidade do Chile sobre as atitudes e a consciência dos operários. Enfatizou a importância da autonomia dos movimentos sociais, destacando sua capacidade de redefinir identidades coletivas e de influenciar

processos políticos e culturais. Em 1960, esteve no Brasil, ajudou a criar o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), na Universidade de São Paulo (Festi, 2023).

Alberto Melucci (1989) é reconhecido como um dos pioneiros no desenvolvimento do paradigma da identidade coletiva, sendo também é teórico da abordagem acionalista. Entretanto, difere de Touraine ao focar principalmente no nível microsocietal. O autor não apenas pesquisa as interações entre indivíduos e grupos, mas também investiga como essas interações são influenciadas por fatores culturais, políticos e econômicos. Sua abordagem é utilizada em estudos de processos de formação e transformação das identidades coletivas em escala micro.

Ao se concentrar no nível microsocietal, Melucci destaca a importância das experiências individuais e das narrativas pessoais na construção das identidades coletivas. Ele argumenta que as pessoas não são apenas produtos passivos de suas circunstâncias sociais, mas também agentes ativos que contribuem para a criação e redefinição das identidades sociais. Enfatiza a natureza de contestação das identidades coletivas, destacando como elas podem ser negociadas e reconstruídas ao longo do tempo. O autor reconhece a multiplicidade de identidades que os indivíduos mantêm e como essas identidades podem se sobrepor ou entrar em conflito em diferentes contextos sociais.

Melucci (1989) considera os movimentos sociais não apenas como eventos ou fenômenos empíricos, mas como categorias analíticas que revelam dinâmicas sociais amplas. O autor argumenta que, ao analisar os movimentos sociais como categoria analítica, é possível ir além das manifestações superficiais e compreender as raízes profundas e complexas dos fenômenos, através das narrativas pessoais para construção coletivas.

Para o autor, a concepção de ideologia, tradicionalmente associada à consciência de classe, passou por uma reinterpretação. Em vez de ser vista apenas como uma expressão da posição de classe de um indivíduo ou grupo, a ideologia foi reimaginada como uma prática cultural que poderia atravessar e conectar diferentes linhas de classe. Assim, tanto para Melucci como para Touraine, os movimentos sociais passaram a ser entendidos não apenas em termos de economia e poder, mas também em termos de significado, pertencimento e expressão.

Entre os clássicos, no final do século XIX e início do século XX, emergiu o **paradigma marxista** de abordagem histórico-estrutural, que se posicionava em oposição às teorias funcionalistas predominantes na época. Desenvolvida inicialmente por Karl Marx e posteriormente expandida por teóricos como Friedrich Engels, Rosa Luxemburgo, Gramsci e outros, a teoria marxista oferecia uma interpretação dos fenômenos sociais, fundamentada nas categorias analíticas de trabalho, luta de classes, consciência de classe, conflito, práxis social, Estado e sociedade. Ao contrário da visão funcionalista, que tendia a ver a sociedade como um organismo em busca de equilíbrio, o marxismo enfatizava o caráter conflitivo das relações sociais dentro de uma sociedade capitalista, destacando como as desigualdades estruturais e a exploração econômica moldam e impulsionam as ações coletivas e os movimentos sociais.

Para os marxistas, os movimentos sociais são vistos como expressões da luta de classes, na qual a práxis – a ação consciente e transformadora dos sujeitos históricos – desempenha um papel central na construção de uma nova ordem social. Essa abordagem visa não apenas compreender, mas também transformar as estruturas sociais existentes, buscando superar as condições de dominação e exploração capitalistas.

Para Gohn (1997, p. 174), os movimentos sociais, segundo a abordagem marxista, colocam-se em movimento e tornam-se movimentos pelas ações práticas dos homens na história: “Organização e consciência serão fatores decisivos para explicar o seu desenrolar”.

Todo o arcabouço teórico marxista fundamenta-se na contradição inerente à relação capital-trabalho, explicitando sua posição político-ideológica em favor da transformação social através da mobilização de forças sociais e políticas. Essa transformação exige a organização consciente e coletiva da classe trabalhadora, utilizando-se, inicialmente, de instrumentos como o partido político e o sindicato.

Vale ressaltar que Marx não desenvolveu uma teoria específica sobre os movimentos sociais. Seu trabalho abordou conceitos como a acumulação de capital, a mais-valia, a alienação e a exploração inerente à relação capital-trabalho. Marx explorou como essas relações econômicas e sociais geram desigualdades e conflitos, e como a exploração dos trabalhadores é uma característica central do capitalismo. Embora sua análise não tenha sido voltada diretamente para os movimentos sociais, suas análises forneceram uma base teórica para entender as condições que levam ao surgimento e à organização desses movimentos. A partir de suas reflexões sobre a luta de classes e a contradição entre capital e trabalho, a teoria marxista oferece uma base para compreender como os movimentos sociais podem emergir como respostas à opressão e à desigualdade sistêmica (Gohn, 1997).

Gohn (1997, p. 188) mostra que “entre os clássicos do marxismo Gramsci é o autor que mais contribuiu para as análises das lutas e dos movimentos populares urbanos realizados na América Latina nos anos 1970 e 1980”. No cenário brasileiro, esse período

marca o momento histórico do resgate da participação e da mobilização popular, caracterizando uma retomada das lutas sociais e uma reorganização significativa do movimento sindical e dos movimentos populares, que visavam a mudança do poder político que estava sob o comando das forças militares.

A concepção de Gramsci sobre o Estado, que aborda a dialética da correlação de forças entre o Estado e a Sociedade Civil, forneceu um suporte teórico para o fortalecimento dos movimentos sociais durante essa época. Ele argumentava que o Estado não é apenas uma entidade política, mas também um complexo de instituições e práticas que incluem a sociedade civil. Sua análise destacou como a mudança social e política depende não apenas da ação direta e da mobilização popular, mas também da construção de uma alternativa hegemônica que desafie e substitua as estruturas de poder dominantes. A teoria gramsciana orientou e ainda orienta as estratégias dos movimentos sociais, fornecendo uma compreensão mais profunda das relações de poder e das formas de resistência necessárias para promover transformações na ordem política e social.

Um conceito que emergiu nesse período foi o da autonomia dos movimentos sociais em relação ao Estado. Essa autonomia era vista como necessária para garantir a legitimidade dos movimentos, especialmente em face de um Estado que era autoritário. Além disso, essa autonomia visava também proteger os movimentos da influência das práticas populistas e clientelistas, que frequentemente contaminam as relações entre os movimentos sociais e o Estado (Montaño; Duriguetto, 2011).

No mesmo período, nos anos 1970 e 1980, no âmbito acadêmico o marxismo começou a ser considerado, por alguns sociólogos e cientistas sociais, insuficiente para abordar a complexidade e diversidade dos movimentos sociais emergentes.

Nessa conjuntura, Boaventura de Sousa Santos (1999) destaca como a temática dos “novos sujeitos e movimentos sociais” emergiu como um ponto central nas discussões sociológicas durante a década de 1980.

Mesmo aqueles que não partilham a posição de Touraine (1978), para quem o objeto da sociologia é o estudo dos movimentos sociais, reconhecem que a última década [de 1980] impôs esta temática com uma força sem precedentes (Santos, 1999, p. 221).

A ascensão dos “novos sujeitos e movimentos sociais” foi marcada por uma diversidade de formas de organização e de expressão, refletindo uma pluralidade de demandas e identidades. Esses movimentos trouxeram à tona questões antes não evidenciadas, tais como questões de gênero, étnicas, ambientais e outras. Ao concentrar sua atenção na emergência desses “novos atores e movimentos”, Sousa Santos ressalta a necessidade de repensar os paradigmas sociológicos tradicionais, assim surge a **abordagem pós-moderna**.

Para os autores desse debate, os participantes envolvidos nas ações coletivas dos “novos movimentos sociais” são considerados atores sociais que ganham visibilidade e importância à medida em que se identificam com a causa e a identidade coletiva que surge no processo de mobilização. A identidade é, portanto, um elemento constitutivo fundamental na formação desses movimentos. À medida que os membros compartilham uma identidade comum e se unem em torno dela, os movimentos ganham força e adesão.

Essa ênfase na identidade é uma característica dos “novos movimentos sociais”. Os teóricos dessa perspectiva acreditam

que a identidade não surge apenas como resposta a questões específicas, mas também como defesa de uma identidade coletiva que transcende suas reivindicações individuais. Para eles, esse entendimento não apenas impulsiona a mobilização, mas também contribui para a construção de laços sociais e para a conscientização em torno das questões que esses movimentos buscam abordar (Gohn, 2011).

A expressão "novo" nas análises dos "novos movimentos sociais" frequentemente assume uma conotação de contraposição ao que é considerado "tradicional" ou "velho" – uma resposta a sistemas e estruturas que, segundo essa perspectiva, perderam sua relevância. Para os autores dessa vertente, a designação "novo" implica um rompimento com as práticas e estruturas do passado, buscando abordagens inovadoras para questões sociais e políticas.

A ascensão de novos grupos ao poder, seja político representativo ou lideranças não formais, trouxe consigo uma diversificação das vozes e perspectivas representadas no associativismo. Grupos antes sub-representados agora têm a oportunidade de influenciar as políticas e decisões governamentais, contribuindo para uma maior inclusão e participação na vida pública.

Os defensores dos "novos movimentos sociais" acreditam que as reformas na gestão das políticas sociais têm estimulado a criação de novas formas de associação e colaboração entre diferentes atores da sociedade civil e do Estado.

Ora apresentado os principais fundamentos teóricos e metodológicos que diferenciam a abordagem culturalista-acionalista, o pensamento pós-moderno e o paradigma marxista no estudo dos movimentos sociais, e como essas abordagens influenciaram as novas formas de organização, atuação e resistência dos movi-

mentos sociais urbanos na contemporaneidade, agora realizaremos uma crítica à análise da teoria acionalista e pós-moderna. Montañó e Duriguetto (2011, p. 330) acreditam que essas teorias estão “fundidas num rearranjo ‘culturalista’”, com foco nas diferenças entre identidade e sua transformação em identitarismo. O termo “identitarismo” refere-se a uma abordagem que reduz, fragmenta e isola a identidade, muitas vezes diminuindo ou até mesmo anulando sua importância e sua capacidade de articular lutas de classes.

O identitarismo tende a enfatizar diferenças superficiais e a promover um debate baseado em identidades específicas, em vez de buscar uma compreensão mais profunda das expressões da questão social e econômicas que afetam amplas camadas da população.

Mészáros (2004) promove uma extensa crítica ao modelo weberiano. Ele destaca a importância de considerar as estruturas de poder e controle que permeiam as sociedades capitalistas modernas, sugerindo que a habilidade dos governos em lidar com as lutas de classe pode ser mais complexa.

No contexto latino-americano, Mészáros (2004) examina como as dinâmicas sociais e econômicas foram influenciadas pela ascensão do capitalismo e pela transformação das estruturas produtivas, o que levou a mudanças nas condições de trabalho, nas relações de classe e nos movimentos sociais.

Assim, o autor investiga como as ideologias dominantes, tanto positivistas quanto marxistas, moldaram as percepções sobre a organização da sociedade e os conflitos de classe. Ele analisa criticamente como essas visões ideológicas podem obscurecer ou distorcer as verdadeiras relações de poder e exploração presentes na sociedade capitalista. Nessa direção, Mészáros compreende que,

o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de modo a apresentar - ou desvirtuar - suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até distorção sistemática como 'normalidade', 'objetividade' e 'imparcialidade científica'. [...] as diferentes formas ideológicas de consciência social têm (mesmo se em graus variáveis, direta ou indiretamente) implicações práticas de longo alcance em todas as suas variedades, na arte e na literatura, assim como na filosofia e na teoria social, independentemente de sua vinculação sociopolítica a posições progressistas ou conservadoras (2004, p. 57,66).

Ao trazer à tona essas questões, Mészáros busca promover um debate crítico sobre as políticas dominantes, incentivando uma reflexão mais profunda sobre as condições reais que moldam as relações de poder e resistência na sociedade contemporânea. Dessa forma, compactuamos com o entendimento de Gohn (1997, p. 170, grifos da autora) que

A análise dos movimentos sociais sob o prisma do marxismo refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural. Não se trata do estudo das revoluções em si, também tratado por Marx e alguns marxistas, mas do **processo de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação**.

Assim, a crítica desenvolvida busca destacar os perigos do identitarismo e reafirmar a importância de uma análise histórica-materialista das relações sociais, que leve em consideração não apenas as identidades individuais e grupais, mas também as

estruturas sociais e econômicas que moldam e reproduzem desigualdades. Concordamos, portanto, com Gohn (1997, p. 120, grifos da autora) ao analisar que

A teoria dos Novos Movimentos Sociais é **ambígua** - alguns partem de premissas totalmente distintas do marxismo (como Melucci), outros fazem uma ruptura na forma de abordagem, mas trabalham com as macroestruturas societais (caso de Touraine), outros ainda questionam a validade da utilização de alguns prognósticos realizados por Marx, argüindo pela necessidade de sua atualização - dando as transformações históricas -, sem negar a validade das categorias básicas (caso de Offe).

A crítica também se dirige à forma como o debate político e econômico é limitado em nome do conceito de “lugar de fala”. Embora seja importante reconhecer e valorizar as diferentes experiências e perspectivas dos diversos grupos sociais, o uso indiscriminado desse conceito pode acabar por silenciar vozes dissidentes. Em última análise, isso pode minar possibilidades de construção de uma unidade na luta por justiça social e igualdade.

A advertência de Marx (1976) em seu livro *Miséria da Filosofia* é de grande relevância, uma vez que destaca a interconexão e a interdependência entre os movimentos sociais e políticos econômicos. Marx enfatiza que é um erro tentar separar esses dois tipos de movimentos, pois todo movimento político tem uma dimensão social intrínseca.

Para Marx, é fundamental partir de premissas reais, isto é, das relações materiais concretas estabelecidas entre os indivíduos na sociedade, a fim de compreender as diferentes categorias econômicas e suas interações. Ele enfatiza a importância do estu-

do meticuloso das condições materiais de existência, das relações de produção e das contradições sociais para uma análise da realidade social. Destaca a necessidade de uma abordagem científica e materialista da história que leve em consideração não apenas as ideias e representações mentais, mas também as condições materiais e as relações de poder que moldam e determinam o curso da história e o desenvolvimento das sociedades humanas.

Assim, reforçamos que os “novos movimentos sociais” estão enraizados em tradições de resistência de movimentos sociais anteriores; logo quando teorias enfatizarem a fragmentação da questão social, elas não coadunam com o conceito de totalidade de Marx.

Para o autor as contradições sociais não podem ser reduzidas a meros antagonismos estáticos, pois isso implicaria em uma abstração distante da realidade concreta. Ele enfatiza a importância de considerar os aspectos específicos e as condições sociais que distinguem os complexos sociais em cada fase histórica. Portanto, o princípio histórico objetivo não é visto como algo externo ou dado, mas sim como resultado da práxis humana, da atividade concreta dos indivíduos na sociedade.

Nessa linha, Mészáros (2002, p. 43) apresenta uma crítica à supervalorização dos denominados “novos movimentos sociais” em detrimento do potencial emancipador do trabalho. Ele baseia sua crítica em uma reflexão sobre os movimentos de “questão única”, que se concentram em questões específicas sem levar em consideração as complexas interações entre as dimensões econômicas, sociais e políticas das lutas. Reflete que: “A ‘crise do marxismo’, sobre a qual nas últimas décadas muito se escreveu, na verdade denotava a crise e a quase completa desintegração dos movimentos políticos que outrora professavam sua lealdade à concepção marxiana de socialismo”.

Podemos extrair de Mészáros (2002, p. 95-96, grifos da autora) uma crítica à valorização dos chamados “novos movimentos sociais” em detrimento do potencial emancipador do trabalho, uma vez que é fundamental reconhecer que o próprio funcionamento do modo de produção capitalista molda a sociedade de classes na qual relações de exploração do trabalho persistem.

Portanto, a transferência da lealdade dos socialistas desiludidos da classe trabalhadora para os chamados “novos movimentos sociais” (hoje valorizados *em oposição* ao trabalho e desprezando todo o seu potencial emancipador) deve ser considerada prematura e ingênua. Os movimentos de questão única, mesmo quando lutam por causas não integráveis, podem ser derrotados e marginalizados um a um, porque não podem alegar estar representando uma alternativa coerente e abrangente à ordem dada como modo de controle sociometabólico e sistema de reprodução social. Isto é o que faz o enfoque no potencial emancipador socialista do trabalho mais importante hoje do que nunca. **O trabalho não é apenas não integrável [...], mas – precisamente como a única *alternativa estrutural* viável para o capital –** pode proporcionar o quadro de referências estratégico abrangente no qual todos os movimentos emancipadores de “questão única” podem conseguir transformar em sucesso sua causa comum para a sobrevivência da humanidade.

Na sociedade dominada pelo capital, liberdade e igualdade se apresentam como conceitos ambíguos, pois a liberdade é, ao mesmo tempo, exercida e restringida, e a igualdade é, paradoxalmente, atingida e negada (Sallum Jr., 2005). Essas contradições e complexidades, que vão além das simples diferenças de riqueza e cultura, proporcionam constantemente a base para o conflito social.

O entendimento dessas contradições inerentes ao sistema capitalista é essencial para uma análise mais profunda das tensões sociais e dos desafios enfrentados pela classe trabalhadora. Ela revela que a luta por liberdade e igualdade real exige não apenas mudanças superficiais, mas transformações estruturais no modo de produção e nas relações de classe. Portanto, as tensões sociais e os conflitos são inerentes ao sistema, resultantes das contradições profundas que permeiam a sociedade capitalista, e é por meio do engajamento coletivo e da luta por mudanças sociais que essas contradições podem ser confrontadas e, eventualmente, superadas.

A hierarquia estrutural entre capital e trabalho é tão arraigada que transcende as relações econômicas e se estende para todas as esferas da sociedade histórica, social e política. Essa dinâmica influencia as políticas públicas, as relações sociais e até mesmo as percepções histórico-culturais sobre o valor e o *status* dos diferentes grupos na sociedade, uma vez que a ideologia hegemônica é a da classe dominante.

3 À GUIA DE CONCLUSÃO

Consideramos que, é fundamental compreender que as teorias culturalistas, ao enfatizarem a fragmentação, a diversidade e a multiplicidade de experiências, deixam de lado a análise das estruturas sociais e econômicas que perpetuam a desigualdade e a exploração. Ao focar apenas nas questões identitárias e na multiplicidade de discursos, essas teorias não observam as raízes mais profundas das injustiças sociais e, não intencionalmente, mas seguindo a ideologia dominante, acabam por minar esforços coletivos para a transformação social.

Assim, ressaltamos que, para compreender as contradições sociais e econômicas, é necessário examinar as relações sociais em constante transformação e as práticas dos sujeitos sociais envolvidos por um viés histórico-dialético, uma vez que a análise das categorias econômicas deve ser situada dentro do contexto mais amplo das relações sociais e das lutas de classe, reconhecendo que a práxis social é o motor que impulsiona o desenvolvimento histórico e a mudança social.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, J. C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil. **Revista brasileira de ciências sociais**. v. 13, n. 37, 1998. p. 05-30.

FESTI, Ricardo. **Alain Touraine, um intelectual incansável**. Publicado em 20/06/2023. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2023/06/20/alain-touraine-um-intelectual-incansavel/>. Acesso em Jan 2024.

GOHN, M. da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Minas Gerais, v.16, n. 47, p. 333-351, maio/ago. 2011.

GOHN, M. da G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

MARX, Karl. **A Miséria da Filosofia**. Capítulo II. 1976. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/miseria/cap04.htm>. Acesso em Set 2023.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais. **Revista Lua Nova**, São Paulo: CEDEC, n. 17, 1989.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Tradução de Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo César Castanheira & Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimentos sociais**. Biblioteca básica do Serviço Social, v. 5. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SALLUM JR, Brasília. Classes, cultura e ação coletiva: retorno às classes sociais? **Lua Nova**, São Paulo: CEDEC, n. 65, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 7. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SILVA, P. V. B. da. Goffman, discípulo de Mead? **InterMeio: Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Educação - UFMS**, 13(25), 2016. Disponível: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/2551>. Acesso em Set 2024.

TOURAINÉ, Alain. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes. In: ALBUQUERQUE, J. A. (Org.) **Classes médias e políticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Questão Social, Questão Racial e as Determinações Estruturais da Criminalização da População Negra no Brasil

Fabiane Ferreira Nascimento Santos

Paulo Roberto Felix dos Santos

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil contava em 2023 com 850 mil presos/as no país, onde cerca de 70% eram pessoas negros/as (FBSP, 2024). Apesar de refletir dados atuais, o processo de criminalização da população negra não corresponde a um fenômeno recente, mas guarda conexões de como o racismo foi(é) é uma determinação estruturante da verve punitiva do Estado brasileiro. Desse modo, o presente artigo¹ tem em vista aproximar o debate da questão social com o debate da questão racial e sua influência no processo de criminalização da população negra, com ênfase no período pós-abolição da escravidão e a transição do trabalho escravizado para o trabalho assalariado.

¹ Esse artigo foi originado do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: “Questão social, questão racial e sistema prisional no Brasil” e aprofundado com base nas discussões promovidas na disciplina de Movimentos Sociais, Poder Político e Cidadania, no semestre 2023.1, do Programa de Pós-graduação em Serviço Social – PROSS.

Assim, escrever sobre o processo de marginalização e consequente criminalização de pessoas negras no Brasil pressupõem articular a questão social e a questão racial enquanto dimensões constitutivas da formação social brasileira, uma vez que o país possui particularidades sócio-históricas que influenciaram diretamente o processo de conformação de estereótipos acerca das pessoas negras, que seriam consideradas “perigosas” e “mais propensas” ao “mundo do crime”. Além do mais, sendo a questão social, e suas múltiplas determinações, a base da formação profissional, faz-se necessário refletir como nossa adaptação ao capitalismo e a herança escravista conferiu contornos particulares a nossa formação social e relegou os/as afro-brasileiros/as a um processo constante de marginalização e criminalização que tem no cárcere um mecanismo refinado de controle social.

Desse modo, a partir do método crítico-dialético, e ancorando-se em dados bibliográficos e documentais, retornaremos brevemente ao processo de colonização para discorrer acerca das práticas punitivas que subsidiaram a conformação do sistema de justiça criminal brasileiro. O foco é discutir os impactos da colonização, do pós-abolição e da transição do trabalho escravizado para o trabalho livre para a população pobre – em sua maioria negra – do país e como o capitalismo brasileiro imprimiu características específicas na nossa questão social.

Sabemos que na história do Brasil não é comum destacarmos a relevância dos/as negros/as vindos/as, forçadamente, da África para a formação social e econômica. Isso se deve principalmente pela nossa incapacidade, enquanto país, de reconhecer e buscar reparar o genocídio² das populações originárias e dos povos afro-brasileiros, e que se reatualiza sob a lógica racia-

² Conforme Nascimento (2016 apud Bueno, 1963, p.580), Genocídio significa “recusa do direito de existência a grupos humanos inteiros, pela exterminação de

lizadaexpressando-se, dentre outras formas, por mecanismos de controle, vigilância e punição na atualidade.

2 BREVE HISTÓRICO DO SISTEMA ESCRAVISTA BRASILEIRO

A colonização forjou as bases materiais sobre as quais se assentaria posteriormente o capitalismo no Brasil. Assim, a partir de 1550 o país passou a contar com a força de trabalho negra, como afirma Nascimento (2016):

O papel do negro foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca. Tanto nas plantações de cana-de-açúcar e café e na mineração, quanto nas cidades, o africano incorporava as mãos e os pés das classes dirigentes que não se autodegradavam em ocupações vis como aquelas do trabalho braçal (Nascimento, 2016, p. 59).

O sistema escravocrata brasileiro obteve durante muitos séculos uma fama internacional de “instituição benigna, de caráter humano”, (Nascimento, 2016, p. 59), pois o colonialismo português camuflava de forma muito específica a violência que ocorria no

seus indivíduos, desintegração de suas instituições políticas, sociais, culturais, linguísticas e de seus sentimentos nacionais e religiosos”.

país através de mitos, como o que pregava a “humanidade” da escravidão católica praticada na América Latina, que seria o oposto da escravidão que ocorria nos Estados Unidos, por exemplo.

O papel ideológico da igreja católica foi fundamental para que a escravidão fosse tão bem sucedida quanto brutal, (Nascimento, 2016). Através de seus sermões, padres, como Antônio Vieira, pregavam aos/às escravos/as obediência aos seus senhores e que dessem graças a Deus por terem sido retirados de suas terras e poderem viver como cristãos, “salvos dos pecados”. Sobre a “aceitação passiva”³ pregada pelos católicos aos/as escravizados/as, Nascimento (2016, p. 63) afirma: “Cristianismo, em qualquer das suas formas, não constituiu outra coisa que não aceitação, justificação e elogio da instituição escravocrata, com toda sua inerente brutalidade e desumanização dos africanos”.

No Brasil colônia, assim como nos demais países colonizados, o trabalho forçado era justificado pela ideologia da disciplina e civilidade que os/as africanos/as supostamente não possuíam. Assim, as práticas punitivas do período visavam manter o/a escravizado/a obedientes, conforme sinaliza Borges (2019). Os castigos físicos e violências a que eram submetidos/as os/as escravizados/as e as consequentes marcas deixadas nos corpos objetivavam inibir a desobediência e construir uma autoridade dos senhores baseada no medo. Esses mecanismos de punições sistemáticas dos corpos funcionavam como exemplos para que os/as demais escravizados/as não cometessem os mesmos atos, no

³ “Aceitação passiva” (entre aspas) porque ao contrário da ideia difundida, os(as) africanos(as) contestavam a “benevolência” da Igreja Católica e manifestavam-se contra a instituição, negando que seriam “mais aptos” ao trabalho forçado. Conforme Nascimento (2016), os/as africanos/as recorriam a diversas formas de protestos contra o trabalho forçado, entre as quais o suicídio, a fuga, o crime, a insurreição e a revolta. Destaca-se ainda a forma mais triste e menos violenta de revolta contra o sistema: o banzo. Caracterizado como uma perda gradual das energias e vontade viver que levava o/a africano/a a morte lentamente.

entanto, apesar desse controle físico ser de grande valia ao sistema, almejava-se colonizar também, e principalmente, as mentes.

Flauzina (2006) assinala que as instâncias de controle objetivavam que os/as escravizados/as internalizassem a ideia de inferioridade atribuída a eles/as e assimilassem como parte constitutiva de sua natureza. A autora atribui esse processo a um método criado por um dos maiores traficantes de escravos(as), o caribenho Willie Lynch, que se utilizava da difusão de sentimentos como medo, inveja e desconfiança entre seus escravizados/as para minar a possibilidade de integração e união entre eles/as. Atitudes como a de eleger um/a negro/a de pele mais clara para determinado serviço, gerava no/a escolhido/a a sensação de que o senhor confiava nele/a, e vice-versa, ao passo em que gerava desconfiança nos/as demais escravizados/as que não foram escolhidos/as para a tarefa. Dessa forma, a doutrinação de Lynch logrou êxito, pois os/as próprios/as escravizados/as imbuídos/as de sentimentos desconfiança, rivalidade e inveja disputavam entre si a preferência de seus senhores e acabam reproduzindo entre si o método.

Segundo Flauzina (2006, p.52), esse método proporcionou a “edificação de um projeto de desarticulação simbólica”, pois ao mesmo tempo em que os/as escravizados/as assimilavam a inferioridade lhes imposta, e que tinha como consequência o sentimento de não-existência como seres humanos, atuava no controle e repressão deles mesmos.

Para Borges (2019), a intersecção de gênero é um elemento que merece atenção, pois, além do trabalho forçado, as mulheres negras também eram violentadas sexualmente pelos seus senhores. Ademais, as esposas dos senhores praticavam violências para com as mulheres negras em virtude dos interesses sexuais de seus maridos.

Nascimento (2016, p. 75) retoma um antigo ditado popular que traduz como a dupla determinação (econômica e sexual) das mulheres negras no colonialismo, sedimentou no imaginário social o estereótipo de sua coisificação: “brancas para casar, negra para trabalho e mulata para fornicar”. Esse ditado serviu para justificar, posteriormente no século XX, o mito da “democracia racial”, pois as relações sexuais entre brancos e negros originaram as mulatas, fruto mais explícito das supostas amistosas relações raciais no Brasil.

A lógica colonial impôs, portanto, elementos que foram fundamentais às particularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil. A partir de determinações que articulam classe, raça e gênero/sexo, o colonialismo assentou as bases para uma divisão social-racial-sexual do trabalho, que operou como mola-mestra na conformação do “trabalho livre”, no pós-abolição, e na estruturação da classe trabalhadora no país.

2.1 A transição do trabalho escravizado para o trabalho assalariado no Brasil

Na transição da base produtiva escravista para o trabalho livre e assalariado, a questão social ganha contornos próprios no Brasil, tendo em vista que o processo de acumulação capitalista europeu exigiu naquele momento novas adequações dos países. Theodoro (2008) ressalta que o caminho rumo à abolição contou com alguns marcos importantes, como o fim do tráfico de escravizados/as em 1850, que, embora tenha ocorrido em face das pressões da Inglaterra, foi fundamental para a não manutenção do sistema escravocrata, somada às lutas de resistência das/os escravizados/as, como argumentou Moura (2014).

Conforme o autor, a Lei do Ventre Livre, 1871, representou outro marco fundamental para a abolição, pois ampliou os debates acerca da necessidade de uma economia baseada no trabalho assalariado, com destaque para a atuação dos abolicionistas progressistas do movimento republicano, especialmente no Rio de Janeiro em 1870, que, inspirados pelos ideais franceses de igualdade, fraternidade e liberdade, defendiam uma transição gradual da base produtiva escravista para o trabalho assalariado, garantindo trabalho para os/as ex-escravizados/as. Entretanto, Theodoro (2008) ressalta que outra vertente do movimento republicano, representada pelos grandes fazendeiros do Oeste Paulista, que inseguros quanto à possível não adaptação dos/as ex-escravizados/as ao trabalho livre e assalariado, apresentaram e sustentaram, dadas suas influências políticas, a proposta da imigração europeia como solução.

De acordo com Theodoro (2008), o processo de transição do trabalho escravizado para o trabalho assalariado ocorreu de forma gradual e esses marcos mencionados foram necessários para a pavimentação da abolição. Desse modo, a substituição da força de trabalho negra pela imigrante iniciou-se 30 anos antes da abolição, reduzindo a porcentagem de escravizados/as de 50% da população, no início do século XIX, para 16% nos anos que antecederam a abolição. A proibição do tráfico proporcionou a redução do número de escravizados/as para o Brasil, “[...] em 1864 era de 1 milhão e 717 mil; dez anos após, 1 milhão e 540 mil; em 1884, de 1 milhão e 240 mil; e no ano anterior à abolição, de 720 mil” (Kowarick, 1994, p. 46).

As análises de Martins (2016) demonstram que a questão racial se definiu e se aprofundou quando os/as negros/as, outra arrancados/as de seu continente e submetidos/as ao trabalho escravizado, ficaram à margem da nova base produtiva, ao passo

que uma nova força de trabalho imigrante era requisitada para assumir o trabalho livre, sob condições de assalariamento. Em outro texto a autora assinala que

a transição capitalista no Brasil foi marcada pelo movimento de afirmação da inferioridade do negro e da sua incompatibilidade com o trabalho livre e, consequentemente, com o desenvolvimento do país. Nesse contexto, tão importante quanto redefinir as relações de produção baseadas no trabalho assalariado era definir a força de trabalho racialmente “adequada” ao processo produtivo em vigor. Por ser considerada um componente imprescindível dos processos capitalistas no país, a raça passa a ser um requisito ao desenvolvimento. Tal requisição fica patente quando a intervenção do Estado passa a adotar medidas no sentido de garantir a consecução do “projeto burguês” de desenvolvimento: o branqueamento da população via política de imigração. (Martins, 2012, p. 80).

Destarte, o Brasil vai assimilando o capitalismo europeu, a seu modo, e redefinindo a força de trabalho no processo produtivo, pois o “desenvolvimento do país passa ser relacionado com a necessidade de escolha de uma força de trabalho compatível com o modelo de desenvolvimento desejado” (Martins, 2016, p. 23). A autora destaca que a política de imigração tinha como objetivo o branqueamento da população brasileira e para isso possuía um respaldo através de legislações.

A maioria dos autores que discorrem sobre o capitalismo no Brasil justificam a adoção da força de trabalho imigrante europeia em detrimento da afro-brasileira pelo fator econômico, ou ainda pela desqualificação dos/as negros/as para a adesão ao trabalho assalariado, ocultando a racialização que fundamentou

a escolha. Autores como Furtado (2005) reiteram que a opção pelos/as imigrantes europeus/eias derivou da dispersão dos/as ex-escravizados/as, pois estes não estavam acostumados/as a receber mais que necessitavam para sobreviver, assim não eram capazes de aderir a uma rotina regular de trabalho.

Na perspectiva de Furtado (2005, p. 110), aos/as ex-escravizados/as restava uma participação passiva face às transformações econômicas do país, haja vista “seu limitado sistema de necessidades”. Outros autores, como aponta Martins (2016), a exemplo de Ianni (1966) e Fernandes (1978) também corroboram o pensamento acerca da “incapacidade dos/as ex-escravizados/as” de aderir ao trabalho livre, embora reconheçam em seus estudos que no pós-abolição os/as negros/as tenham enfrentado discriminação racial.

Martins (2016), entretanto, refuta o argumento da “incapacidade dos/as negros/as” ao apresentar as formulações de outros autores, como o Andrews (1978), que afirma que na virada do século XIX para o XX tanto afrobrasileiros/as como europeus(eias) adquiriam suas habilidades na experiência cotidiana de seus empregos, não havendo, portanto, incapacidade no domínio das técnicas de trabalho pelos/as afrobrasileiros/as. Ainda sob a perspectiva de Andrews (1978 apud Martins, 2016), muito antes da abolição da escravidão, em 1800, eram os/as negros/os os/as responsáveis pelos trabalhos na produção e exportação do café, pondo em questão mais uma vez o argumento da “incapacidade dos/as ex-escravizados/as”, principalmente porque esse argumento foi utilizado somente após a abolição da escravidão. Dessa maneira, a opção pela imigração europeia foi fundamentada na discriminação racial, e se os/as ex-escravizados/as fossem bem remunerados/as, não seria necessária a importação de outra força de trabalho.

Outro fator que deve ser considerado no debate sobre a opção pela imigração europeia, é o papel do Estado na formação de uma força de trabalho assalariada no Brasil. Martins (2016, p. 28) destaca que “é o Estado que direciona a formação de uma força de trabalho racialmente branca para compor o mercado de trabalho”. Assim, a mesma ‘mão estatal’, que interveio “no sentido de o novo mercado favorecer os imigrantes europeus”, também foi a que negou “assistência aos afrobrasileiros para que estes fizessem uma transição bem-sucedida da escravidão para liberdade” (Hanchard, 2001, apud Martins, 2016, p. 49).

A partir dos escritos de Theodoro (2008) aprofunda a análise acerca da transição do trabalho escravo para o trabalho livre e assalariado ao demonstrar que o mesmo não ocorreu de maneira uniforme em todo o país, mas que esse processo foi marcado por diferenças regionais. Para o autor, os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais concentravam um alto dinamismo econômico em função da produção de café e da indústria nascente. Conhecida como Zona da Mata, a região agregou quantitativo expressivo de escravizados/a), tendo em vista a necessidade mão de obra. Após a proibição do tráfico em 1850, a força de trabalho escravizada foi substituída pela imigrante europeia.

No Nordeste essa substituição também ocorreu de maneira diversificada, haja vista que a região fornecia mão de obra escravizada para os estados do Centro-Sul e ainda em 1850 a região substituiu a força de trabalho escravizada pela assalariada, como salienta Theodoro (2008). Os/as trabalhadores/as livres, após a abolição, foram incorporados/as aos postos de trabalhos deixados pelos/as ex-escravizados/as levados/as para a região Centro-Sul. Assim, não houve a possibilidade para os/as libertos/as da região Nordeste de optar por outro tipo de trabalho em virtude de dois problemas: “de um lado, a grande distância das regiões de fron-

teira da economia de subsistência e, de outro, as regiões urbanas, que já apresentavam problemas em decorrência dos excedentes de população” (Theodoro, 2008, p. 26). Logo, nos estados onde a economia era mais dinâmica houve a incorporação da força de trabalho dos imigrantes europeus e a consequente exclusão dos/as ex-escravizados/as, restando para esses/as trabalhos em setores economicamente menos dinâmicos, como áreas rurais e em trabalhos temporários nas cidades.

A opção pela imigração europeia, nas regiões economicamente mais promissoras, colocou à margem os/as ex-escravizados/as, que ficaram subordinados/as as mais diversas formas de precarização. É justamente nesse ponto onde a questão racial e a questão social na particularidade brasileira se imbricam, pois como aponta Martins (2016, p. 32), “[é] na transição para o trabalho livre no país, [que se encontra] o germe do que se considerará desemprego no Brasil”.

2.2 A questão social e as determinações do processo de escravidão no Brasil

Para entendermos como se dá a articulação entre questão social, questão racial e criminalização da população negra, torna-se fundamental apreendermos, ainda que sinteticamente, quais as determinações que dão base socio-histórica a questão social, sobretudo ao considerarmos a particularidade brasileira. Nesses termos, partimos das contribuições de Yamamoto, para quem, a questão social é compreendida como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a pro-

dução social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 2012, p. 27).

E ainda que incorra em diferentes apropriações, a base desse conceito em relação à questão social parece unânime na literatura do Serviço Social. Entretanto, consideramos necessário inserir nesse debate as formulações de autores/as que discutem a questão social vinculada à questão racial no Brasil, uma vez que o passado escravocrata incidiu diretamente na conformação da questão social.

Assim, como foi explicitado, o capitalismo no Brasil teve contornos particulares, e de acordo com Ianni (1992, p. 63), o capitalismo brasileiro seria com um “presente que se acha impregnado de vários passados”, considerando a transição lenta do modo de produção com base escravista para o assalariado. Ianni (1992) utiliza o conceito de desenvolvimento desigual e combinado para a análise, uma vez que o capitalismo no Brasil se configurou através de uma formação social contraditória e irregular que parecia refletir heranças de diversas épocas.

Logo, não houve o rompimento estrutural com a ordem escravocrata do passado, muito menos um comprometimento da burguesia com os/as ex-escravizados/as, que estando à margem da sociedade e sem assistência estatal foram submetidos/as aos mais variados tipos de trabalhos degradantes. De acordo com Fernandes (1987), a opção pela imigração europeia e a consequente marginalização da força de trabalho dos/as ex-escravizados/as funcionou com uma extensão do trabalho escravo no Brasil.

Retomando a transição do trabalho escravizado para o trabalho assalariado como o embrião do desemprego no Brasil, Mar-

tins (2016) explicita que foram os/as negros/as recém libertos(as) os/as primeiros/as a experimentarem os efeitos das expressões da questão social, o próprio desemprego, a informalidade e as precarizações das relações trabalhistas. E a condição dos/as negros/as não foi alterada nem mesmo no processo de industrialização do país, onde os/as imigrantes europeus continuaram sendo priorizados/as no trabalho fabril, restando para os/as negros/as trabalhos domésticos, inclusive eles/as foram responsáveis por criar muitas fontes de trabalhos⁴, como vendedores/as de jornal, carregadores/as de lenhas e engraxates, por exemplo.

Dessa maneira, pensar a questão social vinculada à questão racial pressupõe demonstrar como o desenvolvimento do capitalismo brasileiro subordinou a população negra no pós-abolição à condição de superexploração, uma vez que o racismo garantiu a participação dessa parcela na “reserva de força de trabalho barata e susceptível às ocupações física, política e economicamente degradantes” (Martins, 2016, p. 36).

Assim, conformando o “exército industrial de reserva” (Marx, 2013) em suas particularidades brasileiras, os/as negros/as inseriram-se apenas nas atividades produtivas que não estavam sendo ocupadas pelos/as imigrantes europeus/eias, como o trabalho de extração da borracha no Nordeste, entre os anos de 1877 e 1887. Martins (2016) destaca que essas atividades produtivas precarizadas são essenciais para a extração da mais-valia pelos países imperialistas, pois não existia a possibilidade de as pessoas que exerciam essas atividades buscarem outra atividade melhor remunerada.

⁴ Andrews, George, Reid. **Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1998, p. 114. Nessa obra Andrews detalha as diversas fontes de trabalho criadas pelos/as negros/as, tendo em vista a não integração deles(as) no mercado formal em São Paulo.

Essa precarização das “opções” de trabalho e condições de vida da população negra no Brasil se estende até os dias atuais, evidenciando que a racialização é um fator determinante na hierarquia social no país. Não foi por acaso que 75% das pessoas que viviam abaixo da linha da pobreza no Brasil em 2019 autodeclaravam-se pretas ou pardas (IBGE, 2019), conformando, dessa forma, indivíduos majoritariamente negros(as). Portanto, é necessário que a discussão da questão social esteja relacionada com questão racial, considerando as particularidades da formação social e econômica do Brasil. Como destaca Martins (2016, p. 43) acerca do/a trabalhador/a negro/a brasileiro/a:

Trata-se de trabalhador com história de vida e de trabalho carregada de determinações econômicas, políticas e culturais, que, por sua vez, foram determinadas pelo padrão de desenvolvimento capitalista no país. Sem dúvida, os impactos dessas determinações se fazem mostrar nas suas desigualdades sociais, de classe, de gênero e étnico-raciais [...] (Martins, 2016, p. 43).

Cumprе destacar que essa classe trabalhadora constituída no Brasil, cujos segmentos marginalizados estruturam-se a partir de brutal segregação racial, forjou-se à base da violência, da disciplina e da punição, conforme semelhança que sustentou o processo de acumulação capitalista (Marx, 2013). Tais elementos operaram como mecanismos de controle dessa população, enquanto suposta “classe perigosa”, desde as revoltas escravagistas às potenciais resistências de trabalhadores/as assalariados/as organizados/as. Esse processo estruturou-se a partir do protagonismo estatal, sobretudo pela montagem de robusto sistema de justiça criminal, que, se metamorfoseando ao longo da formação

sócio-histórica do Brasil, funcionou/a como importante sustentáculo do desenvolvimento capitalista e de controle sobre trabalhadores/as, em sua maioria negros/as.

2.3 Processo histórico da constituição do sistema de justiça criminal no Brasil

Conforme as formulações de Borges (2019), a origem do sistema de justiça criminal brasileiro tinha suas raízes punitivistas. As Ordenações Filipinas traziam a lógica do direito privado nas relações entre escravizados/as e senhores, assim, existiam penas diferenciadas para pessoas escravizadas e livres. As execuções públicas ocorriam para os crimes considerados traição à coroa, como revoltas e quilombos, por exemplo. Flauzina (2006) sublinha que essas Ordenações compreenderam um conjunto de práticas que efetivaram a criminalização, embora no âmbito do direito privado, no Brasil colonial.

O livro V das Ordenações Filipinas tratava dos atos passíveis de punições, que no caso dos(as) escravizados(as) eram acrescidos do racismo, a exemplo do artigo 62º: “[era] apenado com pena de furto o indivíduo que achando um escravo fugido não reporta[sse] a descoberta em quinze dias ao seu senhor ou autoridade competente” (Flauzina, 2006, p. 47). O patriarcado também era um elemento presente nos postulados do Livro V, como aponta Flauzina (2006, p. 47): “no art. 38, por exemplo, o marido [era] autorizado a matar a mulher em caso de adultério”.

Flauzina (2008) salienta que, apesar do caráter punitivo físico do sistema justiça colonial, que teve seu marco nas Ordenações Filipinas e atingia os/as escravizados/as, o foco desse sistema era gerir a vida das pessoas mais vulneráveis. E é nesse

ponto que o método de Lynch foi bastante eficaz para a “difusão do medo e de seu papel desarticulador” com vista à “naturalização da subalternidade” (Flauzina, 2006, p. 50).

Alves (2015) demonstra que em 1827 foi fundado o primeiro curso de Direito do Brasil e o objetivo era criar no país uma instituição jurídica criminal reproduzindo a ideologia europeia. A autora destaca que o grupo de intelectuais era composto por homens jovens da aristocracia, revelando a quem eram destinados os cargos no sistema de justiça.

Conforme Borges (2019), em 1830 foi publicada a Lei Criminal, e apesar de essa lei surgir no momento em que o país era pressionado para extinguir o tráfico de escravos, não alterou em nada o caráter punitivista anterior, pois os/as escravizados/as recebiam punições físicas e eram devolvidos/as para seus senhores. Assim, ao Judiciário não cabia intervir sobre a propriedade privada. No entanto, havia o interesse em criminalizar as revoltas dos/as escravizados/as que clamavam pela abolição, gerando tensão entre os proprietários e o Estado, uma vez que esse movimento se configuraria como uma violação da propriedade privada.

Borges (2019, p. 71) completa: “a organização do Direito no Brasil acontece nessa relação de salvaguarda do patrimônio, bens e não de garantia de direitos a cidadãos”. Nesse período, de acordo com Borges (2019), já havia um esforço de relacionar o/a escravizado/a com a criminalidade. Flauzina (2006) enfatiza que essa Lei Criminal revogou penas consideradas cruéis para alguns segmentos da população, no entanto, esses benefícios não se estenderam para os/as escravizados/as, ao contrário, o artigo 113 previa pena de morte dos líderes dos movimentos anti-sistêmicos considerados “insurreição”. Outro ponto contraditório que expressa à seletividade racial na definição de penas no Brasil

Império está no artigo 179, que condenava todos/as aqueles/as que escravizassem uma pessoa considerada livre. Todavia, ainda existia escravização das pessoas negras. Esse artigo da Lei Criminal reitera a lógica de coisificação dos/as escravizados/as, que tinham suas punições definidas a partir do direito privado.

Flauzina (2006) chama a atenção para o fato de que a partir dessas alterações jurídicas, as punições vão se deslocando do âmbito privado para o público em face da urbanização das capitais, a exemplo do Rio de Janeiro, que em 1849 tinha mais de 48% dos seus habitantes constituídos de escravizados(as). Desse modo, era necessário ampliar o controle sobre a massa de escravizados(as) e libertos(as) para que juntos não articulassem movimentos que colocassem em perigo não só o sistema imperial escravista, mas a própria supremacia da elite branca. Decretos que restringiram o direito de mobilidade dos/as negros/as na cidade foram promulgados: “o art. 1º do Decreto de 20 de março 1829 determinava que os escravizados que estivessem nas ruas sem uma cédula devidamente assinada pelo seu senhor, seriam presos e castigados pelo seu proprietário”. Essas restrições também se estendiam aos/as negros/as livres: “no art. 3º do mesmo Decreto, os pretos forros deveriam solicitar passaporte junto a um Juiz de Paz ou Criminal que, a seu arbítrio, concederia ou não a liberação” (Flauzina, 2006, p. 56).

Assim, as reformas que se seguiram entre 1841 e 1871 instituíram e aprofundaram a estrutura policial, conferindo poder de cisão em relação a crimes considerados leves. A segunda reforma ocorreu no mesmo ano da aprovação da Lei do Ventre Livre, simultaneidade que explica o interesse de associar os/as negros/as à criminalização. Borges (2019) aponta que os dados disponíveis na época já demonstravam que havia uma seletividade penal atuante no sistema de justiça criminal. Dois relatórios da Provín-

cia de São Paulo de 1871 evidenciam o aumento dessa seletividade penal. No primeiro constava que 6,68% (26 de 389) dos réus eram escravizados/as e no segundo 39,04% (114 de 292) eram escravizados/as. Esse aumento expressivo de réus/és escravizados/as revela que havia uma intensa vigilância sobre a população escravizada, que naquele período tinha um contingente de pessoas maior do que o de pessoas livres.

Borges (2019) ressalta que essa vigilância era justificada sob o discurso de promover a ordem social. A repressão chegou a proibir encontros que fossem considerados “suspeitos”. Assim:

Os cultos de origem africana, vistos como espaços potenciais de reunião foram proibidos sob o argumento de que perturbavam a ordem pública. Diversas eram as leis municipais que estabeleciam e vedavam a livre circulação de escravizados ou libertos, estabeleciam necessidade de passe para os já libertos e que, em alguns casos, até proibiam direito de adquirir imóvel e propriedade (Borges, 2019, p. 75).

Flauzina (2006) menciona uma série de leis municipais aprovadas que objetivavam restringir a circulação da população negra nas cidades, explicitando o controle público sobre as atividades nas quais esse segmento poderia realizar bem como quais os espaços que lhes era permitido ocupar. A autora exemplifica algumas dessas leis criminalizantes, como

[...] a Lei nº 1.030 de 1876 da Câmara Municipal de São João do Monte Negro, por exemplo, vedava aos escravos vender ou administrar nas casas públicas de negócio, configurando uma restrição no acesso a certos postos no mercado de trabalho. Nessa mesma lei, havia uma vedação expres-

sa aos escravos de serem proprietários de imóveis, sendo multada a pessoa que vendesse o local. A Câmara Municipal de Santo Amaro, pela Lei nº 1.420 de 1883, controlava a circulação dos escravos, prendendo por doze horas, aquele que estivessem nas ruas após o toque de recolher sem a devida autorização de seus senhores. Por fim, a Lei nº 454 de 1860 da Câmara Municipal de Alegrete, vedava aos escravos viverem longe do jugo dos seus senhores dentro das cidades e seus subúrbios, sem a devida autorização da autoridade policial (Flauzina, 2006, p. 58).

Ou seja, trata-se de considerar que a lógica racializada que permeou/a a estruturação do Estado brasileiro, encontra respaldo em robusto aparato jurídico-administrativo, responsável pelo estabelecimento de um processo institucional de segregação racial. Tal situação prolongou-se ao longo do Brasil-República com desdobramentos estruturais, como veremos a seguir.

Flauzina (2006) demarca também que o Código Penal de 1890 se configurou como uma atualização do Código Criminal do Império, mas sem mudanças significativas, simbolizando a nova política e os “ventos republicanos”. Contudo, houve o incremento de legislações que continuavam a cercear o direito de ir e vir da população negra, público-alvo “preferido” da elite. Dessa forma,

[...] em 1893, o Decreto nº 145 de 11 de junho, determinava a prisão “correcional” de mendigos válidos, vagabundos ou vadios, capoeiras e desordeiros” em colônias fundadas pela União ou pelos Estados. Destinado aos mesmos setores, o Decreto nº 3.475 de 4 de novembro de 1899, negava o direito à fiança aos réus “vagabundos ou sem domicílios”. (Flauzina, 2006, p. 58).

Borges (2019) corrobora e ressalta que:

A capoeiragem, por exemplo, foi inserida no Código Penal Brasileiro, em 1890, intensificando ainda mais o controle social sobre negros. Além disso, um conjunto de leis foram sendo promulgadas e intensificadas, criminalizando a cultura afro-brasileira como o samba e os batuques, as religiões, as reuniões musicais que passaram a ter que ser registradas nas delegacias e sofriam forte repressão (Borges, 2019, p. 81).

Na passagem para o século XX continuaram a edição e aplicação de leis que visavam o controle dos seguimentos sociais marginalizados com ênfase do enquadramento dessas pessoas em leis criminalizantes que as impediam do acesso a direitos civis e sociais. Flauzina (2006) demonstra algumas dessas legislações:

Lei 4.242, de 5 de janeiro de 1921, que fixou a inimputabilidade penal aos 14 anos e autorizou a criação de um serviço assistencial às crianças abandonadas e delinquentes, abriu caminho para a promulgação do Código de Menores em 1927. Na esfera da criminalização do anarquismo, destacamos o Decreto nº 5.221, de 12 de agosto de 1927 que previa a interdição de agremiações e sindicatos e o decreto nº 4.269 de 17 de janeiro de 1921 que, dentre outras coisas, criminalizava a apologia do anarquismo ou o elogio aos anarquistas. Além disso, o mesmo decreto de 1927 disciplinava o delito da greve, tornando-o inafiançável. Por fim, vale a pena destacar o Decreto nº 5.484 de 27 de junho de 1928 que aumentava a pena de determinados delitos cometidos contra os índios, que deveriam ser considerados sempre como praticados de um superior contra um inferior (Flauzina, 2006, p. 69).

E mesmo no período republicano⁵ não houve mudanças no sistema de justiça criminal brasileiro. Ao contrário, foram incorporadas novas formas de cerceamento da liberdade dos/as negros/as, como o incremento do poder policial, que agora poderia prender com base em valores morais e raciais aquele/a que se enquadrasse como praticante de “vadiagem”. Nesse período as mulheres negras exerciam atividades de domésticas, passeadeiras e outras atividades baseadas na superexploração.

E aos homens negros sobrava, portanto, o enquadramento nessas leis criminalizadoras. Não se tratava, portanto, de uma preocupação com algum crime. Mas aqui entra a articulação entre um sistema de justiça criminal que passa a pretensão de previsibilidade somado à ideologia racista de um país como o Brasil. Criminalizar a “vagabundagem” é uma abertura para todo tipo de criminalização. O que é vagabundagem? E quem a pratica? Qual é o indivíduo sem ocupação em uma sociedade que branqueou a força de trabalho livre? As elaborações desse período são um marco da racialização da criminologia brasileira aliada a uma forte repressão e tendo na polícia uma instituição de repressão sob essas mesmas premissas teóricas. (Borges, 2019, p. 84).

Ainda nesse período, sob a ideologia das teorias eugenistas que afirmavam existir um determinismo biológico que inferiorizava os/as negros/as, outros decretos criminalizantes foram pro-

⁵ O período republicano inicia-se a partir do declínio da Monarquia em 1889 e a instauração da chamada República Velha. O início da República contou com o apoio das elites que visavam recuperar os lucros perdidos com a abolição da escravidão.

mulgados. Santana (2019) destaca que a teoria lombrosiana⁶ foi fundamental nesse processo. A teoria de lombrosiana alcançou diversos seguidores no Brasil, a exemplo de Nina Rodrigues⁷, conhecido por afirmar a superioridade da raça branca e a inferioridade da raça negra. Nina é autor de livros que, tal como a teoria lombrosiana, relacionava as características biológicas negras como preponderantes nas condutas criminais.

Albuquerque e Carvalho (2019, p. 93) destacam que se a ideologia racista serviu como justificativa para garantir a escravidão, uma vez que negros/as não seriam seres humanos, no pós-abolição a ideologia racista seguiu se perpetuando, mas envernizada de uma suposta “cientificidade” “cujo argumento era de ‘melhoramento’ da nação, diga-se, de branqueamento do país por meio de políticas de higiene social e moral”.

É justamente nesse período, entre os anos de 1920 e 1930, que, conforme salienta Flauzina (2006, p. 74), o mito da “democracia racial” vai sendo conformado no Brasil, como uma estratégia da elite de republicana de criar uma boa imagem acerca das relações raciais no país. O mito da “democracia racial” consistiu em uma simbologia adotada pela elite brasileira com o intuito de caracterizar as supostas relações raciais amistosas no país. Porém, essa ideia forjada de “paraíso racial”, ocultava “uma estratégia de inviabilização social do segmento negro”.

⁶ De acordo com Santana (2019), Cesare lombroso foi um dos fundadores da Escola Positivista e o responsável pela fase antropológica da criminologia italiana e pela teoria lombrosiana, na qual relacionou os comportamentos sociais daqueles considerados delinquentes com características físicas e biológicas. Assim, pessoas que possuíam tatuagens ou que possuísem um formato de crânio mais achatado, geralmente pessoas negras, eram classificadas como inferiores e delinquentes natos.

⁷ Conforme Santana (2019, p. 233): Raimundo Nina Rodrigues foi um médico legista, psiquiatra e antropólogo. Nina Rodrigues foi um dos introdutores da antropologia criminal, da antropometria e da frenologia no país. Em 1899 publicou *Mestiçagem, degenerescência e crime*, procurando provar suas teses sobre a degenerescência e as tendências ao crime dos negros e mestiços.

Em relação ao sistema de justiça criminal característico do período, o Código de 1940 aparece como um produto mais afinado em comparação com os códigos anteriores, consequência direta da série de transformações econômicas e sociais vivenciadas pelo país nas décadas anteriores. Desse modo,

O Código Criminal de 1940 é o reflexo de toda essa enxurrada de transformações que atravessaram a década anterior. Neste sentido, está em consonância com os apelos de um Estado previdenciário alinhado com às exigências do bem-estar, além de fortemente influenciado por um tecnicismo jurídico, que, circunscrevendo à atividade do jurista à elaboração e interpretação dos tipos penais, serve necessariamente aos propósitos da democracia racial, na medida em que promove a assepsia completa da raça no texto legal e isola o escopo normativo das práticas por ele desencadeadas e sustentadas, impedindo, por consequência, uma visão global do sistema em que o racismo emerge como base fundamental (Flauzina, 2006, p.75).

Flauzina (2006) também destaca que o Estado brasileiro no período republicano tentou apagar todos os vestígios explícitos da programação criminalizante abertamente racista, haja vista a simbologia da “democracia racial”. Assim, houve a intenção de camuflar o racismo operante na criminalização, mas sem deixar de criminalizar e punir os corpos negros através, e principalmente, da polícia. Essa forma de atuação estatal ajudava a manter a imagem do sistema, de benigna e harmônica racialmente, ao mesmo tempo em que continuava a controlar e exterminar a população negra.

Destacam-se também algumas leis aprovadas no período posterior ao Código de 1940 que tinham relação com a tentativa do Estado republicano de demonstrar apoio à população negra, ao passo em que ocultava face penal seletiva, objetivando res-

guardar a imagem do sistema (Flauzina, 2006). De acordo com a autora:

Dentro desse escopo legislativo, podemos citar exemplificativamente, a Lei nº 1390 de 3 de junho de 1951, famosa Lei Afonso Arinos, que elenca contravenções penais relativas à discriminação racial, a Lei nº 2252 de 1º de julho de 1954 que criminalizou a indução de menor à prática de crime e a Lei nº 2.889 de 1º de outubro de 1956, que criminalizou o genocídio (Flauzina, 2006, p. 76).

É contraditório pensar que um Estado pautado fundamentalmente sobre o racismo estivesse protegendo o segmento populacional “alvo” da sua própria atuação. Essa resposta estatal se deve muito mais a frente resistente dos movimentos sociais, especialmente o movimento negro, do que de uma suposta tomada de consciência por parte do Estado republicano brasileiro. No entanto, essas legislações acima descritas pavimentaram o caminho para que outras conquistas viessem mais tarde, a exemplo da própria Constituição de 1988 e da Lei nº 7.716/1989, que criminalizou o racismo. E outras legislações como a Lei nº 12.288/2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial e a Lei 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas. As análises de Flauzina (2006) apontam que:

[...] o Estado acolhe as pressões do movimento negro a partir do Direito Penal pelo simples fato de que os efeitos de tais postulações serão necessariamente inócuos. São inócuos porque o Direito Penal, ao contrário dos demais ramos do Direito, é um campo da negatividade e da repressão, não se constituindo enquanto espaço para a promoção de interesse emancipatório. Além disso, e mais impor-

tante, o Direito penal se materializa pelo sistema penal. E como engrenagem que toma o racismo como pressuposto de sua atuação, o sistema é um espaço comprometido, inadequado e incapaz de gerir as demandas a partir de uma perspectiva de igualdade, a exemplo do que ocorre com as demandas femininas. Esse é o campo por excelência de vulnerabilização e não de resguardo dos interesses da população negra (Flauzina, 2006, p. 77).

Flauzina (2006) destaca ainda que, mesmo diante de tantas demandas urgentes da população negra brasileira, como acesso à saúde e à educação, o Estado se limitou apenas a incorporar demandas relativas à discriminação racial ao campo do Direito Penal, porque

o racismo é a variável que regula a atuação do sistema, diz da intensidade de suas intervenções, formata, enfim, a metodologia desse aparato de controle social. Sem o racismo, digamos de maneira direta, o sistema penal passa a ser qualquer outra coisa, mas deixa simplesmente de ser sistema penal, desde uma concepção que adotamos. Está aí toda a incongruência das postulações que visam resguardar os direitos da população negra por dentro desse aparato: está se procurando abrigo justamente no lugar em que o racismo tem umas de suas principais fontes de sustentação (Flauzina, 2006, p. 78).

Nos anos seguintes, a criminalização continuou avançando. Houve intensa criminalização das religiões de matrizes africanas no período da ditadura militar empresarial-militar. No entanto, houve um esforço para atribuir outras características criminalizantes que não fossem as raciais, com o intuito de associar a cri-

minalidade com a pobreza. Borges (2019, p. 85), exemplifica com um decreto promulgado na ditadura militar brasileira:

O Decreto-Lei nº 134, de 13 de maio de 1967, disciplina sobre segurança nacional legitimando o estado de exceção. Com isso, garante-se a continuidade das engrenagens raciais de opressão com o argumento de repressão ao elemento subversivo, ou seja, podemos imaginar como um decreto que legitima o estado de exceção chega para populações que já viviam na constante suspensão de direitos (Borges, 2019, p. 85).

Flauzina (2006) aponta que na ditadura militar a criminalização estava centrada no incremento do aparato policial com vistas à repressão de cunho político, resultando em legislações como a Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, que tratava de penas relativas à prisão perpétua e a morte, e o Decreto Lei nº 314, de 13 de maio de 1967, que tratava da segurança nacional com a desculpa de que o Estado estaria sob ameaça de ataques vindos de grupos violentos. Todos/as aqueles/as que fossem acusados/as de práticas “subversivas” eram tipificados nessas legislações autoritárias e violentas.

O sistema penal republicano passou ainda por mais uma reforma no seu Código Criminal em 1984, todavia, manteve a essência do Código de 1940. Entre as principais mudanças que ocorreram, Flauzina (2006, p. 82) destaca a “quase integral unificação das penas privativas de liberdade e a estipulação dos regimes de cumprimentos (fechado, semi-aberto e aberto) e a extinção das medidas de segurança para os inimputáveis”. Dessa forma, as alterações foram superficiais e primaram por manter a estrutura típica dos demais Códigos que conformaram o Código

de 1940. Assim, o sistema penal de 1984 preservou consubstancialmente a herança colonial e imperial que pune seletivamente corpos negros e periféricos.

Nesses termos, o peso punitivo que ainda recai majoritariamente sobre a população negra não corresponde a uma mera accidentalidade, mas trata-se da reatualização permanente do genocídio negro, praticado ao longo de séculos, como demonstrou Nascimento (2016). Nos seguintes, mesmo após a abertura democrática, a partir de a 1985, e a instauração de uma nova Constituição, em 1988, não foram(são) suficientes para mitigar a volúpia do Estado (racista) brasileiro. O “encarceramento em massa” de jovens e adultos, a ampliação de mecanismos de monitoramento eletrônico, e o extermínio, sobretudo com a participação de agentes do Estado, dentre outras formas de controle sobre a população negra, tem correspondido, portanto, à lógica punitivo-racial que vem conformando a constituição do próprio Estado brasileiro e de suas instituições, como o aparato policial e o sistema de justiça criminal.

3 À GUIA DE CONCLUSÃO

Vimos que apreender a criminalização da população negra brasileira perpassa pela reflexão acerca dos desdobramentos das conexões estruturais entre questão social e racial no Brasil, e suas determinações que incidem majoritariamente nessa parcela da população, que também está sobrerepresentada nos indicadores que revelam outras expressões da questão social, como a violência, a pobreza e o encarceramento (resultado mais direto dessa criminalização). A criminalização tem na racialização um suporte estrutural, resultado direto do processo de escravidão

que durou mais de 300 anos e que na transição do trabalho escravizado para o trabalho assalariado impactou na marginalização da população negra que, impossibilitados de se tornarem assalariados, uma vez que houve uma política institucional de importação de força de trabalho, ficaram às margens do processo produtivo do capitalismo brasileiro tardio e foram enquadrados nas leis criminalizantes, que ao longo dos séculos foram aprimoradas e que criaram no senso comum estereótipos que associam às pessoas negras, em especial homens, a criminalidade.

Com os “ventos republicanos” esse processo foi agudizado através de legislações que cerceavam o acesso da população marginalizada aos direitos civis, políticos e sociais, com destaque para a tentativa do Estado brasileiro de negar, por meio do mito da “democracia racial”, toda programação criminal seletiva que enquadrava a população negra desde o pós-abolição e suas relações com o racismo estrutural operante na sociedade. A ditadura empresarial-militar foi outro marco importante na história do Brasil e deu início a uma nova etapa da criminalização da população negra, pois a repressão contou com um intenso aparato policial que nos anos seguintes, com a redemocratização do país, e mundialmente com o neoliberalismo, assume uma função central para o controle sociorracial efetivado pelo “Estado Punitivo”, que hiperinflou os sistemas carcerários mundo a fora.

No início dos anos 1990 a população carcerária do Brasil era de pouco mais de 90 mil pessoas. Em 2021 esse número cresceu para 759.518 pessoas, com taxa de 358,7%, colocando o Brasil entre os países que mais encarceram no mundo e tendo um perfil conformado: em sua maioria homens (95%), negros (66,3%), com idades entre os 18 e 24 anos (24,60%), solteiros (57%) e com ensino fundamental incompleto (47%), de acordo com o FBSP (2021). Conforme demonstramos no presente texto, tais dados mais do que refleti-

rem estatísticas, revelam o peso estrutural do contínuo processo de criminalização da população negra, e que, pela via punitiva, reorganiza as conexões estruturais entre questão social e questão racial sob as particularidades do capitalismo no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVES, Enedina do Amparo. **Rés negras, Judiciário branco**: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulista. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2018/06/pesquisa-negras-presas-enedina-do-amparo-alves.pdf>. Acesso em 25. Mai. 2021.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A integração do Negro na Sociedade de Classes**. 3ª ed. V. 1. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-graduação em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/5117>. Acesso em: 08 Set. 2021.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, 2021. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, 2023. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>.

FURTADO, Celso. **A Formação Econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Nacional, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

IANNI, Octávio. **Raças e Classes no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amstras de Domicílios Contínua 2019**. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaque_PNAD_continua_2012_2019/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2019.pdf.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. **Racismo no mercado de trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da 'questão social' no Brasil**. 2012. Tese (Programa de Pós-graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10708>. Acesso em: nov. 2021.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. **Questão étnico-racial: seus nexos com o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira**. In: GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos; MARTINS, Tereza Cristina Santos; SANTOS, Vera Núbia (org.). **Temas contemporâneos no Serviço Social: um convite à reflexão**. São Cristóvão: Editora UFS, 2016, p. 21- 47.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 5ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi / Fundação Maurício Grabois, 2014.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3ª ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

SANTANA, Bethânia Silva. A estigmatização do negro como delinquente e o sistema carcerário brasileiro. **Liberdades**, São Paulo, n. 27, p. 230-243, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/publicacoes/redirecionaLeituraPDF/7529>. Acesso em: 22 out. 2021.

THEODORO, Mário. A Formação do Mercado de Trabalho e a Questão Racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (org.). **As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008, p. 15- 43.

Reforma Agrária Popular e Questão Étnica Racial nas Pesquisas e Produção do Conhecimento do Serviço Social

Taiane Almeida do Nascimento

1 INTRODUÇÃO

No pluralismo de ideias sobre a consciência da vida social e profissional, podem ser respeitadas as diversas condições sociais que se apresentam nas demandas das políticas públicas pelos povos do campo. Cumpre registrar que, esse pluralismo não se confunde com um ecletismo, que mistura ideias incoerentes e inibi a luta de ideias (Netto, 2006b). Haja vista que a luta pela efetividade do emergente do projeto profissional, no qual perpassa a perspectiva ético-político acerca da defesa da reforma agrária pelo serviço social, requer valores democráticos e ruptura com o conservadorismo profissional, o qual se caracterizou desde a ditadura civil-militar. Assim, os elementos do projeto profissional para reforma agrária no serviço social requerem esforços da formação profissional, da categoria para a defesa da democracia no enfrentamento das expressões da questão agrária como particularidade da questão social.

Essas propensões são um processo contínuo, que são flexíveis, mas não se descaracterizaram em meio aos desafios profissionais para a efetivação do projeto ético-político e sua relação

com a reforma agrária. O projeto ético-político do serviço social tem historicamente a liberdade como valor ético central, compreendida como a possibilidade de escolher dentre às sucessões de coisas que se tecem na realidade social. Para tanto, requereu o compromisso com a autonomia, a plena expansão dos indivíduos sociais, como ratifica o Código de Ética Profissional de 1993. Destaca-se Netto (1999) ao sedimentar o “projeto profissional vinculado a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.” (Netto, 1999, p. 104-5).

A economia agroexportadora segue crescendo, em que os 80% da produção do agronegócio são destinados ao mercado de *commodities* agrícolas, portanto, é o capital financeiro o real beneficiário do agro. Enquanto as riquezas concentraram-se nas mãos do agronegócio, os antagonismos entre as classes sociais expressaram as intensas desigualdades em nosso País. Propaga-se a ideia de que a política social é a de um país sem miséria, no entanto, os dados apresentados pelo IBGE (2017) revelam que 50% da população brasileira vivem com muito menos que um salário-mínimo, e segundo dados do Banco Mundial, cerca de 24% dos brasileiros vivem com US\$ 5,5 por dia ou 348 reais/mês, sendo que 43,5% dessa população em situação de pobreza estão concentradas no Nordeste e 43, 1%, no Norte (IBGE, 2017).

Essas desigualdades sociais são frequentes nas regiões norte e nordestes e se aprofundam quando se trata das questões de raça e etnia, que engessam o País, que bate recordes de exportação de alimentos da agricultura e até aviões. Enquanto, uma grande parte da população brasileira não tem como se alimentar, não possui moradia, para investir na educação dos filhos criá-los, desprovidos de condições dignas de vida e de expectativa de ascensão social ou de ruptura com ciclo de miséria.

2 QUESTÃO AGRÁRIA, REFORMA AGRÁRIA E QUESTÃO ÉTNICA-RACIAL NO SERVIÇO SOCIAL À LUZ DOS FUNDAMENTOS DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Para situar o tema no debate do Serviço Social brasileiro em sua direção teórica analítica, partimos dos fundamentos da ordem capitalista. Logo, para adentrar nos fundamentos da reforma agrária, a base teórica tem raízes fincadas em determinantes teóricos e sócio-históricos em que na obra 'O Capital' - A chamada Acumulação Capitalista, tomamos como ponto de partida de que

O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas [Marx, s/d, 341-342) [...].

A partir daí, apreendemos determinantes que fizeram presentes nas teses que trataram os fundamentos teóricos da reforma agrária, na qual podemos encontrar em sua natureza a propriedade da terra no modo de produção capitalista. Logo, a natureza, fonte de riqueza, não produz valor em si mesmo, sendo então necessário o capital apropriar-se da referida riqueza, a fim de criar outro capital a partir da renda da terra. Tal capital é a

expressão econômica da apropriação privada da terra no sistema capitalista.

Assim, esta contrarreação de produção é a propriedade capitalista da terra, ou seja, esta é a forma de propriedade criada pelo capital na agricultura a fim de acumular e reproduzir riqueza, portanto, a reforma agrária, à luz dessa abordagem analítica, somente poderá ocorrer se alterar os fundamentos do sistema capitalista, uma vez que está na raiz das estruturas da ordem burguesa.

Coube destacar que as formas de uso e apropriação da terra foram mutáveis, não são eternas, porém, históricas, configurando-se, portanto, conforme a característica de cada modo de produção. Em seus estudos, Karl Marx trouxe importantes contribuições a tratar a propriedade da terra nas formas econômicas pré-capitalistas e capitalista, daí apreender que a propriedade privada dos meios de produção constituiu o fundamento da sociedade capitalista. Logo, a terra é um meio de produção, fonte de riqueza na qual, no processo de expansão do capital, submete-se às leis da acumulação e reprodução capitalista.

No interior desse debate, a categoria questão agrária está ligada ao processo de desenvolvimento brasileiro desde as capitânicas hereditárias, nos ciclos econômicos exemplo, do açúcar, café e mineração até os dias atuais, pois o conflito social nas áreas rurais está enraizado na concentração da terra, exclusão social dos camponeses e camponesas e pequenos agricultores/as (Mattei, 2013). Embora a categoria teórica não está explicitada na obra de Marx, porém o debate emerge quando o referido autor analisa a propriedade capitalista da terra na formação da moderna sociedade burguesa e buscou de eliminar os pilares do feudalismo na França por meio da “exploração da propriedade fundiária parcelada” (Marx, 2011, p.26), da competitividade e liberação das forças

produtivas para além das esferas nacionais e gerou o desenvolvimento capitalista no campo pela sua expressão econômica, que é renda fundiária, ou seja,

O processo peculiar da lei do valor na agricultura em que a mais-valia gerada na exploração da terra depois de sucessivas transformações se divide em lucro em renda fundiária. O ponto crucial de sua análise é a propriedade capitalista da terra. Para Marx a exploração capitalista da agricultura está referida à totalidade das relações sociais e nesta totalidade a compreensão da forma e do conteúdo da propriedade privada desse meio de produção – a terra – na sociedade capitalista é fundamental...[...] sem essa análise fica difícil compreender como a reforma agrária [...] transferência massiva da propriedade da terra de uma classe social para outra. (Acuña, 2009, p.17.)

Destarte, questão agrária em Marx (2011) referiu-se a campo das lutas de classes, com suas peculiaridades no espaço e no tempo. Em linhas gerais, tratou-se da oposição entre latifundiários e capitalistas industriais e financeiros pela apropriação ou diminuição da renda da terra, sendo em outro momento apreendida como o processo de expropriação da pequena produção e de outro contexto, a reprodução da propriedade familiar. Certamente, estes momentos fizeram parte de uma totalidade na qual foi preciso indissociar do Estado e as particularidades no confronto de classes.

No quadro panorâmico do capitalismo contemporâneo, à luz das categorias analíticas da economia política e suas mediações históricas, trouxeram importantes elementos analíticos para entender o estágio atual do capitalismo sob a ótica financeira. No desdobramento da atual conjuntura, retomamos características vislumbradas por Lenin, bem como as leis básicas do movimen-

to do capital anunciadas por Karl Marx, em que a busca por superlucros tem se configurado em mecanismos de estímulos a exponencialização da produção de mais-valor. Logo, as constantes flutuações das taxas de lucros reproduziram ondas longas expansivas ou estagnantes num movimento de tensão que imbricaram a tríade superacumulação, ondas de crises e depressão. Esses elementos são fundamentais para mediar a dinâmica atual em que estão imbricadas a questão social e suas particularidades, entre elas a questão agrária, as quais situaremos no panorama do marco da mundialização do capitalismo imperialista sob a hegemonia das finanças (Fontes, 2010).

O debate acerca da questão agrária passou por rebatimentos em decorrência dos ajustes da agenda ofensiva ultraneoliberal e de outro lado, a frutificação do pensamento pós-moderno nas ciências humanas que redimensionou as análises para uma discussão pontual, com fragmentação e subjetivismos. Logo, a tendência de pesquisas baseadas em estudos de fenômenos isolados tem secundarizado a categoria questão agrária e reforma agrária, por não verem a pertinência relativa ao conflito de envergadura no “campo brasileiro”, sobressaindo o termo Novo Mundo Rural.

Nessa diretriz analítica, a ideia de um Novo Mundo Rural, das pluriatividades, da participação social, caracterizou-se por uma nova realidade do campo na qual foram superados os conflitos de classes, os *personas* velhos camponeses versus grandes proprietários em conflitos, agora traduz-se por parceiras. Na contramão da análise da aparência em si, apreendemos que pensar a partir da complexidade do real, luz do pensamento da tradição marxista e do próprio marxianismo, buscamos na sua célebre obra, *n'O Capital*, que foi possível identificar uma interpretação de quais sejam a questão social e suas expressões centrais, a fim de entender os determinantes do desenvolvimento do capitalis-

mo no campo sob a lógica da lei da acumulação. Daí, entendemos que pesquisas e produções orientadas pela abordagem materialista histórico-dialético traduziram a complexidade do objeto ao tempo que reafirmaram a necessidade do debate acerca dos antagonismos de classes no campo. Além disso, resgatou importantes determinações cujas raízes expressaram as peculiaridades a partir da formação social do Brasil.

Contudo, entendemos que mesmo diante de novas configurações do capitalismo imperialista financeiro, a velha questão agrária trouxe novas expressões, a qual encontrou resposta na lógica da geração de valor que gera mais-valor. Conforme Stédile (2011, p. 15 e 16), questão agrária pode ser entendida por várias perspectivas, entre estas, “Sociologia”, “Geografia”, “História” e mesmo por outras perspectivas como a da Economia Política – porém apreendemos como: “[...] o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira”. Somou-se a essa concepção o conjunto de interpretações que se articulam a análise acerca da formação sócio-histórica, bem como do modo de produção dominante.

Sendo assim, norteamos o debate da questão agrária a partir dos pressupostos teóricos e a “aplicação da teoria do valor”, sob os quais Marx (2011) entendeu a questão agrária em geral, e a Renda da Terra, em particular para demonstrar que, no Brasil e nos países de economia dependente, a questão agrária apresentou especificidades. Logo, entre os anos 1960/1970 travaram-se intensas discussões entre o “debate clássico” da questão agrária no Brasil, a qual apresentou um fio condutor em que, de um lado, os pensadores alinhados ao pensamento crítico de matriz marxista/marxiana e, em contrapartida, os pensadores que incorporaram análises anteriores.

A questão recorrente foi que a Questão Agrária no Brasil de ontem e de hoje permanece com seus contornos próprios da dinâmica da sociedade capitalista em seu estágio monopolista financeiro. Assim, a Renda da Terra explicita n'O Capital, constituiu-se um dos aportes teóricos para o aprofundamento da questão agrária; reside, portanto, no campo crítico e, em especial, na tradição marxista e marxianismo. Karl Marx trata a Questão Agrária com grande propriedade no final do livro 3 de sua principal obra: O Capital, a qual configura uma parte dedicada a entender o processo pelo qual o capitalismo se desenvolveu no campo, destruindo o antigo modo de produção.

Outrossim, no desenvolvimento teórico realizado por Marx no referido livro, verifica-se um nível mais concreto de abstração e novas determinações. Logo, a articulação dos diversos níveis de abstração e a exposição desta totalidade só é feita no livro 3 de "O Capital", pois é nesta obra Marx desenvolveu a categoria "renda da terra". Nesse sentido, o debate sobre a Renda da Terra em Marx traduziu-se no movimento de produção e reprodução do desenvolvimento do capitalismo no campo, em que

O modo capitalista de produção desapropria o trabalhador das condições de produção, e do mesmo modo na agricultura subtrai a propriedade ao trabalhador agrícola e subordina-o a um capitalista que explora a agricultura para conseguir lucro [...] o monopólio da propriedade da terra é pressuposto histórico do modo capitalista de produção, como de todos os modos anteriores de produção que se fundamentam de uma forma ou de outra na exploração das massas [...] A propriedade fundiária supõe o monopólio de porções do globo terrestre como esferas primitivas de sua vontade particular, com exclusão de todas as demais vontades, isto é, a valorização desse mo-

nopólio na base da produção capitalista (Marx, 2008, p. 823-826).

Ao tratar de outros modos de produção, Marx situou que no modo feudal em seu processo de esgotamento para a eminência do capitalismo no campo, alguns fatores ocorreram, tais como: a separação do produtor direto de sua propriedade – que para ele era um dos elementos de seus meios de produção –, submetendo-o, assim, a um capitalista que explorou a “agricultura para conseguir lucro” (como outro ramo qualquer). Outros aspectos dizem respeito à existência do monopólio da terra – como de fato existia sob o feudalismo e em todos “os modos anteriores de produção que se fundamentaram de uma forma ou de outra na exploração das massas”, além disso, para que esse monopólio tornasse passível de valorização (parte da forma que a mais-valia adquiriu no capitalismo), que orientou o sentido e a lógica da produção capitalista.

À medida que avançava a dissolução das relações feudais, a produção agrícola inseria-se sob a lógica do capitalismo subordinando à agricultura tradicional, baseada em conhecimentos empíricos, em uma agricultura “moderna”. A base da apropriação do conhecimento científico possibilitou a ampliação e o controle sobre a natureza, determinando o processo produtivo, a finalidade de ampliar mediante a capacidade produtividade, resultante do valor que gera valor, o lucro fim último. Nessa direção, a propriedade adquire forma puramente econômica,

A condição prévia do modo capitalista de produção, portanto, é esta: os agricultores efetivos são trabalhadores agrícolas, empregados por um capitalista, o arrendatário, que explora a agricultura como campo particular de apli-

cação de capital, como investimento de seu capital numa esfera particular de produção. Esse capitalista arrendatário paga ao proprietário das terras, ao dono do solo que explora, em prazos fixados, digamos por ano, quantia contratualmente estipulada (como o prestatário de capital-dinheiro paga determinado juro) pelo consentimento de empregar seu capital nesse campo especial de produção. Chama-se essa quantia de renda fundiária, e tanto faz que seja paga por terra lavradia, ou por terreno de construção, mina, pesca floresta etc (Marx, 2008, p. 827).

Assim, a Renda Fundiária ou Renda da Terra constituiu-se num dos elementos centrais sob os quais girou a acumulação capitalista no campo, daí emergiu a nova classe dos capitalistas que se inseriu no campo sob a forma de arrendatário. O desenvolvimento desta classe, no campo, acompanhou o avanço das relações capitalistas sobre a agricultura “o trabalhador assalariado, o capitalista industrial e o proprietário da terra (Marx, 2008, p. 828).

Deste fenômeno, também decorreu a manutenção dos salários urbanos no “mínimo necessário à reprodução da força de trabalho”, mas também para a viabilização da acumulação capitalista nas cidades. Outrossim, à medida que cresceu a população urbana, mais se reduziu o nível da remuneração dos trabalhadores do campo. Desse modo, à medida que o aumento da renda influi sobre o preço da terra, ocorre a desvalorização do trabalho agrícola, pois “A renda fundiária alta se identifica aí diretamente com salário baixo” (Marx, 2008, p. 839).

Esse processo de expansão do capitalismo no campo levou à pressão pela expulsão do trabalhador rural para as cidades à medida que cresce a produção social e avança o desenvolvimento das forças produtivas. À proporção que avançam as forças produ-

tivas, aumenta a produção extensiva no campo, ou seja, aumenta a procura por novas terras. Essa é uma tendência do capitalismo, que povo expropriação da terra.

Nas particularidades da formação sócio-histórica do Brasil, desde a colonização, o campo brasileiro apresentava uma contradição latente entre dois tipos de agriculturas. Uma voltada para a produção diversificada de alimentos para o abastecimento interno, realizada com mãos de obra escrava e livre, em pequenas porções de terra. E outra agricultura baseada na monocultura para exportação, no latifúndio como unidade produtiva e no trabalho escravo. Essa organização da produção agrícola perpassou o pretérito e o presente do campo brasileiro e nos diz sobre a origem da formação social do campesinato, que nasceu em deságio da agricultura capitalista.

Sob o tripé monocultura, escravidão e os quatros séculos de latifúndios, conforme Guimarães Passos (1977), a Coroa Portuguesa era pressionada a manter seu monopólio sobre a terra, a transição do trabalho escravo para trabalho livre estabeleceu a propriedade privada da terra para a constituição das relações capitalistas de produção. Ao suprimir o trabalho escravo, foi necessário maior controle sobre a terra, transformando-a em mercadoria a fim de impedir a sua posse pelos escravos libertos. Tendo por desígnio o controle da terra, o impedimento à livre organização do trabalho e, por conseguinte, a apropriação coletiva da produção (Martins, 1979).

A plantagem entrou em declínio em meados do século XIX com a falência do sistema escravista no Brasil. Com o fim do modo de produção escravista colonial, a Coroa Portuguesa promulga, em 1850, a Lei nº601 que ficou conhecida como Lei de Terras, com o intuito de impossibilitar aos ex-escravos a posse e/ou a propriedade da terra. Dessa maneira, se regulamentou o lati-

fúndio como a base da estrutura fundiária do País. Sob essa ótica, Martins cunhou sua célebre tese de que se o trabalho é escravo, a terra pode ser livre, se a força de trabalho for livre, a terra precisa ser cativa (Martins, 1979).

Não obstante, na formação sócio- histórica do Brasil a Lei de Terras somou-se à Lei Áurea, para transformar a escravidão do negro em si para a escravidão da força de trabalho e terra em mercadorias. A Lei de Terras estabeleceu minifúndios cujos direitos passaram a ser somente de “homens livre e brancos”. Ao mesmo tempo em que, uma iminente revolta dos/as negros/as escravizados no Brasil estava posta e vários negros/as libertos/as. “Os quilombos, como organização social própria, livre e autônoma, constituíam-se de todos aqueles em conflito com a ordem social escravista. Os negros escravizados reencontravam nos quilombos a sua condição humana.” (Almeida, 2019, p.97)

A Lei Áurea foi um marco na luta abolicionista. Entretanto, sua lógica era formação de um mercado que requereu a proletarianização capitalista, transformou os escravos em mão-de-obra, mas não em proprietários de terras camponesas, por conseguinte, em conjunto com a Lei de Terras fundamentou a existência e forma do racismo estrutural na sociedade brasileira (ABEPSS, 2022).

Assim, as análises “clássicas” para a elucidação da questão agrária no Brasil são balizadoras para os intérpretes da formação social brasileira. E, nesse sentido, ganha maior relevo estudar Marx e, no particular, o que nos diz sobre a questão agrária, pois em um país de estrutura colonial e exportadora como o Brasil, compreender a questão agrária significou dar um grande salto para a compreensão da sociedade brasileira a partir das características *sus generis* do capitalismo na particularidade da formação sócio-histórica do Brasil.

3 SERVIÇO SOCIAL E REFORMA AGRÁRIA POPULAR E QUESTÃO ÉTNICA- RACIAL

Na conjuntura em que se avançou a articulação das transnacionais, das grandes corporações europeias e norte- americanas que através de organismos internacionais direcionaram a políticas sociais de modo contrário à redistribuição, sendo reguladas pelo Estado Funcional ao capital, forças políticas buscaram barganhas e manutenção de privilégios nas questões ambientais, agrárias e acirraram a separação campo-cidade. Essa inserção das transnacionais também redimensionou as pesquisas nas ciências agrárias, sendo os estudos citados acima contrários a essas inserções que manipulam os resultados nas pesquisas que propagandeiam os alimentos transgênicos e a defesa da política públicas como “salvação” da questão social e econômica.

No horizonte de democratização da terra e desenvolvimento econômico do país, a proposta de Reforma Agrária Popular do MST parte dos anseios da classe trabalhadora que visou a construção de uma nova sociedade igualitária e ecologicamente sustentável dentre outros valores, tendo por objetivos gerais:

- a) Eliminar a pobreza no campo;
- b) Combater a desigualdade social, todas as formas exploração dos camponeses e camponesas e a degradação da natureza, que tem suas raízes na concentração da propriedade e da produção no campo;
- c) Garantir trabalho e educação para todas as pessoas que vivem no campo, combinando com distribuição de renda;
- d) Garantir soberania alimentar de toda a população brasileira, produzindo os alimentos necessários com qualidade e desenvolvendo os mercados locais;

- e) Garantir a participação igualitária das mulheres que vivem no campo em todas as atividades, em especial no acesso à terra, na produção e gestão, buscando superar a opressão histórica imposta a elas;
- f) Preservar a biodiversidade vegetal, animal e cultural de cada região do Brasil, geradora de nossos distintos biomas;
- g) Garantir condições de melhoria de vida para todas as pessoas e oportunidades iguais de trabalho, renda, educação, moradia e lazer, estimulando a permanência no campo, em especial da juventude (Stédile, 2013, p.150).

As propostas de Reforma Agrária Popular almejam a alteração da “estrutura de organização da produção e da relação ser humano com a natureza” (Stédile, 2013, p.149) a partir das mudanças necessárias nos seguintes eixos: 1. A Terra; 2. Água como um bem para todos; 3. A organização da produção no campo brasileiro; 4. Um novo modelo tecnológico; 5. Um novo modelo tecnológico; 6. Um novo modelo tecnológico; 7. A educação no campo; 8. A Industrialização; 9. O desenvolvimento da infraestrutura social e 10. A estrutura administrativa do Estado.

O sétimo eixo, discute “o acesso à educação, tanto no sentido da escolarização ampla quanto no de bens e valores culturais, é condição necessária para a reforma agrária e para a democratização de nossa sociedade.” (Stédile, 2013, p.160). No horizonte de educação associada ao novo projeto de desenvolvimento para o campo, que abrange o contexto econômico, social e ecológico. O direito fundamental que o Estado deve garantir com boa qualidade e de maneira pública e gratuita no campo, sem que as famílias camponesas tenham que sair de onde vivem e trabalham.

Assim, requer a construção de escolas em assentamentos, comunidades rurais, agrovilas dentre outras de áreas de reforma agrária, realizar uma campanha nacional para alfabetizar todos os jovens e adultos, educação profissional, formação licenciatura para atuar nas áreas de reforma agrária, infraestrutura básica de boa qualidade com biblioteca, videoteca, laboratórios e outros, projetos culturais e artísticos com atividades comunitárias, além do cultivo em hortas e pomares coletivos com base na produção agroecológica.

Na educação do campo, os materiais didáticos e pedagógicos “devem contemplar a realidade no campo” em relação aos princípios agroecológicos, a cultura diferenças regionais, de gênero, etnia, crença e a gestão nas escolas devem ser democráticas e participação comunitária, os/as professores/as serão indicados pelos assentamentos com critérios de boa qualificação e residência local. A organização dos sistemas de residência agrária e estágios com remuneração, formandos/as das universidades públicas de várias áreas do conhecimento como uma condição para obtenção de diploma.

3.1 Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social na UFS e a Relação com o Tema Questão Agrária, Reforma Agrária e Abordagem da Questão Étnica- Racial

No contexto de inserção no mercado de trabalho o/a assistente social tem um sujeito político-social que não é esvaziado de história e possui as suas raízes e vinculações com o campo brasileiro. Nessa direção, a instrumentalidade tem a dimensão ética como mediadora da dimensão técnica e política, cuja intenção é evitar práticas tecnicistas, politicistas e, portanto, redimensiona o trabalho para o processo da melhor escolha das técnicas no mo-

operandi orientadas pelo projeto ético-político profissional, tão bem ressaltado por Santos (2006).

O projeto ético-político do Serviço Social tem historicamente a liberdade como valor ético central, compreendida como a possibilidade de escolher dentre às sucessões de coisas que se temem na realidade social. Para tanto, requer o compromisso com a autonomia, a plena expansão dos indivíduos sociais como ratifica o Código de Ética Profissional de 1993. Destaca-se Netto (1999, p. 104- 105) ao sedimentar o “projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.”

Os elementos que objetivamente ratificam e dão visibilidade social ao projeto profissional construído pela categoria são consubstanciados na produção do conhecimento no interior da categoria, nas instâncias políticas e organizativas da categoria ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), CFESS/CRESS (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social), de CAs e DAs (Centros e Diretórios Acadêmicos das Unidades de Ensino) e pela ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social) e, por conseguinte, o arcabouço jurídico político da profissão, assinala, que

Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético- político do Serviço Social] apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] (Netto, 1999, p. 95).

Outrossim, a questão agrária está intrinsecamente vinculada à origem da questão social, assinala-se manifestações adversas do desenvolvimento agrário que ressaltou o agronegócio suprimindo o modo de trabalho e vida camponês, de modo que imprimiu uma modernidade que gera uma violência simbólica e cultural. Sem condições de vida no campo os camponeses (as), ribeirinhos (as), pescadores (as), quilombolas e indígenas foram obrigados (as), a buscar por melhores condições de vida na cidade agravando as expressões da questão social, tais como: o desemprego, a fome, ausência de educação, a saúde, a habitação, o saneamento básico, além de estar à mercê da violência cultural e simbólica de sua origem rural; de gênero, a exemplo da violência contra mulher e de etnia-racial, que se encontrou arraigada no racismo-estrutural, elementos historicamente problematizados que configuram em objetos e recortes de estudos e pesquisa no Serviço Social.

3.2 Pesquisa e Produções do Conhecimento no Serviço Social da UFS (2011-2021) com foco na reforma agrária popular e questão étnica-racial

Neste sentido, o Código de Ética Profissional da/o Assistente Social, instituído na resolução nº 273/93 do Conselho Federal de Serviço Social-CFESS foi um documento jurídico-normativo que manteve as conquistas políticas da categoria, assim como, avançou na questão da ética a partir do acúmulo das reflexões e na criação de novos valores éticos compromissados com os/as usuários/as “com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social” (CFESS, 2012, p.18). O suporte ético formou-se na ontologia do ser social cujos valores são determinados na prática social resultante do processo de trabalho. Nesse sentido, foi

no processo de trabalho que o ser social se constituiu, pondo a capacidade teleológica, consciente e se lançou na socialização da sua capacidade libertadora, diferentemente, do ser biológico tido como “natural”. Dessa forma, a concepção do Código de Ética de 1993 adquiriu uma projeção societária para a criação de novos valores no cotidiano de trabalho dos/as assistentes sociais que se direcionem para erradicação dos processos de exploração, opressão e alienação (CFESS, 2012).

Assim, estão entrelaçados o projeto societário e o projeto profissional do Serviço Social brasileiro nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política frente as demandas postas pela realidade a profissão responde pelo agir profissional com base na reflexão crítica, propositiva e fundamentada teoricamente nos princípios fundamentais norteadores do Código de Ética de 1993, o qual reza:

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das

diferenças; Código de Ética Princípios Fundamentais VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 2012, p. 24).

Os princípios fundamentais do Código de Ética abrangeu a realidade do/a assistente social por meio da formação profissional do Bacharel¹ em Serviço social requisitou o conhecimento e habilidade da direção do valores ético-político articulado ao *modus operandi* da profissão com o arcabouço teórico-metodológico advindo da teoria social de Marx, amadurecida no projeto

¹ Lei nº 8.662/93, regulamenta a profissão de Assistente Social. Art. 2º Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social: I - Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente; II - os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil; III - os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953 (CFESS, 2012, p.43-44).

de formação profissional da década de 80, expressa nos princípios do Código de 1993 e na Proposta das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa- ABEPSS de 1996 que marcou o processo de conhecimento das exigências da contemporaneidade e influenciou o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social e suas alterações na Resolução nº 22/2010/CONEPE cujo objetivo geral deliberado foi de “formar profissionais com sólido embasamento teórico-metodológico e ético-político, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, capazes de exercer suas atividades profissionais de forma a contribuir para o crescimento dinâmico da profissão” (p.01).

3.3 Dissertações e Produções Científicas Produzidas na Pós-Graduação em Serviço Social/UFS sobre a Reforma Agrária Popular e Questão Étnica Racial sob Abordagem Marxista/Marxiana (2011-2021)

Diante do cenário, Sant’ana e Masson (2018) evidenciam a relevância da apreensão da questão agrária no cotidiano de trabalho do Serviço Social na perspectiva de totalidade e alinhada ao projeto ético-político. Para tanto, requer um horizonte societário que coadune com liberdade humana e nitidez dos caminhos que deseja percorrer os diversos meandros do cotidiano da realidade social, a fim de tornar a objetivação do trabalho dos(as) assistente sociais afinada proposta da reforma agrária com o Serviço Social.

Daí a importância da direção profissional construída historicamente pelo Serviço Social e de seus aportes teóricos sustentado numa perspectiva crítica e dialética, voltados à apreensão da realidade numa perspectiva de totalidade.

Os assistentes sociais têm como princípio ético-político a: *“Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.”* Nesta direção, a apreensão das particularidades que compõem a questão social que advém do modelo de produção agrária e agrícola é parte da qualificação profissional para uma análise dos determinantes fundamentais que compõem as tensões e lutas de classe vigentes nessa sociabilidade. (Masson, Sant’ana, 2018, p.212, grifos da autora).

Sendo assim, a trajetória do Serviço Social brasileiro está imbricada de várias contradições do conflito capital x trabalho que origina a questão social e possui particularidades históricas com a lei geral de acumulação capitalista, de maneira a gerar profundas transformações e desigualdades sociais. (Masson, Sant’ana, 2018).

As pesquisas dos trabalhos de dissertação de Serviço Social fizeram uma relação profunda entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, mas requereram novas pesquisas e discussões acerca da renda terra, da mercantilização da terra e seus múltiplos dimensionamentos pela monopolização. Os trabalhos acadêmicos elencaram a categoria concentração de renda que é fundamental no Serviço social que trabalha intervindo na questão social e pode articular com a questão agrária nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

Cabe ao Serviço Social indagar-se acerca das questões da concentração de renda, da concentração da renda da terra e da centralização da mesma pela expansão capitalista e sua relação com a dimensão ética do projeto profissional, segundo o professor Giovanni Alves é a grande sacada do Serviço social diante das outras profissões e das transformações do mundo do trabalho. Ademais, as pesquisas e produções do conhecimento acerca

dos processos de trabalho do/a assistente social são incipientes devido ao desmonte das políticas agrárias, por conseguinte, ausência e precária inserção nesse espaço sócio- ocupacional, além das relações do capital, trabalho, estado, a relação urbana e rural que incidem no campo brasileiro e que se espalharam objetivamente e subjetivamente no meio rural por meio das questões de gênero, raça-etnia, indigenista e de várias de diversidade social.

As pesquisas dos trabalhos de dissertação de Serviço Social fizeram uma relação profunda entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, mas requereram novas pesquisas e discussões acerca da renda terra, da mercantilização da terra e seus múltiplos dimensionamentos pela monopolização à luz da perspectiva crítica do materialismo histórico-dialético. Os trabalhos acadêmicos elencaram a categoria concentração de renda que é fundamental no Serviço Social que trabalha intervindo na questão social e pode articular com a questão agrária nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

Coube ao Serviço Social indagar-se acerca das questões da concentração de renda, da concentração da renda da terra e da centralização da mesma pela expansão capitalista e sua relação com a dimensão ética do projeto profissional, segundo o professor Giovanni Alves é a grande sacada do Serviço Social diante das outras profissões e das transformações do mundo do trabalho. Ademais, as pesquisas e produções do conhecimento acerca dos processos de trabalho do/a assistente social e das relações do capital, trabalho, estado, a relação urbana e rural que incidem no campo brasileiro e que se espalharam objetivamente e subjetivamente no meio rural por meio das questões de gênero, raça-etnia, indigenista e de várias de diversidade social.

REFERÊNCIAS

ACUÑA, Raul Patricio Gastelo. **Monsieur el Capital e Madame la Terre: Dos fundamentos teóricos às significações da reforma agrária.** Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Fortaleza: UFCE, 2009. Disponível em: repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6250/1/2009-TESE-RPGACUNA.pdf. Acesso em: 01 fev. 2022.

ALMEIDA, J.A. **A Unidade Estrutural entre Questão Agrária e “Questão Social” no Capitalismo Brasileiro.** Tese (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 131 fls. 2019. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ppgservicosocial/wp-content/uploads/sites/131/2019/04/DISSERTA%C3%87%C3%83O-FINAL.-J.-AMILTON.-2019.pdf>. Acesso em: 17 Jul. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA –ABEPSS. Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social. Resolução nº 15, de 13 de Março de 2002. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311141012990370.pdf. Acesso em: 31 Out.2022.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. **Censo Agropecuário 2017.** Brasília: DF. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-epecuaria/2017-np-censo-agropecuario/9827-censo-agropecuario.html?=&t=downloads>. Acesso em: 01 Dez. 2020.

CFESS Manifesta. **Dia Nacional da Luta pela Reforma Agrária e Dia Internacional das Lutas Camponesas.** Brasília, 17 de abril de 2012.]

CFESS. **Relatório Conjunto CFESS-CRESS,** 47º Encontro Nacional: É Preciso Não Ter Medo, É Preciso Ser Maior. Porto Alegre- RS, 2018.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história.** RJ: ESPJV; UFRJ, 2010.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** 4ª edição. RJ: Paz e Terra, 1977.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. **Reforma Agrária à Brasileira:** política social e pobreza. São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, Karl, O Capital. Capítulo XXIV. In: **Coletânea de Textos da ENFF, nº 30 Teorias do Desenvolvimento Capitalista.** São Paulo, 2017.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** SP: Biotempo, 2011. (Coleção Marx-Engels).

MASSON, Gabriela Abrahão; SANT'ANA, Raquel Santos. Serviço Social e Questão Agrária: um debate necessário ao fortalecimento da direção crítica do projeto ético, político profissional. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, V. 21, N.1, P. 195-216, jul./dez. 2018.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra.** São Paulo, Hucitec, 1979a, 1997b, 2000c.

MATTEI, Lauro. (Org.). **A Questão Agrária no Desenvolvimento Brasileiro Contemporâneo.** Florianópolis: Editora Insular, 2013.

NETTO, J. P. **A Construção do Projeto Ético-Político Contemporâneo.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

NETTO, J. P. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Brasília: 2004a, 2006b.

SANTOS, C. M. **Instrumentos e Técnicas:** mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil. Tese de Doutorado. UFRJ, 2006. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp019816.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2021.

STÉDILE, João Pedro. **Experiências Históricas de Reforma Agrária no Mundo.** V. 1. Editora Expressão Popular, 2020.

STÉDILE, João Pedro. **Questão Agrária.** In: CALDAT, Roseli *et al* (Org.). **Dicionário de Educação no Campo.** Rio de Janeiro: Editora Expressão Popular, 2012.

A Exploração do Trabalho na Agroindústria Canavieira no Contexto da Reestruturação Produtiva

Olivia Irene Reis Santos

Nelmires Ferreira da Silva

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo discutir os processos de trabalho na agroindústria canavieira brasileira, considerando que o capitalismo a partir do seu desenvolvimento desigual e combinado traz repercussões para o campo desde a década de 1970 e reverbera no século XXI. As mudanças do mundo do trabalho repercutem na exploração/superexploração, reificando-se na lógica de um capitalismo dependente, exponencializado no campo e na cidade, conforme asseverou Ruy Mauro Marine em seus estudos.

Do exposto acima, trataremos o debate em três momentos: Primeiramente serão apresentadas breves alterações nas características do processo de reestruturação produtiva do capital ao datar o final da década 1970, do século XX. O segundo momento discorre sobre o desenvolvimento tecnológico do setor sucroalcooleiro e os impactos presentes na vida dos/das trabalhadores/as do corte da cana-de-açúcar. E por fim, as repercussões do movimento dos/das trabalhadores/as do campo,

especialmente a partir da década de 1980, culminando na atualidade do século XXI.

2 IMPLICAÇÕES NO COTIDIANO DO TRABALHO NO CENÁRIO DE CRISES

Ao modo mais específico, a reestruturação produtiva, diz respeito as modificações dos processos produtivos aliados aos aparatos tecnológicos, de inovações dos procedimentos de composição e gestão do trabalho. O desenvolvimento desse fenômeno é ligado ao campo de transformações intensas que não é formado apenas por técnicas produtivas de mercadorias, mas a todo universo societário. Assim, torna-se soluções que o capital oferece a crise fordista de acumulação, sendo o eixo do aumento econômico dos países de capital central (Faria; Kremer, 2004).

Em meados da década de 1960, o fordismo passa a sinalizar uma queda, não somente no que concerne a sua habilidade de ampliar o lucro, mas também como seu modelo de organização, ocasionando o afloramento de crises nos países centrais. É possível considerar que os acontecimentos preliminares assinalam que o curso da reestruturação produtiva indica um fenômeno que vai além das inovações do processo de organização do trabalho, pois a sua dinâmica está presente dentro do novo modelo das forças produtivas, das normas de concorrências, etc (Faria; Kremer, 2004).

Para Antunes (2009), após o gigantesco ciclo de acumulação de riqueza, no período de ápice do fordismo e ciclo do *keynesianismo*, o capitalismo durante o final dos anos de 1960 e início dos anos 1970, passou a sinalizar um desequilíbrio “quando sofreu o impacto de transformações de várias ordens” (Pinto, 2013, p.43).

É possível observar seis principais características, entre as quais desdobram na atual década do século XXI, acelerando as metamorfoses na gestão do mundo do trabalho.

A primeira trata-se da queda da taxa de lucro, ocasionada por alguns fatores: crescimento do preço do trabalho que foi uma conquista do pós-guerra, vinculado ao incremento de movimentos sociais dos anos de 1960, resultando em um maior domínio da produção. “A conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro” (Antunes, 2009, p. 31).

O processo de exaustão do modelo de acumulação taylorista/fordista é o segundo traço “(que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital)” (Antunes, 2009, p. 31). Propenso pela falta de capacidade de ter respostas ao estreitamento do consumo que estava em evidência. Na prática, o que ocorria era uma diminuição de reações ao desemprego estrutural que estava ocorrendo para a instauração.

A próxima diz respeito ao crescimento do campo financeiro, possuído por uma autonomia relativa em relação ao capital produtivo, esse já estava situado como representação da crise do capital e do seu modelo produtivo, onde o capital financeiro é visto como um espaço de prioridades, de modo a criar formas para especular, assim o novo estágio é marcado pela internacionalização. O quarto aspecto trata das concentrações de capitais correlacionados com as aglomerações de empresas monopolistas e oligopolistas (Antunes, 2009).

O quinto atributo é a crise do *Welfare States* ligado aos moldes da operacionalização que provoca a crise do Estado Capitalista bem como as exigências de diminuição de despesas públicas em um movimento de entrega ao capital privado. A última refere-se ao desenvolvimento intensificado de privatizações que foi

gerado a partir das desregulamentações e da flexibilização das forças produtivas (Antunes, 2009).

A crise e suas ondas longas, possuem grande complexidade considerando a sua dimensão lucrativa que acarretou num excedente de capacidade e produção da esfera manufatureira internacional (Mészáros, 2011). A princípio, as gigantescas transferências do capital para as finanças foram causadas pela pouca capacidade da economia real, principalmente do espaço industrial com relação às modificações, as proporcionalidades da taxa de lucro apropriadas. Dessa forma, “a aparição do excesso de capacidade e de produção, acarretando perda de lucratividade nas indústrias de transformação a partir do final da década de 1960”, constituiu a raiz do crescimento acelerado do capital financeiro no prenúncio de 1970 (Brenner, 1999, p. 12).

É certo, que as crises do *fordismo* e *keynesianismo* são manifestações de uma representação muito mais profunda, em razão de ter seu sentido ligado à crise estrutural do capital, com evidência na queda do lucro e dos demais elementos enumerados anteriormente. As expressões da crise têm “tanto do sentido destrutivo da lógica do capital, presente na intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, quanto da incontrollabilidade do sistema metabólico social do capital” (Antunes, 2009 p. 33).

O desenvolvimento da crise acarretou a padronização que acontecia seguidamente às grandes guerras nos países de capital central, sobretudo no continente europeu. Para dar resoluções a sua respectiva crise, o capital abriu um encadeamento de novas sistematizações, assim como da sua forma de organização ideológica e política. Os contornos mais evidentes dessa reação à crise foram “o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmonta-

gem do setor produtivo estatal, da qual a era *Thatcher-Reagan* foi expressão mais forte” (Idem, 2009 p. 33). O curso desse processo originou as modificações da estrutura da produção, da mesma maneira que a do trabalho, porque o capital precisa estabelecer condições substanciais para voltar a atingir os níveis de amplitudes anteriores. Destarte,

a crise capitalista não é outra coisa senão a ruptura de um padrão de dominação de classe relativamente estável. Aparece como uma crise econômica, que se expressa na queda da taxa de lucro. Seu núcleo, entretanto, é marcado pelo fracasso de um padrão de dominação estabelecido (...). Para o capital, a crise somente pode encontrar sua resolução pela luta, mediante o estabelecimento da autoridade e por meio de uma difícil busca de novos padrões de dominação (Holloway, 1987 *apud* Antunes, 2009 p. 33).

Durante esse período também ocorreu uma intensa investida do capital e do Estado, pois eles passaram a se opor diretamente ao conjunto da classe trabalhadora, como também as condições possibilitadas pelo período de auge do *fordismo*. As novas manifestações tinham como eixo principal o setor financeiro, que nesse momento passava a receber uma autonomia relativa, dentro das difíceis estruturações das relações entre a liberação e a mundialização das cadeias produtivas. Todo esse contexto está inserido num campo composto pela remoção da regulamentação e a amplificação dos capitais, dos mercados, das inovações e das relações de trabalho (Antunes, 2009).

É na fase do pós-guerra, que foi possível notar tanto um crescimento, quanto uma renovação do capital, que nunca foram observadas antes sem esses fatores. Da mesma maneira que existia uma próspera reestruturação econômica para poder responder

às demandas bélicas-indústrias, porém, com base nas atividades que paralisaram o sistema passa a não ser mais capaz de enviar as mercadorias que eram fundamentais para manter a sua estabilidade e desenvolvimento (Mészáros, 2011).

O declínio do período de expansão aconteceu no ano de 1973, o que provocou grandes mudanças e várias incertezas (Harvey, 1992). Para Antunes (2009), esse acontecimento produziu uma intensa desregulamentação dos capitais produtivos multinacionais, como também uma maior expansão da participação de entidades privadas. A inovação nas formas de administração das forças de trabalho, adicionado às liberações comerciais e a dominação técnica e científica das nações centrais, em especial, os Estados Unidos com o Tratado Norte Americano de Livre Comércio (NAFTA), a União Europeia com a Alemanha à frente, e o Japão conduzindo os países asiáticos. Assim,

com exceção desses núcleos centrais, esse processo de reorganização do capital também não comportava a incorporação daqueles que não se encontravam no centro da economia capitalista, como a maioria dos países de industrialização intermediária, sem falar dos elos mais débeis dentre os países do Terceiro Mundo. Ou, melhor dizendo, incorporava-os (como são exemplos os denominados “novos países industrializados”, dos quais destacam-se os asiáticos), porém numa posição de total subordinação e dependência. A reestruturação produtiva no interior desses países deu-se nos marcos de uma condição subalterna (Antunes, 2009, p. 34).

A crise teve tantas proporções que causaram desestabilizações na maioria dos países de capitalismo periférico, como também afetou o eixo do sistema mundial da produção do capital. Os

Estados Unidos, por exemplo, durante o final do século XX passaram a ser afetados pelo campo da competitividade científica com o Japão (Antunes, 2009).

Em meados dos anos de 1990, houve o início do restabelecimento do grau de produtividade e crescimento dos Estados Unidos, a crise é caracterizada pela sua difusão em estruturas continentais, assim, os EUA começaram a alcançar o Japão e os demais países do continente asiático. Logo,

e quanto mais se avança na competição intercapitalista, quanto mais se desenvolve a tecnologia concorrencial em uma dada região ou conjunto de países, quanto mais se expandem os capitais financeiros dos países imperialistas, maior é a desmontagem e a desestruturação daqueles que estão subordinados ou mesmo excluídos desse processo, ou ainda que não conseguem acompanhá-lo, quer pela ausência de base interna sólida, como a maioria dos pequenos países asiáticos, quer porque não conseguem acompanhar a intensidade do ritmo tecnológico hoje vivenciado, que também é controlado pelos países da tríade. São crescentes os exemplos de países excluídos desse movimento de reposição dos capitais produtivos e financeiros e do padrão tecnológico necessário, o que acarreta repercussões profundas no interior desses países, particularmente no que diz respeito ao desemprego e à precarização da força humana de trabalho (Antunes, 2009 p. 35).

O método devastador na nova composição e produção a Divisão Internacional do Trabalho e do capital, passa a apresentar repercussões no desmonte de vários territórios, sendo que aos poucos passaram a ser excluídos do processo industrial e produtivo, uma vez que se tornava impossível à competição pela con-

corrência por seu caráter desigual em nível global. Em vista disso, com o desmonte das forças de produção em escala universal, da mesma maneira que, existe uma intervenção contra a força produtiva do trabalho humano, ocasionando vários percalços nessa atividade, pois se passa a provocar com grande veemência o desemprego estrutural (Harvey 2005). Em contrapartida, os desenvolvimentos tecnológicos que seriam capazes de viabilizar em proporção mundial, a redução da jornada de trabalho para o conjunto da classe trabalhador/a, na verdade o que existiu foi um alongamento desse trabalho, vale ressaltar que em alguns países como por exemplo, o Japão, as justificativas dadas para o aumento da jornada de trabalho foi que seria uma resposta para a saída da crise.

O aumento da competitividade e concorrência provocaram vários efeitos e alterações entre os países. As mais significativas foram “a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza” (Antunes, 2009 p. 36), tudo isso seguindo pelos fundamentos sociais voltados para a fabricação de mercadorias e a valorização do capital. É notável que o capital no uso gradativo das inovações tecnológicas para aumentar a produtividade, simultaneamente, é interligado com o acréscimo de expressões da questão social. Por exemplo, o desemprego na sua fase estrutural, a precarização do trabalho e os danos à natureza são marcas da fase de reestruturação produtiva do capital.

3 AS METAMORFOSES PRODUZIDAS NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA

As repercussões do processo de reestruturação produtiva do capital no campo, em evidência a agroindústria canavieira, têm proporcionado questões que estão relacionadas aos processos de intervenção do capital e do Estado, desfechos que causam consequências diretas ao conjunto dos/as trabalhadores/as do corte da cana, como: mecanização do campo, intensificação do ritmo de trabalho, superexploração do trabalho, outras características também são “política de desenvolvimento rural em detrimento de Reforma Agrária, novas formas de gestão e controle do trabalho pelo capital, políticas públicas para a agricultura, novas formas de contratação e de pagamento” (Junior, 2002, p. 5).

No Brasil, é durante a década de 1960 que o processo de desenvolvimento do setor agroindustrial passa a se fortalecer e expandir. Isso é vinculado ao período de expansão capitalista e, conseqüentemente, à industrialização no campo. Dessa forma, o cultivo e produção da cana-de-açúcar toma uma maior extensão com a nova dinâmica de mecanização. De acordo com Rodrigues (2020), a década de 1970 é marcada por uma nova fase para o setor canavieiro. A agroindústria canavieira sofreu transformações visíveis em todo o seu processo produtivo.

No ano de 1971, o Brasil exportou 1,2 milhão de toneladas de açúcar, isso chegava a ser cerca de 6% de todo açúcar do mercado internacional. Na safra do ano seguinte o país conseguiu ser o fornecedor número um de açúcar para o mercado interno, assim como o segundo maior exportador, perdendo apenas para Cuba (Szmrecsányi, 1979).

Para Szmrecsányi (1979), o processo expansivo se deu a partir do crescimento da procura por açúcar pelo mercado interna-

cional. Cuba sofreu uma dura queda na sua produção, sucedido pelas diminuições da safra de beterraba dos países da Europa Oriental, o que conduziu as nações, especialmente a URSS e China, a comprar o produto em outro lugar. Com a diminuição da circulação do açúcar ocasionou o aumento dos preços no mercado internacional. A agroindústria brasileira, com o aumento dos preços no mercado internacional, enxerga uma possibilidade de se beneficiar. Nesse período foram exportados mais açúcar.

A safra de açúcar no Brasil era de 8, 25 milhões de sacos. Nos anos de 1973/1974 a produção chegou a passar dos 111,38 milhões. A produção foi expandida na região Centro-Sul e no Nordeste principalmente, na primeira passou de 2,65 milhões para 78,46 milhões de sacos, já no Nordeste a produção passou de milhões para 32,9 milhões de sacos (Melo, 1975, apud Rodrigues, 2020).

Até o final do ano 1974, o preço da saca de açúcar permaneceu subindo. Então ele se tornou o principal produto a ser exportado com cerca de US\$1,3 bilhão em arrecadação pelo Brasil (Szmrecsányi, 1979). A partir dessa “conjuntura, a política econômica nacional para o setor tratou de se direcionar para a expansão da capacidade produtiva e das exportações, editando várias medidas orientadas para o estímulo e a ampliação da produção” (Melo, 1975 apud Rodrigues, 2020 p. 153).

No entanto, o período de desenvolvimento passou a sinalizar uma estagnação do preço do açúcar brasileiro em nível internacional, ocasionando uma crise com a baixa do preço da cana-de-açúcar. Isso abalou diretamente o setor sucroalcooleiro:

Como a maioria da produção destinava-se ao mercado externo, a crise de superprodução mundial afetou de maneira direta o açúcar brasileiro; por outro lado, o baixo nível

tecnológico da produção brasileira dificultava as possibilidades de participar de forma mais vantajosa da concorrência internacional (Sant'ana, 2012, p.20).

As exportações terminaram em 1975, nesse período existiram processo de especulações do preço da cana, o que provocou uma restrição do consumo em muitos países, assim eles passaram a usar como adoçantes outros produtos (szmrecsányi, 1979). Para socorrer o setor sucroalcooleiro, as ações governamentais foram direcionadas no sentido de lançar programas com vistas a garantir desde o impulsionamento das “condições e necessidades brasileiras, de novas variedades de cana por meio da experimentação e da manipulação genéticas” da cana-de-açúcar até a “concessão dos fundos públicos”, ou seja, colaborações na forma de auxílios diretamente aos produtores (szmrecsányi; moreira, 1991, p. 68).

É na década de 1970 que a agroindústria canavieira, dentro do processo de reestruturação produtiva passou a ser estimulada pela necessidade de a indústria também expandir-se no canavial brasileiro, a partir da industrialização de insumos e equipamentos com um maior nível tecnológico. em função disso, há uma mudança nos níveis técnicos e científicos da agricultura impulsionando o processo de concentração e centralização da produção na agroindústria canavieira (Reis; Alves, 2014).

Outrossim, o governo voltou a elaborar um novo programa para auxiliar o setor sucroalcooleiro. Em 1975 foi criado o Programa Nacional de Álcool (Proálcool), normatizado pelo Decreto número 76.594 de 14 de novembro de 1975. Mesmo com o discurso do governo de que a solução seria dada porque o país precisaria de novas formas de energia, considerando a crise do petróleo, o que marcava as ações governamentais era o histórico compromisso do estado com a burguesia ligada à agricultura canavieira (Sant'ana, 2012).

O estabelecimento do proálcool é composto por duas fases: a primeira delas começa a partir de 1975, e tem no seu fundamento, principalmente, a utilização de toda a capacidade produtiva já feita. A segunda, iniciada quatro anos depois, possui como principal característica a amplificação da capacidade de produzir a cana-de-açúcar e o álcool.

A primeira etapa do proálcool tinha como base a criação de estratégias energéticas para solucionar a crise do açúcar no mercado nacional, para isso foi estimulado, principalmente a produção de álcool que seria adicionado à gasolina. De modo geral, existiam orientações de se aproveitar as usinas de açúcar para anexar destilarias. Assim, o governo passa a criar estratégias que irão garantir a compra dos produtos pela petrobrás, além de criar crédito para vincular ao proálcool. Investiu-se cerca de us\$1 bilhão, nas ações governamentais para garantir o andamento do programa, assumindo os riscos para si desses investimentos (Santos, 1987, p. 6; Shikida, 1998, p. 39/42 apud Rodrigues, 2020), nas palavras de Alves (1999 p. 36),

a primeira fase do programa, se aproveita a capacidade ociosa do setor açucareiro, com a implantação de destilarias anexas às usinas de açúcar existentes. Nesta, se prioriza a produção de álcool anidro, para ser misturado como aditivo à gasolina/ em substituição ao poluente chumbo-tetraetila, na proporção de 20% de álcool para 80% de gasolina para cada litro do produto. Esta mistura prescindia de qualquer alteração nos veículos disponíveis no mercado.

Na segunda fase do Proálcool, as mudanças apresentadas foram na estrutura da produção do álcool. A adição de tecnologia teve diferenças nas regiões do Norte e do Nordeste quando se compara as regiões do Centro-Oeste e Sul do país (Rodrigues, 2020). Logo,

a segunda fase do Proálcool apresentou profundas modificações tanto na estrutura produtiva do álcool quanto na estrutura de consumo de automóveis. Esta se caracteriza pela produção de álcool hidratado para consumo direto dos automóveis. Desta forma, os automóveis, produzidos e existentes no país tiveram que ter seus motores projetados ou adaptados para o consumo deste combustível, o qual não necessitava, para ser consumido, de nenhuma mistura com a gasolina (Alves, 1991, p. 37).

O Programa Proálcool impulsionou diretamente a manufatura da cana-de-açúcar e gerou a criação de novas usinas, dessa forma, houve a criação de novos postos de trabalho em todas as etapas do processo, desde a “indústria produtora de máquinas e equipamentos para o todo o complexo; passando pelas diferentes fases da produção agrícola, até à comercialização de álcool e açúcar. Nesse sentido, observa-se a criação de novos postos de trabalho tanto na etapa industrial do complexo quanto na etapa agrícola” (Alves, 2006, p. 92).

No Brasil, as modificações pertencentes ao contexto econômico na produção de cana-de-açúcar não foram somente no desenvolvimento do mercado nacional. Dado que o avanço gradual trouxe uma nova transfiguração nas relações de trabalho. As condições postas ao setor sucroalcooleiro com a reestruturação produtiva, apontam para a mecanização do corte da cana-de-açúcar. Justificada como medida direcionada à proteção ambiental e do/a trabalhador/a, “a mecanização da colheita de cana, que inicialmente se deu em decorrência do crescimento do poder de barganha dos/das trabalhadores/das, com as greves, ganhou um aliado no final dos anos 1980 e início dos 1990 – a luta contra as queimadas” (Alves, 2008 p. 6). Nesse sentido,

guardadas as especificidades desta reestruturação no setor sucroalcooleiro nacional, é possível identificar, a partir da abertura comercial da década de noventa e das mudanças operadas na concessão de crédito rural, um incremento na utilização de tecnologias e mudanças nas formas de organização do trabalho que aproximam o setor das tendências modernas de racionalização do processo produtivo e da ampliação da produtividade do trabalho (Salata, 2013 p. 13).

Apesar dos avanços tecnológicos aplicados no processo produtivo da cana-de-açúcar, ainda não permitem uma total mecanização em razão das particularidades de cada solo. Assim, quando a superfície em que a cana foi semeada não está localizada em uma área regular, há uma impossibilidade de utilização de colhedoras para a realização do corte da cana, desse modo, é o/a trabalhador/a que realiza o corte manual da cana-de-açúcar. No entanto, também é no terreno linear que o/a cortador/a de cana consegue obter um maior rendimento. Já que, nos solos irregulares a produtividade desse trabalhador/a diminui, pois o corte torna-se mais difícil, outro fator que dificulta a atividade do corte é a “cana deitada”, essa também só é possível ser colhida com os/as trabalhadores/as manuais porque devido a sua inclinação, o maquinário não consegue fazer um bom corte. Por isso, nessas situações os cortes são feitos de forma manual, com as dificuldades encontradas nas especificidades de cada terreno, o/a trabalhador/a para colher a cana precisa gerar um esforço maior do que em condições mais propícias (Araujo, 2013).

A modernização dos canaviais traz impactos diretos aos/as trabalhadores/as do corte manual. No entanto, é fundamental ficar atentos/as para as especificidades desse setor, tendo em vista que foi unido ao processo de mecanização a manutenção dos modelos primitivos de organização do trabalho no campo. O

método de contratação dos/as trabalhadores/as cortadores/as de cana é carregado de traços históricos de flexibilização, em virtude de ainda ser atrelado ao recrutamento por um determinado prazo, ou seja, exclusivamente para a safra. Vale evidenciar que os/as trabalhadores/as rurais, em linhas gerais, não possuem as mesmas garantias dos/as trabalhadores/as do meio urbano. O trabalho na indústria sucroalcooleira é carregado de determinações precárias e flexíveis, sendo intensificadas pelo processo de reestruturação produtiva (Salata, 2013).

No campo, as modificações do trabalho sempre são muito significativas, desde a sua origem. As transformações da força de trabalho nessa esfera se iniciam pelas atividades familiares “até chegar aos/as trabalhadores/as contratados/as por tempo determinado [. O] capital, estrategicamente, fez com que essas mudanças acarretassem predominantemente benefícios para a indústria” (Lima, 2018, p 54), que muitas das vezes defende que as alterações são necessárias para privilegiar o conjunto dos/as trabalhadores/as (Lima, 2018).

O processo de contratação de trabalhadores/as por um tempo limite, aponta que estão presentes e unidas as explorações e a flexibilização do trabalho. Na nova formatação do modelo de organização do trabalho as atividades familiares se perdem, porque o que importa para a agroindústria é a contratação de trabalho individual, já que a quantidade de dias trabalhados pelo trabalhador/a individual é superior a familiar. A partir do exposto, é que se deu os primeiros passos para a extensa exploração dos/as trabalhadores/as do campo, o que em seguida ocasionou um total esgotamento físico (Lima, 2018).

Na agroindústria canavieira “a opção pela colheita mecanizada não tem como objetivo melhorar as condições do trabalho vivo. Por outro lado, convém ressaltar o baixo custo da força de trabalho do

cortador de cana, o que também explica a alternativa da sua utilização” (Araújo, 2013, p. 65). A incorporação de colhedoras mecânicas nos canaviais gera uma maior produtividade. Simultaneamente, sinaliza uma diminuição dos postos de trabalho dos/as cortadores/as manuais da cana. Logo, a diminuição dos/as trabalhadores/as e as modificações na atividade do campo das usinas, o que gera realce nas reações entre o processo de mecanização e exclusão dos/as trabalhadores/as. A mecanização da colheita da cana traz efeitos diretos nas relações de trabalho, “além de impactar negativamente as formas de resistência, acrescenta novas exigências laborais, remetendo a um quadro de insegurança e vulnerabilidade para o conjunto destes trabalhadores” (Salata, 2013 p. 13-14).

Consequentemente, se pode perceber que as inovações tecnológicas não causam mudanças somente nas relações de trabalho dos/as cortadores/as de cana, mas também provoca, de modo direto, precarização nas condições de subsistência destes/as trabalhadores/as, ocasionando mais pobreza. Por outro lado, para os capitalistas isso é vantajoso, pois provoca um crescimento do capital (Lima, 2018). Nessa direção,

no complexo agroindustrial canavieiro, os níveis de exploração são demasiadamente altos. Os trabalhadores carregam o peso da exacerbada produção de mais-valia absoluta. A mais-valia é a parte do trabalho excedente e não pago ao trabalhador que, na sociedade burguesa, aparece na forma mistificada de lucro. Dessa forma, a mais-valia é retirada do sobretrabalho, ou seja, para além do trabalho socialmente necessário para produzir as mercadorias (Lima, 2018, p. 58).

De acordo com Lima (2018), o decrescimento da força de trabalho humano, em virtude do crescimento da mecanização, é

carregado de fatores históricos, além disso, sustentam a responsabilidade do desemprego e a dominação dos grandes produtores relativos aos baixos salários dos/as trabalhadores/as. No entanto, o capital até então procura substituir o trabalho vivo pelo mecanizado, em razão do desenvolvimento do capitalismo, na agroindústria canavieira esse processo precisa de uma atenção especial, já que a utilização do trabalho manual continua grande mesmo com os avanços industriais.

As transformações na mecanização da safra da cana-de-açúcar não são recentes. Além de carregada por condições históricas, econômicas, questões ambientais, também é extremamente atrelada às decisões dos capitalistas. As determinações que colaboraram para a efetivação das modificações técnicas aconteceram depois de levar em consideração os fatores econômicos, sociais e ambientais. Apesar de ter existido reações da sociedade e do Estado, impedir a queima da cana e das condições degradantes que vivem os/as trabalhadores/as do corte manual da cana, em virtude disso, a solução encontrada foi investir em mecanização da colheita, a única mudança que realmente existiu foi com relação a diminuição dos números dos/as cortadores/as de cana, mas sem extinguir (Reis; Alves, 2014).

A utilização de máquinas afeta no rendimento do/a trabalhador/a da cana. Para eles/as sobram as canas que a colhedora não é capaz de cortar, pois estão em espaços não acessíveis, ou seja, aquelas de baixa qualidade, dado a isso, o/a trabalhador/a precisa disputar com a máquina. Nessa competição desigual o/a cortador/a de cana chega ao ápice da exaustão. Hoje, o parâmetro para a produtividade é a máquina. As médias de cana cortada por dia eram de seis toneladas, hoje, é possível encontrar um/a trabalhador/a que corta dez toneladas por dia, uma vez que precisa acompanhar a velocidade da máquina. Assim, se por um lado a

mecanização é favorável ao meio ambiente por evitar as queimadas, por outro, provoca mais trabalho para que o/a trabalhador/a possa alcançar o intenso nível de produtividade (Lima, 2018).

As explicações tornam-se descaracterizadas quando se observa extinguir que o/a cortador/a de cana precisa produzir para atingir a produtividade. De fato, a mecanização surge como forma de proteção ambiental, ou no de uma produção limpa e sustentável. Porém, o capital precisa lucrar e apesar do custo alto do maquinário, ele/a não fica doente, não tem direitos trabalhistas e não faz greve, por essas e outras coisas é que a mecanização acaba sendo um belo atrativo (Lima, 2018).

Uma outra característica fundamental para se evidenciar nos processos de trabalho da agroindústria canavieira é o salário. Os/as trabalhadores/as do corte manual da cana têm seu pagamento subordinado à produtividade. Os/as cortadores/as de cana são sujeitos de extrema exploração da sua força de trabalho dentro dos canaviais, intensificando essa superexploração com o pagamento por produção.

O pagamento por produção é uma modalidade de salário por peça, sendo discutido amplamente por Marx na sua obra *O capital*. Assim, essa modalidade de salário significa basicamente que quanto mais o/a trabalhador/a cortar a cana, ou seja, produzir terá um maior salário. Nesse sentido,

... dado o salário por peça, é natural que o interesse pessoal do trabalhador seja o de empregar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista a elevação do grau normal de intensidade. É igualmente do interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, pois assim aumenta seu salário diário semanal (Marx, 2017 p. 624-625).

Apesar dos modos de medir a quantidade de cana cortada pelos/as trabalhadores/as mudem com o passar do tempo, as formas de pagamento, na maioria das vezes estão correlacionadas ao quanto o/a cortador/a de cana conseguiu cortar ao longo do seu dia de trabalho, por essa razão sempre existir por parte dos/as trabalhadores/as reclamações sobre não ter controle da sua produção diária e nem do seu pagamento. Vale ressaltar, que as lutas dos/as cortadores/as de cana para ter o controle da sua produção são históricas, isso sempre foi pauta das reivindicações dessa classe e dos sindicatos dos/as cortadores/as de cana.

Ao longo da década de 1970 vários donos de usinas ainda não tinham modificado as unidades de medir e continuou com as braças. As unidades possuem diversos tamanhos para medir a quantidade de cana cortada pelo/a trabalhador/a. A grandeza das braças foi uma das principais questões a se constituírem como ponto de pauta dos sindicatos dos/as trabalhadores/as da cana. Como resultado de negociação com os proprietários das usinas, a padronização em braça agora foi uniformizada por dois metros. Apesar de ter aliviado alguns dos problemas, continuou a existir os golpes por parte dos empregadores e empreiteiros (Guanais, 2016).

A luta por melhores condições de trabalho nunca deixou de ser pauta das convenções coletivas de trabalho. Os/as trabalhadores/as junto ao movimento sindical buscam estratégias para driblar a gigantesca exploração que acontece dentro do campo.

4 À GUIA DE CONCLUSÃO

A cana-de-açúcar tem um grande papel na expansão e consolidação do capitalismo no Brasil. O desenvolvimento do açúcar no território é ligado à exploração do trabalho. Diante disso,

modificações do modelo produtivo e econômico geradas pelas inovações tecnológicas impactam diretamente nos processos de trabalho no campo, sobretudo, aqueles/as que desenvolvem o trabalho no setor canavieiro. A superexploração dos/as trabalhadores/as do corte manual da cana-de-açúcar é vinculada a reprodução das contradições existentes na sociedade capitalista. Mesmo que o processo de mecanização do campo não consiga substituir por completo a força de trabalho manual, ele cria estratégia para intensificar o ritmo de trabalho, ocasionando na superexploração do trabalho.

A reestruturação produtiva do capital na agroindústria canavieira trouxe consequências ao trabalhador/a do campo, além de que a intervenção estatal atrelada aos arranjos do capital contribui para a dinamizar esse processo. Como exemplo, destacamos o Programa Nacional de Álcool frente à formulação de políticas do Estado para o desenvolvimento ao setor sucroalcooleiro.

O processo de modernização capitalista no campo durante a década de 1980, fez com que os/as trabalhadores/as rurais se organizaram para lutar contra esse modelo que tinha como objetivo principal precarizar e explorar o mercado de trabalho agroindustrial.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. O Mundo do Trabalho, Crise e Mudança no Final do Século. Editora Páginas Abertas, LDA, 1994.

_____. Trabalho e trabalhadores no corte de cana: Ainda a polêmica sobre o pagamento por produção e as mortes por excesso de trabalho. In M. A. M. Silva, F. Alves & J. C. A. Pereira, Agrocombustíveis solução?: A vida por um fio no eito dos canaviais (p. 22-48). São Paulo, 2008.

----- . Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial. Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 188-197 jul./dez. 2009.

ALVES. G. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial. Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 188-197 jul./dez. 2009.

ANTUNES, R. (Ricardo Luis Coltro), 1953- Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho / Ricardo Antunes. - [2. ed., 10. reimpr. rev. e ampl.].SP: Boitempo, 2009.

ARAUJO, A. M. DE. Caldo de cana, bagaço de gente: desproteção e degradação do trabalhador na agroindústria canavieira. 2013. 132 f. Dissertação de mestrado em Serviço Social – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013

BRENNER, R. (1999) “A Crise Emergente do Capitalismo Mundial: do Neoliberalismo à Depressão?”. Outubro, no 3, Xamã, São Paulo.

BALSAN, R. IMPACTOS DECORRENTES DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA. CAMPO-TERRITÓRIO: Rev de Geog agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

FARIA, J. H.; KREMER A. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: o mundo do trabalho em transformação. READ – Edição 41 Vol. 10 No. 5, set-out 2004 Disponível em: https://www.ufjf.br/angelo_esther/files/2012/10/RH-I-REESTRUTURA%C3%87%C3%83O-PRODUTIVA-E-PRECARIZA%C3%87%C3%83O-DO-TRABALHO-FARIA1.pdf.

FERNANDES, Florestan. “Capitalismo dependente e imperialismo” in ____ Em busca do socialismo. Últimos escritos e outros textos. São Paulo: Xamã, 1995.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. Condição pós-moderna – Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural, Edições HARVEY, D. (1992) Loyola: São Paulo.

JUNIOR, T., A. *Por Trás dos Canaviais os Nós da Cana*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

LIMA, L., M., A., de. ENTRE O MODERNO E O ARCAICO: uma análise das relações de trabalho no setor sucroalcooleiro no contexto do capitalismo contemporâneo no Brasil, 2018. Dissertação de mestrado em Serviço Social. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, l. 1, v. II, 2006, p. 864. ³⁵Idem, p. 873.

MESZÁROS, I. 1930 – A Crise Estrutural do Capital. 2 ed. Rev. Ampliada. SP: Boitempo, 2011

MEDEIROS, L. S. de. História dos movimentos sociais no campo / Leonilde Sérvolo de Medeiros. — Rio de Janeiro FASE, 1989.

PINTO, GERALDO AUGUSTO. A Organização do Trabalho no Século XX: taylorismo, fordismo e Toyotismo. – 3. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos, 1963- A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil [recurso eletrônico]: perspectivas geográfica, histórica e ambiental / Gelze Serrat de Souza Campos Rodrigues, Jurandyr Luciano Sanches Ross. – Uberlândia : EDUFU, 2020. Disponível em: http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/edufu_a_trajetoria_da_cana-de-acucar_no_brasil_2020_ficha_corrigida.pdf.

REIS, L. F.; ALVES, F. O novo modelo de modernização do cai canavieiro paulista: a velha combinação entre o arcaico e o moderno. Revista da ABET, 2014.

SALATA, R. NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CANAVIEIRA NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO/SP: qualificação profissional e o “programa renovação”. Araraquara – São Paulo, 2013.

SANT'ANA, R. S. Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e serviço social. São Paulo: Cortez, 2012

SZMRECSÁNYI, T. O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975). Campinas: Hucitec, 1979.

SZMRECSÁNYI, T.; MOREIRA, E. P. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. Estudos Avançados, São Paulo, v. 5, n.11, 1991

Educação e Disputas de Classes - Projeto de Vida e a Reforma do Ensino Médio

Aline Ferreira da Silva

1 INTRODUÇÃO

Este texto inicia-se por problematizar/questionar um aspecto básico, mas que está na essência de todo processo que envolve o pensar a educação no Brasil: será que aqueles/as que propõem/propuseram a “Reforma do Ensino Médio” fez/faz uma leitura consubstanciada sobre a educação que pretende reestruturar? Será que as lideranças políticas e os teóricos que dão sustentação aos termos da proposta de mudança estão se permitindo sair de seus gabinetes e olhar para a realidade das escolas e dos processos educativos inerentes a dinâmica concreta desses espaços?

Historicamente controlada pelas elites políticas e econômicas, a educação brasileira figura como objeto de disputa para manutenção dos interesses de classes, configurando-se na função de Aparelho Ideológico do Estado/AIE (Althusser 2002). Fosse como instrumento de catequese ou como meio para formação de mão de obra qualificada para o mercado, o fato é que os projetos de educação brasileira têm servido mais para gerar desigualdade e alienação do que promover uma proposta de emancipação humana. Tal propósito não tem sido privilégio apenas do Estado e suas bancadas elitistas, que além de minar os recursos financeiros

ros das esferas institucionais da educação pública, ainda esgotam os debates sobre o tema ao fortalecer uma ordem moral alicerçada em inverdades e *fake news*. O universo acadêmico também, numa relação (muitas vezes) harmoniosa com a perspectiva de mercado, tem assumido posturas que nos faz questionar sobre o rigor científico e a coerência interpretativa sobre as quais as investigações e análises do/a pesquisador/a é lançada. Isso envolve desde descrições inverossímeis a respeito da dinâmica escolar, até a apropriação incoerente e descontextualizada de teorias e teóricos que dispõem sobre a temática.

A fim de aprofundar o debate sobre as questões ora apresentadas, analisaremos alguns aspectos do modelo de educação articulado pelo chamado Novo Ensino Médio, tomando como base os discursos, os aparatos normativos e o arcabouço teórico que estruturam a proposta pedagógico do chamado de “Projeto de Vida”. O escopo da pesquisa compreende a análise da Lei 13.415/2017 (Novo Ensino Médio) e da Base Nacional Curricular Comum/BNCC (2018), numa tentativa de buscar a etimologia do termo em análise e sua relação com os estudos da Psicologia Social e da Economia.

2 CONCEITOS E PERSPECTIVAS SOBRE O “PROJETO DE VIDA” - PROJETO DE VIDA COMO FORMAÇÃO INTEGRAL

O termo “projeto de vida”, como marco legal de uma proposta de “nova” educação para o Brasil, aparece, pela primeira vez e de forma discreta, no Artigo 3º, (35-A) § 7º da Lei 13.415/2017. Nela é disposto:

Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho

voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais (Artigo 3º, (35-A) § 7º da Lei 13.415/2017).

Embora a Lei não defina o que chama, propriamente dito, de “projeto de vida”, a mesma faz associações terminológicas que nos permite interpretá-lo. Primeiro, o termo aparece relacionado à ideia de “formação integral”, que por sua vez aciona os termos formação do aspecto “físicos”, “cognitivos” e “socioemocionais”. Trata-se, pois, de uma percepção de integralidade no sentido de completude dos aspectos humanos, do ser enquanto corpo, mente e sociedade. É um olhar sobre a diversidade dos próprios indivíduos, das suas condições e necessidades especiais/específicas; da sua formação enquanto sujeitos com emoções e capacidades psíquicas diferentes; e da vinculação dos mesmos com as dinâmicas societais, dos vínculos e relações que forma com outros sujeitos sociais.

É possível observar ainda que nesta primeira forma de abordagem o termo “projeto de vida” não recebe nenhuma acepção específica, como por exemplo, não aparece com iniciais maiúscula (o que poderia remeter à uma especificação do termo). Não é uma proposta de “projeto” que remete a objetivos, estratégias para o futuro ou tentativa de chegar a uma finalidade específica, como poderia sugerir se o mesmo viesse como “Projeto de Vida”.

2.1 Projeto de vida, empreendedorismo e empregabilidade

Todavia, se por um lado na Lei 13.415/2017 o termo “projeto de vida” aparece de forma discreta e aparentemente sem tanta entonação, por outro lado, um ano depois, quando disposto na

BNCC, a realidade torna-se outra. Aqui o termo tem não só uma definição como o seu significado passa a abranger diversas outras associações, a exemplo da relação com os problemas sociais, com o mundo do trabalho, com o empreendedorismo. É o que podemos observar com a verbalização do substantivo - projeto-projetar:

Projetar a vida perpassa por questionamentos sobre as diferentes violências físicas e simbólicas que se configuram diante das desigualdades sociais, étnicas e de gênero. Idealizar a própria vida é ter consciência da responsabilidade de cada um em sua atuação social, descobrindo-se a si mesmo, aos outros e o meio em que vive. É o momento em que são percebidas as tantas formas e jeitos de ser. É também quando alguns dos preconceitos construídos socialmente atingem e afetam as crianças, o que pode ser revertido a partir do compromisso da escola em importar-se com o outro” (Projeto de vida: Ser ou existir? (mec.gov.br).

Nesta proposta de “projeção da vida” o texto traz uma narrativa na qual o indivíduo é posto de forma ativa, ele passa a ser o sujeito da ação. Mas não é qualquer tipo de ação. Trata-se de posicionar-se política e ideologicamente frente às relações sociais das quais o/a mesmo/a faz parte. Ou seja, não basta que o indivíduo se socialize e interaja com outros indivíduos, é preciso que ele assuma uma postura frente às “violências físicas e simbólicas”, às “desigualdades sociais, étnicas e de gênero”. A consciência da formação do sujeito social é também a consciência do sujeito atuante, do sujeito capaz de mudar os rumos de uma dada realidade. Logo, apreendemos que está retórica tem se configurado numa direção de educação que fortalece o protagonismo do sujeito uno, portanto, uma proposta centrada na lógica liberal burguesa.

É com este mesmo olhar crítico que o texto da BNCC relaciona “projeto de vida” ao mundo do trabalho. Reivindicando a dissociação entre trabalho e emprego e tomando a categoria trabalho como a própria existência do indivíduo, numa perspectiva ontológica, o documento chama atenção do mero reprodutivismo, no qual o indivíduo é visto apenas como mão-de-obra, como força de trabalho a ser comprada. Trata-se, portanto, de uma visão oposta à defendida pela Base Curricular Comum:

A projeção para o mundo do trabalho é um dos focos do projeto de vida. Entretanto, é importante que o projeto de vida se contextualize no mundo do trabalho, mas também que saibamos que trabalho é exatamente essa capacidade de projetar e idealizar, transformando a natureza, diferente de emprego, atividade remunerada, típica da sociedade industrial, donde se extrai que a pessoa é produtiva durante certo período da vida e improdutiva, quando criança ou quando idosa (BCC,s/d).

Como análise alternativa, e (embora sem fazer referência) em consonância com o pensamento marxiano, a BNCC define trabalho como um processo entre o homem e a natureza, no qual, ao interagir com esta, transformá-la e modificá-la, o homem transforma a si mesmo (Lukács, 2002). Neste caso, o “projeto de vida” aqui defendido é um projeto que se relaciona, ontologicamente, com a capacidade humana de produzir os seus próprios meios de subsistência, na medida em que esta atividade não se resume à mera habilidade motora, mas trata-se de um complexo fazer intelectual, projetado pela mente e significado pela cultura, ao que denomina de teleológico na perspectiva da Ideação, num movimento de produção de sociabilidade.

Neste sentido podemos depreender que, assim como o homem incide sobre a natureza, transformando-a e impondo a ela o seu poder social, colocando o homem como sujeito ativo e definidor de uma dada realidade, o projeto de vida, tal qual descrito nestas linhas do texto, coloca o/a estudante numa seara de protagonismo, no qual é capaz de pensar e agir sobre as suas necessidades e as condições sociais que o/a cercam. É daí que vem sua capacidade de questionar sobre a violência, a desigualdade, a injustiça sobre a lógica contraditória de classes, opressor/a e oprimido/a, trabalhador/a versus explorado/a do trabalho, e assim, por diante.

Tivesse o texto da BNCC (2018) concluído sua proposta de “projeto de vida” até aí, talvez atendessem as expectativas de uma educação que contemplasse os interesses da classe trabalhadora. Teríamos de fato uma proposta de texto revolucionária, nova, para o que se refere a uma proposta nacional de educação para a vida, e não para os interesses do mercado. Todavia, o afunilamento do que compreende esta categoria acaba por inverter o processo, e o que, a princípio, foi apresentado como contraponto à sociedade de mercado, acaba, na verdade, criando metodologias de como aprofundá-la.

No tópico em que dispõe sobre as finalidades do Ensino Médio na contemporaneidade, a BNCC (2018) inicia por reforçar a relação entre projeto de vida e trabalho, sustentando a crítica à profissionalização precoce ou precária dos/das jovens. Porém, embora valha-se de termos como formação de sujeitos “ativos”, “críticos”, “responsáveis”, na essência tais competências são motores para dar suporte a adaptação dos indivíduos ao “complexo e imprevisível” mundo do trabalho, ao que verificamos, a armadilha do discurso enviesado. Nesse sentido, a retórica se apresenta numa dualidade:

Essas experiências, como apontado, favorecem a preparação básica para o trabalho e a cidadania, o que não significa a profissionalização precoce ou precária dos/das jovens ou o atendimento das necessidades imediatas do mercado de trabalho. Ao contrário, supõe o desenvolvimento de competências que possibilitem aos/as estudantes inserir-se de forma ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível, criando possibilidades para viabilizar seu projeto de vida e continuar aprendendo, de modo a ser capazes de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores (BNCC, 2018, p. 465-6).

A flexibilização e a adaptação às condições de mercado são o fim último do interesse da educação, devendo a ciência e os saberes apreendidos na escola estar não só vinculados, mas subordinados às demandas daquele. Neste sentido, diferente da perspectiva marxiana, na qual o trabalho, fundante do ser social, é a condição para a existência humana, na contramão da vertente apresentada, a educação passa a ser a condição para o movimento da economia nos moldes que atenda a lógica da superacumulação. O homem que era o agente transformador agora passa a ser um sujeito passivo, que tem que se adaptar e se flexibilizar para atuar em nome de uma “lei” maior: a do mercado. Este sim, passar a ser o controlador não só das mudanças provocadas na natureza quanto, do próprio homem.

O texto abaixo deixa claro o quanto as atitudes psicossociais, que a *priori* eram entendidas como um dos fatores para o melhor viver em sociedade, agora passam a ter como finalidade o empreendedorismo, sob a perspectiva ultra(neoliberal). Conforme disposto na BNCC (2018):

Para tanto, a escola que acolhe as juventudes precisa se estruturar de maneira a: proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros), entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade; e prever o suporte aos/as jovens para que reconheçam suas potencialidades e vocações, identifiquem perspectivas e possibilidades, construam aspirações e metas de formação e inserção profissional presentes e/ou futuras, e desenvolvam uma postura empreendedora, ética e responsável para transitar no mundo do trabalho e na sociedade em geral (Brasil, BNCC, 2018, p 465-6).

A retórica propagandeada passa a ser atitudes, capacidades e valores como “criatividade”, “inovação”, “visão de futuro”, “organização”, “planejamento”, “responsabilidade”, “liderança”, “colaboração”, “visão de futuro”, “assunção de riscos”, “resiliência” e “curiosidade científica” não são mais atributos de uma educação que promove a formação do indivíduo para criar uma sociedade justa, democrática, mas sujeitos aptos, habilitados a dinâmica do capital flexibilizado (Antunes, 2020). Estes valores passam a ser secundarizados, sendo postos como metas para uma postura empreendedora.

2.2 Projeto de vida e as identidades individuais e coletivas

Se por um lado os objetivos da ferramenta metodológica “projeto de vida” deixam claro a sua vinculação a uma proposta específica de formação para o mundo do trabalho, por outro,

projeta um perfil societal cujo foco está na construção identitária dos indivíduos. Esta talvez seja a proposta mais ambiciosa e, em muitos aspectos autoritária, posto que, imbuída de um poder autocentrado, reivindica para a esfera escolar toda uma complexidade que extrapola os limites da educação formal.

Uma das propostas do “projeto de vida é a promoção da formação integral, ou seja, a formação do indivíduo em seus aspectos individuais/pessoais e coletivos/sociais. Conforme a citação abaixo, a escola é responsável por acolher a juventude e proporcionar este tipo de formação, posto que é ela quem promove o desenvolvimento destas identidades. Todavia o que temos aqui é mais uma vez uma inversão de papéis. A escola é responsável por promover estas identidades e culturas ou ela é fruto das identidades e culturais às quais os sujeitos, coletivamente, estão inseridos? Cabe a escola o papel de projetar os valores e os processos de tomada de decisão ou ela é mais um entre tantos projetos que devem ser revistos e reinscritos, inclusive os processos históricos e a condição de classe dos/as alunos/as. Sobre a relação educação-identidade, o texto da BNCC dispõe:

Ao se orientar para a construção do projeto de vida, a escola que acolhe as juventudes assume o compromisso com a formação integral dos estudantes, uma vez que promove seu desenvolvimento pessoal e social, por meio da consolidação e construção de **conhecimentos, representações e valores que incidirão sobre seus processos de tomada de decisão ao longo da vida**. Dessa maneira, **o projeto de vida é o que os/as estudantes almejam, projetam e redefinem para si** ao longo de sua trajetória, uma construção que acompanha o desenvolvimento da/s **identidade/s, em contextos atravessados por uma cultura e por demandas sociais que se articulam, ora para**

promover, ora para constranger seus desejos (Brasil, BNCC, 2018, p. 472-3).

Da forma como se apreende a ideia de identidade a mesma não passa de um processo mecânico, no qual os/as estudantes, com a ajuda de professores/as e colegas de escola, vão definir, pensar, debater e projetar que tipo de identidade querem para os seus “projetos de vida”. Inclusive “constrangendo” alguns aspectos não desejados. Fica claro que a instituição escolar não é apreendida como uma entre tantas outras esferas responsáveis pela formação cultural dos indivíduos, ela é uma entidade .

A relação sujeito-objeto é invertida. A escola passa a ser o ente que pensa e os sujeitos, os entes pensados. Eu sou não o que minha consciência (através de minha cultura e da minha realidade material de existência) diz que sou. Eu sou o que fui capaz de pensar através de um projeto de “descoberta” estimulado e dirigido pela escola. Nessa direção,

é papel da escola auxiliar os estudantes a aprender a se reconhecer como sujeitos, considerando suas potencialidades e a relevância dos modos de participação e intervenção social na concretização de seu projeto de vida. **É, também, no ambiente escolar que os jovens podem experimentar, de forma mediada e intencional, as interações com o outro, com o mundo**, e vislumbrar, na valorização da diversidade, oportunidades de crescimento para seu presente e futuro (Brasil, BNCC, 2018, p. 473).

Observemos que o texto acima é bem incisivo ao afirmar que “é papel da escola auxiliar os/as estudantes a aprender a se reconhecer como sujeitos políticos”. Esta é, pois, uma perspecti-

va na qual o SER se transforma em uma entidade que está em processo de descobrimento, que não sabe quem é nem o que é. Ele está lá e vai ser, com metodologias educacionais próprias, revelado. Sendo assim, antes dos “projetos de vida”, quem são os/as estudantes, posto que somente através dele (PV) é que os indivíduos são sujeitos capazes de aprender e se reconhecer enquanto sujeitos?

Outra ideia a ser analisada é a perspectiva segundo a qual o jovem acessa o mundo e os demais sujeitos sociais através da mediação escolar, como se antes disso não tivesse havido diversos e dinâmicos processos de socialização, que vão desde as relações com as famílias às vivências com vizinhos, redes sociais e uma infinidade de outras esferas. Reforça-se, mais uma vez, a perspectiva de que o indivíduo só se reconhece enquanto sujeito social quando as relações materiais de vivência forem objeto de apreciação intelectual.

O sujeito apresenta-se como um indivíduo abstrato, auto-centrado, uma representação de si mesmo. Embora o texto faça referência à relação com o social e o coletivo, estes são vistos como relações “atravessados”, tangenciais e não essenciais. Dessa forma, mais que social e histórico, o sujeito é um ser psicológico, que se faz como ideia, que se autodesenvolve de forma apriorística e que é capaz de, através de uma proposta mental (Projeto de Vida) estabelecer o seu vir a ser no mundo.

3 DEBATE TEÓRICA SOBRE TERMO “PROJETO DE VIDA”

Uma das principais vertentes teóricas responsáveis por dar embasamento ao conceito de “projeto de vida” surgiu nos Estados Unidos, como objeto de análise da Psicologia Positiva. Tendo

como finalidade fugir do “vazio existencial” e “dar um sentido à vida”, tais estudos recorrem ao desenvolvimento de ferramentas comportamentais capazes de fazer com que os indivíduos, através da projeção de seus desejos e anseios, consigam agir de forma que o resultado destes seja o alcance da “felicidade”.

Partindo do conceito de *eudemonia* de Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), segundo o qual a “felicidade” é uma atividade da alma e o “bem” é o objetivo final das ações humanas, o conceito de “Projeto de Vida” aciona, desde a sua base, a ética das virtudes subjetivas e individuais como princípios norteadores. Conforme Araújo et al (2020, p.12), o projeto de vida “pressupõe um desejo de fazer diferença no mundo, de realizar algo de sua autoria que possa contribuir com os/as outros/as, sujeito coletivo, com a sociedade”.

É com esta promessa que as diretrizes e os objetivos da educação escolar passam a ser pensados/traçados, cabendo a esta construir valores, habilidades, atitudes e conhecimentos capazes de estimular crenças e comportamentos com tais finalidades nos estudantes que se reconhecem na sua individualidade e autosuficiência. É dentro desta perspectiva que nascem a figura do “bom professor”, do “aluno motivado” e da “escola pronta para o século XXI”.

3.1 O “bom professor”

Tendo em vista que a proposta de projeto de vida engloba desde o ensino de habilidades e competências para o mercado de trabalho até a inteligência socioemocional, há aqui uma outra perspectiva do papel do professor. Outrossim, no processo de formação destes/as, não são suficientes a excelência científica e a ética profissional, é preciso que os/as mesmos/as estejam engaja-

dos/as na proposta ideológica que requer dos/das professores/as a vinculação das suas próprias vidas ao modelo de educação em defesa da emancipação da ordem opressora de classes. Conforme Araújo et al (2020) "é necessário formar professores que tenham a educação como central em seus projetos de vida" (p. 59). Vê-se, desta forma, que não só os/as jovens estudantes devem acessar a educação para construir seus projetos de vida. Os/As professores/as, também devem construir projetos de vida contemplando a educação como ponto central do que orienta os seus anseios numa sociedade de classes alicerçada nas desigualdades sociais.

Além disso, se por um lado reivindica-se que o/a professor/a não seja apreendido/a como o/a detentor/a do saber, devendo atuar como mediador/a/tutor/a, por outro, cabe a este a responsabilidade de despertar no/a aluno/a as ferramentas para que o/a mesmo/a acesse o autoconhecimento, de forma que possa construir seu projeto de vida de forma madura, consistente e racional e que extrapole as barreiras do individualismo exacerbado. Paralelo a estas demandas, são levantadas bandeiras em defesa da necessidade de capacitar os/as docentes/as para que possam atuar nesta nova proposta de ensino. Segundo Araújo et al (2020):

O ponto de partida para reconhecer as limitações que enfrentamos é reconhecer que, sejam públicas ou privadas, a grande maioria dos cursos de formação de professores/as no Brasil funciona como se ainda estivéssemos no século XIX, **Reproduzem em sala de aula o modelo tradicional expositivo centrado no professor/a, abordando conteúdos em geral sem vínculo com a realidade e com a vida das pessoas e comunidades, e sem ligação com as práticas de sala de aula que os/as futuros/as professores/as deveriam aprender.** Nesse contexto, de mero reprodutivismo, não há como trabalhar a construção de projetos de vida com os/as estudantes de

nível superior – que, logo, não têm condições de levar tais conhecimentos para as salas de aula da educação básica (p. 60).

Desconsiderando e/ou desconhecendo o cotidiano escolar, tem sido zona de conforto de algumas vertentes analíticas simplesmente negar todo e qualquer trabalho desenvolvido nas escolas brasileiras. Munido de um espírito comparativo, tendem a valorizar os modelos norte-americanos e europeus, negando e rechaçando, por outro lado, tudo o que é feito no dia-a-dia das escolas brasileiras. A estas, atribuem o caráter do século XIX, momento histórico no qual a escola era segregada pela escravidão, reservada a uma pequena elite de brasileiros/as e cujo foco direcionava-se para a formação de quadro específicos de dirigentes.

Ora, desconsiderar os contextos históricos e as bases materiais que sustentam a realidade em análise é, no mínimo, uma tentativa forçada de impor uma conclusão generalista e falseada dos fatos. Não obstante, passados 135 anos da abolição da escravidão; sete cartas constitucionais; três Leis de Diretrizes e Bases da Educação; ter sido instituído o ensino básico universal e obrigatório, a Lei de Cotas, é no mínimo desafiador pensar que o nosso modelo de escola não teria saído do século XIX. Que os/as professores/as ministram as suas aulas de forma apática da realidade, expondo conteúdos sem criar vínculos com a realidade, a vida e as pessoas. Que nestas escolas não existem projetos de vida, porque os/as docentes “não têm condições de levar tais conhecimentos para as salas de aula da educação básica”.

Certamente, difamar o modelo de educação que temos para, a partir daí, vender a ideia de “novo ensino”, é o caminho tomado tanto por ramos da academia, quanto das empresas “educacionais” que querem vender seus modelos de educação. Esse tipo de interpretação além de invisibilizar ações como gincanas temá-

ticas, feiras de ciências, feira das nações e diversos outros projetos de pesquisa e extensão que acontecem periodicamente nas escolas, ainda camuflam o fato de que já na primeira metade do século XX estudiosos como Paulo Freire, Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, traziam para o debate a necessidade de pensar a educação de forma significativa para o/a aluno/a, de forma que a vida destes pudesse estar articulada aos processos educacionais.

3.2 O/A “aluno/a motivado/a”

Tendo como principal teórico o professor de educação e diretor do Centro de Pesquisas de Adolescentes na Universidade de *Stanford*, William Damon, o termo “projeto de vida” congrega em sua etimologia as ideias de “busca de sentido”, “propósito” “direção”, “caminho”, “trajetória”. Desta forma, trata-se sempre da perspectiva de um sujeito ativo, procurando descobrir o seu “verdadeiro eu”, para, a partir daí, traçar as suas metas de vida.

Dentro dessa dinâmica, Damon (2009) classifica os/as estudantes em 4 grupos, de acordo com os seus respectivos projetos de vida. Estes/as são: (1) desengajados/as, (2) sonhadores/as; (3) superficiais; (4) os/as que têm projeto de vida. Conforme esta classificação, as pesquisas realizadas pelo/a estudioso/a revelaram que apenas 20% dos/as jovens apresentam projetos de vida. Os/As demais estão classificados/as como superficiais (31%), sonhadores/as (25%) e desengajados/as (25%). Tal resultado é decorrente de fatores como instabilidade nos projetos traçados; ausência de objetivos a longo prazo; e falta de engajamento necessário para concretizar as demandas.

Sobre as conclusões apresentadas por Damon (2009), é necessário questionar alguns elementos. Primeiro, como podemos

esperar estabilidade e perspectivas de longo prazo para projetos de vida que são construídos por crianças e adolescentes? É claro que jovens e adolescentes podem e devem pensar sobre suas expectativas de vida, especialmente numa sociedade do desalento, com políticas cada vez mais sendo desfinanciadas e a agenda focando em projeto de mercado.

A partir deste questionamento inicial podemos levantar outros: trata-se de uma avaliação científica ou uma afirmação valorativa considerar que alguns/as jovens/as são sonhadores/as ou que não têm projeto de vida? Quais são os projetos cujos objetivos e intentos são aceitos e os que não são aceitos? Na obra “O que o/a jovem quer da vida? Como pais e professores podem orientar e motivar os/as adolescentes” parece claro que existe um tipo ideal de vida a qual o/a jovem tem que se encaixar para poder ser considerado/a alguém com propósito/projeto de vida. Os capítulos do livro já são bem sugestivos quanto a isso: “Jovens vidas sem rumo”; “Por que ter um projeto vital é fundamental para progredir”; “Quem está progredindo e quem ainda está sem rumo”.

Cabe ressaltar que Damon (2009), além de compreender o “projeto de vida” como uma ação capaz de ser orientada por pais e professores/as, ainda o/a vincula a ideia de “progresso”, sendo que, quem não progride é porque não tem rumo, aspecto típico da perspectiva meritocrática. Mas o que o autor considera como progresso? Como é possível que o/a jovem concilie a sua ideia de progresso e de felicidade com as que motivaram seus pais e professores? Não se encaixar em uma proposta de “progresso” é estar sem rumo? O que seria, necessariamente, um projeto de vida que leva ao progresso?. Todo esse esforço analítico, tendência a reforço a visão pontual, individualista e simplificadora das relações que envolvem a dinâmica dos sujeitos abarcados por uma sociedade complexa.

3.3 A formação “mal-formada”

Um dos aspectos mais criticados pelos/as defensores/as do “projeto de vida” ao modo da BNCC (2018) é o fato de que a formação dos/as docentes é precária. Para eles/as as universidades não formam professores/as para as salas de aula do século XXI, não trazem para o cerne dos debates os temas relacionados ao desenvolvimento de habilidades sociocognitivos-emocionais e a construção de valores morais e éticos. O resultado disso são, conforme disposto abaixo, os altos índices de evasão:

Ao nosso ver, isso torna ainda mais **difícil atrair jovens para o exercício da profissão** e impacta qualquer iniciativa de avanço da educação no Brasil. **Provoca evasão** e, por conseguinte, **falta de pessoal qualificado para implementar políticas públicas** que devem à transformação da escola e dos processos de ensino-aprendizagem, visando não apenas, mas também, à construção de projetos de vida éticos por alunos e alunas (Araújo et al, 2020, p. 61).

Em uma única referência, os estudiosos situam três grandes problemas de ordem estrutural e os resumem à precarização na formação universitária. Tratam-se da (1) baixa adesão dos/as jovens aos cursos de licenciatura; (2) a evasão escolar; (3) Ausência de políticas públicas qualificadas para implementar a educação. Todos estes problemas estão muito mais relacionados à fatores como: falta de reconhecimento e investimento à carreira profissional docente; desigualdade social e ausência/precarização de políticas de permanência dos/as estudantes nas escolas; e escolhas políticas e ideológicas capazes de trazer os/as muitos/as profissionais para ocuparem espaços institucionais de poder, e

numa perspectiva analítica mais rigorosa, as questões são mais profundas e esbarram num modelo de sociedade cuja base material centra num projeto de educação para o capital.

Não se pode negar que a formação universitária qualificada é uma das bases para alcançar uma educação de qualidade, entretanto, precisamos apreender o que é qualidade. É preciso debater teoria e prática de forma séria, profunda e articulada. Mas tudo isso perpassa por um projeto político-societal que envolve: como e para quê as pesquisas universitárias são financiadas; sob quais condições os/as alunos/as acessam esse espaço acadêmico; e de que forma e para atender quais demandas, as políticas públicas para a educação são elaboradas e implementadas.

4 À GUIA DE CONCLUSÃO

Fazendo uso de termos já debatidos em diversas outras perspectivas analíticas da educação, o modelo de “projeto de vida” tal qual reivindicado por um segmento acadêmico parece já ter despertado sem grandes novidades, embora seu *slogan* seja precisamente “o novo” (Zanarti, 2023). Ao lançar-se trazendo como referência termos como “transmissão de conhecimentos”, “situação problema”, “interdisciplinaridade”, “trabalho colaborativo e cooperativo”, “aprender a fazer fazendo”, congrega como o que há décadas tem-se reivindicado no processo de educação. Tal fato gera não só um problema de ordem teórica e ética, mas também analítico, tendo em vista que muitas dessas categorias são apropriadas de forma incoerente, dando margem, inclusive, para sustentar propostas e projetos contrários àquilo que a vertente teórica original construiu. Este é o caso do relato do “projeto de vida” que debruçamos nesta produção. Trazendo como temática a gravidez na adolescência, o projeto “Mãe-menina” coloca-se

como uma proposta que parte de uma situação problema e, de forma colaborativa e cooperativa, ajuda jovens mães a lidarem com a gestação:

Mãe-menina – Reconhecendo o problema que aflige uma parcela considerável de jovens meninas que engravidam na adolescência e o impacto dessa situação na vida delas, na sociedade e nas suas perspectivas profissionais, um grupo de estudantes da USP criou o portal Mãe-Menina na *internet*. Nesse projeto, eram oferecidos **cursos e conhecimentos sobre a customização de roupas, que as jovens grávidas poderiam empregar tanto para adaptar as próprias roupas às transformações do corpo quanto como perspectiva de renda**. Mostravam-se depoimentos de pessoas que haviam enfrentado situações semelhantes no passado e **superado com êxito as adversidades, tornando-se bem-sucedidas pessoal e profissionalmente**. O portal sugeria **ações que as garotas poderiam desenvolver em casa durante a gravidez e depois dela como fonte de renda, como a de fazer doces e salgados para vender**. Enfim, o portal tinha como **meta o empreendedorismo** de jovens adolescentes grávidas na construção de seus projetos de vida (Araújo et al, 2020: 83).

Com uma visão idílica da gravidez na adolescência, o projeto de vida apresentado além de desviar o foco para os reais problemas sociais, econômicos e psicológicos inerentes à questão em debate, ainda propõe soluções que mais trazem problemas para as "jovens mães" do que uma saída propriamente dita. Primeiro, naturaliza a gravidez na adolescência como se esta fosse apenas uma questão etária. Longe disso, a questão pressupõe enfrentar temas sensíveis e politicamente em disputa, como por exemplo, falar sobre abuso sexual; do direito ao aborto; da desigualdade

social e racial, posto que jovens de baixa renda e negras são as mais vulneráveis a esta situação; falar do direito à assistência infantil e materna, como por exemplo, a construção de creches, a licença maternidade e paternidade remunerada; a evasão escolar dessas jovens mães e diversas outras questões que tem a ver com direitos e assistência.

Todavia, ao invés de mostrar para as jovens os problemas que o tema demanda e as formas de reivindicar os seus direitos sociais, o projeto reforça a precarização da jovem grávida. Primeiro que nem fala do papel do genitor, como se falar de gravidez na adolescência não exigisse incluir o gênero masculino. Segundo, diante do problema da desigualdade econômica enfrentado pelas “mães-meninas”, a solução proposta pelo projeto foi ensinar a mulher a se “virar” para dar conta dela e do filho. Ela tem que aprender a costurar para reaproveitar as roupas usadas. Ela tem que aprender a cozinhar para ter uma renda capaz de sustentá-la e ao bebê. Ela tem que ser otimista, resiliente, desbravadora... por fim... uma empreendedora de sucesso. Isso tudo incorporando o velho discurso de quê, “se outras conseguiram, você também consegue”.

Um projeto de vida com esta temática poderia, por exemplo, estimular estas jovens a conhecerem os seus direitos enquanto gestantes. Compreender sobre violência obstétrica, sobre as políticas públicas de assistência social. Sobre como cobrar do genitor da criança que o mesmo cumpra seu papel, tanto no que se refere ao pagamento de pensão quanto no que se refere aos cuidados com a criação do bebê. Em outros termos, poderia estimular o desenvolvimento de uma postura crítico-reflexiva com foco na busca de condições materiais dignas de sobrevivência e não estimular a criação imaginária de uma mãe super-heroína capaz de dar conta de todas as carências e traumas.

Longe de estimular o pensamento crítico, este e tantos outros modelos de projetos de vida trazem em sua essência a individualização de questões que são de ordem social e coletiva. Toma para o indivíduo as responsabilidades que deveriam ser analisadas em nível estrutural e fornecem como solução condicionantes psicológicos/atitudinais. Assim, camuflam as estruturas materiais, como a desigualdade socioeconômica, por exemplo, e elevam atributos como inteligência emocional e afirmação de valores éticos e morais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **A Cidadania Negada Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho, Capítulo II Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**, Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000, set. Disponível em: [gentili.pdf \(clacso.edu.ar\)](http://gentili.pdf.clacso.edu.ar) acesso em: 29 dez 2023.

BRASIL, BNCC. **Projeto de vida: ser ou existir?**. Base Nacional Curricular Comum, 2018.

DAMON, W. **O que o jovem quer da vida?** Como pais e professores podem orientar e motivar os adolescentes. São Paulo: Summus, 2009.

LUKÁCS, Georg. (2018) *Prolegômenos para a ontologia do ser social*. v. 13. Coletivo Veredas: Maceió.

MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MOTTA, V. C da; FRIGOTTO G. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória Nº 746/2016 (LEI Nº 13.415/2017). Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 139, p.355-372, abr.-jun., 2017.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Coordenação da Política de Educação Integral e Integrada. **Documento Orientador da Educação Integral e Integrada do Ensino Médio**. Versão 2019.1. Ano 2019.

ZANARDI, T. A., GUIMARÃES, J. M. M., CLERES, W. S. **Reforma do Ensino Médio e Projetos de Vida** - nada de novo no front (<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/7660>).

Autores/as

Aline Ferreira da Silva: Graduação em Ciências Sociais (UFS - 2008); Especialização em Docência do Ensino Superior (FASE - 2009); Mestrado em Sociologia (UFS - 2010); Doutorado em Sociologia (UFS - 2016). Profa Dra do Instituto Federal de Sergipe (IFS/Campus - Glória/Se). aline.silva@ifs.edu.br.

Ana Flavia Alves de Oliveira Almeida: Graduação em Serviço Social (UNIT - 2010); Especialização em Gestão e Organização de Políticas Sociais (Faculdade Serigy - 2011); Especialização em Gestão Pública Municipal (UFS - 2012); Mestrado em Serviço Social (UFS - 2016); Doutoranda em Geografia (UFS). ana.flavia_oliveira@yahoo.com.br.

Catarina Nascimento de Oliveira: Graduação em Serviço Social (UFS -1994); Mestrado em Serviço Social (UFPE - 2002); Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC - 2020) Professora da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social (DSS/ PROSS/UFS); Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (PROSS/UFS - 2023-2025); **Líder do Núcleo de Estudos Interdisciplinares de Gênero/NEPING/UFS**. catarinanoliveira1@gmail.com.

Fabiane Ferreira Nascimento Santos: Graduada em Serviço Social (UFS - 2023); Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe – (PROSS/ UFS); Mestranda Sanduíche na Universidade da Madeira -

(UMa/PT). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas - (GPEM/UFS) fabianeferreira@hotmail.com

Flávia Augusta Santos de Melo Lopes: Graduação em Serviço Social (UFS - 2008); Especialização em Direito de Família e Políticas Sociais (2010); Especialização em Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais (UnB - 2010); Mestrado em Educação (UFS - 2011); Doutorado em Serviço Social (UFPE - 2018). Profa da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social (DSS/PROSS/UFS); Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Política Social - GEPSSO (flaviaaugusta@academico.ufs.br)

Fernanda Ferreira da Silva: Graduação em Serviço Social (UFAL - 2007); Mestrado em Serviço Social (2020); Doutoranda em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFAL - 2023). Docente de Serviço Social no Centro Universitário CESMAC. Técnica em Serviço Social da Defesa Civil de Maceió/AL nandinha.fsilva@gmail.com

Gabriel Araújo Santos: Graduando em Serviço Social (UFS-2025); Membro Grupo de Estudo e Pesquisa: Trabalho, Questão Social e Movimento Social/GETEQ/UFS. gabrielkis95@gmail.com

Josefa de Lisboa Santos: Graduação em Geografia (UFS - 1991), Mestrado (UFS - 1999) e Doutorado em Geografia (UFS - 2007). Estágio Pós-Doutoral na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente, junto ao Centro de Estudos de Geografia do Trabalho-CEGeT. Profa da Graduação e Pós-Graduação em Geografia (UFS).

Coordena o Laboratório de Estudos Territoriais (LATER), líder do Grupo de Pesquisa Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço-PROGEO/UFS/CNPq josefalisufs@gmail.com

Kamilla Alves Duarte: Graduação em Serviço Social (UFAL-2014); Mestrado em Serviço Social (PROSS/UFS -2017); Doutoranda em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFAL - 2023). É colaboradora do Observatório da Questão Rural na Universidade Federal de Alagoas/AL. Assistente Social do Instituto Federal de Alagoas (IFAL - Campus Arapiraca). kamilla_alves_al@hotmail.com

Larissa Feitosa da Rocha: Graduada em Serviço Social (UFS - 2013); Especialista em Gestão Social (Universidade do Norte do Paraná - 2016); Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFS. Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFS. Assistente Social da UFS no Campus de Lagarto/Se. larijanajuno@gmail.com

Magaly Nunes de Gois: Graduação em Serviço Social (UFS - 1985); Especializações em Serviço Social e Política Social (UFS - 1999) e Serviço Social - Direitos Sociais e Competências Profissionais (UNB/CFESS - 2010); Mestrado em Educação (UFS - 2004); Doutorado em Educação (UFS - 2017); professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS/UFS) e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Política Social (GEPSSO). magalyn-gois@gmail.com

Matheus Andrade de Moraes: Graduação em Serviço Social (UFS - 2022). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PROSS/UFS). E-mail: mmoraes12@gmail.com

Márcia Santana Tavares: Graduação em Serviço Social (UFS - 1982); Mestrado em Sociologia pela (UFS - 2004); Doutorado em Ciências Sociais (UFBA - 2008); Pós-doutorado (PROSS/UFS - 2019). Profa da Graduação em Serviço Social/UFBA e Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA) e de Serviço Social (PPGSS/UFBA); Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM; Coordenadora do Grupo de Pesquisa NEIM - Gênero, Poder e Políticas Públicas (CNPq); Membro do Grupo de Estudos Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social (UFBA). marciatavares1@gmail.com

Mylena da Silva: Graduação em Serviço Social (UFS - 2023); Mestranda em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (PROSS/UFS); Coordenação Nacional do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos - MTD. as.mylenasilva@gmail.com.

Nelmires Ferreira da Silva: Graduação em Serviço Social (UFS - 1988); Mestrado em Geografia (UFS - 2003); Doutorado em Serviço Social (UFPE - 2013); Pós-Doutorado (UFS - 2016). Profa da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (DSS/PROSS/UFS); Coordenação Adjunta do PROSS/UFS; Vice-líder do Grupo de Estudo e Pesquisa: Trabalho, Questão Social e Movimento Social/GETEQ/UFS. mires@academico.ufs.gov.br

Olivia Irene Reis Santos: Graduada em Serviço Social (UFS -2022); Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe – (PROSS/UFS). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa: Trabalho, Questão Social e Movimento Social/GETEQ/UFS. reis.olivia@yahoo.com

Paulo Roberto Felix dos Santos: – Graduação em Serviço Social (UFS - 2009); Mestrado em Serviço Social (UFAL - 2012); Doutorado em Serviço Social (PPGSS-UFRJ 2018); Doutorado Sanduiche - *Université du Québec en Outaouais* Canadá. Profa da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social (DSS/PROSS/UFS); Líder do Programa de Educação Tutorial/PET e do Grupo de Estudos Marxistas/GEPEM). paulofelix@academico.ufs.br

Silmere Alves Santos: Graduação em Serviço Social (UFS - 2004) e Direito (Estácio - 2025); Pós-graduação *latu sensu* em Estratégias de Enfrentamento à Violência (2023); Mestrado em Educação (UFS - 2007); Doutorado em Educação (UFS - 2012); Pós-Doutora em Educação (UFS-2019). Profa da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social (DSS/PROSS/UFS). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero (CECH/UFS) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais (GEPSSO/PROSS/UFS). E-mail: silmere.alves@academico.ufs.br

Taiane Almeida do Nascimento: Graduação de Serviço Social (UFS - 2012); Pós- Graduação *Lato Sensu* em Residência Agrária (Agroecologia, Questão Agrária, Agroindústria e Cooperativismo - 2015); Mestrado de Serviço Social pelo

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS/UFS - 2022); Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Questão Social e Movimento Social - GETEQ/UFS. taiane.a@hotmail.com.br

